

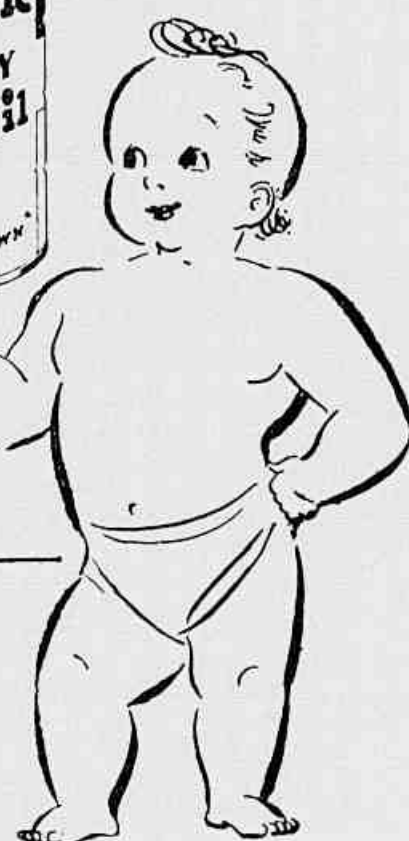
O OBSERVADOR

ECONÔMICO E FINANCEIRO



Um Óleo

*novo
e robusto*

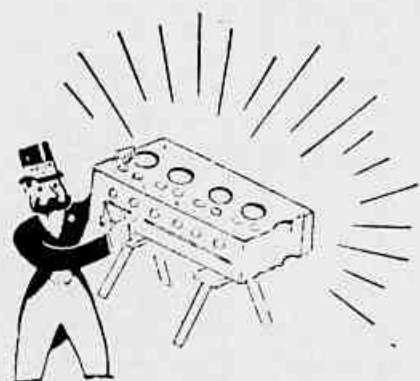


**MUITO MAIS RESISTENTE...
E AQUI ESTÃO AS PROVAS!**



9 carros de série, na sensacional Prova de Flórida, EE. UU., após rodarem um total de 1.600.000 Kms., demonstraram que a película lubrificante do Novo Atlantic Motor Oil é 4 vezes mais resistente, conservando-se sempre uniforme e constante. Foi ainda provado, nessa árdua carreira, que o Novo Atlantic Motor Oil reduz — ao mínimo possível — o desgaste nos pistões, nos cilindros e a abertura dos anéis. Não foi trocada uma única peça. E não foi só. Depois de correr 1.600.000 Kms., foi constatado que cada carro consumiu apenas 1 litro de óleo em cada 1.300 Kms., provando assim, que o Novo Atlantic Motor Oil é muito mais econômico.

O Sr. poderá obter estes mesmos resultados no seu próprio carro. Faça uma experiência durante 3 meses com o Novo e Robusto Atlantic Motor Oil — e nunca mais o dispensará.



Atlantic motor oil

GAZOLINA E LUBRIFICAÇÃO



*Controle seus negócios!
Reduza suas despesas!
Aumente seus lucros!*

As sucessivas fases dos negócios, tanto no Comércio como na Indústria, devem ser guiadas por fatos definitivos. Os homens que, naqueles ramos de atividade, exercem função igual à dos que controlam a marcha dos trens, devem possuir informações detalhadas, estatísticas e contábeis, acêrca de todos os setores que dirigem.

Ora o SISTEMA HOLLERITH DE CARTÃO PERFURADO fornecer-lhes-á com rapidez, exatidão e economia essas informações, indicando-lhes a maneira de reduzir as despesas, assinalando as mercadorias que dão prejuízo e apontando os gastos desnecessários.

O SISTEMA HOLLERITH DE CARTÃO PERFURADO é adotado em setenta e nove países do mundo.

SERVIÇOS HOLLERITH S. A.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MECANIZAÇÃO

AV. GRAÇA ARANHA, 182

Fone 22-5111

Filiais em Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

JÁ É TEMPO DE SE ACABAR COM O SISTEMA DE ACÊRTO MANUAL...

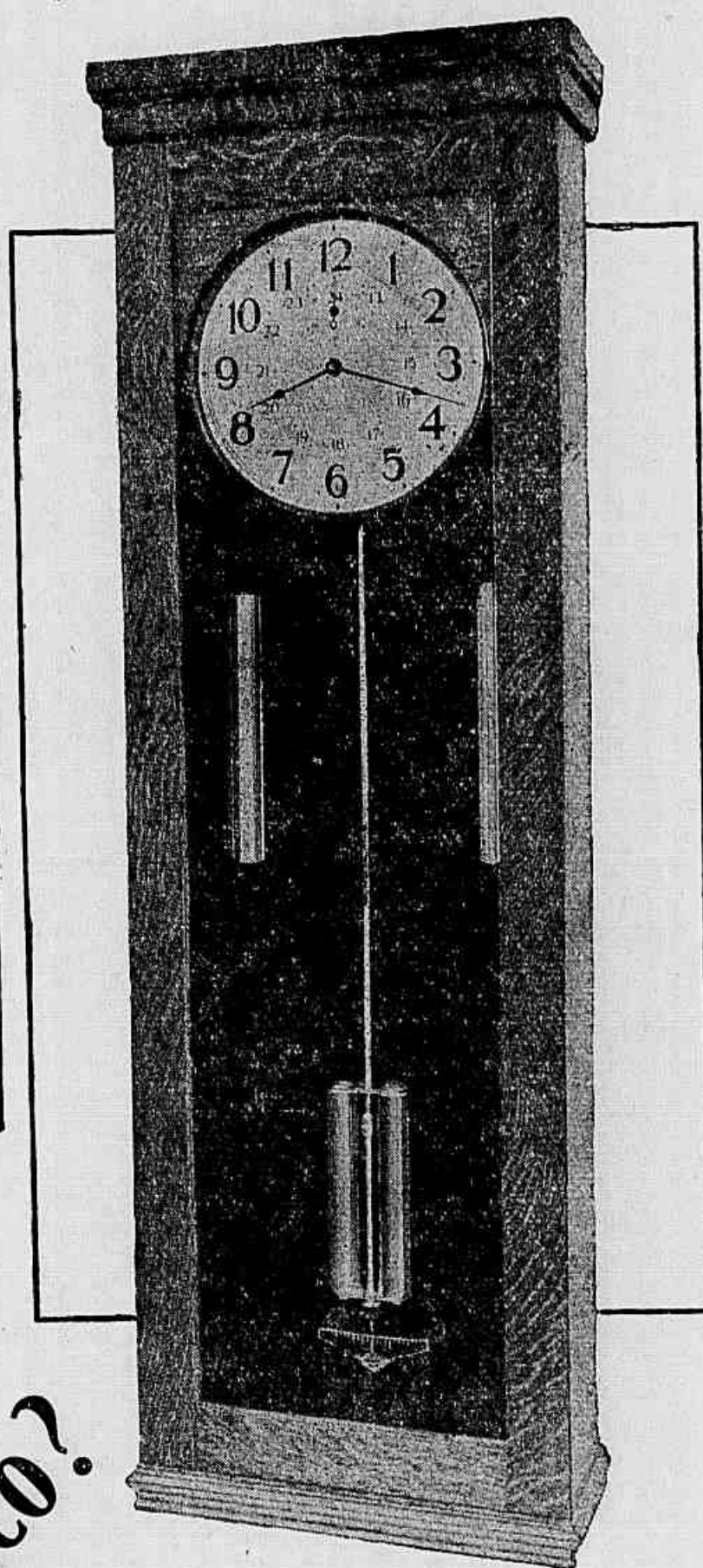
O princípio "International" de ACÊRTO-AUTOMÁTICO é o passo mais avançado a que já atingiu o sistema de equipamento de relógios elétricos.

Esse princípio é de efeito absolutamente **POSITIVO**, não exigindo sequer, a mínima atenção. Com o seu emprêgo, não será mais necessário carregar-se uma escada de secção em secção, de relógio em relógio, atrasando uns, adeantando outros, para se conseguir uniformidade nos mostradores.

O aparelho de ACÊRTO-AUTOMÁTICO "INTERNATIONAL" faz com que todos os relógios indiquem sempre a mesma hora. Mesmo quando faltar corrente, o aparelho "International", uma vez cessada a interrupção, fará com que todos os mostradores atrasados harmonizem com o horário indicado no Relógio Mestre.

Com êste princípio, a "International" apresenta um melhoramento que é de vital interesse para qualquer ramo de indústria, um mecanismo de controle do máximo desenvolvimento, de uma precisão absoluta, completamente garantido e de uma enorme utilidade, que coloca o sistema de HORA ELÉTRICA no seu mais alto grau de eficiência.

O uso do equipamento elétrico automático "INTERNATIONAL" permite uma só hora em todos os mostradores.



International Business Machines

Distribuidores:

COMPANHIA NACIONAL DE MÁQUINAS COMERCIAIS

AVENIDA RIO BRANCO, 43

Fone 23-1310

Rio de Janeiro

S. Paulo - R. Libero Badaró, 39-1.º

Fone 3-4777

Agentes e Representantes nos demais Estados do Brasil

O OBSERVADOR

ECONÔMICO E FINANCEIRO

REDAÇÃO:
Av. Graça Aranha, — 182 9.º andar
Tls. - Ger. 42-5519 - Red. 42-6995

DIRETOR
VALENTIM F. BOUÇAS

CAIXA POSTAL, 3.114
End. Telegr. "OBSERVADOR"
RIO DE JANEIRO

NOTAS EDITORIAIS

ÍNDICE

NOTAS EDITORIAIS	3
COMÉRCIO EXTERIOR	9
COMÉRCIO INTERIOR	12
PANORAMA INTERNACIONAL	14
Cooperativismo e Economia	17
Fábrica Nacional de Aviação	27
A Indústria do Charão	33
(A. de Miranda Bastos)	
O Trust do Trigo	40
(M. M. de Freitas)	
Bolsa de Mercadorias	51
Caminhos Interiores	55
O Vale do Rio Doce	65
Reconstrução da Europa	73
(José Maria Bello)	
Cia. Paulista de E. de Ferro	77
Potencial dos Estados Unidos	80
Bolívar	82
(Ovídio da Cunha)	
A Mogiana	83
Intercâmbio Externo	87
A Situação do Café	91
(Theophilo de Andrade)	
Reunião dos Prefeitos de Minas	97
OBSERVAÇÕES ECONÔMICAS	109
OBSERVAÇÕES FINANCEIRAS	113
OBSERVAÇÕES MUNICIPAIS	116
LEIS & ATOS ECONÔMICOS	118
PRODUTOS & MERCADOS	121
VIAS DE COMUNICAÇÃO	124
SEGUROS PRIVADOS & SOCIAIS	128
BANCOS & MOEDAS	130
BOLSAS & TÍTULOS	134
BIBLIOGRAFIA	135

E' MAGNÍFICO O ESFORÇO QUE O GOVERNO do presidente Getúlio Vargas vem desenvolvendo, nestes tristíssimos dias de guerra, em torno do fortalecimento do "front" cafeeiro do país. Quem quiser ter uma idéia exata da gigantesca obra de restauração econômica dêse produto, basta ler o relatório cafeeiro de 1941, de autoria do sr. Jayme Fernandes Guedes, presidente do Departamento Nacional do Café. Medidas oportunas e inteligentes foram tomadas nos momentos mais graves da vida do "ouro verde". Ao rebentar a guerra atual, em 1939, não faltaram profetas anunciando o fim do "ciclo cafeeiro" na paisagem econômica do Brasil. E' que, além da catástrofe que nos fechou, de pronto, os mercados europeus, a lavoura paulista foi, no decorrer de 1940, afligida por cinco meses de seca, que reduziram a safra do Estado de São Paulo a menos de seis milhões de sacas, quando, em média, era de 15 milhões. Para remediar os males decorrentes do desastre climático, o governo da República tomou medidas enérgicas de amparo aos fazendeiros.

O decreto-lei n.º 3.049 foi uma delas. Oportuníssimo, envolvendo em sua contextura toda uma série de grandes problemas e interesses, o instrumento em questão, posto em prática, veio dar força nova e amparo à economia cafeeira, num dos momentos mais graves de toda a sua história. Antes, o Sr. Jayme Fernandes Guedes, acompanhado do Sr. Antonio Luiz de Souza Melo, diretor da Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, fizeram uma "enquete" *in loco* entre os cafeicultores paulistas, auscultando-os sobre as suas mais urgentes necessidades. O resultado dessa "tourné" foi aquele decreto, assinado a 13 de fevereiro de 1941, pelo presidente da República, na pasta da Fazenda. A Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil ficou autorizada a fazer o financiamento das lavouras de café do Estado de São Paulo, relativo ao período de 1.º de novembro de 1940 a 31 de outubro de 1943. As operações sobre penhor agrícola, que até então tinham limitação de prazo mais restrita, passaram a ser feitas por três safras seguidas, em condições especiais. Essas condições foram ajustadas entre o Banco do Brasil e o DNC. Logo depois, foi a lavoura do país beneficiada com os resultados obtidos pelo Brasil no Convênio de Quotas — o que, com a alta de preços, compensou os danos trazidos pela seca.

Entretanto, essa "catástrofe cafeeira", se assim se pode denominar a "sêca paulista", teve efeitos maiores do que os inicialmente previstos. E' que se prolongou através de duas safras seguidas. Reduziu a colheita de 1941 e prejudicou, ainda, a de 1942/43. Os cafeicultores, em face desses acontecimentos, viram-se na contingência de não poder atender aos compromissos assumidos na Carteira do Banco do Brasil, mediante o penhor de suas colheitas. A solução mais inteligente e prática, não só para a liquidação dos créditos concedidos, como dos novos a serem contraídos, era a ampliação do prazo de financiamento pela safra seguinte. E foi isso precisamente o que o Governo da República fez, em decreto assinado em 12 de dezembro de 1941, na pasta da Fazenda. Ficou assim ampliado, por êsse instrumento, até 31 de outubro de 1944, o período em que o Banco do Brasil está autorizado a realizar o financiamento das lavouras de café do Estado de S. Paulo.

Segundo ainda o Relatório cafeeiro de 1941, observações e estudos, realizados por técnicos, responsabilizam as derrubadas das matas da terra paulista pelas terríveis sêcas de 1940 e 1941. Lembra, por outro lado, que, se quisermos proteger essas terras, resguardando os requisitos para a sua alta produtividade, medidas deverão ser tomadas no sentido de se tornar obrigatório o reflorestamento técnico das zonas já cultivadas bem como a parte das matas nas regiões ainda virgens.

O presidente do D. N. C. põe, assim, em equação, um grave problema nacional, que já tem sido abordado por quase todos os nossos sociólogos. Vemos agora que o café também está sendo vítima das sêcas produzidas pelas derrubadas. Os efeitos imediatos da grande sêca de 1940 foram sanados pela legislação protetora do Governo da República. Mas se quisermos evitar danos futuros para o café como para toda a lavoura nacional, precisamos de encarar a sério o problema de reflorestamento. O café, lavoura perene, como os cereais, lavouras anuais, dependem, no Brasil, como no resto do mundo, da existência de matas.

POUCO A POUCO VAI O BRASIL ENTRANDO em contacto com as estranhas realidades da hora presente. Temos, até agora, vivido, pode-se dizer que à margem dos acontecimentos, mau grado algumas duras provas sofridas; tem sido de expectativa a nossa atitude, possivelmente pela falta de capacidade de compreendermos até que ponto haveria de chegar a insânia dos homens, na sua marcha acelerada para o abismo da guerra que, já agora, decorridos três anos de sua deflagração, estendeu-se a todos os continentes, cobrindo com vantagem todas as horribes previsões de uma guerra total. Ainda agora, quando os atentados à nossa soberania se sucedem, e sobem a oito, a nossa reação está limitada aos poucos construtivos movimentos populares que valem mais pelo fato de mostrarem como neste momento afinem os sentimentos do povo com os do governo, que pelo carater das manifestações propriamente ditas.

De confiança na ação do Presidente da República, e dos demais colaboradores de S. Excia., deve ser a atitude nacional; não será intermina a posição do Brasil na paz se os provocadores internacionais teimarem em não respeitar o nosso direito inviolável de nação independente. Temos reconhecido e cooperado plenamente na política americana de união continental e iremos ao mais triste dos atos históricos se tanto nos fôr impôsto pelas circunstâncias. E' justo, pois, que o Governo prepare o povo, o mais intensamente possível, para o grande programa de defe-

sa passiva, ponto dos mais importantes na guerra moderna para que seja possível a defesa de uma posição militar.

A tática tão largamente usada, nesta guerra de agora, da infiltração civil, daquilo que se chamou com propriedade de "quintacolumismo", requer os cuidados preventivos de uma defesa passiva, que impermeabilize as massas dando-lhes força para repelir o adversário perigoso, que não traz distintivo à vista, nem armas na mão. Lembremos o que foi o grande drama das populações civis belgas e francesas conforme no-lo descreve André Maurois, no seu livro "Tragédia na França", das populações espavoridas, fugindo em desordem, tomando conta das estradas, carregando na sua retirada os exércitos que iam defendê-la; antes que tivessem chegado os aviões que ceifavam as vidas de mulheres, velhos e crianças, haviam chegado os traidores que através de notícias fantásticas espalhavam o pânico e forçavam, por conseguinte, a debandada, que ia crescendo de vulto de aldeia para aldeia. Ainda mais recentemente, lembremos o que tem sido publicado a respeito da infiltração e da ação dos traidores na guerra do Pacífico, em Havaí ou na Malaia.

Necessário, pois, que todos, com o maior empenho, demonstrando vontade de servir ao Brasil no momento do perigo, procurem compreender as medidas que o Governo está tomando, para a organização definitiva da nossa defesa passiva. Cada um deve estar ciente de seu papel quando soar a hora da necessidade.

MEDIDA DE GRANDE ALCANCE SOCIAL FOI esta que o governo brasileiro tomou, em decreto-lei publicado no mês corrente, no sentido de favorecer a colocação de trabalhadores maiores de quarenta e cinco anos. Esta deliberação em favor daqueles que atingiram uma certa idade e que, por isso mesmo, na concorrência dos emprêgos, são preteridos, de modo natural, por aqueles que se apresentam com maiores vantagens, incluída, aqui, a idade — é profundamente humana.

Antes de ser tomada esta medida, constituia motivo torturante para os que se desempregavam, com uma idade considerada a média da vida entre nós ou mesmo um pouco inferior, o conseguir uma nova colocação à altura de suas possibilidades, afim de recomeçar as suas atividades e viver honestamente. Muitas vezes, por motivos que a própria vida se encarrega de apresentar, um chefe de família numerosa se vê forçado a abandonar o trabalho com que se basta a si e aos seus, seja porque não está com a sua situação segura perante as instituições de previdência social, seja porque o pouco que ganha não é o suficiente para viver. Desemprega-se, com a intenção de, além, colocar-se de modo mais feliz. Quando o seu desejo se realiza, muito bem. Quando, porém, e isso é o que acontece via de regra, ao invés de resolver logo, o seu caso, permanece inativo, fazemos um cálculo das consequências que advirão. Citamos um exemplo que a todo momento se concretiza na realidade.

No enorme jôgo das competições que é a luta pela vida, os que se apresentam com maiores possibilidades de lucro para os patrões são, indiscutivelmente, os preferidos. Isto, aliás, é natural. Entre dois candidatos comprovadamente hábeis, que se apresentam a uma colocação, a não ser que haja motivo especial, a vitória do menos idoso, daquele que se encontra mais cheio de vida, é quase certa. Não há, contudo, homem imprestável. Daí a razão pela qual a nossa legislação social, que já é um punhado de medidas profundamente humanas, se viu, agora, enriquecida, com a medida do governo brasileiro, de amparo aos que

depois dos quarenta e cinco anos necessitam de colocação. E' mais uma proteção, além daquelas contidas nas leis de previdência social, que se institue, em benefício daqueles que já labutaram um pouco e que, por contingências da vida, se viram desempregados.

Não podemos deixar de lado alguns aspectos desta decisão do nosso govêrno, aspectos que bem salientam o profundo significado da medida ora posta em vigor. Assim, o maior de quarenta e cinco anos, ao ser admitido em qualquer função, poderá desistir, expressamente, do benefício da estabilidade do emprêgo, se não trabalhou, nos dois anos anteriores, e a título efetivo, para o mesmo empregador. A desistência, no caso, favorece a colocação. Outro ponto saliente da medida, é aquele que se acha expresso no artigo segundo do decreto-lei: cada empregado brasileiro maior de quarenta e cinco anos admitido em qualquer entidade, determinará, por parte desta mesma entidade, a isenção de um estrangeiro da proporcionalidade de nacionalização do trabalho. Relativamente às instituições subvencionadas pelo Govêrno, são elas obrigadas a manter em seus quadros tantos empregados maiores de quarenta e cinco anos quantas sejam as parcelas de vinte contos dados em subvenção. Quanto às empresas que celebrarem com o Estado contratos de duração superior a seis anos são obrigadas a admitir tantos empregados maiores de quarenta e cinco anos quantas sejam as parcelas de duzentos contos contidas no valor do contrato. Tais medidas, como vemos, se revestem de grande significado social, pois visam resolver problema tão humano, qual seja o do emprêgo dos maiores de quarenta e cinco anos. Enriquece-se, dêste modo, o acêrvo de medidas que protegem o trabalhador nacional.

REALIZOU-SE NO ESTADO DO AMAZONAS, no mês corrente, a anunciada conferência Inter-Municipal destinada a debater assuntos atualmente considerados decisivos na reorganização da economia daquela unidade federativa. Esse conclave, cujos efeitos serão sensíveis ao mundo amazônico, se tornou um fato graças à capacidade empreendedora dos homens que dirigem o grande Estado nortista, os quais, antes de executar o plano gigantesco de soerguimento econômico da região, acharam de toda conveniência consultar, conjuntamente, os representantes dos vários municípios, a fim de serem atacadas as necessidades comunais que merecem solução ime-

diata. Nada mais oportuno, pois, que o se defrontarem, numa assembléia, os prefeitos amazonenses.

A situação internacional afetando todos os países americanos, principalmente depois que os Estados Unidos foram traiçoeiramente atacados, determinou mais uma vez que o vale amazônico se apresentasse aos olhos do mundo como uma de nossas inesgotáveis fontes de recursos naturais, — da borracha, com especialidade — nativa da região e que, em outra época, foi um dos esteios da economia nacional. Novas perspectivas, deste modo, nos trouxe o presente conflito, relativamente às riquezas do vale amazônico, fadado a desempenhar uma grandiosa missão em face das contingências da atualidade.

Certamente, a nota impressionante da Reunião Inter-Municipal do Amazonas foi o discurso de inauguração, pronunciado em solenidade, pelo Interventor Federal no Estado. Ninguém, melhor que aquela autoridade, que há anos vem se absorvendo no trato dos interesses amazônicos, poderia externar tão valiosos conceitos a respeito do significado do conclave, justamente na época em que “se processa e se inicia o maior programa jamais alvitado para estudar as graves dificuldades do Amazonas! E como do entendimento de todos os prefeitos previa-se ficasse resolvido o caminho a seguir sobre os vários problemas que neste momento constituem encargo das autoridades estaduais, no discurso do sr. Alvaro Maia, uma das primeiras passagens de importância, é aquela relativa à proteção do braço nortista, que agora, como no passado, se estende sobre os seringais imensos, a serviço da pátria. Aliás, são do seu discurso as seguintes palavras, cheias de beleza e de exaltação, sobre o despendido nordestino que procura o mundo amazônico:

“Milhares de criaturas vão ser distribuídas pelos municípios, nos seringais destinados à máxima produção, sobre o norteio das autoridades e dos técnicos. Devem ser recebidas com os braços abertos, como parcelas da raça que vão contribuir para a grandeza do Estado”. Mas não apenas sobre os problemas da borracha se limita o Interventor amazonense, ao traçar as diretrizes da Reunião Inter-Municipal. Elogia os traços harmoniosos que sempre tem havido entre fisco e contribuinte, bem como a tolerância do homem público em face da situação de seus jurisdicionados.

Outro assunto de importância, ferido com extrema habilidade no discurso aludido, é o que concerne à necessidade do Estado se bastar a si mesmo. Relembrando a

O ALGODÃO

NÃO fora o risco em que incorremos de sermos tomados por exóticos e, apreciando o panorama político de nossa atualidade, afirmariamos que, através da mais perfeita revolução de princípios, passamos de uma democracia de meios a uma democracia de fins. A plena justificação de semelhante fenômeno exigiria longo arrazoado filosófico que este simples comentário não comporta e, dentre outras coisas, seria importante estabelecer mais uma vez as diferenças de fundo e de forma que caracterizam Revolução e Evolução.

Uma data histórica que sirva de ponto de partida para o estudo prático das relações entre a democracia de meios e a democracia de fins: a daquele discurso do sr. Getúlio Vargas em que declara não haver mais intermediários entre o govêrno e o povo.

A diferença de forma, ou seja do modo como se realiza a democracia de fins: o interesse direto do govêrno na produção. Criou-se no Brasil uma nova órbita para a política. Ao em vez de girar em torno de homens, de entidades, de estados, visando interesses mediatos, marcada de um individualismo século XIX, a política do Brasil moderno visa fins, gravitando ao redor de objetivos concretos. O homem político desloca-se não mais pelo interesse do seu grupo político, mas pelo de uma região, sempre porém dentro da órbita nacional.

De muitos e bem expressivos exemplos que poderíamos citar, colhidos na realidade brasileira, destacamos o da visita a S. Paulo, pelo ministro da Fazenda, sr. Souza Costa, onde a par de outros assuntos tratou da situação da lavoura algodoeira. E' surpreendente a rapidez com que o algodão conquistou uma posição de tamanha importância em nossa economia. São Paulo foi da monocultura cafeeira a uma policultura onde café e algodão lutam pelo primeiro plano. O algodão, cultura recente, nasceu e desenvolveu-se racionalmente, proporcionando paralelamente os recursos da quantidade e da qualidade. Ao lado da cultura temos a industrialização, pela qual podemos oferecer, aos mercados exteriores, além da fibra, os seus variados produtos e sub-produtos. Como falou o ministro Souza Costa, “a técnica e a organização econômica da produção constituem assim o ponto de apoio que permitiu o êxito da produção algodoeira de São Paulo.”

O algodão é um objetivo que deve estar sempre à vista dos agricultores. Estabelecamos para ele bases ainda mais racionais de produção e consumo, estimulando o seu plantio de um modo direto. Sigamos a evolução do nosso consumo industrial e não percamos de vista as possibilidades crescentes do mercado exterior.

circular que dirigira aos prefeitos, no início do ano, o Interventor amazonense frisa a necessidade do Amazonas produzir o indispensável para seu próprio abastecimento, aproveitando-se preciso fôr “os braços válidos das mulheres e dos que ficaram nos lares, impossibilitados para a indústria florestal.”

Cientes, pois, fiquemos, de que o Amazonas trabalha incessantemente pelo seu ressurgimento, premido pelas circunstâncias internacionais e para bem do Brasil. Aguardemos as consequências que advirão da Assembleia Inter-Municipal, ora realizada em Manaus.

AS AGRESSÕES TOTALITÁRIAS VOLTADAS contra o Brasil não cessaram. Prosseguem, de modo covarde, atentando contra as nossas propriedades, e mais que isto, contra a vida de nossos irmãos que, patrioticamente, cumprem a sua missão no mar. Desta vez já não mais aludiremos aos barcos afundados em dias passados, e sim aos dois crimes recentes que consternaram a família brasileira, causando revolta à consciência pública de todo o país.

O “Comandante Lira” agredido brutalmente, como costumam agir os totalitários, foi atingido por vários torpedos, em pleno Atlântico, quando navegava rumo à América do Norte, realizando, pacificamente, o nosso comércio exterior. Os submarinos do Eixo, todavia, desta vez falharam nos seus propósitos destruidores: os torpedos desferidos contra o nosso navio não conseguiram afundá-lo, e graças ao arrojo de nossos marujos, que mais uma vez tiveram oportunidade de pôr à prova a sua perícia, o “Comandante Lira” pôde chegar a um porto nacional, escapando, ilesos, todos os seus tripulantes. Frustrada, assim, a ira dos ditadores, nesta ação de pirataria, nem por isso a consciência nacional deixou de ver, em gesto tão repugnante, o desespero dos facistas dirigido contra os povos inocentes.

O outro crime recente, que de modo mais doloroso consternou o povo brasileiro, foi o afundamento, em princípios do mês corrente, do navio nacional “Gonçalves Dias”, quando se dirigia para os Estados Unidos, à altura do mar das Caraíbas, onde mais intensa se desenvolve a ação submarina dos ditadores. Foi o sétimo navio brasileiro afundado, desde o início do atual conflito. E como nos casos anteriores, houve perecimento de vidas, circulando a notícia de mais essa violação dos nossos direitos, por todo o território nacional.

Observa-se, no entanto, que não há desânimo por parte da população. Os bens dos súditos do Eixo residentes em nosso país continuam respondendo pelos prejuízos que nos são infligidos. As famílias dos marinheiros mercantes, que morrem cumprindo a sua missão, estão, justamente, recebendo de parte do governo, a proteção que bem merecem. Povo e autoridades, diante da situação, como nunca, têm sabido identificar-se admiravelmente, afim de, num só bloco, poderem enfrentar as vicissitudes da hora presente.

Não há desânimo, repetimos. Não nos intimidam os atos de barbaria perpetrados contra a nossa civilização de povo livre. Continuaremos — porque assim o decidimos e porque assim se externam os sentimentos do povo brasileiro — a enviar para a grande nação do norte, os nossos produtos, cientes de que estamos concorrendo para a vitória da causa aliada. Não nos intimidam as ameaças da campanha submarina que se desenvolve em todos os mares, em guerra de extermínio contra os que pretendem viver

em liberdade. Estamos empenhados na causa das democracias, e por ela iremos ao sacrifício, cientes de que não estamos traindo a dignidade humana.

FOI ASSINADO O DECRETO-LEI N.º 4.360, DE 5 de junho corrente, o qual veio modificar o penhor rural brasileiro tal como era regido, de acordo com a lei n.º 492, de 30 de agosto de 1937, lei que já constituía uma alteração no texto do nosso Código Civil, no concernente ao assunto. É mais uma disposição legal visando favorecer aqueles que labutam no campo, empregando os seus esforços para, em última instância, prestarem valioso serviço à economia nacional.

Encarado sob o ponto de vista jurídico, o penhor rural tem uma feição própria. No penhor — aqui entendida a expressão de modo genérico — como direito real de garantia, uma das características consiste no deslocamento da coisa apenhada, do poder de seu verdadeiro proprietário, para o de outrem. Em se tratando de penhor rural — agrícola ou pecuário — os bens oferecidos como garantia continuam em poder do seu legítimo dono. É uma peculiaridade do instituto que se justifica com facilidade. Geralmente, os que apenham os seus instrumentos de campo, os seus frutos pendentes ou os seus rebanhos, pretendem movimentar os seus interesses, que, não deixam de ser parcelas dos interesses da comunidade. Nada mais justo, pois, que os agricultores e os criadores continuem na posse dos bens apenhados.

Esta peculiaridade do penhor rural o destaca do penhor nos seus traços gerais, tal como previsto na lei civil comum brasileira, para não dizer no direito de propriedade de todos os povos, isto é, — como uma garantia real.

Acontece, todavia, que no próprio interesse daqueles que o praticam, devem ser firmados, pelo Estado, os prazos dentro dos quais os direitos de ambas as partes se resolvam da melhor maneira. Daí a grande importância dos prazos no penhor rural, os quais, por conveniência, não podem ser relegados pelos poderes públicos. Se o agricultor que oferece seus bens em garantia — embora continue na posse dos mesmos — sob o ponto de vista legal, que corresponde ao bom senso, tem o direito de esperar os proventos de sua colheita, da safra vindoura, para resgatar os seus compromissos, por outro lado, aquele que lhe fornece, mediante penhor agrícola, os meios necessários para que movimente a sua plantação, não deve ser esquecido. Os compromissos assumidos requerem liquidação, dentro de determinado prazo. E para salvaguardar os interesses em jogo, o Estado faz valer a sua autoridade, evitando que os desentendimentos pessoais que possam surgir venham, porventura, causar danos à agricultura. Por isso mesmo, o decreto a que estamos aludindo é de grande relevância para os que se consagram à vida do campo.

Pela nova lei, o prazo do penhor agrícola não ultrapassará de dois anos, devendo ser mencionada, no contrato, a época da colheita futura apenhada. Esse prazo, no entanto, poderá ser prorrogado por mais dois anos, e, embora vencido, subsiste a garantia enquanto subsistirem os bens que a constituem. Como vemos, há ampla margem para que o agricultor assumia compromissos em benefício de seu plantio, sem o risco de ser despojado, de um momento para outro, de suas propriedades. O decreto ora publicado, constitui, pois, medida de proteção à lavoura nacional.

Aliás, não somente à lavoura se referiu o ato do Governo Federal. Também a pecuária mereceu as vistas do Estado. O prazo do penhor pecuário, de agora em diante,

não será superior a três anos, podendo ser prorrogável por igual período.

Novos rumos acabam, pois, de ser traçados ao pe-
nhor rural no Brasil.

A CARESTIA DE VIDA, NO MOMENTO ATUAL, problema que tem merecido os mais detalhados estudos dos técnicos em assuntos econômicos, os quais procuram esclarecê-lo, no seu todo complexo, dada a magnitude com que se nos apresenta. De fato, é indiscutível a importância deste fenômeno, que se manifesta, indistintamente, na vida de todos os povos. Certamente, encontraremos as suas origens na depressão econômica que o mundo presenciou, a partir de fins de 1929, a qual deu motivos a que cada Estado adotasse medidas de proteção ao seu comércio, aos seus interesses em face dos demais. E' o protecionismo regulando o jogo das competições. Passada, porém, esta fase anormal, reestabeleceu-se o comércio internacional, de modo mais ativo, verificando-se, todavia, alteração nos preços das mercadorias e do trabalho humano, e, em consequência, aumento nos preços das utilidades.

Constata-se, porém, que não houve uma correspondência entre o aumento do custo das cousas em geral e o poder aquisitivo. Daí o desequilíbrio, os preços elevados, a carestia de vida. E', pois, um problema que se encontra profundamente arraigado aos fatos mais complexos da vida de todos os povos. Deixemos, de lado, no entanto, o problema da carestia de vida no exterior, e encarêmo-lo no ambiente brasileiro, tal como se nos apresenta.

Com a intensificação do nosso comércio exterior, que conta, principalmente, com uma grande percentagem de matérias primas agrícolas, e com o desenvolvimento de nosso parque industrial, tivemos falta de trabalho normal nos campos, o que determinou alterações em nossa produção agrícola, que em grande parte consistia em gêneros alimentícios. Tivemos, assim, aumentada, a produção de matérias primas agrícolas, mas em compensação, vimos diminuída a quantidade de gêneros alimentícios que produzíamos, o que provocou aumento de seu preço. Isto no que diz respeito aos problemas da alimentação. Em tudo o mais, entretanto, se verificou aumento de preço. A carestia é geral motivada, como vimos, por profundos fenômenos econômicos não muito ao alcance da compreensão de todos.

Tem havido aumento de circulação fiduciária entre nós, e como consequência, subiram os preços no mercado interno ao mesmo tempo que se desvalorizou o mil réis. Enquanto isso se passava as dificuldades de viver aumentavam.

Para minorar tamanho mal, é indispensável consideremos a realidade brasileira tal como ela se apresenta nos fatos mais comuns da vida, afim de não falharmos neste problema de interesse primordial para qualquer governo: adoção de medidas que concorram para atenuar as consequências da carestia, o que importa dizer, que concorram para que os menos favorecidos levem vida melhor e mais feliz.

ENCONTROU A MAIS AMPLA REPERCUSSÃO em todos os setores da vida nacional o discurso pronunciado, recentemente, em S. Paulo, pelo Ministro Artur de Souza Costa, por ocasião de sua visita àquele próspero Estado. A oportunidade das palavras do titular da Fazen-

da, principalmente por terem sido ouvidas, de perto, pelos componentes da Federação das Indústrias Paulistas, é digna de nota. O seu ponto de vista — que é também o do nosso governo — mereceu os mais vivos aplausos em todo o país, em virtude de coincidir com as aspirações gerais, num momento de expectativa para a nação. De fato, na essência, o discurso do snr. Souza Costa corresponde, nada mais nada menos, a uma doutrinação serena a respeito da nossa realidade na hora presente, doutrinação que justificadamente deve ser considerada como um programa por parte daqueles que influem no nosso desenvolvimento industrial. Nada mais adequado, pois, do que ter êle sido pronunciado em São Paulo — o nosso grande parque industrial — e entre aqueles que mais se interessam pelo assunto — os industriais paulistas. E para satisfação de todos os que vêem no nosso desenvolvimento industrial a própria grandeza do país, ficaram esclarecidas, de maneira inconfundível, as verdadeiras diretrizes do industrialismo brasileiro, na hora presente.

De antemão, observa-se na mensagem nacionalista que o Ministro da Fazenda dirigiu aos grandes industriais paulistas — “o único no mundo” — conforme se expressou. E essa sua preocupação, dá margem até mesmo para que a paulicéa seja motivo de grande trecho de seu inolvidável discurso. De fato, S. Excia. referiu-se, de maneira feliz às manufaturas paulistas, bastantes para consumo interno, já penetrando no comércio externo. Ressalta os benefícios dispensados à indústria nacional pela administração do país — os direitos isentos — por exemplo — bem como a adoção de medidas que não ofereçam vantagem à entrada, em nosso terra, de mercadorias estrangeiras que encontrem similar de fabricação nacional. Salienta — para orgulho de todos os brasileiros, — o incontestável surto industrial paulista, a partir da Grande Guerra mundial de 1914, desde quando vem marchando galhardamente até os dias que correm. E demonstrando as suas qualidades de homem de cultura, dotado de enorme visão prática, o sr. Souza Costa proclama a necessidade de apoiar-se o nosso parque industrial nos ensinamentos que nos ministram a técnica de trabalho, sem a qual “desaparecerão as razões que justificam a proteção do Estado” às nossas indústrias, favorecendo-lhes o mercado interno, e em última instância, o mercado externo, apontando o protecionismo industrial tal como existe entre nós, como uma solução transitória de nossos problemas, tendente a facilitar a expansão de nossas indústrias.

Mas o ponto central do discurso do Ministro da Fazenda reside na passagem profundamente nacionalista em que Sua Excia., advogando os legítimos interesses gerais, proclama a necessidade de que nossa indústria, na hora presente, após anos de concessões recebidas, “se compenetre da tarefa que lhe é exigida no momento atual caracterizado pela necessidade de sacrifícios.” E num gesto de alto significado, que sobrepassa quaisquer sentimentos egoísticos, continua o sr. Souza Costa: “os lucros altos que a situação da guerra permite precisam ter um destino nacional.” Incontestavelmente, assim falando aos industriais da paulicéa, representantes da verdadeira indústria brasileira, o Ministro da Fazenda frisou a sua vontade, sentida por todos, de ver atenuadas, em nossa terra, as necessidades que, cada dia que passa, se concretizam na carestia de vida.

Como nunca, a época exige espírito de renúncia. Daí as razões do snr. Souza Costa, assim se expressando, assim procedendo perante os industriais da paulicéa, para a felicidade do Brasil.

NA SITUAÇÃO ATUAL DO MUNDO TALVEZ seja natural que as incertezas quanto ao futuro tendam a monopolizar a nossa atenção. Como consequência da guerra a economia do País já sofre grandes modificações e a situação continua mudando rapidamente, apresentando novos problemas para serem resolvidos. Muitos são os produtos cuja exportação tem sido grandemente aumentada, ocasionando assim uma exploração mais intensiva dos nossos recursos. Por outro lado, a dificuldade em conseguir do exterior os suprimentos necessários tem dado um impulso a vários setores da produção nacional. E a expansão industrial não serve apenas para compensar a carência de mercadoria importada.

O desenvolvimento de nossas indústrias está atualmente em jogo. Das medidas que forem tomadas agora em grande parte depende o nosso futuro. Por isso devemos incentivar a instalação de indústrias e o aumento da produção.

Já temos a prova de que a indústria nacional está perfeitamente em condições de concorrer no mercado internacional. Há, porém, outro aspecto da rápida evolução econômica que vem se processando, aspecto este que não recebe a atenção que merece. Queremos nos referir à indústria extrativa e especialmente à produção de carvão de pedra. Seria supérfluo insistir na importância deste produto no presente momento. Não é simplesmente o caso que recebemos com dificuldade suprimentos do exterior necessários para consumo nacional. O estabelecimento de novas empresas industriais e a atividade mais intensa das existentes tem aumentado consideravelmente a procura para carvão de pedra. O progresso da produção do carvão nacional é objeto de um estudo numa edição recente da "South American Journal" de Londres.

Constata que a exploração do nosso carvão data de 1822, e que, embora estimulado com a constituição das primeiras estradas de ferro, em 1854, registrou um progresso relativamente lento, atingindo uma produção de 15.000 toneladas em 1915. A guerra de 1914-18 incentivou a produção e assim em 1920 alcançou uma quantidade de 300.000 toneladas. No decênio de 1920 a 1930 diz o articulista que não houve grande progresso, sendo a produção neste último ano de 385.000 toneladas, ou seja um aumento de 28%. Mas com o advento do Governo do Presidente Getúlio Vargas, o carvão nacional foi incluído no programa compreensivo de expansão econômica nacional.

Quer isto dizer que logo em 1930 o Governo reconheceu e com grande precisão cuidou do desenvolvimento deste importante produto. Os dados exprimem com singular eloquência a significação desta medida. Em 1940 a produção foi de 1.336.000 toneladas, ou seja um aumento de 247% em comparação com a produção de 1930. E foi também no ano de 1940 que a produção nacional ultrapassou a quantidade importada. O artigo supra citado chama a atenção para a significação do estabelecimento da indústria siderúrgica nacional em Volta Redonda, o que será mais um impulso à expansão da produção de carvão nacional.

Nas condições atuais, e em vista do fato que para uso industrial os suprimentos de carvão tem que ser garantidos, podemos apreciar o quanto o País é devedor à política inaugurada em 1930. Finalizando, salienta o articulista o fato de ser o Brasil um exportador de carvão, e que a exportação, principalmente para a Argentina, está crescendo rapidamente.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO

VALENTIM F. BOUÇAS
DIRETOR

JORGE COELHO BOUÇAS
Redator-Chefe

VICTOR COELHO BOUÇAS
Tesoureiro

GUILHERME GARCIA DALE
Chefe de Publicidade

Colaboração permanente de
Stuart Gray Roberts e José Maria Belo
Propriedade da
Sociedade Editora "O Observador", Ltda.

Correspondentes especiais em
Londres, Paris e Nova York

Publicação mensal

Redação: Av. Graça Aranha, 182, 9.º andar
Caixa Postal 3.114 — Telegrafas:

"Observador"

Tels. { Redação — 42-6995
Gerência — 42-5519

SUCURSAIS

SÃO PAULO — Diretor: Humberto Bastos — Edifício Barão de Piracicaba — Rua José Bonifácio, 278 — 5.º and. Salas 515/6 — Tel.: 3-6060 — São Paulo.

MINAS GERAIS, GOIAZ e MATO GROSSO — Diretor: Dr. Moacyr Assis Andrade — Edifício Guimarães, Avenida Afonso Pena, 952 — 3.º andar — Tel.: 2-5046 — Belo Horizonte.

RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA e PARANÁ — Diretor José de Souza Lobo — Rua dos Andradas, edifício Sloper, 5.º and., tel. 4780 — Caixa Postal 571 — Porto Alegre.

AGÊNCIAS NOS ESTADOS

RIO DE JANEIRO — Viuva Vicente Santana & Filhos — Avenida 7 de Setembro, 167 — Campos.

PARANÁ — Barbosa & Giglio — Rua XV, n.º 257 — 2.º — Curitiba.

ESPÍRITO SANTO — Dr. Alcides Guimarães — Rua Jerônimo Monteiro, 382 — 1.º andar — Vitória.

BAÍA — Lar Baiano Comercial Ltda. — Praça Cairú, 19 (térreo) — Tel.: 5455 — Salvador.

ALAGOAS — Enéias Pontes — Rua Boa Vista, 209 — Maceió.

PERNAMBUCO — Sociedade de Expansão Comercial (S. E. P. A.) — Rua da Concórdia, 176 — Cx. Postal 23 — Tel.: 6235 — Recife.

PARAÍBA — Dr. Orris Barbosa — Redação da "A União" — João Pessoa.

CEARÁ — José Edésio de Albuquerque — Praça do Ferreira, 98 — Fortaleza.

PARÁ — Dr. Chrysanthemo de Souza — Tesouro do Estado — Palácio do Governo — Belém.

AMAZONAS — Jorge de Andrade — Diretoria da Fazenda — Manaus.

Fotografias de Mozart Alves da Silva

NÚMERO AVULSO 5\$000

MÊS ANTERIOR 10\$000

NÚMEROS ATRAZADOS — Preços variáveis

ÍNDICE SEMESTRAL — 10\$000

ASSINATURAS

CAPITAL E ESTADOS

Ano (com 2 índices) 60\$

Semestre (com 1 índice) 35\$

EXTERIOR

Ano U. S. \$5.00

As opiniões expendidas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Todos os artigos publicados são inéditos e escritos especialmente para esta Revista.

COMERCIO EXTERIOR

A PARTIR desta edição resolvemos dedicar maior espaço ao comentário que mensalmente oferecemos sobre o nosso comércio exterior. Tal medida, certamente, não deixará de merecer os aplausos dos nossos leitores, desde que a situação atual do mundo traz dificuldades e complicações cada vez maiores para o desenvolvimento e o progresso da vida econômica da Nação e, mesmo porque, dependendo o nosso destino, mais do que nunca, da política traçada e das medidas adotadas pelo Governo, cabe, a cada um de nós, a obrigação direta e ineludível de estudar, com toda atenção, o desenrolar dos acontecimentos mundiais para podermos prestar uma colaboração, inteligente e eficiente, visando o bem estar da coletividade.

O PROGRESSO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Os últimos dados publicados pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda abrangem o período compreendido até o fim do mês de abril transacto. Como já temos afirmado em comentários anteriores, um dos resultados provenientes da guerra é a falta de transporte marítimo, e por conseguinte é de esperar que os dados de exportação e de importação demonstrem grandes variações de estação, que antigamente eram tão claramente refletidas nas estatísticas, podem agora deixar de ter a sua significação lógica. Para salientar ainda mais este, entre outros fatos, vai este comentário acompanhado de dois gráficos, um mostrando o movimento mensal da exportação e da importação desde o início do ano de 1937, na base de valor computado em moeda nacional, e o outro demonstrando a relação mensal entre o valor total da exportação e o da importação, ou seja o saldo comercial.

Para concretizar os mesmos fenômenos mediante os dados absolutos, apresentamos uma tabela do movimento mensal do comércio exterior desde o mês de janeiro do ano passado. Assim torna-se possível ao leitor apreciar o nosso comentário interpretativo na base dos dados originais e estudos outros pormenorizados do nosso comércio.

A EXPORTAÇÃO

A situação da exportação continua altamente animadora, e, considerando as dificuldades excepcionais, os resultados alcançados são notáveis. No mês de abril o valor total de mercadorias embarcadas para o exterior atingiu quase 800 mil contos de réis. Basta dizer que este total ultrapassa de mais de 100 mil contos o melhor resultado mensal até então registado, que foi em novembro do ano passado. A média mensal do primeiro trimestre do presente ano foi somente de 600 mil contos, e o total da exportação durante os quatro meses de janeiro a abril foi 37% superior ao total do período correspondente do ano passado. E houve acôrdo geral quanto ao fato de que, nas nossas transações com o exterior, o ano de 1941, deu um resultado bem satisfatório. Mas, enquanto registamos o fato do surto excepcional da exportação no mês de abril, devemos reconhecer também que nos meses seguintes é mais provável que a escassez de transporte não permitirá a continuação do mesmo nível elevado. Outro fator importante no desenvolvimento da exportação é a tendência geral dos preços para subirem. Portanto uma determinada quantidade fixa, de produtos de exportação, alcançará um valor sempre maior enquanto continue essa tendência. Porém, a consideração capital em relação à situação atual é o êxito dos esforços do Governo e dos particulares não somente para conseguir vendas de grande vulto, para o exterior, mas também o embarque de quantidades apreciáveis. O problema de transporte continua sendo o ponto central da situação, e a medida que as dificuldades atuais são vencidas, os grandes stocks de mercadorias ora acumulados nos portos, seguirão para o seu destino e então os dados de valor mensal de exportação alcançarão sem dúvida níveis até hoje nunca atingidos. Reconhecemos porém que a solução deste problema depende de muitos fatores e inevitavelmente precisará algum tempo para ser colimada. Entrementes podemos confiar na vigilância do nosso Governo, que assegurará justiça entre interesses particulares e o máximo proveito das facilidades disponíveis.

A IMPORTAÇÃO

Passando agora a examinar o movimento da importação verificamos que, na base de valor, as variações dos totais de mês para mês são maiores e mais frequentes do que no caso da exportação. Contribue para isto o fato de muitos artigos que precisamos importar estarem sujeitos a restrições no país de origem. E' este o caso da grande maioria das manufaturas e matérias primas que desde muito tempo tem constituído parte essencial da importação total. Nos meses de janeiro e fevereiro do presente ano o movimento da importação foi sensivelmente inferior à média mensal de 1941. Em março porém alcançou a quantia record de 626 mil contos, caindo, no mês seguinte, para 302 mil contos. E' de esperar, portanto, que enquanto durar a falta de navios, e as dificuldades em conseguir no exterior os suprimentos que precisamos, continuarão as grandes variações nos totais mensais. Tomando em conjunto os primeiros quatro meses do ano em curso é digno de nota que a importação registou um valor 14% superior ao total dos mesmos meses de 1941. Como no caso da exportação, temos de lembrar que, desde o ano passado, o nível geral dos preços tem subido apreciavelmente. A característica mais importante da presente situação do nosso comércio internacional é justamente a dificuldade de conseguirmos os suprimentos essenciais em quantidades suficientes.

O SALDO COMERCIAL

Desde o começo do ano passado o valor da importação mensal só ultrapassou o da exportação duas vezes — em março de 1941 e em março deste ano.

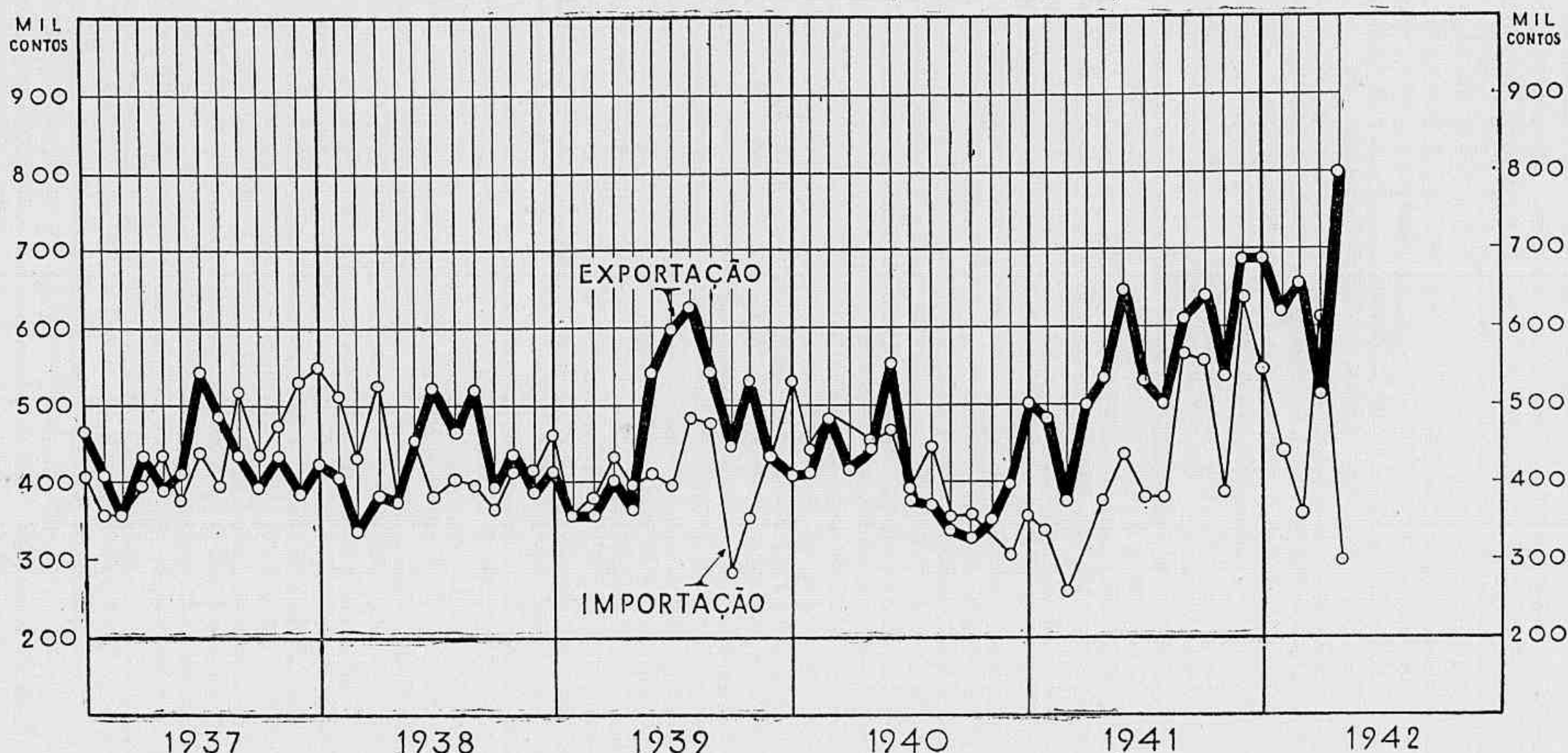
Para tirar uma conclusão mais segura quanto às tendências fundamentais é melhor concentrar atenção sobre os resultados verificados para períodos maiores de um mês. E esta consideração aplica-se não somente aos casos em que o saldo comercial mensal é negativo. E' igualmente aplicável quando houver um saldo positivo de proporções excepcionais. Este é o caso do mês de abril, quando, como resultado da coincidência de um nível de exportação muito eleva-

do e de um nível de importação muito baixo, acusou um excesso de exportação de quase meio milhão de contos. O saldo total dos quatro meses de janeiro a abril atinge à quantia de 850.000 contos contra 369.000 contos no mesmo período de 1941. Como já temos apontado nestas colunas, o montante do saldo comercial não tem mais a mesma significação que tinha em tempos normais. Isto não quer dizer que podemos ou deve-

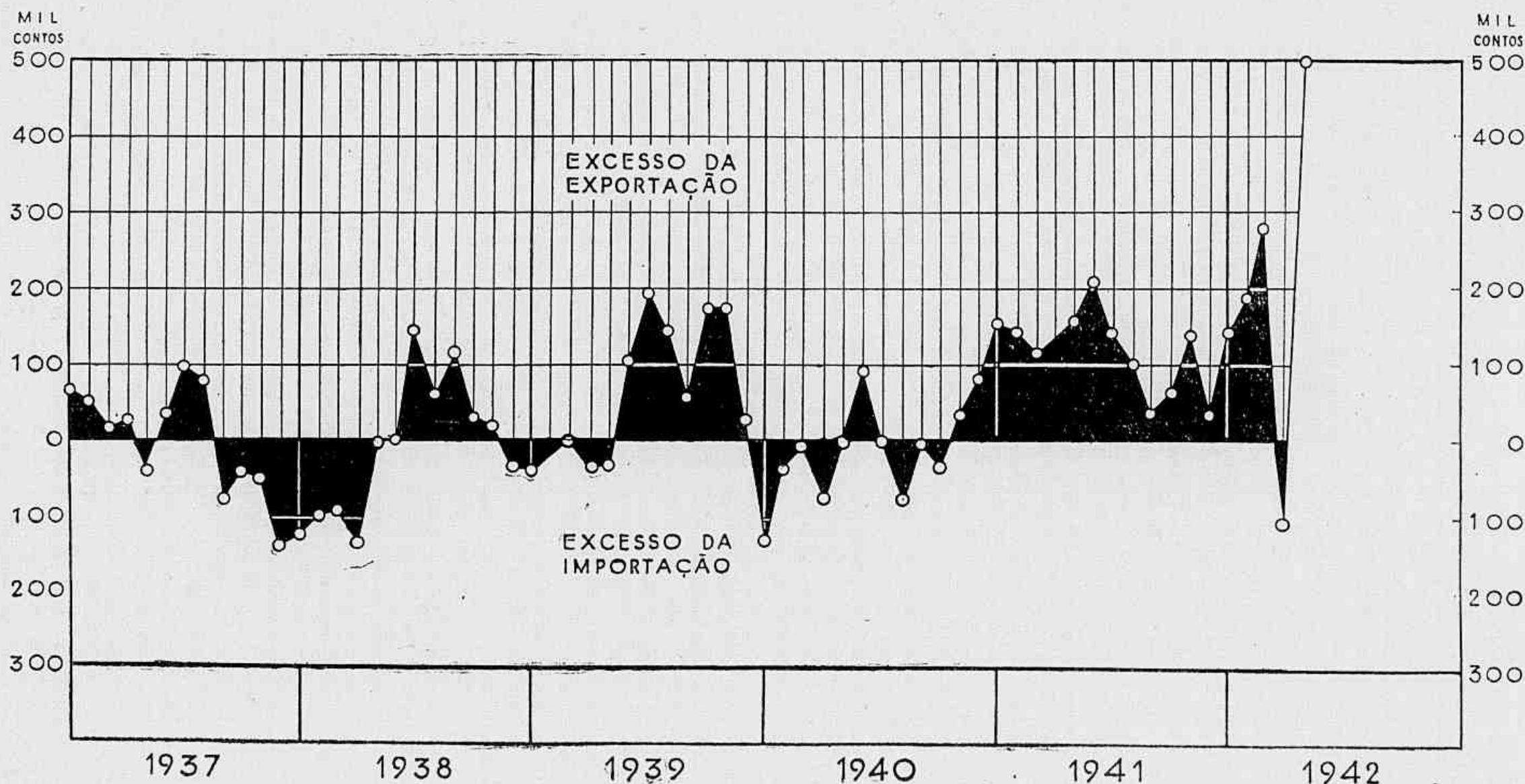
mos ser indiferentes à quantia ou natureza do saldo. Queremos apenas salientar o fato de que as circunstâncias fundamentais do comércio exterior tem sofrido uma modificação radical, fato êste de máxima importância, que deve ser constantemente lembrado. Antes da guerra o comércio internacional era livre, usando esta palavra num sentido relativo para indicar que não existiam os entraves hoje em dia tão grandes em número e tão poder-

osos na sua influência. Havia igualmente abundância de produtos de toda espécie, e, talvez ainda mais importante, uma abundância de transporte rápido e eficiente. Nessa época a existência de um saldo comercial era altamente desejável, senão imprescindível, para o progresso sólido da economia do País, porque permitia um câmbio estável, e a importação de bens capitais que são a base do desenvolvimento das riquezas naturais.

VALOR EM CONTOS DE RÉIS DA EXPORTAÇÃO E DA IMPORTAÇÃO



DEMONSTRATIVO DO SALDO EM CONTOS DE RÉIS



EXPORTAÇÃO NO MÊS
DE ABRIL

Analisando por mercadorias, na ordem da contribuição de cada produto para o total geral, verificamos que o café ocupa o primeiro lugar. A quantidade embarcada para o exterior durante o mês de abril, 950.000 sacas, registou um valor de quase 260.000 contos, ou seja 32,5% da exportação total. O café, portanto, continua como a pedra angular da economia nacional, e a situação satisfatória deste produto é pois de importância capital em relação ao conjunto da exportação total. O segundo lugar é ocupado pelo algodão (em rama, fio, linters, resíduos, etc.) representando 11,25% do total na base de valor. Logo em seguida temos as carnes em conserva e frigorificadas 10,03%, tecidos de algodão 9,25% e cristal de rocha 8,92%. Contribuem peles e couros com 6,25% do total e cera de carnauba com 3,32%. Assim, só estes sete itens compreendem mais de 81% do total. Entre eles, cristal de rocha e cera de carnauba têm uma importância especial como matérias estratégicas. Os dados do mês de abril evidenciam mais uma vez a expansão rápida da exportação de manufaturas, classe em que os tecidos de algodão representam mais de três quartos do total.

A este respeito um confronto dos dados de janeiro a abril deste ano com os do mesmo período de 1941 é altamente eloquente. Em 1941 o valor total das manufaturas exportadas foi de 40.000 contos, ou seja 2,1% da exportação total. Nos primeiros quatro meses do presente ano atingiram as manufaturas exportadas um valor de 267 mil contos, 10,3% da exportação total.

A DISTRIBUIÇÃO GEO-
GRÁFICA

As modificações verificadas na distribuição geográfica da exportação e da importação resultam em grande parte da conflagração mundial. Há, porém, outro fator, isto é, a exploração mais intensiva de certos mercados ainda acessíveis, uma possibilidade que já se tornou uma realidade graças a inteligente e enérgica iniciativa do Governo. Comparando os meses de janeiro e abril deste ano com igual período de 1941 verificamos as modificações processadas neste intervalo de tempo relativamente curto. Quanto à exportação os países da América do Norte e Central tomaram neste ano uma proporção

Exportação e Importação, por meses

MESES	QUANTIDADE EM TONELADAS			VALOR A BORDO NO BRASIL EM CONTOS DE RÉIS		
	1941	1942	+ ou — em 1942	1941	1942	+ ou — em 1942
EXPORTAÇÃO						
Janeiro....	274.735	289.805	+ 15.070	482.283	624.953	+ 142.666
Fevereiro...	219.953	237.893	+ 17.940	372.552	662.937	+ 290.385
Março.....	299.949	212.751	— 87.198	501.701	514.841	+ 13.140
Abril.....	304.373	236.894	— 67.479	541.976	799.023	+ 257.047
Maio.....	340.523	—	—	649.915	—	—
Junho.....	256.299	—	—	533.323	—	—
Julho.....	277.832	—	—	498.665	—	—
Agosto....	333.570	—	—	612.480	—	—
Setembro...	323.761	—	—	631.840	—	—
Outubro...	324.365	—	—	532.815	—	—
Novembro..	272.741	—	—	686.448	—	—
Dezembro..	307.456	—	—	681.644	—	—
12 meses	5.555.557	—	—	6.725.646	—	—
IMPORTAÇÃO						
Janeiro....	246.138	323.252	+ 77.114	347.331	436.500	+ 89.169
Fevereiro...	259.446	278.152	+ 18.706	259.310	386.272	+ 126.962
Março.....	389.303	447.409	+ 58.106	540.888	626.536	+ 85.648
Abril.....	280.914	164.468	— 116.446	382.056	302.229	— 79.827
Maio.....	337.475	—	—	438.094	—	—
Junho.....	248.408	—	—	396.161	—	—
Julho.....	373.307	—	—	396.803	—	—
Agosto....	431.826	—	—	580.085	—	—
Setembro..	402.106	—	—	576.916	—	—
Outubro...	305.974	—	—	389.416	—	—
Novembro..	379.738	—	—	658.219	—	—
Dezembro..	394.703	—	—	549.138	—	—
12 meses	4.049.558	—	—	5.514.417	—	—
+ OU — NA EXPORTAÇÃO						
Janeiro....	+ 28.597	— 33.447	—	+ 134.956	+ 188.453	—
Fevereiro...	— 39.493	— 40.259	—	+ 113.242	+ 276.665	—
Março.....	— 89.354	— 234.658	—	— 39.187	— 111.695	—
Abril.....	+ 23.459	+ 72.426	—	+ 159.920	+ 496.794	—
Maio.....	+ 3.048	—	—	+ 211.821	—	—
Junho.....	+ 7.891	—	—	+ 137.162	—	—
Julho.....	— 95.475	—	—	+ 101.862	—	—
Agosto....	— 98.256	—	—	+ 32.395	—	—
Setembro..	— 78.345	—	—	+ 54.924	—	—
Outubro...	+ 18.391	—	—	+ 143.399	—	—
Novembro..	— 106.997	—	—	+ 28.229	—	—
Dezembro..	— 87.247	—	—	+ 132.506	—	—
12 meses	— 515.781	—	—	+ 1.211.229	—	—

menor das nossas vendas totais do que em 1941, 59,81% contra 62,37%. Em compensação as vendas para os países da América do Sul passaram de 10,06% para 18,86%.

A exportação para a Ásia que em 1941 representa 10,62% nem atingiu 1% em 1942. Para a Europa a proporção do total aumentou de 15,67% para 19,55%. É permissível insistir que estamos demonstrando as modificações na importância relativa dos vários continentes, porque como consequência do aumento no valor total da exportação de 1941 para 1942 acontece que o valor absoluto das vendas, por exemplo, à América do Norte e Central em 1942 (59,81% do to-

tal), é maior que o valor absoluto das vendas em 1941 (62,37% do total).

Na importação verifica-se uma tendência semelhante. Como fonte de suprimento a importância relativa da América do Norte e Central diminuiu, o que aconteceu também com a Europa. Do outro lado a América do Sul forneceu 21,11% da nossa importação contra somente 13,19% em 1941. Em dados absolutos de valor representa isto um aumento de 85%. A descoberta das potencialidades das repúblicas irmãs deste continente como compradores e vendedores, dentro das possibilidades das nossas necessidades tem sido um fato muito feliz.

COMERCIO INTERIOR

COM o intuito de oferecer aos nossos leitores uma orientação cada vez mais perfeita no que diz respeito à economia nacional, iniciamos com este número de O OBSERVADOR um comentário que aparecerá mensalmente, versando sobre o comércio interno. Acompanhando assim paralelamente a apreciação analítica do desenvolvimento do comércio exterior mês por mês, estaremos apresentando uma crônica sintética e absolutamente em dia das últimas realizações em relação ao progresso da economia nacional. O nosso objetivo principal é o de fornecer ao leitor não simplesmente um catálogo dos fatos ocorridos, mas sim, mediante um estudo acurado e uma interpretação objetiva, uma indicação da natureza e importância relativa às tendências fundamentais. E, para o homem de negócios, como também para os dirigentes da política governamental, que hoje em dia se acham sobrecarregados de preocupações de toda natureza — achamos que o nosso serviço será mais do que útil, obedecendo à diretriz fundamental desta revista, que sempre foi a de pôr em foco os interesses verdadeiramente nacionais, contribuindo assim para a grandeza e prosperidade da Pátria.

A NATUREZA DO COMÉRCIO INTERNO

Como já temos feito a discriminação entre o comércio exterior e o interior, fazendo um comentário separado para cada um, será conveniente examinar a natureza destes dois setores de nosso comércio. Para expor em poucas palavras o conceito básico quanto a atividade econômica, podemos dizer que cada indivíduo tem necessidades materiais a serem satisfeitas. Ele precisa de comida, de habitação, de vestuário e assim por diante. E, para garantir a satisfação destas múltiplas necessidades ele tem que contribuir na produção do suprimento total de bens e serviços precisos para atender às necessidades do conjunto da coletividade. Esta contribuição não é sempre a participação pessoal e direta num ou noutro dos processos de produção; pode ser igualmente que o indivíduo fique afastado de qualquer atividade produtiva, mas aplique a propriedade ou os seus capitais para este fim. Em

qualquer hipótese, porém, podemos dizer que cada indivíduo, afim de poder consumir, tem que produzir também, e por conseguinte deve ser considerado como consumidor e como produtor ao mesmo tempo. Continuando com o exemplo do indivíduo como produtor, e no caso mais comum, isto é, de participação pessoal, é evidente que a mercadoria para cuja produção ele contribue pode destinar-se ao consumo nacional, isto é, dentro do país, ou igualmente pode ser vendida para consumo no estrangeiro. E' este o caso do nosso produtor de café, de algodão, de cacau e de muitos outros produtos. Considerando agora o aspecto do indivíduo como consumidor, verifica-se o mesmo fenômeno. De todas as mercadorias e serviços que ele habitualmente consome, uma parte são de origem exclusivamente nacional, outra parte de origem estrangeira, enquanto outra parte, ainda, é uma mistura de elementos nacionais e importados.

Se fôsse possível apurar a proporção da população total que não produz coisa alguma para ser exportada, nem consome artigos inteiramente ou parcialmente de origem estrangeira, mostraria sem dúvida uma proporção muito pequena. Demonstra isto que às nossas relações comerciais com os outros países do mundo penetram profundamente até atingir a grande maioria de nossa população. Há também outro fenômeno digno de registro neste particular. Os produtos nacionais destinados à exportação, são geralmente vendidos várias vezes antes da transação final pelo qual passam para o dono estrangeiro. E, da mesma maneira os produtos que importamos são várias vezes revendidas antes de chegar nas mãos do consumidor final. Isto posto, estamos agora em condições de indicar não somente os limites dos respectivos campos do comércio exterior e interno, mas também de demonstrar a verdadeira natureza deste, muitas vezes impreteritamente compreendida. O campo do comércio exterior abrange somente a venda de mercadoria para o exterior, e a compra no estrangeiro. Representa enfim, um movimento internacional de mercadoria. Não devemos esquecer o fato de que a mercadoria exportada não é sempre exclusivamente de produção nacional.

Por exemplo importamos juta, o que mais tarde é exportada como sacas para café. De modo geral porém exportamos mercadoria de produção nacional, e importamos mercadoria para consumo dentro do país ou do seu cliente ou fornecedor no estrangeiro. Por conseguinte o campo do comércio interno abrange as transações concluídas dentro do país, quer dizer todos os casos em que o vendedor como o comprador estão localizados dentro das fronteiras nacionais. Mas, como já temos demonstrado, uma parte importante do total dessas transações é constituída de vendas de mercadorias destinadas mais tarde à exportação, ou de vendas de mercadorias importadas em vias de alcançar o consumidor final. Chegamos assim a uma conclusão de grande importância, e que devemos ter sempre em mente ao fazermos qualquer consideração sobre a situação do nosso comércio interno. E' o fato de que em muitos casos uma determinada mercadoria passa do campo do comércio interno. E' o fato de que em muitos casos uma determinada mercadoria passa do campo do comércio interno para o do comércio exterior e vice-versa no caso das importações. De fato, portanto, estes dois campos não são completamente distintos e separados, mas sim interdependentes, e uma modificação das condições do comércio exterior, rápida e inevitavelmente, exerce uma influência sobre a situação de determinado setor do comércio interno.

OUTRO ASPECTO DO COMÉRCIO INTERNO

Até agora o nosso objetivo tem sido o de demonstrar a interdependência entre o comércio interno e o exterior, para deixar bem claro que não se trata de dois campos de atividade rigidamente separados. Há, porém, uma distinção de capital importância entre as influências que operam num campo e no outro, uma diferença que merece ser examinada para podermos compreender a verdadeira natureza do mecanismo comercial, e também para compreendermos a conveniência de estudar em separado as condições do comércio interno.

Essa distinção diz respeito à formação dos preços. O comércio exterior consiste em transações internacionais, e está portanto condicionado

pelas influências operando sobre o nível de preços internacionais. E aqui entra o fator do câmbio. A nossa capacidade de comprar mercadoria de procedência estrangeira depende do valor internacional de nossa moeda. Assim por exemplo, a desvalorização da moeda de um determinado país facilita a venda dos produtos deste país no exterior porque um determinado preço em moeda nacional passa a valer menos em moeda estrangeira o que permite uma redução de preço. E por outro lado a desvalorização dificulta a importação. Portanto uma modificação de qualquer natureza da capacidade produtora ou de consumo de qualquer país constitui uma influência sobre a situação do comércio internacional. No caso do comércio interno o mecanismo é muito mais simples e a órbita das influências, operando sobre este comércio, é mais restrita. O fato de ser o comércio interno um conjunto de transações todas completadas dentro da jurisdição do Governo do País é de capital importância. Quer isto dizer que só se trata de compras e vendas baseadas em moeda nacional. Não entram considerações de câmbio. E qualquer modificação, nas condições de produção ou de consumo, que possa ser inconveniente ou prejudicial ao interesse da coletividade é capaz de ser evitada por medidas governamentais. A política natural do governo é de incentivar a atitude econômica em geral do país e de conservar o mais alto grau possível de estabilidade. Vemos, pois, que as influências determinantes dos preços do comércio exterior — isto é dos preços internacionais — são diferentes daquelas que operam sobre os preços do comércio interno, ou seja os preços domésticos.

A EXPANSÃO DO COMÉRCIO INTERNO

Desde o início da guerra a situação econômica do País tem despertado um interesse cada vez maior da parte da população em geral. Todos reconhecem a necessidade de medidas especiais, para manter a nossa exportação no mais alto nível possível.

Tem sido frequentemente sugerido que em vista das dificuldades da situação mundial a melhor política seria de incentivar até o máximo possível o desenvolvimento do comércio interno. Mas quanto a alguns pontos básicos há muitas vezes uma falta de clareza nas exposições feitas e nas propostas formuladas como sendo ideais. Demonstra isso o erro tão co-

mun de considerar o campo do comércio exterior como completamente isolado e independente da do comércio interno. Os que advogam a política de redução da importação, na crença de que daria lugar automaticamente a uma expansão de produção nacional estão cometendo este erro básico de raciocínio. Como já temos demonstrado, uma expansão do comércio exterior — inclusive da importação — traz, como consequência natural, uma expansão do comércio interno. Pode acontecer que nos resultados verificados essa tendência é mais do que contrabalançada por outros fatores agindo simultaneamente e no sentido contrário. Mas geralmente há uma correspondência entre as tendências fundamentais do comércio exterior e do comércio interno.

Quanto mais elevado o nível de consumo permitido em média, tanto mais alto o padrão de vida em geral. É este o alvo central de toda atividade econômica e de todas as medidas do governo — conseguir um padrão de vida mais elevado para a população. O comércio exterior traz benefício para o país — e portanto contribui para alcançar o objetivo principal acima citado. E, da mesma forma, uma expansão do comércio internacional contribui para o mesmo fim. Portanto não pode haver questão de incentivar o comércio interno em preferência a fomentar o comércio exterior. A única política sábia é de aplicar todos os nossos esforços para expandir a produção e as trocas comerciais, seja dentro do país ou seja com o exterior, conforme as possibilidades que as circunstâncias do momento ofereçam. Não há justificação porém para pensar que a importação implica numa inevitável desvantagem para a economia nacional, e que a compra de mercadoria de outros países pode ou deve ser suplantada pela compra de artigos de produção nacional. Uma redução em grande escala das compras no exterior prejudicaria as nossas possibilidades de exportar, prejudicaria também o poder aquisitivo aplicável às compras de produtos nacionais e enfim prejudicaria o próprio padrão de vida da população.

OS ÍNDICES ECONÔMICOS

Para fazer uma apreciação periódica do progresso do comércio interno é preciso acharmos um critério satisfatório. Quer dizer, a exatidão dos resultados apurados depende da possibilidade de medir os fenômenos observados. E aqui encontramos uma

das dificuldades centrais da ciência econômica porque entram muitos elementos que não podem ser medidos. Em certos casos existe a possibilidade de medir diretamente — e o medidor mais comum é a moeda. Assim, por exemplo, no campo das finanças é geralmente possível fazer avaliações quantitativas. Do mesmo modo a renda de determinado imposto pode ser apurada. Em outros casos porém não existe meios de medição direta, razão pela qual somos obrigados a empregar medição indireta ou aproximada. Mas a distinção entre estes dois métodos, uma distinção fundamental, aliás, está frequentemente esquecida em se tratando de problemas práticos. De fato é muito comum atribuir aos dados, resultando de medição indireta, a mesma significação que legitimamente atribuímos a dados provenientes de medição direta. Portanto a interpretação de dados estatísticos precisa da máxima cautela e sobretudo nos casos em que estão empregados para que se tirem conclusões quanto às influências produtoras dos fatos registrados.

No exame do movimento comercial, seja nacional ou internacional, temos duas fontes — os dados de quantidade e os de valor. Em ambos os casos encontramos dificuldades e dúvidas em qualquer tentativa de fazer um estudo comparativo. Para calcular a quantidade total da mercadoria negociada em determinado período é preciso tomar como base uma unidade comum para todos os produtos — e uma unidade de peso é a mais usual. Mas uma vez calculado, o total não dá indicação alguma quanto à composição deste total, ou seja, a proporção de café, de algodão, etc. E uma vez que a composição do total muda de mês para mês, ou de ano para ano, um simples confronto dos respectivos pesos totais não oferece significação prática.

Quanto aos dados baseados no valor há duas dificuldades principais. A primeira tem referência com a própria apuração do valor. Um determinado preço pode ser ou para pagamento à vista ou para pagamento a prazo, e a redução de todos os preços para uma base comum é praticamente impossível. A segunda dificuldade é o fato do valor da própria moeda estar sujeito a modificações.

Na próxima edição estudaremos as várias fontes de informações que existam para podermos computar e apreciar o desenvolvimento do movimento comercial.

PANORAMA INTERNACIONAL

HA' por tôda parte, principalmente nos povos de origem latina, certa repugnância ou certo pesar em incluir a Itália na mesma categoria de países de rapina, como a Alemanha e o Japão, capazes de friamente provocar a desolação e a morte, de encher a terra de ódios e de sangue para satisfazerem as suas desesperadas ambições de dinheiro, de mando e de hegemonia. Custa compreender como um povo tão inteligente e tão civilizado quanto o italiano se tenha deixado levar nesta criminoso aventura nazista para os sofrimentos sem nome de uma guerra implacável e para a miséria e a tristeza de uma derrota final, mais certa do que a luz do dia. Sem esforço, identificamos Hitler e a nação que escravizou, a casta que domina o Japão e as massas nacionais; mas entre Mussolini e a enorme maioria dos italianos, deve haver uma distância enorme, um trágico equívoco, que somente o conhecimento das condições políticas e econômicas da Itália do *Risorgimento* e, especialmente, de depois da guerra de 1914, poderia explicar.

TRÊS HOMENS E TRÊS POVOS

Apesar de suas origens na fronteira austriaca, Hitler é uma planta natural do solo da Alemanha, do qual Frederico II começou a *prussianização* e Bismark terminou. O alemão surgiu guerreiro, conquistador e místico; os romanos inteligentes, como Cesar e Tácito, que lhe conheceram

os longínquos antepassados nas densas florestas da Germânia, adivinharam-lhe facilmente as linhas indeléveis do temperamento. Os séculos de evolução civilizadora pouco lhe teriam afetado a alma, em permanente conflito entre fortes tendências individualistas, que se descontavam nas audácias do pensamento especulativo e na paixão da música, a arte mística por excelência porque nos transpõe além do plano terreno, e profundo instinto gregário, que o leva a escravizar-se de bom grado na disciplina de qual-

heroismos militares com as belas e inofensivas paradas de fardas vistosas e ruidosa música. Como Mussolini conseguiu discipliná-lo e levá-lo a uma guerra atroz na retaguarda humilhante dos tedescos, que ele desdenha e que lhe aparecem sempre como os bárbaros de dois milênios do outro lado dos Alpes? Muitos livros se tem escrito sobre a Itália contemporânea, sobre a sua situação na guerra de 1914, as suas decepções com a paz de Versalhes e o advento de Mussolini. Propagou-se por tôda parte que este egresso do socialismo revolucionário, este comediante de máscara cesareana, farfalhante e falso, sem convicções, oportunista cínico, salvou a Itália da desordem e do comunismo, dando-lhe nova consciência de sua missão histórica e elevando-a à categoria de grande potência, respeitada e temida.

A ITÁLIA CONTEMPORÂNEA

Foi uma obra admirável a construção da Itália contemporânea, depois da unificação de Vitor Emanuel, Mazzini, Cavour e Garibaldi, completada com o golpe bem italiano da "conquista" de Roma, quando a derrota militar da França em 1870 a tornou impotente para qualquer possível atitude em favor do Papa Pio IX. A equipe política do *Risorgimento* que a preparou pôde ser incluída entre as mais brilhantes que a Europa contemporânea já conhecera. De uma Itália fracionada, humilhada, ignoran-



O ALEMÃO

quer Estado tirânico ou a seguir de olhos fechados qualquer iluminado, sanguinário e cruel.

O Japão é moralmente um mundo à parte, como era geograficamente até o meado do século XIX, inacessível à nossa compreensão ocidental. Não podemos explicar o seu selvagem fanatismo, a sua hipocrisia, a sua volúpia de morte. Sem embargo de todo mal que já tenha feito e que ainda possa fazer nesta guerra, temos de encará-lo como um caso secundário ou reflexo.

Mas o italiano se distingue exatamente por qualidades opostas às do alemão e do japonês. Ele é um individualista, tanto ou mais quanto o seu vizinho francês, realista, objetivo, tendendo ao cético, sóbrio, tenaz, apaixonado pelas coisas amáveis do mundo, contentando-se em matéria de



O JAPONÊS



O ITALIANO

te e pobre, surgiu rapidamente uma grande nação, cheia de seiva, amando a liberdade e ansiosa de progresso. O advento no governo de um estadista medíocre, o *francófilo* Crispi, fraco imitador de Bismark, tentando contrariar-lhe o destino e violar-lhe o temperamento nacional, levou-a à triste aventura da guerra da Abissínia, para ser batida pelo negro Menelik.

POLÍTICA EXTERIOR

A política diplomática da Europa no século XIX criara o regime das grandes alianças, como o único que fôsse capaz, pela manutenção do equilíbrio de forças, de assegurar a paz. A Alemanha bismarkiana que desprezava os italianos mas que não tinha com eles nenhum conflito a resolver, atraiu-os à sua órbita diplomática, forçando-os a unir-se aos austríacos, inimigos tradicionais. As dissensões com a França, em torno da Tunísia, os vivos ressaibos de uma campanha ferina de doestos e ridículos, ao tempo de Crispi, tinham envenenado profundamente as relações entre os dois grandes países latinos. Não podendo fazer um casamento de amor com a França, dizia um estadista italiano, a Itália realizara um de conveniência com a Alemanha e a Áustria...

Nos primeiros tempos da guerra de 1914-18, enquanto as populações italianas, no seu profundo instinto pacifista, desejavam evitar de qualquer forma os terríveis sacrifícios de uma guerra, os dirigentes dividiam-se em várias correntes. Primeiro, a dos velhos políticos sagazes e oportunistas, que aspiravam conservar a mentalidade do seu país, mas dela colhendo junto dos Impérios centrais e dos Aliados, os melhores resultados positivos; depois, os socialistas, chefiados justamente por Mussolini, que advogavam a imediata participação na guerra ao lado das potências aliadas, aos quais se juntavam os *irredentistas*, da espécie de D'Annunzio, muito bem *catequizado* pelo governo francês e, afinal, os antigos nacionalistas, mais ou menos imperialistas, ainda não de todo esquecidos dos sonhos desastrados de Crispi, que pleiteavam a direta intervenção no conflito europeu, em começo ao lado dos companheiros da antiga Tríplice Aliança e, por fim, com o mesmo realismo frio, ao lado da França e Inglaterra, mais próximas da vitória...

Venceram os internacionalistas. As forças italianas conjugaram-se com as dos aliados. Na sua velha tradição, nada heróica, deixaram-se bater várias vezes — Caporeto é uma triste lembrança — pelos austríacos.

Mas a bravura individual de tantos chefes italianos, a resistência e a sobriedade do *poilu*, das ricas planícies do Norte como das estêreis regiões do sul da Península, fizeram esquecer as primeiras e ruidosas derrotas. A Itália compareceu à Conferência de Paz de Versalhes com justas láureas de sacrifícios e de sangrentas vitórias.

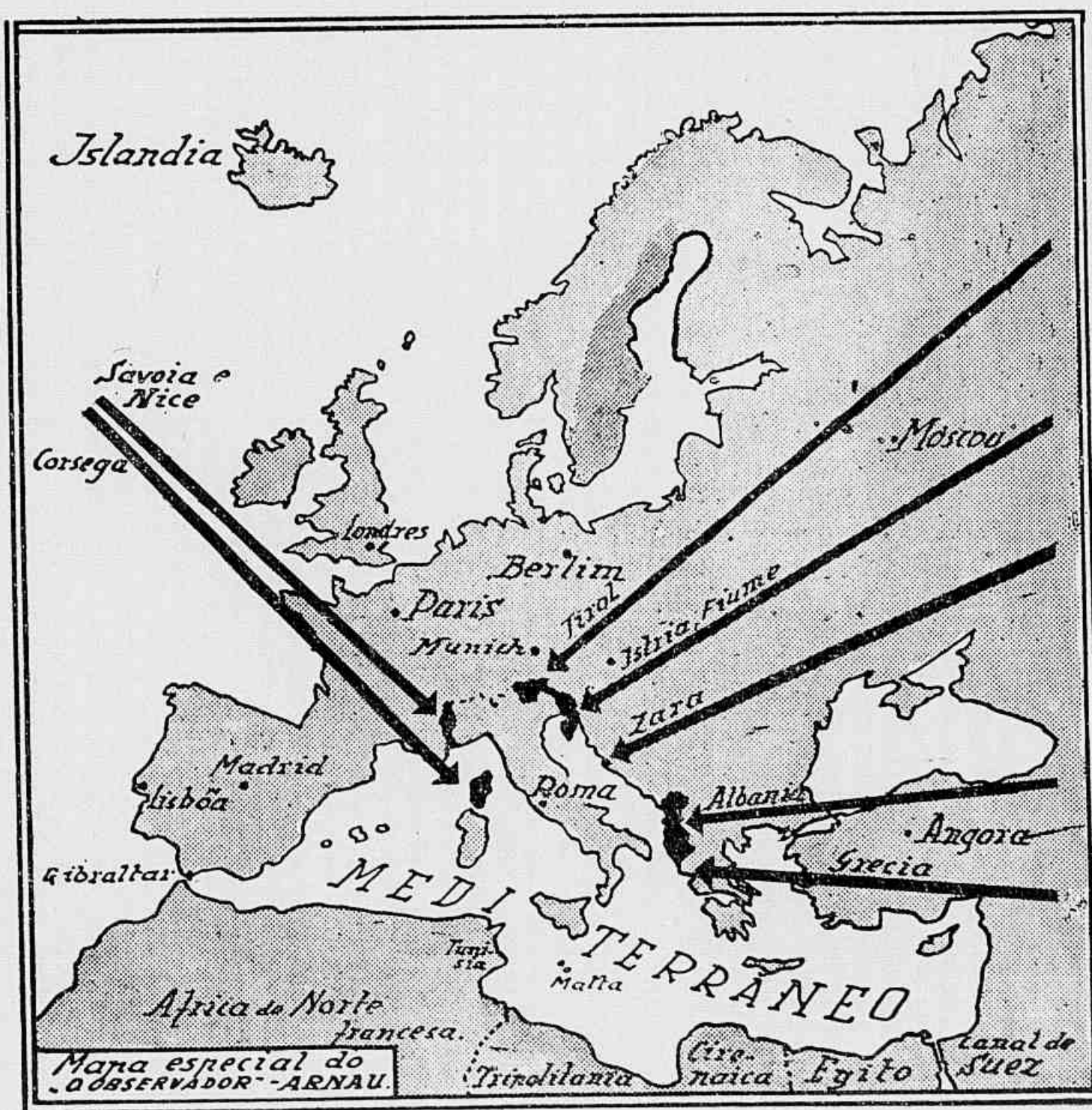
A Itália não conseguiu o que esperava ou que julgava lhe ser devido. Três grandes figuras — Clemenceau, Lloyd George e Wilson — absorviam a conferência. A decepção da Itália foi naturalmente enorme. Os sentimentos recalcados contra a guerra explodiram até contra os que nela tinham tomado parte, os próprios mutilados. As correntes extremistas, influenciadas pelo comunismo triunfante na Rússia, ameaçavam dominar a Península. Os fracos governos parlamentares de Roma, não sabendo ou não querendo reagir por própria conta, estimulavam as correntes opostas do nacionalismo e do *irredentismo*. Sob a palavra ardente de D'Annunzio, num ruidoso apelo

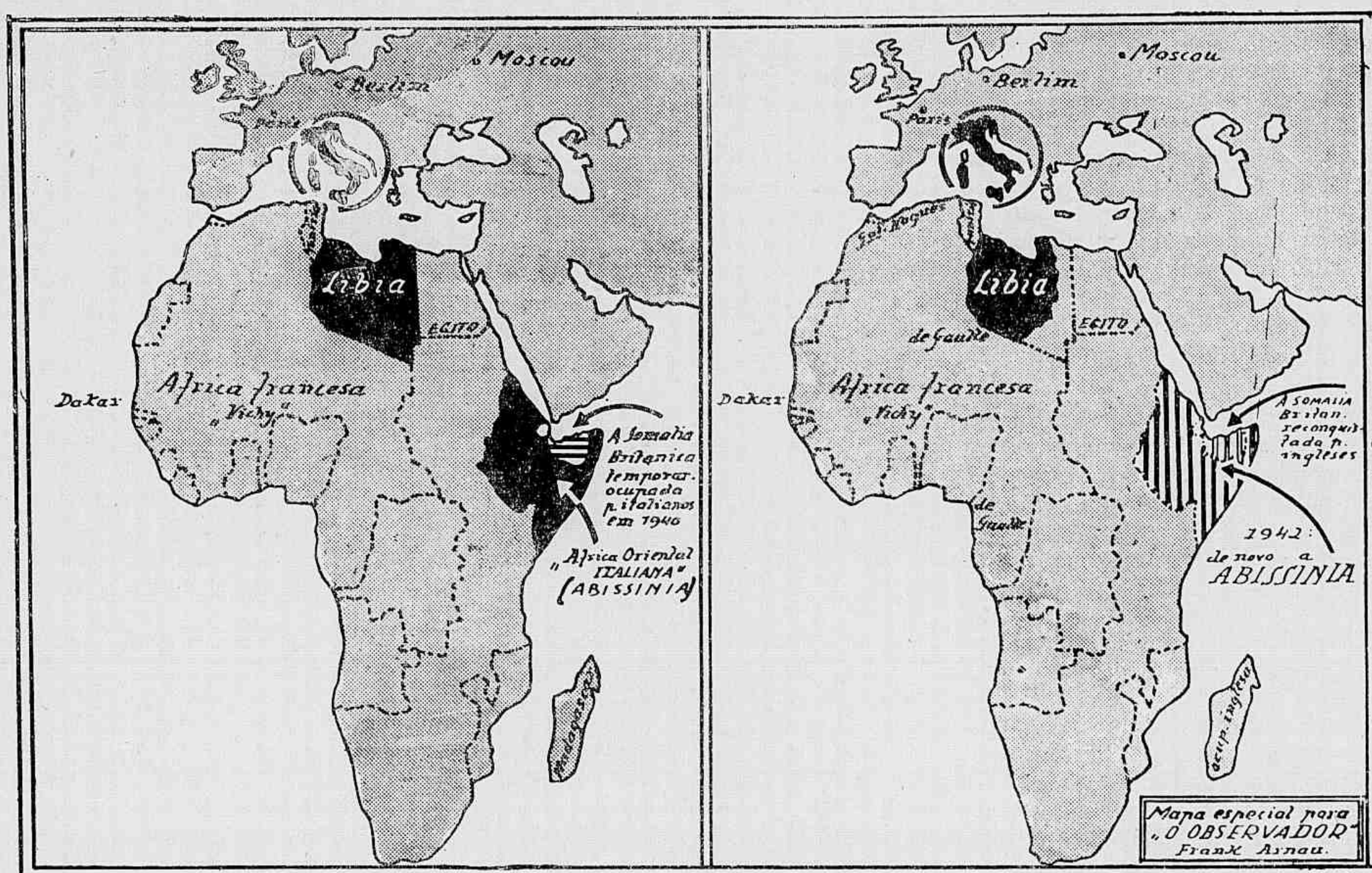
à grandeza e à glória espetacular tão de gosto italiano, simbolizando no famoso verso, *leit-motiv* da tragédia *La Nave: Arma la prora e salpa verso il mondo...* realizou-se a aventura da ocupação de Fiume...

Nas pégadas do poeta, reaparece o antigo agitador socialista e medíocre jornalista, Mussolini. Tendo fracassado na primeira tentativa de *fascio* republicano em 1919 em Milão, ressurge como intérprete das forças revolucionárias e nacionalistas, aproveitando e explorando, tantos os entusiasmos da juventude ardente como os rancores dos políticos conservadores e o medo pânico que à grande e pequena burguesia inspirava o bolchevismo russo.

MUSSOLINI NO GOVERNO

Mussolini aspirava o governo pelo próprio governo. Ele, como muito bom italiano, neste aspecto, não tem nenhuma doutrina, nenhuma mística, nenhum programa prévio de ação. A composição do seu primeiro gabinete obedece ainda aos velhos moldes parlamentares, nele aliando-se representantes das várias correntes partidárias. As suas primeiras declarações públicas guardam o tom do velho li-





beralismo econômico; nada lhe parece mais nefasto do que a intervenção do Estado nas atividades privadas. Os seus partidários militarizados, os fascios locais ou o *rassismo*, muito menos conformistas do que o chefe supremo, lhe dão mais trabalho do que os políticos do antigo regime. O covarde assassinio em 1924 do deputado Matteotti, que denunciara da tribuna da Câmara os crimes e as violências do fascismo nas eleições parlamentares, provocou em toda a Itália um movimento de indignação, que ameaçava derrubar para sempre Mussolini. A oposição parlamentar abandona Câmara e se isola numa sala especial, o Aventino, em lembrança do movimento de secessão da plebe da antiga Roma. Num golpe de audácia, Mussolini aceita o desafio e institui a verdadeira ditadura fascista.

A ITÁLIA FASCISTA

A Itália fascista conheceu depressa o que de melhor podem oferecer as ditaduras espetaculares: a ordem das ruas e as grandes construções materiais. Os estrangeiros que visitavam a Península deixavam-se facilmente impressionar por estes belos aspectos. A uma Itália ruidosa, alegre, espontânea, de tão rica individualidade, sucedeu uma Itália fria e artificial, cópia

infeliz e ridícula do rígido modelo prussiano. O Estado mussoliniano absorvia tudo, imaginando pôr ao próprio serviço a força intangível da Igreja milenária de Roma. Quando exgotado o cenário interno da publicidade, Mussolini se fez guerreiro e conquistador, meteu-se na difícil conquista do Império abissínio e acabou por converter, de parceria com Hitler, a nobre Espanha, em penosa experiência de liberalismo romântico, em cruento campo de guerra civil, treino da futura conflagração...

OS ERROS DA DIPLOMACIA EUROPEIA

A diplomacia francesa e inglesa foi farta, depois da paz de Versalhes, em erros funestos. Querendo assegurar a paz a todo transe e certa de que o maior perigo para o mundo vinha da Rússia comunista, fechou os olhos, senão estimulou a restauração econômica e militar da Alemanha, na esperança de jogá-la mais cedo ou mais tarde contra Moscou. Subestimando demasiado talvez a Itália de Mussolini, não soube atraí-la aos seus interesses, que eram os verdadeiros interesses europeus e humanos. Quando Mussolini se aventurou à conquista da Abissínia, ficou nas meias atitudes, que constituem sempre a peor

situação. Nem se alheiou do surto imperialista do grande comediante e nem soube contê-lo com energia, ao tempo das sanções da impotente e já em declínio Liga de Genebra. Mais tarde igualmente não soube encorajá-la e ampará-la na resistência contra a incorporação da Áustria pelo III Reich. Traindo os ideais de sua gente, esquecendo o seu antigo aliadismo da guerra de 1914, o Duce entregou-se de corpo e alma à Alemanha, como um satélite humilde. A diplomacia alemã conseguiu mais uma vez o que Bismark desejava: pôr o *bersagliere* italiano olhando para as fronteiras da França em vez das fronteiras germânicas...

* * *

Na hora undécima da agonia da França, o valente Mussolini esbravejou. Entrando pela porta da cozinha de uma casa arrombada, ele poderia ainda encontrar alguns restos de despesas... Posteriormente, pensou conquistar títulos de coragem, invadindo a pequena Grécia. Os exércitos alemães tiveram de correr-lhe em auxílio para salvá-lo de uma catástrofe, como na outra guerra, as tropas francesas depois de Caporetto. Perdeu a Abissínia, perdeu a Somália e somente pôde manter-se em parte da Líbia graças às forças alemãs.

Cooperativismo e Economia

VAMOS dar início, com o presente trabalho, a uma série de estudos sobre o cooperativismo, assunto que oferece na hora presente, — principalmente ao Brasil, onde se vai formando, podemos dizer, u'a "mentalidade cooperativista" — amplas perspectivas econômicas e sociais.

Nunca, como nos dias que correm, o lema "cada um por todos, todos por cada um" mereceu tanta reflexão.

Neste primeiro trabalho, no entanto, limitamo-nos a algumas considerações sobre a cooperativa, sua história, a legislação brasileira que lhe é consagrada; também sua posição em face do momento internacional.

Em números posteriores, de modo mais ao nosso agrado, penetraremos nos grandes problemas que o sistema cooperativista nos oferece.

I — CONSIDERAÇÕES GERAIS

Talvez não haja, na manifestação das atividades humanas, nenhuma conjugação de esforços tão expressiva quanto o cooperativismo — consequência da luta pela vida que atesta como é indispensável ao homem o auxílio mútuo, a superposição do altruismo sobre o egoísmo.

O problema reflete, antes de tudo, uma das nossas vocações — a sociabilidade — motivo pelo qual o sociólogo, nas suas meditações, justifica-o como assunto da sua

alçada. Nada mais justo e mais compreensível. Também o jurista se intromete no setor das cooperativas, dando-lhes o aspecto legal compatível com o meio em que elas exercerão os seus benefícios. Por sua vez o economista não as esquece, porque sabe que o cooperativismo não deixa de ser uma poderosa "democracia econômica". Finalmente o estadista, com a sua visão geral dos acontecimentos, compreende, facilmente, o fenômeno cooperativista, maximé na vida moderna, quando se multiplicam as necessidades humanas, e quando o Estado, como em nenhuma outra época, intervém nas atividades particulares, restringindo-as, orientando-as, afim de não falhar na sua missão.

Amplios, dêste modo, são os aspectos do cooperativismo que merecem apreciações profundas em diversos quadrantes da cultura.

E' bem verdade que os excessos doutrinários, às vezes movidos por inteligências privilegiadas, têm trazido à teoria cooperativista novas contribuições visando adulterar a instituição. O fato, entretanto, é que a cooperativa de hoje, quanto às suas finalidades, continua a ter a mesma feição de outrora, se bem que as novas condições de vida que vão surgindo, deixem gravada a sua marca nos traços essenciais da agremiação.

Para avaliarmos o tanto que os homens de pensamento se têm interessado pelo cooperativismo teórico bas-

NO RIO DE JANEIRO JÁ EXISTEM VÁRIAS COOPERATIVAS DE CONSUMO



ta mencionarmos este fato: há, nos domínios da economia política, uma Escola chamada cooperativista, destinada a defender princípios que evitem antagonismos entre capital e trabalho. E esta corrente de estudiosos, chefiada pelo entusiasta Carlos Gide, trouxe, como era de esperar-se, um belo contingente de idéias em defesa da conjugação de esforços humanos para obtenção de necessidades comuns.

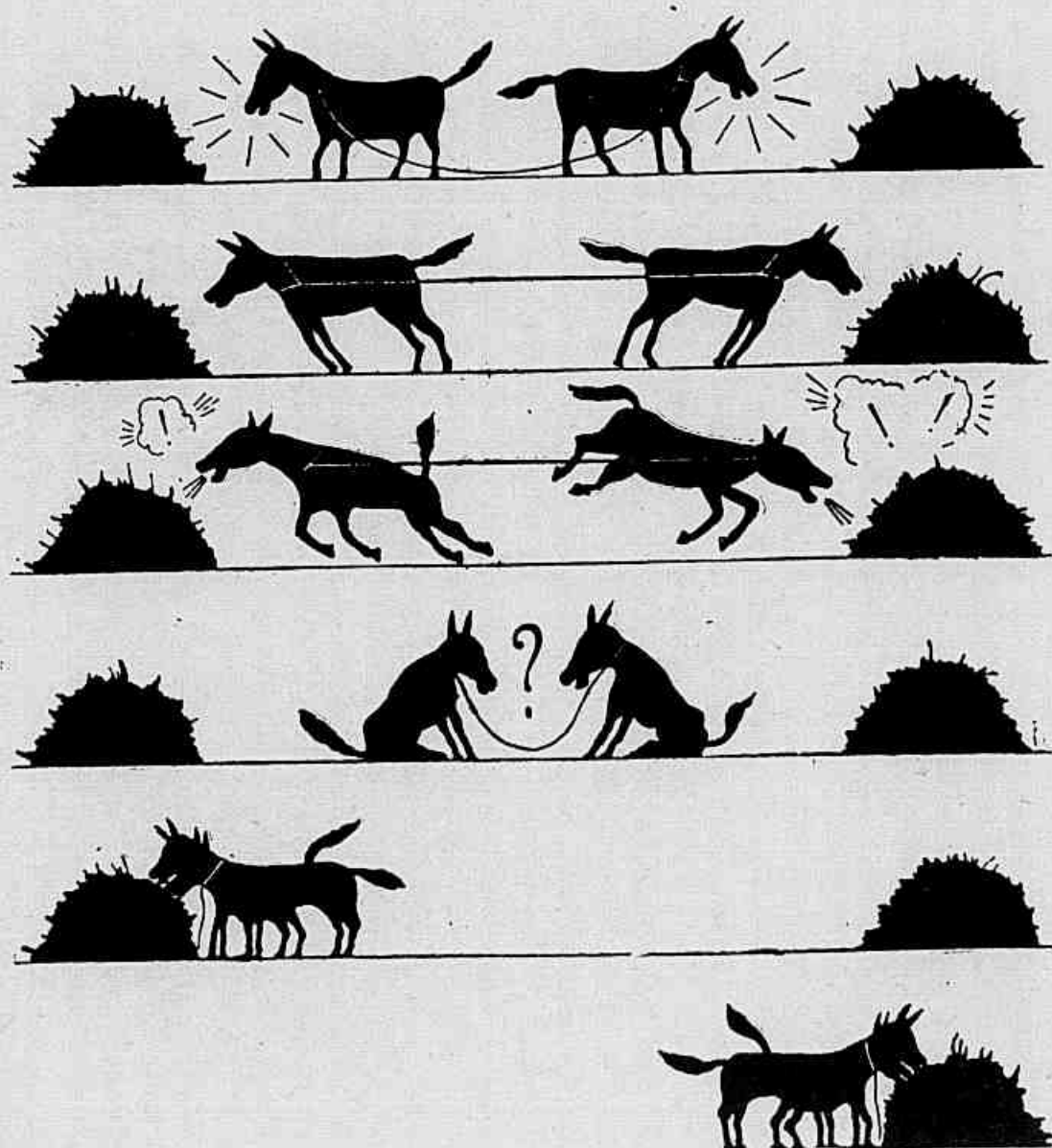
Não é desejo nosso, no entanto, preocuparmo-nos com o lado estritamente teórico do problema. Interessa-nos mais, neste trabalho, encarar o cooperativismo como uma solução de assuntos complexos da nossa vida econômica, isto é, o seu aspecto objetivo, o seu lado prático. Visto por este prisma, a cooperativa constitui, sem dúvida, processo profundamente humano de solucionar complicações econômicas e sociais, na vida de qualquer povo.

Se perscrutarmos a constituição da sociedade cooperativa, notaremos que se nos apresentam singularidades que a destacam das outras agremiações humanas com personalidade jurídica. A cooperativa é o tipo ideal de sociedade que beneficia os seus associados, sem visar lucros, ligando o produtor ao consumidor diretamente, e desprezando o intermediário, quase sempre especulador. Não se concebe uma entidade cooperativa que vise lucro. Talvez aí resida toda a sua força, o seu traço mais nítido de empresa encarregada de distribuição de riquezas, harmonizando, admiravelmente, as conveniências da produção e do consumo.

Além do mais, o seu aspecto de entidade neutra, — indiferente ao fervor político e às exigências religiosas — dá-lhe a tranquilidade indispensável ao cumprimento de seus fins, pois, somente assim, distante das paixões humanas, livre dos partidarismos, num ambiente neutral, poderá o cooperativismo ter existência eficaz.

Outras características, também, acham-se aliadas à sua natureza intrínseca: a feição democrática da sociedade, por exemplo.

AQUI ESTÃO DOIS CARTAZES...



...USADOS NA PROPAGANDA DO COOPERATIVISMO.

Um dos traços predominantes da cooperativa é a sua existência moldada sob feitiço democrático. É inconcebível cooperativismo sem liberdade de reunião, sem liberdade individual. A vontade humana, votada aos fins cooperativistas deve ser integralmente livre, afim de que, no momento de sua manifestação, de modo implícito, se verifique o desejo de dispender esforços, de conjugar interesses em favor de necessidades gerais. E esse ar de liberdade que caracteriza qualquer agremiação cooperativa conduz a discutir-se a reação do instituto, naqueles países em que houve, por parte do Estado, uma total absorção das atividades individuais. Incontestavelmente, por mais benévolo que seja o nosso modo de pensar em relação ao cooperativismo nos países totalitários, vêmo-lo em crise, embora tal crise não redunde em negação do instituto. Isto porque a forma de governo predominante em tais países absorvendo, por completo, os próprios direitos personalíssimos, empolga-se com o todo, esquecendo que o indivíduo integra a sociedade, como um ser dotado de razão, portanto com direito ao exercício daquelas faculdades espirituais que lhe são naturalmente concedidas.

Para que haja cooperativismo, na expressão exata da palavra, pressupõe-se a *convergência voluntária* de vontades humanas; de homens livres que, de comum acordo, procuram resolver as suas necessidades, contribuindo para o bem estar geral. A imposição, no caso, rouba todo o aspecto de solidariedade que acreditamos deva existir no cooperativismo. Mesmo as insinuações excessivas para que alguém se associe a determinada cooperativa são conde-

naveis. Não há, pois, cooperativismo sem liberdade. Sem liberdade, que permita a qualquer interessado pertencer a seus quadros, no momento que lhe convier; sem liberdade, que faculta ao cooperado abandoná-lo, quando bem entender.

Continuando a tecer considerações gerais em torno do cooperativismo, uma questão nos vem à mente: a cooperativa nega a propriedade? Eis a interrogação que, nas palavras seguintes, nos propomos responder.

O respeito à propriedade é uma consagração que o direito de todos os povos zela extremamente e que a moral e a filosofia defendem com uma imponente soma de argumentos. A negação da propriedade tem sido, mesmo, causa de transtornos na sociedade humana. Se o cooperativismo fosse de encontro à manutenção da propriedade, o seu desenvolvimento não atingiria, em quase todos os países do mundo, o estágio a que atingiu. De modo nenhum, a cooperativa nega a propriedade. Pelo contrário, concorre para solucionar crises sociais profundas, geradas por ela, tornando-as, facilmente, passíveis de atenuações, nos seus efeitos. A cooperativa *generaliza a propriedade*, ao invés de negá-la; torna-a acessível a um maior número, ao mesmo tempo que dá margem a que esforços, que isoladamente nada conquistariam, consigam êxitos. Evidencia-se, deste modo, que o cooperativismo não constitui nenhuma campanha dissimulada, que procura dissociar uma das vigas mestras da comunidade humana — a propriedade.

A interrogação que fizemos sugere-nos, entretanto, um outro problema: qual a exata posição do cooperativismo, em face do capitalismo?

Podemos dizer que desde o aparecimento das primeiras cooperativas, em meados do século passado, e a formação dos grandes capitais, com o desenvolvimento industrial — cooperativismo e capitalismo têm coexistido, um ao lado do outro, mantendo, ambos, irredutivelmente, as suas características. Talvez no condizente a determinados objetivos um e outro se harmonizem, e até mesmo se identifiquem: é o que apreciamos com a distribuição dos lucros. Nas sociedades capitalistas e cooperativistas cada socio percebe uma quota proporcional aos seus interesses em jogo. Se olharmos para o controle de uma entidade capitalista e o de uma cooperativa, aí, então, já encontramos diferenças bem acentuadas. Naquela, os que têm maior quantidade de ação a controlam; nesta, por mais desigual que seja o interesse das pessoas cooperadas, não há vantagens de uns sobre os outros: todos, sem distinção, gozam do mesmo direito de voto nas assembleias. Esse caráter democrático é bem uma enorme distinção entre os dois processos de organização de negócio.

No que concerne aos efeitos, também existe uma enorme barreira entre capitalismo e cooperativismo. O primeiro, por sua natureza, tende a concentrar riquezas; o segundo, efetivando, o mais possível, direitos de maior grupo sobre a propriedade, é um excelente remédio social, contra determinados males, uma vez que, favorecendo a distribuição da riqueza, dando margem ao desenvolvimento dos pequenos capitais, contribui, de modo indiscutível, para o bem estar de todos. Ellis Cowling, norte-americano que se dedicou aos estudos cooperativistas, teve oportunidade de assim se expressar, a este respeito: "É boa

UMA DAS COOPERATIVAS MAIS FORTES DO RIO DE JANEIRO É A DE CHAUFFERS.



medicina preventiva contra os perigos da propriedade concentrada e produtiva, mesmo quando uma relativamente pequena percentagem dos negócios totais correm através dos canais cooperativos.”

Como vemos, o cooperativismo, além de excelente animador da economia de um povo, é também motivo de atenuações de males sociais que, de vez por outra, agitam a sociedade. Outros aspectos da cooperativa, entretanto, revelam também as vantagens da faculdade associativa do homem: a sua posição neutra em face das agitações políticas, por exemplo; a sua intolerância ao individualismo estéril; o seu lado moral e, finalmente, a sua missão elevada — organizando a produção e o consumo e contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento econômico de qualquer povo.

II — COOPERATIVISMO NO PASSADO E NO PRESENTE

Agora, quando o cooperativismo se apresenta vitorioso entre todos os povos, é agradável evocarmos um pouco de sua trajetória. Datam do início do século passado as primeiras tentativas de realização de cooperativismo, orientadas por homens de grande visão, que buscavam reformar a sociedade por meio de associações livres, as cooperativas — conjunto de esforços em prol da obtenção de determinadas utilidades econômicas, sem a presença do intermediário. Sem dúvida, o desenvolvimento das indústrias, com o aparecimento das máquinas e formação inevitável do capitalismo, contribuiu, de modo decisivo, para o aparecimento da nova modalidade de agremiação humana.

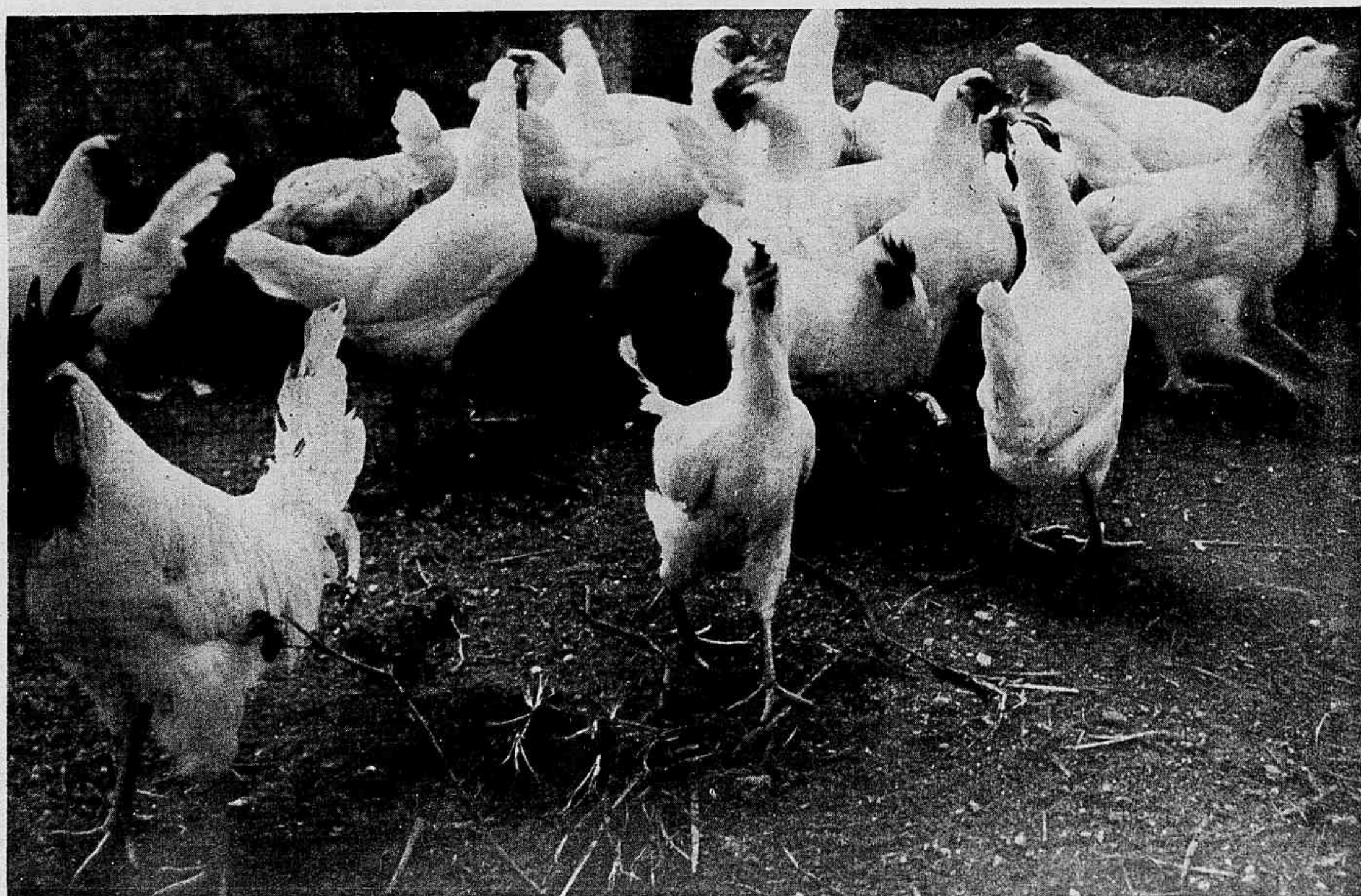
Antes, porém, de se manifestarem os primeiros sintomas de revolução industrial, no século passado, já as cooperativas prestavam os seus grandes benefícios ao progresso do Velho Mundo. Em 1832, em França, foi fundada a primeira cooperativa de produção — início de uma série de entidades congêneres que aumentaria, progressivamente, depois da Revolução de 1848.

Mas o grande marco que assinala o movimento cooperativista como uma realidade útil ao bem estar humano foi a instituição prodigiosa dos probos pioneiros de Rochdale, em 1844. Antes dessa realização que, posteriormente, se tornou a maior organização cooperativista de todo o mundo, podemos dizer não ter existido a cooperativa. Em parte, a história dessa instituição de consumo, contém a própria história do cooperativismo, demonstrando a que ponto levam o esforço mútuo e a perseverança. Consideraríamos até mesmo uma falha de nossa parte, o olvidarmos o acontecimento de Rochdale, ocorrido em meados do século passado.

Alguns pobres tecelões resolveram, premidos pela necessidade, associar-se, para mutuamente minorarem a sua pobreza, numa espécie de solidariedade até então ainda irrealizada com o sucesso devido. Era a etapa decisiva do cooperativismo que surgia na maior humildade possível, quando poucos direitos, ou, senão, nenhum direito se reconhecia ao operário.

Os tecelões de Rochdale, no entanto, aproveitando uma fase de progresso nas indústrias a que se consagravam, pediram aumento de salários aos seus patrões. Alguns proprietários atenderam ao pedido com uma condição:

AS COOPERATIVAS AVÍCOLAS MANTEEM CRIAÇÕES COMO ESTA, PARA REVENDA AOS SEUS ASSOCIADOS.





CHOCADORA DE CONSTRUÇÃO AMERICANA, COM CAPACIDADE PARA 11.000 OVOS, PROPRIEDADE DE UMA COOPERATIVA DO DISTRITO FEDERAL.

a de que os demais industriais de toda a Inglaterra concedessem os mesmos benefícios aos seus tecelões, o que era impossível visto a negativa de muitos. Diante da situação, os operários constituíram uma comissão para resolver o que pleiteavam. Os industriais negaram o pedido, tendo sido a represália concretizada na greve, que não resolveu a questão. Deliberaram, a partir desse momento, trabalhar, uns auxiliando os outros. Cada um contribuía, semanalmente, com o auxílio de 2 pence. E quando o dinheiro reunido não bastava à aquisição de um saco de farinha, discutiram eles os meios eficientes de melhorar a situação do povo. Deliberaram, por fim, após algum decurso de tempo, abrir um armazém cooperativo. Em 1844, funcionava regularmente a Rochdale Society of Equitable Pioneers — destinada, conforme previsão dos seus estatutos, “a melhorar as condições domésticas e sociais de seus membros”. Aumenta o número de associados e também o capital da instituição. Instalam, na travessa do Sapo, em Rochdale, um pequeno armazém, sob zombarias da garotada. Mas a vitória da persistência foi um fato.

Um ano após à sua realização, os Probos de Rochdale dispunham já de 201 libras, 10 shillings e 9 pence, capital que rendia um juro relativo. Os lucros da sociedade, no entanto, eram distribuídos aos seus cooperados, na proporção das compras que efetuavam. E com esse mecanismo tão simpático e favorável aos seus socios, e com essa feição tão simples e tão humana ficou estabelecida a primeira cooperativa de consumo, e também a primeira etapa vitoriosa do cooperativismo. Antes de Rochdale, podemos dizer que não havia cooperativismo, e sim tentativas de visionários que pretendiam minorar o sofrimento hu-

mano, por meio do auxílio mútuo, numa fase de profundo transtorno social, qual a do surgimento da grande indústria.

Quanto mais era explorado o pobre trabalhador das fábricas, maiores eram os benefícios que lhe prestavam a cooperativa. E depois, nas agitações revolucionárias provocadas pelo industrialismo, ainda mais compreensível e mais acatado se tornou o ideal dos “probos pioneiros”.

O armazém da Rua do Sapo cresce. Já o andar térreo de um velho casarão não satisfaz ao seu natural desenvolvimento. Para compensar a depreciação das mercadorias, institui-se um fundo de reserva. Um fato desagradável, que, no entanto, não apresenta maiores consequências, convém ser aqui lembrado: houve discordia entre os associados, que procuravam, em grande número, filiar-se, à entidade, merecedora do respeito de todos. Sectaristas de partidos políticos diversos, religiosos de todas as crenças não conseguiram, com os mais diferentes pontos de vista, abalar o prestígio e a continuidade da instituição, que não sofreu nenhum sintoma de fraqueza, em face das discordias. Fica patenteado, aqui, aquele aspecto neutro que possui, ainda hoje, a cooperativa, no significado verdadeiro da expressão: indiferença diante das paixões humanas, no que diz respeito às idéias políticas e religiosas.

A cooperativa de Rochdale presta auxílio, confirmando as suas finalidades, à “Sociedade dos Moinhos”; faz publicar o seu “Almanaque”, difundindo noções complexas sobre o cooperativismo: amplia, em tamanho, os seus armazéns, que em 1864, já sobem a seis. E para maior irradiação de suas atividades, instalou filiais pelos arrabal-



DE LARANJAS FEITAS SOB A RESPONSABILIDADE DE UMA COOPERATIVA AGRÍCOLA.

des, posteriormente por várias cidades inglesas. Mas um motivo de júbilo geral, atestando o arrojo, a perseverança, o amor pelo bem estar geral é o fato da consagração, 23 anos depois, da vitória dos idealistas de Rochdale. No mesmo vetusto casarão da rua do Sapo, em menos de 30 anos, erguia-se um vasto edifício que seria a sede da cooperativa. Houve festas, demonstração de júbilo, contentamento de parte daqueles que labutaram eficazmente. O Parlamento mandou-lhes o seu cumprimento, selando a vitória não apenas de uma associação inglesa, mas de um movimento humano — a solidariedade a bem de todos.

Surgia, assim o tipo de cooperativa de consumo.

Para uma síntese da vitória do cooperativismo no mundo, cometeríamos uma falha, caso não falássemos a respeito das cooperativas de crédito concebidas, também no século passado e formadas por pequenos proprietários que se reúnem para obter créditos, mediante juros módicos. São bastante difundidas em todos os países, principalmente naqueles que vigiam o desenvolvimento de sua agricultura e de suas indústrias. Há tipos clássicos de cooperativa de crédito: Schultze-Delitzsch, Raiffeisen e Luzzati. São bancos populares e caixas rurais, concebidos principalmente na Alemanha e na Itália.

O tipo Schultze-Delitzsch, surgiu em 1850 em virtude da primeira entidade organizada ter sido fundada pelo alemão Schultze, na localidade de Delitzsch, e foi consagrado principalmente nos países nórdicos.

Em 1849, novo tipo de cooperativa de crédito, destinado a merecer grandes atenções em todo o mundo, foi criado, ainda na Alemanha: o sistema Raiffeisen, nome do

seu instituidor, caracterizando-se, principalmente, pela ausência de capital. E completando um 3.º tipo, Luzzatti, no ano de 1865, instalou, em Milão, novo sistema de cooperativas de crédito: os bancos populares, que também alcançaram êxito em vários países.

Com o pequeno histórico desses padrões de cooperativas de produção, de consumo e de crédito, traçamos em linhas gerais, o passado do cooperativismo. Porque, de uma coisa estamos certos: as infinidades de instituições cooperativas que se espalham, em tipos os mais diversos por todos os países, em última instância, encontram um lugar dentro de um dos gêneros acima descritos. Pouco importa, pois, que em textos legais, seja impossível taxar-se, ou mesmo agrupar-se cooperativas que se assemelham.

III — LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SÔBRE O COOPERATIVISMO

De antemão esclareçamos que se apresenta deficiente o nosso conjunto de leis sôbre cooperativa. E não há maior argumento em defesa desta nossa assertiva do que a recente atitude do Ministério da Agricultura, fazendo vir a esta capital representantes de diversos Departamentos de Agricultura dos Estados, os quais, juntamente com pessoal técnico, resolveriam, do melhor modo possível, a questão.

Não é propósito nosso, aqui, fazer maiores referências a respeito do que ficou resolvido nas reuniões realizadas, as quais tiveram, tal a sua importância, a presença do titular da Agricultura. Mesmo porque, nenhuma resolução oficial foi dada ao conhecimento geral, depois de encerradas as aludidas reuniões. De qualquer modo, no entanto, o fato de tratar-se, oficialmente, da reforma da atual legislação cooperativista vigente no Brasil é indício seguro de que as autoridades competentes estão cientes da nossa deficiência legislativa em tal assunto. Nada mais compreensível. Novas exigências de vida, novos rumos de ação governamental clamam pela necessidade de reorganizarmos a nossa economia sob bases cooperativistas. Em atenção aos clamores presenciamos o incentivo e, — mais ainda, — o desenvolvimento real do cooperativismo entre nós. Como consequência dêsse natural desenvolvimento, nada mais lógico que o advento de uma nova legislação, capaz de suprir as necessidades que surgiram e que, dia a dia, estão a exigir nova consagração legal. E se o Ministério da Agricultura dispendeu esforços para que isso se realizasse, lamentamos não ser possível, aqui, colhermos os frutos de seus esforços. Isso, no entanto, não impede façamos uma apreciação sobre o que temos legislado em relação ao cooperativismo.

A nossa primeira lei regulando assuntos cooperativos foi sancionada em 1907: o decreto 1.637, de 5 de janeiro, que vigorou até o advento da Revolução de 30, quando um novo impulso, revitalizante, foi dado ao cooperativismo. O decreto acima citado foi revogado pelo de n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932 — incontestavelmente a primeira grande lei que assinalou novos rumos no cooperativismo brasileiro. Resultou de estudos apurados de uma comissão de técnicos sôbre a matéria, os quais expuseram a necessidade de ser feita uma adaptação das nossas cooperativas à vida de hoje; de ser dado um impulso decisivo ao movimento cooperativista nacional.

De fato, para melhor concisão do assunto, ficou definido, no artigo 1.º, sociedade cooperativa, bem como a

possibilidade de serem estabelecidas federações de cooperativas, com exceção das consideradas legalmente centrais.

Um aspecto singular da lei a que nos referimos: para evitar confusões, o seu texto esclarece que as sociedades cooperativas são sociedades de pessoas e não de capitais, de "forma *sui-generis*", distintas, portanto, das demais sociedades jurídicas. A prova da formação do contrato de sociedade cooperativa é o seu ato constitutivo, cuja existência pode ser provada pelos meios competentes. Sob pena de nulidade, o ato constitutivo deve conter: o nome da sociedade, sua sede, seu objetivo econômico; nomes, residência e profissão dos associados fundadores; declaração da vontade de formar a sociedade. Em inúmeros itens fica taxado aquilo que os cooperados bem como a cooperativa não podem fazer.

O caráter autônomo das cooperativas ficou bem claro: nenhuma entidade poderá funcionar sob o controle de uma associação. No entanto, como a entidade goza de certa autonomia, pode ser instituída sem autorização do governo, salvo as que se propõem a lidar com operações de crédito real, mercantil e seguros de vida, em determinadas condições. Poderão as cooperativas adquirir personalidade jurídica, contanto que satisfaçam os requisitos expostos em lei, indispensáveis para que funcionem validamente.

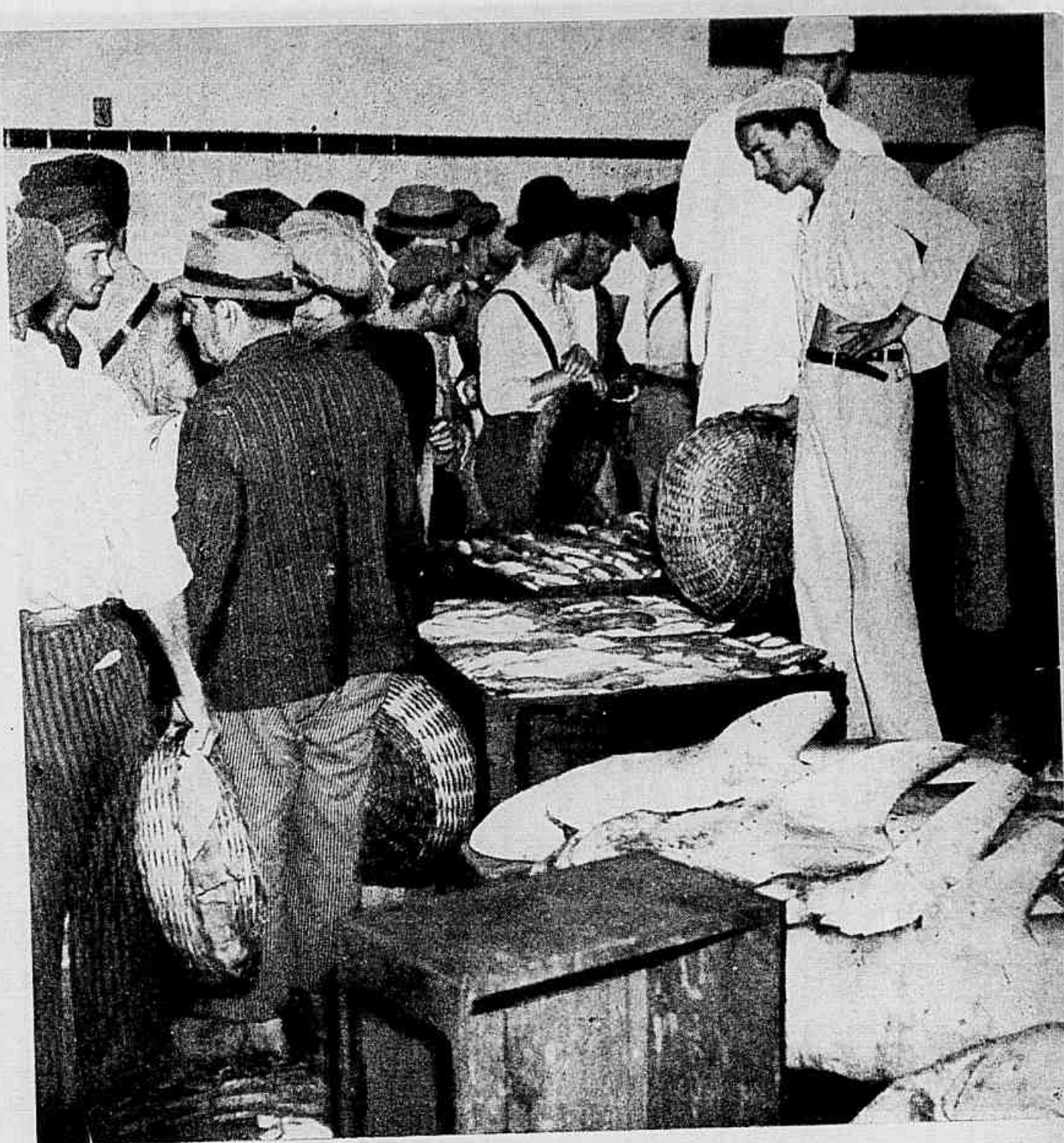
Quanto à administração, as cooperativas são geridas por mandatários escolhidos pela assembléia geral dos cooperados, em número não inferior a três. O mandato de cada gestão não ultrapassa de três anos, sendo possível a reeleição e também a destituição, sem causa justificada. Os administradores respondem pelos prejuízos resultantes de seus atos, mas não são responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade.

Cada cooperativa será controlada por um conselho de sindicância composto de três membros efetivos nomeados pela assembléia geral, em sua reunião ordinária anual. Ao conselho de sindicância, que poderá ter outra denominação, dependendo de disposições estatutárias, caberá o exame dos livros, estudo dos balancetes e apresentação à assembléia geral anual, do parecer sobre os negócios e operações sociais. Também compete-lhe convocar, extraordinariamente, a assembléia geral, nos casos de necessidade.

Um livro de matrícula dos associados é indispensável na sede de cada cooperativa — afim de serem satisfeitas as exigências legais. Outros livros, de caráter obrigatório, deverá possuir a cooperativa: o "Diário", o "Razão", o "Caixa", o "Copiador de Correspondência", o de "Inventário e balanço", e o de "Atas das reuniões da assembléia geral".

Uma vez inscrito, o associado só poderá ser demitido mediante pedido. De qualquer modo, ele não poderá pedir a liquidação social, o mesmo acontecendo com os sócios falecidos, na pessoa de seus herdeiros.

Uma passagem destacável desta lei sobre cooperativas, de 1932, é a que se refere às categorias principais em que elas se podem classificar. Pela primeira vez uma lei, entre nós, agrupou os tipos de sociedades cooperativas passíveis de funcionamento em território nacional. Certamente, o espírito do decreto não revela que tenha sido a medida adotada em caráter taxativo, de modo que, outras modalidades de cooperativa poderão surgir, à margem dos tipos mencionados em lei, sem que, entretanto, deixem de merecer a devida proteção legal. Isto, aliás, assim compreendido, melhor nos trará a oportunidade de maior desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. Os tipos previstos



UMA COOPERATIVA DE PESCADORES ESTÁ INDUSTRIALIZANDO O PESCAÇO E EXPORTANDO-O PARA O EXTERIOR.

são os seguintes: cooperativas de produção agrícola; de produção industrial; de trabalho (profissional ou de classe); de beneficiamento de produtos; de compras em comum; de vendas, em comum; de consumo; de abastecimento; de crédito; de seguros; de construção de casas populares; editoras e de cultura intelectual; escolares; mixtas; centrais; de cooperativas (ou federações).

Quando for constituído novo tipo de cooperativa que não um dos previstos, será considerado indeterminado.

O decreto, a seguir, se refere a cada uma das modalidades previstas; apresenta as normas comuns a todas as cooperativas de crédito em geral que deverão constar em seus estatutos, e também as características das caixas rurais do tipo Raiffeisen e os bancos populares do tipo Luzzatti. Limita as atividades das cooperativas de seguros; restringe a ação das de construção das casas populares; define o que é cooperativa mixta e esclarece o significado da cooperativa central. Como passagem destacável do texto legal, o decreto isenta do imposto de renda aquelas cooperativas de natureza civil ou comercial que não distribuam dividendos aos associados, proporcionalmente aos seus créditos. E, visando, ainda, evitar os lucros, que tanto contrariam as finalidades das cooperativas, fica impedido a qualquer pessoa fazer parte de qualquer associação cooperativa, simplesmente com uma finalidade lucrativa.

Eis, em síntese, a organização legal do cooperativismo no Brasil até 1932. Estes moldes, em linhas gerais, ainda persistem, se bem que, posteriormente, novos textos tenham vindo melhor regulamentar o assunto. Em 20 de dezembro de 1933 tivemos o decreto n.º 23.611; em 10 de julho de 1934, tivemos o decreto n.º 24.647.

E' bem verdade que esses textos não tiveram longa duração, pois, com o decreto-lei 581, de 1 de agosto de 1938, foram revogados. Este último decreto, entretanto, não revogou o decreto de 1932, que comentamos; am-

pliou muitos de seus dispositivos; revalidou-os, tornando-os as normas básicas que, no Brasil, regem o cooperativismo. Não estivéssemos nos alongando e poderíamos confrontar os dois textos, demonstrando as alterações do mais recente sobre o primitivo, e acentuando a grande finalidade do novo decreto, tentando adaptar o cooperativismo nacional às novas condições de vida de um Brasil que de há muito está causando admiração a todos os povos.

IV — O COOPERATIVISMO NO BRASIL

Não seria justo fizéssemos referências ao cooperativismo, na sua generalidade, deixando esquecida a realidade brasileira sobre a matéria.

E' admirável o progresso do cooperativismo em nossa terra, podendo-se, mesmo, seguindo as palavras do ex-Ministro Fernando Costa, dizer que é "presentemente, a mais sólida base da organização econômica do Brasil". Nada mais compreensível que estas expressões. Contamos ainda com a agricultura para a satisfação das nossas necessidades coletivas e nenhum setor da vida exige mais os benefícios do cooperativismo que o agrícola. Daí o surto das cooperativas essencialmente destinadas às cousas do

AS COOPERATIVAS ESCOLARES ESTIMULAM OS MENINOS AO TRABALHO E À ECONOMIA.



campo, e, conseqüentemente, o desenvolvimento de nossa lavoura.

Apreciemos, porém, de maneira resumida, o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. No século passado não houve o menor indício de movimento cooperativista entre nós, o que se verificou em princípios do século corrente, quando o governo, também interessado, voltou as suas vistas para o assunto. Foi mesmo baixado o primeiro decreto regulamentando a matéria seguido de intensa campanha doutrinária em sua defesa. Foram inauguradas as primeiras cooperativas de crédito, no extremo sul do país e no nordeste, como consequência da propaganda vitoriosa, que conseguiu adeptos. Mas as cooperativas, entre nós, não encontraram pleno desenvolvimento senão depois do advento da Revolução de 30 e principalmente, depois da vigência do Estado Novo, que, de modo constitucional prescreveu normas sobre o cooperativismo.

Como vimos, em 1932, e em 1934 foram publicados decretos sobre o assunto. Em 1937, a Constituição de 10 de novembro deu-lhe consistência definitiva e margem para o seu progresso definitivo no Brasil. Em 1938, nova lei, refundindo e ampliando os dispositivos passados veio melhor proporcionar às cooperativas brasileiras, a segurança que devem apresentar ao serem instituídas. A partir desta data, e ainda hoje, são fiscalizadas pelo governo, que também passou a exigir o seu registro afim de que funcionem regularmente, como pessoa jurídica de direito privado.

O próprio Presidente Getúlio Vargas não tem ocultado o seu pensamento sobre as cooperativas, nas quais ele vê claramente o papel que lhe está reservado no engrandecimento da economia nacional. Desta maneira, assim, chegou a expressar-se o Presidente, em 1937: "os benefícios do crédito agrícola só poderão se generalizar através uma vasta rede de cooperativas de produção, já iniciada com pequenas vantagens, sob a orientação dos poderes públicos". A nossa realidade tem sido, de fato, prejudicada pela falta de cooperativas. Mas a falha está sendo suprida. Surgem, em todos os recantos da vida nacional, cooperativas com as mais diversas finalidades, muitas delas já produzindo relevantes favores a seus associados. Podemos dizer que, em franco progresso, há um movimento cooperativista no Brasil. Este movimento, com certeza, suprirá lacunas consideráveis que, uma vez sanadas, favorecerão o alargamento da nossa economia.

Pelo que colhemos em dados oficiais, são animadoras as cifras que nos revelam o progresso do cooperativismo. E' a seguinte a demonstração da nossa realidade sobre a matéria, de acôrdo com os registos efetuados no Ministério da Agricultura: em 1930 foram registadas apenas 11 cooperativas; em 1937 — 61; em 1940, o total de registro chegou a 1.056.

Como vemos, é notável o desenvolvimento das cooperativas no Brasil, e, o que ainda mais nos anima, é que de ano para ano, crescem as entidades em proporção considerável nos mais afastados rincões nacionais, achando-se, portanto, amostras práticas de suas finalidades, espalhadas pela imensidão de nossas terras.

De acôrdo com os dados revelados pelo ex-Ministro Fernando Costa, que se utilizou de esclarecimentos fornecidos pelo Serviço de Economia Rural, as cooperativas existentes no território brasileiro, até março de 1941, ascendiam a mais de um milhar, distribuído desta maneira pelos Estados:

COOPERATIVAS EXISTENTES NO BRASIL, POR ESTADO,
ATE MARÇO DE 1941, E SEU MOVIMENTO, EM CONTOS
DE RÉIS

ESTADOS	COOPE- RATIVAS	CONTOS DE RÉIS
Acre...	3	2.525
Alagoas...	17	69.706
Amazonas...	3	2.617
Baía...	12	323.709
Ceará...	22	34.795
Distrito Federal...	51	65.170
Espírito Santo...	24	1.936
Maranhão...	2	96
Mato Grosso...	2	24
Minas Gerais...	45	38.285
Pará...	5	36.230
Paraíba...	75	25.053
Paraná...	33	22.412
Pernambuco...	130	129.222
Piauí...	4	924
Estado do Rio...	75	38.669
Rio Grande do Norte...	33	7.282
Rio Grande do Sul...	215	191.330
Santa Catarina...	39	24.248
São Paulo...	258	528.963
Sergipe...	8	1.395

De acôrdo com essa demonstração, todos os Estados da União vêem, na sua jurisdição, funcionarem cooperativas: em uns, em maior número; em outros, em menor quantidade, movimentando todas elas a elevada soma de um milhão e quinhentos mil contos.

Não nos esqueçamos de que a demonstração acima, pelo menos nos Estados em que a compreensão do cooperativismo atingiu um determinado estagio, já não mais corresponde à realidade nacional. Basta afirmarmos, aproveitando o esclarecimento recente do Departamento de Informações do Ministério da Agricultura, que em Fevereiro do ano corrente, foram registradas 18 cooperativas, todas instaladas nos Estados. Isto, repetimos, em apenas um mês. De qualquer modo, vamos criando ua mentalidade cooperativista, que resolverá, certamente, muitas dificuldades da nossa vida presente, em favor de um futuro melhor.

Mas que dizemos do cooperativismo nos dias que correm?

A realidade do mundo atual está elucidando que, mesmo nos momentos de maiores perturbações da paz, não se desmorona o ideal cooperativista.

E' o que passamos a ver.

O COOPERATIVISMO E A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Muito ao contrário do que a princípio parece ser, diante da presente situação internacional é enorme o surto cooperativista em todos os países do mundo. Mesmo entre aqueles povos em que a prepotência dos ditadores

tudo absorve, observa-se que não houve o menor desânimo por parte das populações, no tocante às cooperativas. Incontestavelmente não se pode negar que, nos regimens totalitários o cooperativismo, como tudo mais, não se apresenta com as mesmas virtudes que nos demais países livres. Nestes, a hora presente tem sido extremamente favorável às cooperativas. Aliás, convém acrescentemos, nas oportunidades difíceis aos mais necessitados, o cooperativismo tende a desenvolver-se, arvorando-se, justamente, em remédio social contra os mais diferentes males. Alguns países, mesmo, que se vêem empenhando em guerra há vários anos, vivendo, portanto, sob um regimen de economia forçada, resolveram solucionar crises tremendas recorrendo aos processos das cooperativas. O caso da China, para não irmos adiante, é bem expressivo. Em virtude da guerra existente, há anos, entre a China e o Japão e vantagens do último, houve, com o prejuizo causado à indústria chinesa, situada no litoral, miséria, fome, desemprego, enfim, profundas alterações no ritmo de vida daquele heróico povo. Foi elaborado um vasto plano de cooperativas estendido por todo o país, afim de minorar tamanho mal, sob o patrocínio da Senhora Chang Kai Chek, plano que já se tornou vitorioso, e que, certamente, contribuirá de modo decisivo, para a restauração da economia chinesa. Ci-

A GRANDE INDÚSTRIA DA MANDIOCA É FEITA SOB A RESPONSABILIDADE DE COOPERATIVAS.



tamos um exemplo de grande atualidade, e que merece o maior destaque possível, pelo fato de se tratar de um povo do extremo oriente, que recorreu ao cooperativismo, justamente na hora em que um inimigo mais poderoso desorganizou-o, procurando feri-lo mortalmente.

Sugere-nos, o atual conflito, algumas considerações em torno do cooperativismo. A primeira de todas é o fato da persistência da instituição que parece enfrentar a borrasca do modo mais simples possível. Como é do conhecimento geral, as mais sagradas reivindicações socialistas continuam sendo relegadas. Direitos que pareciam impercíveis são revogados a todo momento. Verifica-se uma total subversão de valores de toda sorte. E em meio a êsse torvelinho, como um milagre, o cooperativismo nunca foi tão benévolo, nunca tão desenvolvido, nunca tão incentivado pelos próprios burgueses, que tendo necessidade de alimentação, recorrem, como qualquer do povo, às cooperativas de consumo, que viram os seus associados crescerem em grande proporção.

Conta-nos Charles Gide, em estudo importantíssimo sobre as cooperativas em face do primeiro conflito internacional, que, na França, nas regiões invadidas, "os armazens cooperativos foram geralmente respeitados". Isto é uma prova de que os próprios inimigos reconhecem o bem que essas instituições poderão prestar à vida social.

Assim, podemos dizer que não houve interstício, na vida das cooperativas dos países beligerantes do Velho Mundo. Houve uma espécie de adaptação às contingências da vida, respeitadas as suas linhas tradicionais. De fato, durante o conflito, em França, as cooperativas vendiam mercadorias no campo de batalha; depois da guerra

VIA "ALL AMERICA"

PARA TÔDAS AS PARTES DO MUNDO

A All America Cables and Radio, Inc., oferece serviço telegráfico direto para a América do Sul, América Central, Índias Ocidentais e Nova York, onde entra em conexão com a Postal Telegraph para TODOS OS PONTOS NOS ESTADOS UNIDOS E CANADA, e com as suas Companhias associadas Commercial Cables e Mackay Radio, para a EUROPA e para NAVIOS EM ALTO MAR.

THE INTERNATIONAL SYSTEM

Mackay
Radio



Commercial
Cables

SOCIEDADE ANÔNIMA RÁDIO ARGENTINA

Ligada nos Estados Unidos com a Postal
Telegraph-Cable Company.

ESCRITÓRIOS NO BRASIL DA

ALL AMERICA CABLES AND RADIO, INC.

RIO DE JANEIRO

Avenida Rio Branco 99-101

Tel. 23-1700

SANTOS

Rua 15 de Novembro 141
Tels. 5502, 5561, 6852

S. PAULO

Rua da Quitanda 100
Tels. 3-7131/5 (inclusive)

DELTA Line

SANTOS-RIO-BAÍA
NEW ORLEANS
OU
NEW ORLEANS
RECIFE-RIO-SANTOS
EM.
15 DIAS

SERVIÇO REGULAR
DE CARGA E PASSAGEIROS ENTRE NEW ORLEANS
E A COSTA LESTE DA AMÉRICA DO SUL
AMERICAN STEAMSHIP AGENCIES, Inc.
SÉDE — R. 15 DE NOVEMBRO, 176/178—SANTOS—TEL. 7255
FILIAL — AVENIDA RIO BRANCO, 2 — RIO — TEL. 23-4134
PASSAGENS EM SÃO PAULO
BRASILTUR—R. LÍBERO BADARÓ, 86—TELS. 3-4848 E 3-4849

deram profissão aos desempregados, crescendo, por isso mesmo, no conceito geral.

Não se diga, agora, que somente por causa da guerra o cooperativismo está sobrevivendo; não. Certamente, passada a hora da tormenta, novos horizontes serão abertos às cooperativas, que terão uma digna tarefa: contribuir para a reestruturação econômica dos povos cansados de lutar e de sofrer.

Em relação às cooperativas, no mundo moderno, outro assunto nos leva a um ligeiro comentário — a especulação, a ganância dos intermediários, que procuram tirar partido das difíceis condições que se apresentam ao povo: falta de gêneros, redução pelo racionamento, elevação de preços, etc. Tais indivíduos, praticando ato de tal modo criminoso incorrem, atualmente em penas, por lesão à economia popular. Mas não faltam os desrespeitadores da ordem, que, mesmo nos mais difíceis momentos da vida nacional, procuram, mediante excesso de usura, enriquecer-se de modo tão mesquinho. Ainda contra êsse mal, remédio nenhum se encontra melhor que a cooperativa que, evitando lucros de qualquer espécie, apenas satisfaz as conveniências da produção e do consumo.

Na primeira grande guerra mundial assistimos os maiores vexames atormentando as populações famintas da Europa. E o meio mais seguro para evitar o mal foi apelar para as cooperativas de consumo, que, deste modo, muito contribuíram a minorar a fome que reinou no Velho Mundo.

Necessário, pois, reconheçamos ao cooperativismo o lugar de honra que lhe está reservado, agora, quando o mundo é uma sangueira, e depois da guerra, quando necessidades humanas se avultarão de modo assustador.

Fábrica Nacional de Aviões

A FÁBRICA Nacional de Aviões e de Hidro-aviões de Lagôa Santa, construída e explorada pela "Construções Aeronáuticas S. A.", foi uma das primeiras iniciativas tomadas pelo Presidente Getúlio Vargas para dar à aviação brasileira os meios industriais de construir seus próprios aviões e seu equipamento.

A partir dos começos de 1933, quando o grande trimotor de 15 toneladas, "Arc-en-Ciel", construído pelo engenheiro René Couzinet efetuava a primeira travessia comercial do Atlântico Sul, pilotado por Jean Mermoz, o Presidente manifestou sua intenção de estabelecer uma indústria aeronáutica no Brasil e pouco depois nomeou comissões encarregadas de estudar a localização mais propícia para a edificação da fábrica; a capacidade de produção desta fábrica e todos os problemas ligados a este empreendimento, foram da mesma sorte objeto de cuidadosos estudos, de maneira que as previsões logradas possam ser satisfatoriamente cobertas.

No ano de 1938 o programa geral estava concluído; então, foi aberta a concorrência.

A partir de 1936 um grupo de personalidades brasileiras, entusiasmadas pela idéia do Presidente Vargas, tinham fundado a Sociedade Construções Aeronáuticas S. A. e tinham obtido o concurso do célebre engenheiro René Couzinet para a direção técnica da Sociedade.

Esta Companhia, mediante as indicações do Governo Brasileiro, estudou vários projetos, dos quais, um, que constituía o plano da atual fábrica de Lagôa Santa, foi aceito e aprovado pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, o General Mendonça Lima. O único problema cuja resolução estava pendente era o contrato que regeria a execução deste projeto pelas Construções Aeronáuticas S. A. Este trabalho foi complicado pela declaração de guerra na Europa a qual havia imobilizado uma grande parte

da produção industrial dos países que deviam nos fornecer as máquinas e o equipamento da Usina.

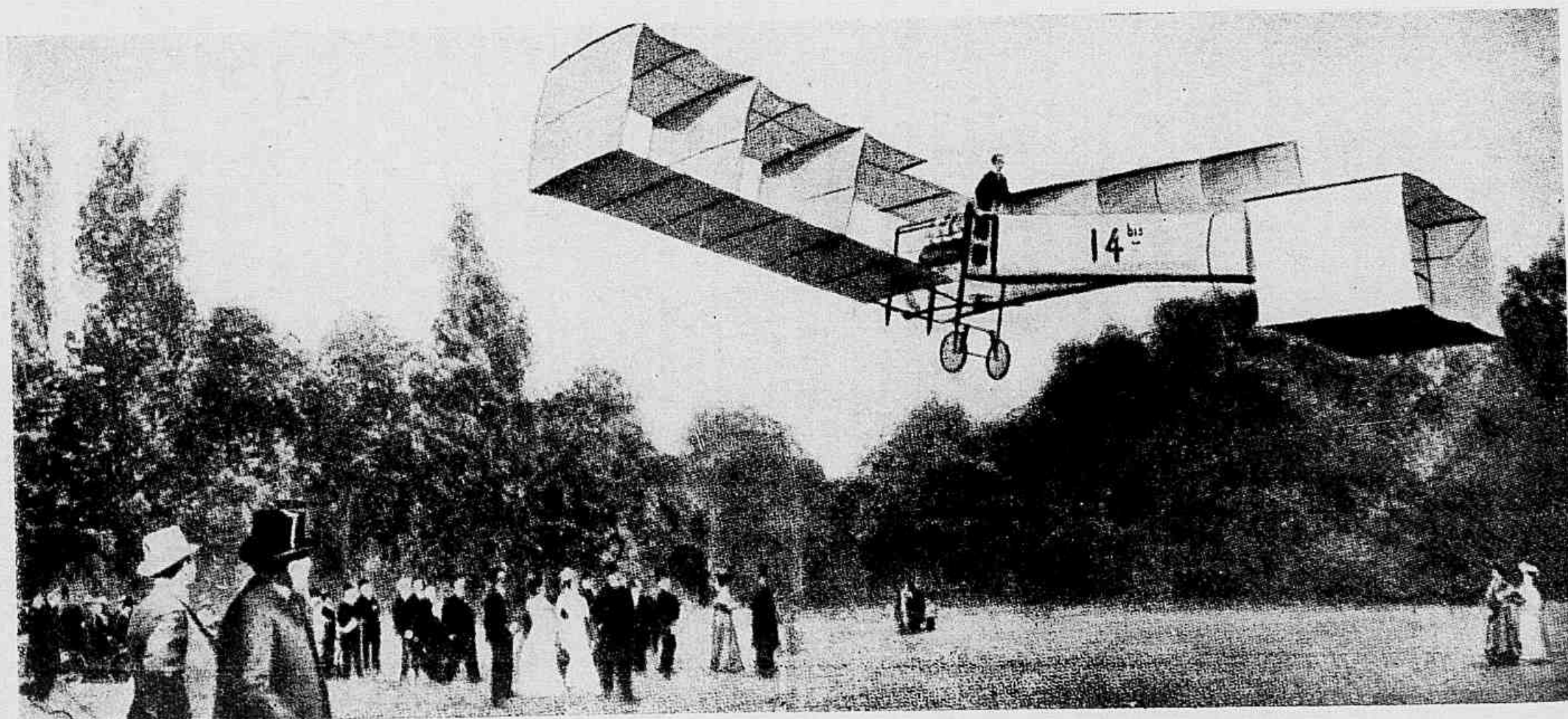
Finalmente a 6 de abril de 1940 o contrato foi assinado entre a Companhia e o Governo Brasileiro, tendo sido imediatamente confirmado por um Decreto-Lei, o número 2.176, de 6 de maio de 1940. Como seria natural o governo tinha um controle absoluto da gestão e da produção da Fábrica e este controle é exercido por um Superintendente nomeado pelo Ministro da Aeronáutica, sr. Salgado Filho; atualmente o superintendente é o coronel Jussaro Fausto de Souza.

Pelo contrato firmado com o Governo Federal, e que terá a duração de quinze anos, o Governo garante a Construções Aeronáuticas S. A.:

- 15.000 contos anuais de encomendas, no mínimo;
- Isenção de direitos aduaneiros e impostos;
- Um lucro industrial de 15% sobre as encomendas, representando o mínimo de 2.250 contos por ano;
- Autonomia administrativa e comercial;
- Possibilidade de aceitar encomendas de terceiros brasileiros ou estrangeiros.

A Diretoria, cujo Presidente é um grande pioneiro da aviação, Antônio Lartigue Seabra, é composta dos senhores Luiz Anibal Falcão, diretor gerente; Cláudio Ganns, diretor-secretário e de duas personalidades do Estado de Minas Gerais, os senhores Alberto Wood Soares e Dario de Almeida Magalhães, estes últimos representando os interesses dos meios econômicos de Minas para a grande obra federal. O dr. José Saboia Viriato de Medeiros, Conselheiro Jurídico, pôs sua bela inteligência a serviço da Fábrica de Lagôa Santa e tem orientado, com uma alta compreensão dos seus deveres patrióticos, os problemas da vida jurídica da organização.

O BRASILEIRO SANTOS DUMONT CONSTRUIU O PRIMEIRO AEROPLANO — 14 BIS — QUE VOOU COM SEUS PRÓPRIOS RECURSOS



A FÁBRICA

Logo após a assinatura do contrato com o Governo, dando cumprimento aos desejos expressos pelo Presidente, que via as ameaças da guerra se acumularem sobre o continente americano, os trabalhos da fábrica de aviões de Lagoa Santa tiveram início, no terreno indicado pelo Governo, a 40 quilômetros de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, admiravelmente situado sobre um platô onde um aeródromo instalado pelo Governo permitirá o lançamento dos aviões e onde um lago favorecerá o dos hidro-aviões.

As firmas A. R. Giannetti & Cia. Ltda. e Alfredo Santiago & Cia. Ltda. tomaram a si o pesado encargo de construir num ritmo acelerado os imensos edifícios da fábrica que compreendem 10 grandes pavilhões destinados a abrigar uma Central Elétrica, 2 imensos halls de fabricação e de montagem de 250 metros de comprimento por 50 metros de largura edificadas segundo os dados mais modernos, com uma cobertura em sheds conoidais que permite luz e ventilação perfeitas da Usina; seções de pintura e laboratórios, bem como os serviços de controle, um restaurante, uma enfermaria e um gabinete dentário, completam uma organização que é uma verdadeira cidade em franco desenvolvimento.

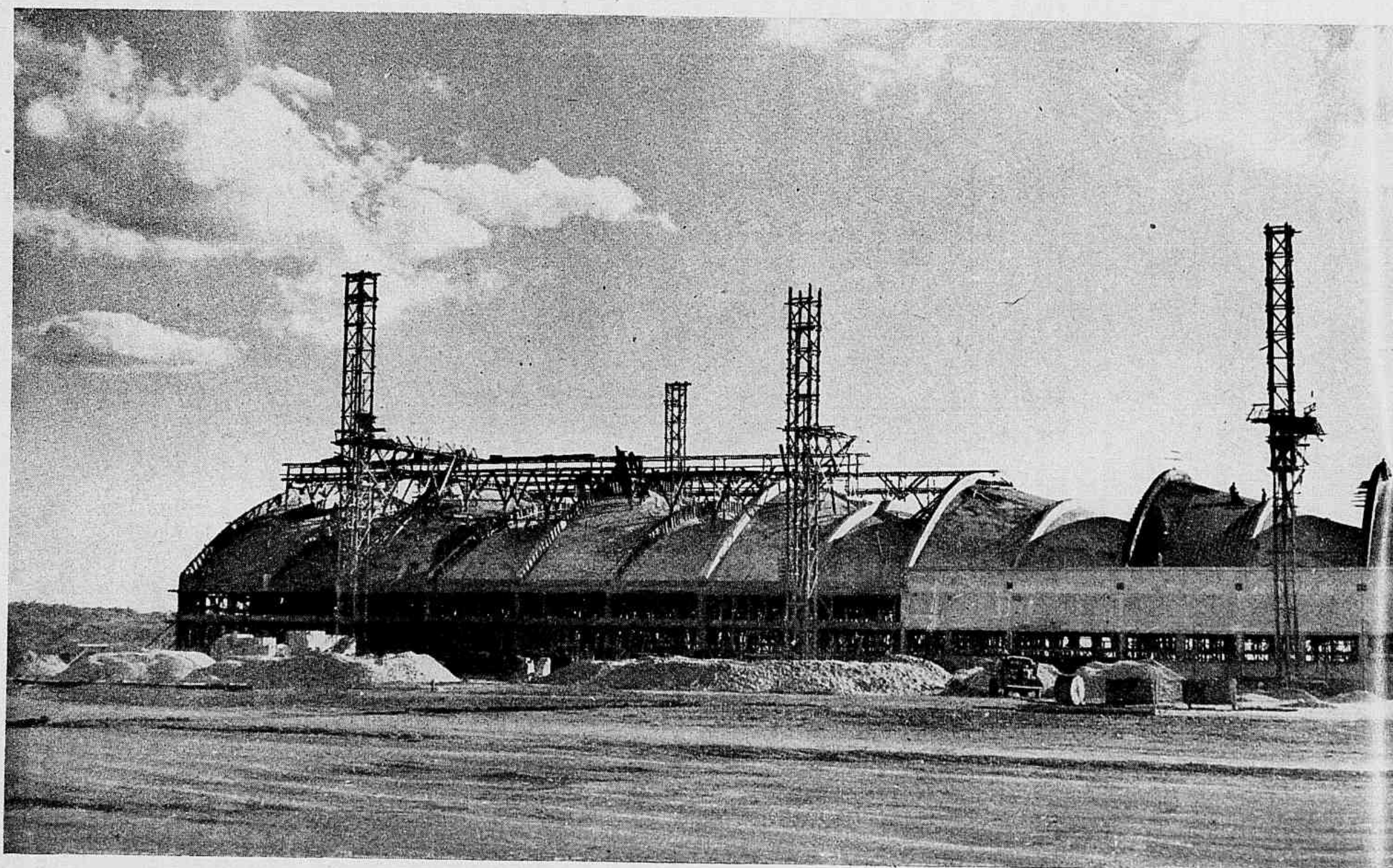
As construções, que num conjunto grandioso preveem as ampliações próximas e futuras, constituem trabalho de características moderníssimas, únicas no gênero na América do Sul. As obras estão sendo realizadas num ritmo acelerado, o que permitirá à Fábrica iniciar a produção brevemente.

Mau grado tôdas as dificuldades oriundas do estado de guerra os principais edifícios da fábrica de aviões e hidro-aviões de Lagoa Santa estão concluídos desde os primeiros meses de 1942.

Desde pouco antes da guerra, alarmada pelas dificuldades crescentes de obter o equipamento e máquinas nos Estados Unidos, a Diretoria de Construções Aeronáuticas S. A. fez-se representar em Nova York e em Washington por seu Agente-Geral. Viajando especialmente comissionado pela diretoria da Fábrica, teve o Agente-Geral oportunidade de expor, perante os órgãos competentes do Governo norte-americano, os planos para o levantamento da primeira fábrica brasileira de aviões, tendo, também, em seguida à aprovação irrestrita desses projetos, levado a efeito a compra do indispensável aparelhamento de maquinária indispensável à instalação deste parque de indústria da aviação no Brasil.

Foi o Agente-Geral da companhia, testemunha dos esforços gigantescos dos Estados Unidos para passar do estado de produção de paz ao estado de produção de guerra e teve a satisfação de constatar que, não obstante o imenso esforço que os Estados Unidos devem dispendir como fornecedores de material de guerra para o mundo inteiro, o Governo americano não abandona o Brasil em um período tão crítico e a promessa que lhe foi feita de que tôdas as facilidades serão dadas à fábrica de Lagoa Santa para a obtenção de seu equipamento, na proporção, naturalmente, de que o seu programa de desenvolvimento se intensifique e corresponda também às necessidades da defesa do hemisfério sul.

A PRESENTE FOTOGRAFIA MOSTRA O GRANDE HALL DE FABRICAÇÃO DOS AVIÕES CUJA COBERTURA É UMA ARCADE EM CIMENTO, DE



Os limites da produtividade norte-americana, no domínio de sua máquina industrial, são simplesmente fantásticos, mercê de seus recursos inexgotáveis em homens e material. Esta circunstância concorre, e poderosamente, para que não se verifique nenhum retardamento na entrega das maquinárias indispensáveis. Tudo depende exclusivamente do meio de transporte. Nos Estados Unidos de hoje não se fabricam mais artigos como automóveis, rádios, geladeiras, etc. Mas tudo o que de qualquer forma tem utilidade para os fins de guerra é confeccionado em série e em um ritmo verdadeiramente vertiginoso. Por isso, tudo quanto nos fôr necessário, nós o teremos com certeza e muito principalmente no que diz respeito ao material para a nossa jovem indústria aeronáutica. A América do Norte olha com grande entusiasmo todos os esforços desenvolvidos pelo Governo Brasileiro no sentido da edificação da Fábrica Nacional de Aviação de Lagoa Santa, sob a orientação técnica de René Couzinet. E, paralelamente presta o mais decidido apoio à iniciativa do brigadeiro Antônio Guedes Muniz, que construirá a usina para motores de aviação. As duas usinas se completam.

A previdência do Presidente Vargas e a atividade do Ministro da Aeronáutica, dr. Salgado Filho tem, efetivamente, dotado o Brasil de uma indústria aeronáutica muito completa, que deve representar um papel importante nos anos críticos por vir.

Os Estados Unidos vêem de um modo muito favorável o desenvolvimento de indústrias que poderão funcionar com mão de obra brasileira, utilizando matérias primas brasileiras e que aliviarão a indústria americana, que deve pro-

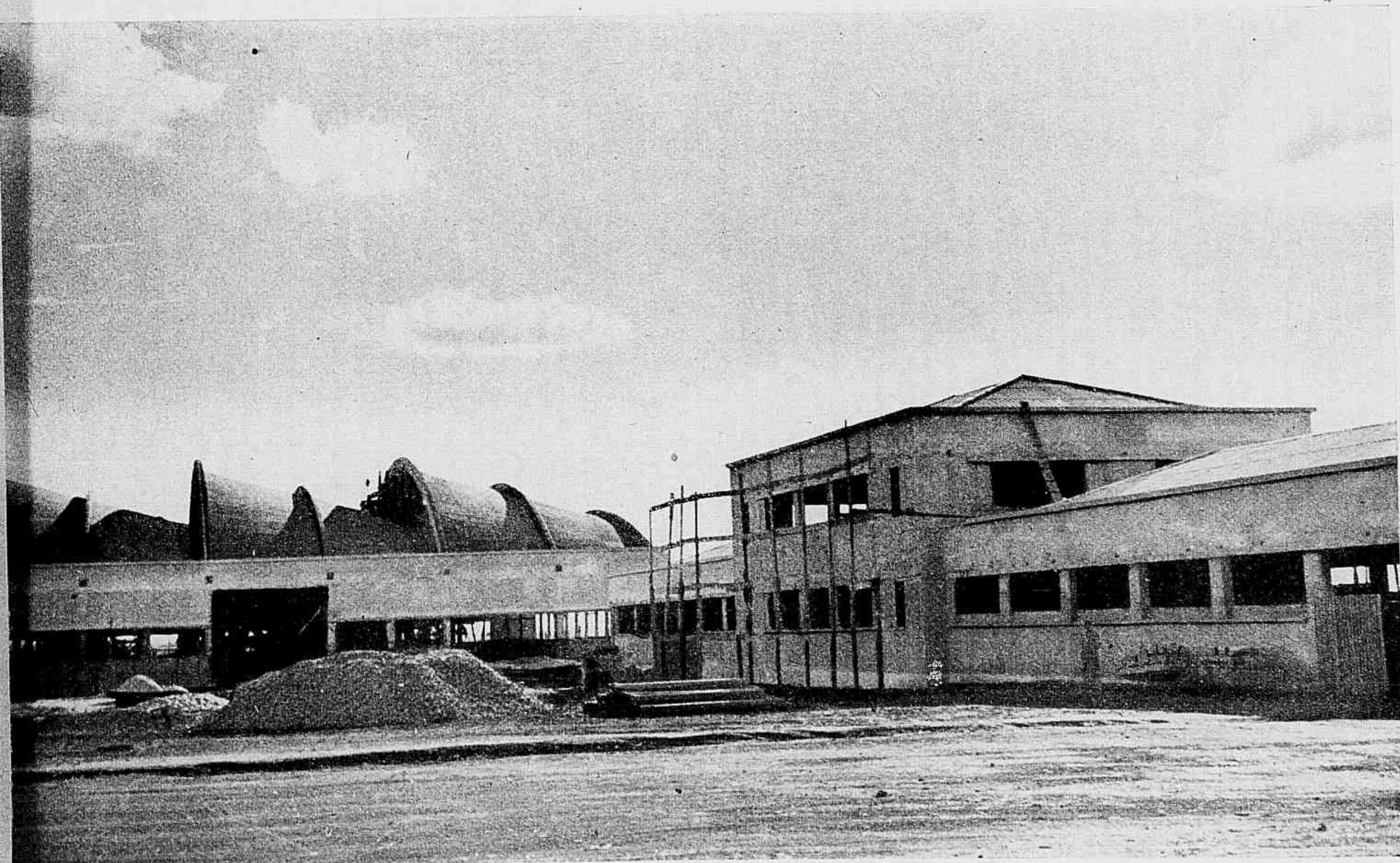
duzir aviões para todos os cantos dos cinco continentes e que vê com prazer a indústria brasileira pronta a secundá-la em um período no qual existe tamanha procura de material de defesa para os países da América do Sul, ameaçados cada dia de uma maneira mais instantânea.

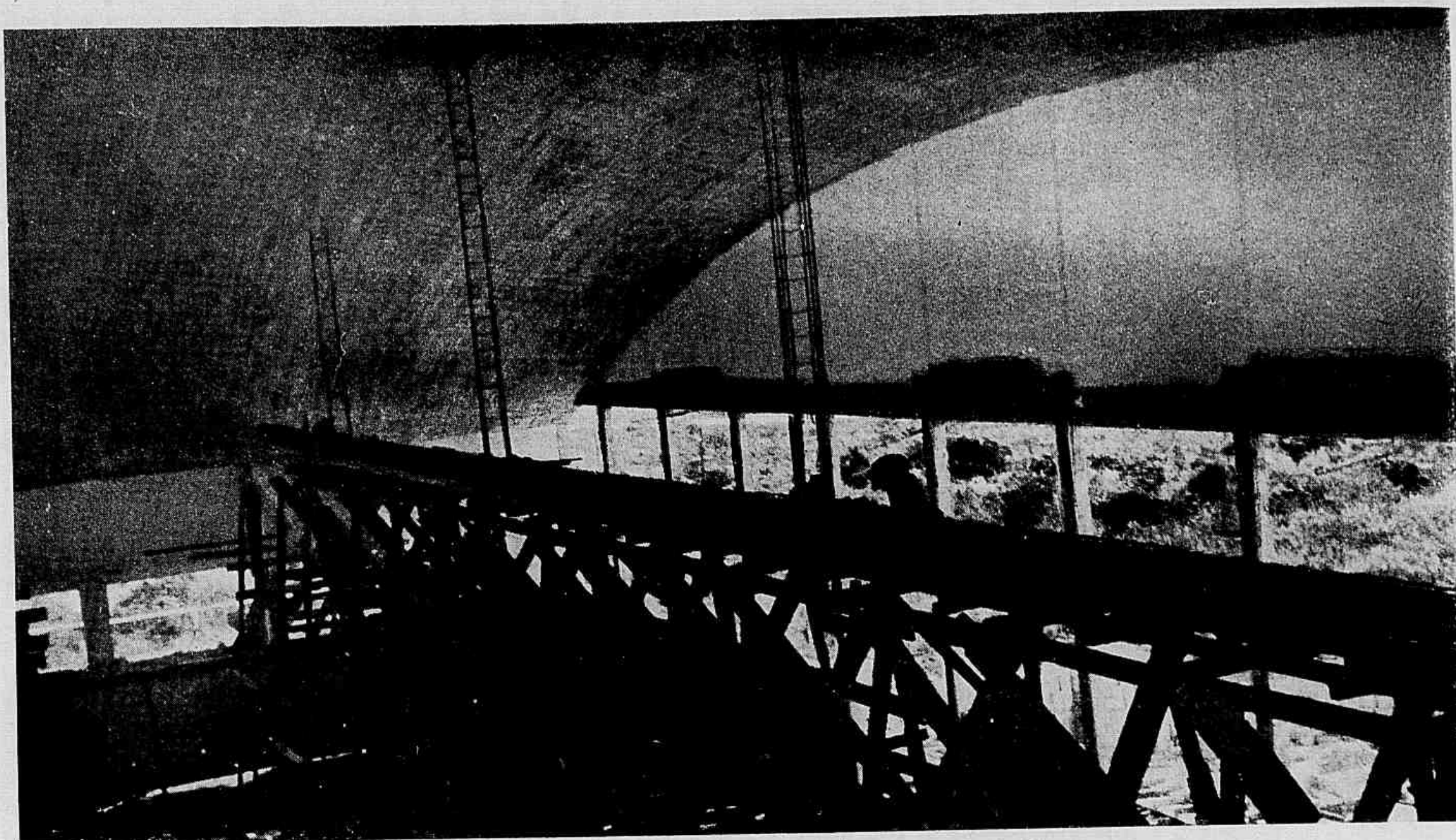
DESENVOLVIMENTO DO MERCADO AERONÁUTICO BRASILEIRO

O desenvolvimento do mercado aeronáutico brasileiro fez-se num espaço de tempo relativamente curto; em 1930 a nossa aviação, quer civil quer militar, tinha importância secundária; nem mesmo o Correio Aéreo Militar, então, tinha vida. Em 1940, após alguns anos de função, já o Correio Aéreo Militar estendera-se sobre 21.000 quilômetros, somando, os quilômetros percorridos, a extensão de 2.000.000. A aviação comercial, por seu turno, em 1930, com uma existência bem marcada de juventude, ainda, transportara 4.667 passageiros; o crescimento da sua importância, a ampliação das suas linhas, a melhoria e o desenvolvimento da rede, traduziu-se em 1940 pelo fato de haver neste ano transportado 70.734 passageiros. A carga transportada em 1930 pela aviação comercial atingiu a 9.609 quilos e em 1940 a 446.135 quilos.

O presidente Getúlio Vargas emprestou sempre aos empreendimentos aviatórios o mais decidido apoio, traduzido na multiplicação de campanhas de resultado sempre de muita eficiência; como ponto alto do interesse do Presidente Vargas, pode-se apontar, por exemplo, a criação do Ministério da Aeronáutica, o primeiro da América do

50 METROS DE VÃO, DO TIPO "SHED" CONOIDAL. PELA PRIMEIRA VEZ NO BRASIL UTILIZA-SE ESSE TIPO DE CONSTRUÇÃO ULTRA-MODERNA.





A FOTOGRAFIA DETALHADA MOSTRA UM DÊSSES ARCOS ENVIDRAÇADOS DO "SHED" CONOIDAL, QUE DISTRIBUE NO INTERIOR DA FÁBRICA UMA LUZ FILTRADA E "CLIMATIZA" O AR DAS OFICINAS.

Sul; e, também, outro ponto de tanta importância quanto este, é a fundação da Fábrica Nacional de Aviação de Lagoa Santa.

O desenvolvimento do mercado aeronáutico, pois, é mais uma justificativa para a criação da indústria nacional de aviação, hidro-aviões e apetrechos.

O QUE É CONSTRUÇÕES AERONÁUTICAS S. A.

A firma Construções Aeronáuticas S. A. foi constituída em 16 de dezembro de 1936 e, desde então, vem preparando, silenciosamente, em colaboração com o Governo, as bases do grande empreendimento nacional que é a Fábrica Nacional de Aviação. O capital da sociedade foi elevado para 12.500 contos, dividido em 25.000 ações ordinárias de 100\$000 cada uma e 100.000 ações preferenciais do mesmo valor, todas nominativas e todas com direito a voto.

As ações preferenciais gozam dos seguintes direitos e vantagens:

- a) dividendo preferencial de 8% ao ano, fixo e cumulativo;
- b) dividendo suplementar de 70% do saldo dos lucros líquidos;
- c) prioridade no reembolso;
- d) prêmio de reembolso de 1/2% por ano vencido, no caso de resgate antecipado;
- e) direito de fiscalização dos atos da administração;
- f) direito de voto nas assembleias, na proporção de 1 voto por cada grupo de 25 ações;
- g) direito de elegibilidade.

As ações preferenciais subscritas podem ser integralizadas da seguinte maneira: 20% no ato da subscrição; 20% na entrega das cautelas; 60% em chamadas de 30%, com intervalos não menores de 60 dias e prazo de 30 dias.

O dividendo de 8% e o suplementar de 70% sobre os lucros líquidos das ações preferenciais são assegurados pelos lucros anuais garantidos pelo contrato com o Governo, isto é com o lucro anual mínimo de 2.250:000\$000.

Vimos no princípio os nomes dos componentes da direção administrativa da Construções Aeronáuticas S. A.; os nomes dos diretores valem, por si, como um certificado de decisão na fiel execução dos compromissos assumidos para com o público. Vejamos agora alguma coisa a respeito da direção técnica, a cargo de René Couzinet. O nome de Couzinet é, por seu turno, a melhor garantia da capacidade construtiva de Lagoa Santa; trata-se de um dos mais afamados precursores aeronáuticos modernos.

Na sua folha de serviços podemos selecionar alguns pontos altos que documentam a sua capacidade e o seu devotamento à aviação; engenheiro civil e também da Escola Nacional Superior de Aeronáutica de Paris, oficial observador de aviação, René Couzinet, com 22 anos, criou um trimotor de 7.500 quilos, de asas baixas cantilever, que era uma realização inteiramente nova. Em 1931, Couzinet terminava o seu "Arc-en-Ciel" cujas performances eram únicas na época: velocidade de cruzeiro 275 quilômetros por hora; raio de ação, 4.200 quilômetros; peso, 15.400 quilos com três motores totalizando 1.950 HP. Em 1932 construiu o "Biarritz", pequeno trimotor Gipsy 105 HP, que, pilotado por de Verneilh, realizou notada-

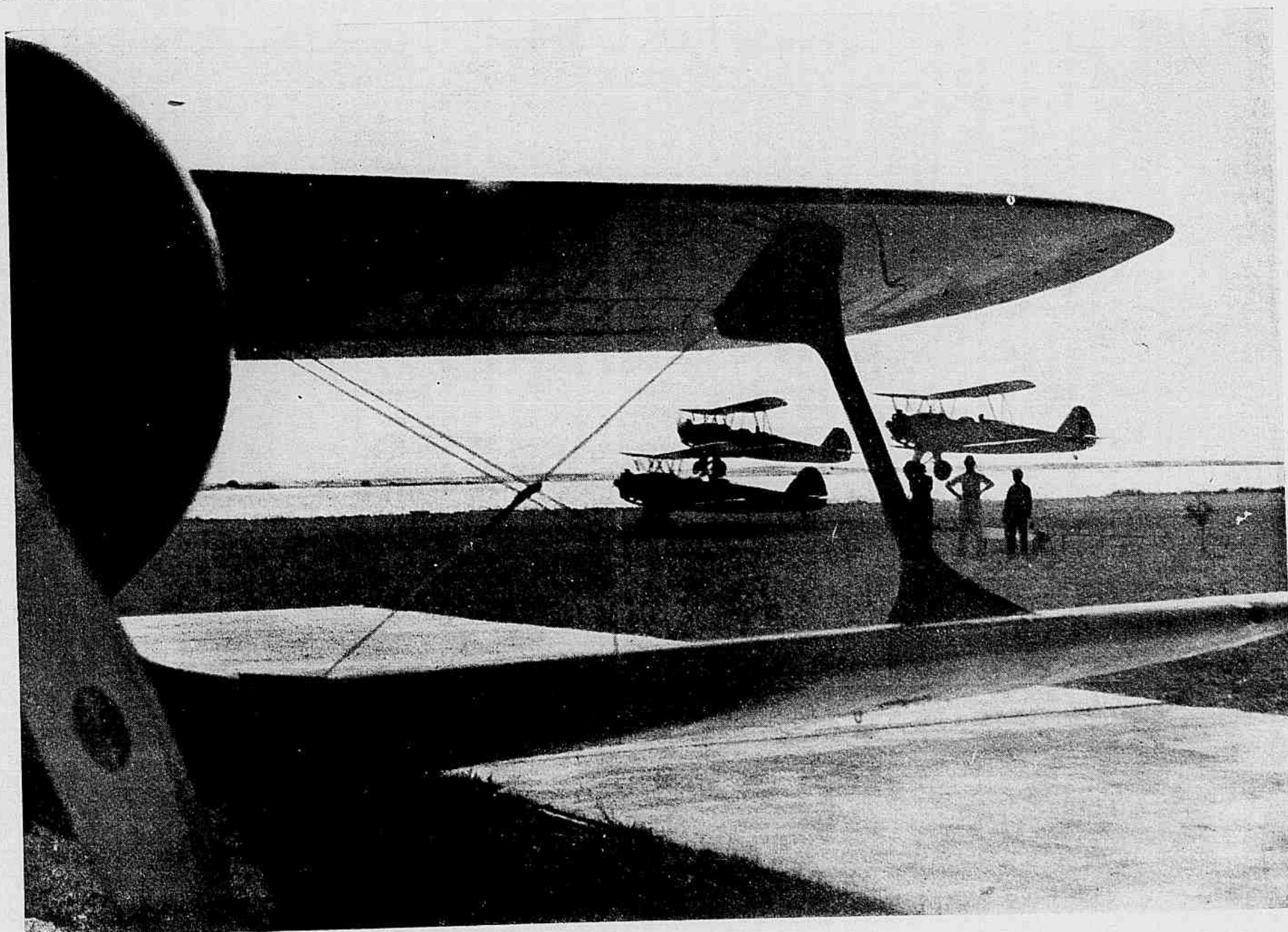
mente a primeira ligação entre a França e a Nova Caledônia, percorrendo mais de 50.000 quilômetros. Em 1933, Couzinet, a bordo do "Arc-en-Ciel", com Jean Mermoz como piloto, partiu de França, atravessou o Saara e o Atlântico Sul, alcançando o Rio de Janeiro e Buenos Aires e voltando à França, tendo percorrido 25.000 quilômetros. Em seguida o mesmo "Arc-en-Ciel", com Mermoz e Guillaumet, assegura as primeiras ligações postais no Atlântico Sul. Couzinet, que fora nesse interim nomeado Diretor do Anexo do Arsenal do Ministério do Ar, em Le Bourget, foi em seguida encarregado pelo Governo Francês de criar um vasto parque de revisão e reparo de aviões militares em La Roche-sur-Yon, na Vendéia, o qual, edificado e equipado em menos de seis meses, funcionou logo com grande rapidez. Em 1939 e 1940 as suas fábricas em Levallois e de La Roche forneceram aviões militares num ritmo acelerado ao mesmo tempo que construíam três grandes protótipos de bombardeiros quadrimotores do tipo Couzinet B. 4, encomendados pelo Governo Francês. Em fins de 1940, de volta ao Brasil, Couzinet colabora na construção da Fábrica de Lagôa Santa, como seu diretor-técnico. Em 1941, o Ministério da Guerra do Brasil, sob indicação do Ministério da Aeronáutica, encarrega Couzinet de reger a cadeira de aeromecânica do curso de aeronáutica da Escola Técnica do Exército.

O BRASIL, PIONEIRO DA AVIAÇÃO

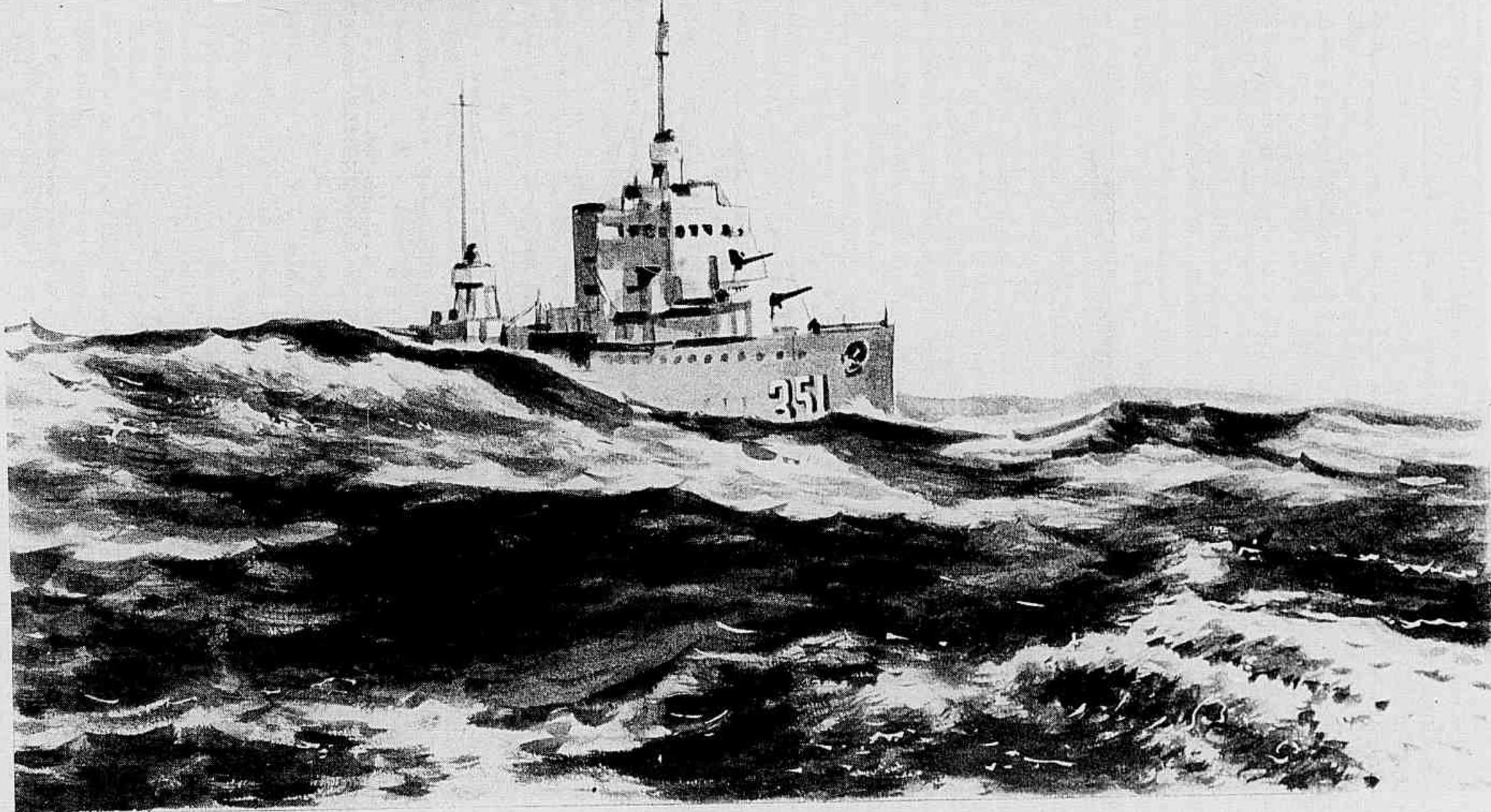
Realizando este trabalho sobre a indústria aeronáutica nacional, não poderíamos deixar de fazer uma referência sobre a precedência do Brasil, como um legítimo pioneiro da aviação moderna, especialmente do avião. É sobretudo um tributo que rendemos a Santos Dumont, que, em 23 de outubro de 1906, com o seu aeroplano 14-bis, abria novos caminhos aos transportes aéreos. Santos Dumont, o inventor brasileiro, foi o primeiro construtor de aviões; isto, deve ser tomado à base de um símbolo, para nós brasileiros, que agora, justamente, vemos lançadas as bases de uma indústria que há de erguer bem alto o nome do nosso país, e dará margem, ainda, para que possam os nossos operários e técnicos darem prova da sua habilitação. Aviões e hidro-aviões brasileiros, com motores brasileiros, todos construídos com material puramente nacional, cruzarão em breve os céus da América, em nobres missões de amizade, intercâmbio e defesa.

Que a tenacidade de Alberto Santos Dumont, pois, sirva de exemplo para quantos, neste instante, se voltam para os esforços que, sob o patrocínio do Presidente Vargas e do Ministro Salgado Filho veem sendo desenvolvidos para que o Brasil fabrique as asas a que a sua mocidade aspira, e de que a fábrica de Lagôa Santa há de ser o primeiro ninho de onde partirão.

A PREENHÊNCIA DO BRASIL NA CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO AEROPLANO DO MUNDO, ASSEGURA-NOS FUTURO AVIATÓRIO INEFJEVEL.



TURBINAS G.E. PARA A VITÓRIA



AS GRANDES fábricas General Electric nos Estados Unidos trabalham dia e noite produzindo maquinária pesada — motores, locomotivas, turbinas... turbinas que movimentam os navios de guerra e os cargueiros que transportam minérios... turbinas que produzem a energia necessária ao funcionamento de tantas outras indústrias. Assim a G.E. faz a sua parte, no gigantesco esforço industrial americano: dedicando a técnica, o engenho e as energias dos seus especialistas à produção de materiais

indispensáveis à vitória. Porque, na atual emergência, ficaram para segundo plano os artigos de conforto pessoal; indústria e público têm que aceitar também sua quota de sacrifício, abrindo mão, temporariamente, das vantagens destes artigos, como é o caso do ar condicionado.

*Planeje hoje para
poupar amanhã*

Há problemas que não podem ser solucionados sem o auxílio do ar condicionado. Em casos desta natureza a General Electric tudo fará para fornecer e insta-

lar o equipamento necessário. Mas, mesmo que isso não suceda, lembre-se de que, depois de alcançada a vitória final, nenhum prédio poderá prescindir de ar condicionado, tal a importância que este precioso elemento de conforto vem assumindo na vida moderna. Não se esqueça disso! E de que, para poder instalá-lo mais tarde, é mais prático e mais econômico prevê-lo desde já nos seus projetos. Consulte o Departamento de Climatização da General Electric, sem qualquer compromisso de sua parte.

GENERAL  **ELECTRIC**

A Indústria do Charão

Idemuranda Das Feis

DAS velhas indústrias do Extremo Oriente, duas atingiram tal grau de aperfeiçoamento, que nem o extraordinário avanço que os grandes vultos da Renascença imprimiram à cultura artística na Europa, nem os constantes progressos científicos realizados em todos os setores da atividade humana a partir do século 19, conseguiram abalar o seu grande prestígio: a indústria da cerâmica e a do charão.

Saxe celebrizou-se por suas porcelanas; a França fez da escola de Sèvres um dos marcos do seu adiantamento, mas toda a obra hercúlea dos porcelanistas ocidentais foi impotente para fazer esquecer o maravilhoso da louça fabricada pelos chins. A Química, na sua arrancada através das séries de compostos orgânicos, forneceu à indústria a mais completa gama de cores, de solventes e de vernizes, porém nada do que até hoje produziram os laboratórios supera, em beleza, em inalterabilidade e duração, o trabalho dos charonistas.

O charão — processo de revestimento e decoração de objetos de madeira ou outro material, com pinturas feitas à base da resina de determinada árvore da família das anacardiáceas — teve seu berço na China, em data imemorial.

Segundo um manuscrito do tempo dos Ming, o charão foi primeiramente empregado para escrever sobre canas de bambú, depois em utensílios para comida, mais tarde na manufatura de vasos destinados aos cerimoniais.

Na dinastia Chou, (anos de 1122 a 255 antes de Cristo), seu uso estendeu-se à decoração das carruagens, arreios, arcos, flexas, etc., possuindo o valor de moeda, para pagamento de impostos ao Estado.

Da situação da indústria sob os Ming, que governaram de 1368 a 1644, há descrições chinesas contemporâneas, que o dr. Bushell cita várias vezes no seu livro "Chinese Art". Por elas se fica sabendo que, nos primeiros tempos daquela famosa dinastia, houve casas especializadas no trabalho do charão esculpido, em Ta-li Fu; que Nanquim, Pequim e Ning-kuo Fu se fizeram notar pela alta qualidade dos objetos que lançavam e pelas aplicações de ouro sobre os mesmos. O arrôjo dos desenhos, a abundância de detalhes, as incrustações delicadas, caracterizaram este período, do qual o Museu Vitória e Alberto, de Londres, guarda um certo número de ótimas peças.

Com a queda dos Ming o charão decaiu. Mas reviveu em 1680, com Kang Hsi, o primeiro e sem dúvida o maior dos imperadores mandchus, que estabeleceu, no próprio recinto do palácio de Pequim, um conjunto de oficinas para a execução de obras artísticas. O jesuíta Luis le Conte, que chegou à China em 1687, tece expressivas homenagens a esse reflorescimento, durante o qual foram feitas as

primeiras grandes remessas de charão para a Europa.

A arte brilhou ainda sob Chien Lung, que lhe deu proeminência na decoração das paredes e móveis do seu palácio, embora já as cores fossem mais pesadas e os motivos caíssem no formalismo sempre repetido.

Êsses seriam os últimos lampejos do charão, na China. O século 19 trouxe a decadência, precipitada irrevogavelmente em 1869, quando um incêndio destruiu o que restava das velhas oficinas imperiais. Fôra-se a originalidade dos motivos ornamentais, desapareciam os grandes mestres. Como arte, e sobretudo como indústria, o empório do charão pouco a pouco passara para o Japão.

NO ARQUIPÉLAGO AMARELO

Ignora-se a data exata em que a árvore do charão — *urushi-no-ki* — foi introduzida entre os japoneses. Mas o "Nihongi" ("Crônicas do Japão") afirma que em 587 já ela existia no arquipélago amarelo.

As obras de valor artístico mais antigas que se conhecem datam, todavia, apenas de dois séculos mais tarde, dentre elas se destacando a bainha da espada do imperador Shomu (724-749), toda em ouro e negro.

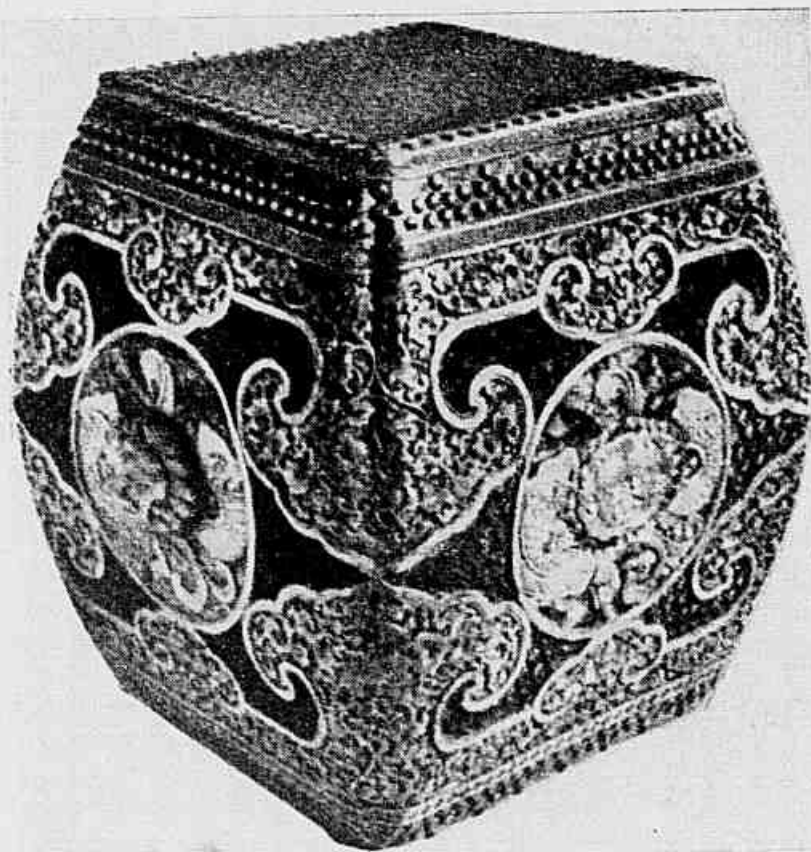
O imperador Kwamu (781-806), ao transferir a capital de Nara para Heiankyo — a atual Kioto — gastou enorme fortuna com o embelezamento da nascente metrópole, que então começou a ter um estilo diferente do chinês.

O século 10 caracterizou-se pelo emprêgo do curioso verniz na estatuaria, cuja voga só não perdurou porque foi suplantada pela da escultura em madeira, muito mais cômoda.

Durante o período Kamakura acentuaram-se os progressos. Tudo quanto era belo e fino encontrava pronta colocação. Os trabalhos abundavam em incrustações de metais preciosos e madrepérola; poemas eram reproduzidos entre os ornatos. Pelos meados do século 15 a reputação dos nipônicos subira tanto que artistas da China foram aprender-lhes os métodos. Taiami, Sgarashi, Shinsai, Koyetsu, este fundador dum estilo essencialmente nacional, são nomes que os entendidos conhecem e respeitam, tão bem como o do maior dos mestres do país, Ogata Korin, discípulo de Koyetsu, e o de Nagasbige, a quem se devem três bandeijas, preparadas em 1637 para um presente de casamento, que os peritos consideram as mais perfeitas peças do charão nipônico.

Um costume interessante, estabelecido na época, foi o de transmitirem os artistas os seus nomes aos filhos ou discípulos eméritos. Como consequência, houve dez gerações na família de Yamamoto Shunsho, que morreu em 1682 aos

ESCRÍNIO CHINÊS EM CHARÃO ESCULPIDO, DO TEMPO DE KHANG HSI (1622 - 1723)





RAMOS DE RHUS SUCCEDANEA PAULISTA EM PLENA FRUTIFICAÇÃO.

63 anos, e várias nas famílias de Kajikawa, Masanari e outros.

O século passado gerou um artista excepcional, Shibata Zeshin, cujas obras emparelham com as dos seus grandes predecessores, em técnica como em desenho. Exalta-lhe o valor lembrar que já então a indústria estendia seu campo de ação por tôdas as artes, subjugando-lhes a pureza em proveito do interesse comercial.

MOTIVOS E PROCESSOS

Os ornamentos do charão chinês são quase inteiramente simbólicos, e os assuntos, via de regra, derivados das lendas e personagens do Budismo, Taoísmo e Confucianismo.

As inspirações mais frequentes baseiam-se em “Os oito instrumentos musicais”, “Os oito símbolos budistas de feliz augúrio” e “Os oito bens preciosos”, do Taoísmo. Entre os motivos de figuras podem ser mencionados a deificação de Lao Tzé, fundador da filosofia taoista.

Meninos brincando são tão comuns como paisagens com pavilhões, árvores, montanhas, lagos, jardins. Os animais preferidos são o dragão e o fênix. Depois aparecem a tartaruga, o unicórnio, o leão, o morcego, a borboleta e os peixes, todos emblemas da vida longa, da felicidade. O pecegueiro, o pinheiro, o bambú, a peônia, o lotus, o crisantemo e a ameixeira dominam entre os temas do reino vegetal.

A execução técnica tem obedecido a fórmulas variáveis. Gerações de artistas renomados, vivendo exclusivamente para a arte, inventaram processos inúmeros, que uns atravessaram dinastias, outros desapareceram com os seus autores. A reconhecida paciência oriental deu tudo quanto podia ao charão. Numa polegada quadrada de determinada obra foram contados cerca de quinhentos pedacinhos de ouro, embutidos à mão.

Para se fazer uma idéia da complexidade da arte, basta referir que há pelo menos dez processos fundamentais de sua execução. Aqui é apenas um polimento negro; ali, sobre uma superfície uniformemente plana e baça, há aplicação de pó de ouro ou prata; mais adiante são pequenos fragmentos irregulares de folhas de ouro ou prata, colados superficialmente; em outros casos, o metal penetra a profundidades variáveis no verniz; e há decorações em alto como em baixo relevo, etc.

Pedacinhos de conchas, de preferência a madrepérola, entram em muitas obras. Aplicações deste tipo, irisadas de azul e verde, de combinação com ouro e prata e delicadamente gravadas, mereceram a maior admiração dos europeus, recebendo dos franceses o nome de “lac burgauté”.

Na China aproveitaram igualmente, para as inerustações, objetos de certa dureza, como o jade, a malaquita, o coral, a pedra de sabão, o marfim, a porcelana e outros corpos decorativos.

PEÇAS DE UM APARÊLHO DE CAFÉ EM CHARÃO NEGRO, CREME E



A ÁRVORE DO CHARÃO

Franceses, ingleses, alemães, holandeses, englobam sob o nome de *lacas* toda uma extensa variedade de resinas, e de misturas de matérias corantes minerais ou orgânicas com substâncias capazes de insolubilizá-las, bem assim as tintas e vernizes feitas com umas e outras.

Mas a língua portuguesa, com sua abundância de expressões, reservou o nome especial de *charão* ao líquido, aos vernizes e aos produtos preparados com a substância extraída da casca de duas árvores do gênero *Rhus*, — a *Rhus vernicifera* e a *Rhus succedanea*, que nós podemos considerar como espécies de sumagre.

A *Rhus vernicifera* mede habitualmente 3 a 4 metros de altura. Suas folhas são oblongo-lanceoladas, e as flores, panículas esbranquiçadas. A *Rhus succedanea* regula o mesmo porte, porém muitas vezes não passa dum arbusto.

Ambas são venenosas. O suco das suas cascas produz queimaduras de cicatrização demorada, comparáveis às produzidas pela nossa *Hura crepitans*. Seu nome vulgar no Japão é *urushi-no-ki*, e o do leite que produz, *urushi*.

Saindo do seu berço, a árvore do charão passou para o império do sol nascente, a Coréia, a ilha Formosa, a

OURO, FEITO EXCLUSIVAMENTE COM MATÉRIA PRIMA BRASILEIRA.



COLHEITA DO CHARÃO NA CULTURA DO HORTO FLORESTAL DE SÃO PAULO.

Indo-China. E por aí ficou. Plantações mais longe, ou não tiveram êxito ou não foram tentadas. Faz pensar que a tradição haja erigido o tabú de que essas árvores preciosas não se aclimavam longe do território asiático.

Por êsse motivo, foi com bem compreensível entusiasmo que, visitando, no interesse desta reportagem, o Horto Florestal da capital de São Paulo, sede do Serviço Florestal dêsse Estado, constatee o ótimo desenvolvimento das culturas de *Rhus succedanea* aí existentes, e das quais há já certo tempo eu estava informado.

O CHARÃO NO BRASIL

O Brasil deve a dois homens igualmente inteligentes e audazes, os srs. Ryochi Nakayama e José de Camargo Cabral, a entrada e o desenvolvimento da árvore e da indústria do charão.

Nakayama trazia o diploma de uma escola de comércio quando em 1929 desembarcou em Santos. Possivelmente contava acomodar-se escriturando os livros de qualquer compatriota chegado antes, e já feliz no comércio.

Mas não pôde resistir à atração da terra. O clima, a identidade de certos aspectos vegetais despertaram-lhe reminiscências dos seus bosques em Ishikava, onde o *urushi* garante a subsistência de centenas de famílias. E resolveu





O CALOR DO SOL É UM AGENTE MAGNÍFICO PARA PRODUZIR A DESHIDRATAÇÃO DE LÍQUIDO BRUTO QUE AS ÁRVORES PRODUZEM.

tentar uma experiência. Voltou ao Oriente, em busca de sementes de *Rhus vernicifera* e dos preparos para sua industrialização.

Em 1931, os vizinhos de Ribeirão Pires conheceram as primeiras plantinhas da valiosa anacardiacea. Raquíticas, enfezadas. Aquilo não prometia ir adiante. Nunca se viria idéia tão extravagante. Aquele homem queria era matar a família de miséria.

Alguém houve, entretanto, que entendeu que os ensaios mereciam ser levados até o fim. E pela mão do sr. José de Camargo Cabral, que assumia a direção do Serviço Florestal de São Paulo, Ryoichi Nakayama mudou-se em 1933 para o próprio recinto do Horto, com a mulher, os seis filhos e as suas cinquenta mudas atrofiadas de *vernificifera*.

Deram-lhe toda a ajuda precisa. Mil novas plantas da mesma espécie foram importadas e submetidas ao mais cuidadoso trato.

Meses depois, o pessoal subalterno do Horto começou a murmurar que a gente de Ribeirão Pires tivera toda razão em chamar Nakayama de louco. As mudas, nem cresciam nem engrossavam. Se não estavam infestadas por uma doença qualquer, é porque decididamente não se adaptavam ao solo.

Longe de desanimar, porém, os dois técnicos resolveram tentar nova série de provas com a *Rhus succedanea*. E esta, importada da Indo-China francesa, sob a forma de

sementes, revelou uma admirável adaptação às terras paulistas e um rendimento inesperado, superior ao obtido na Ásia.

Aos três anos de idade as *succedanea* do Horto de São Paulo estão aptas a receber a primeira sangria.

Nakayama enche-se todo de satisfação quando lhe pedem para contar os seus processos. E, sem sombra de dúvida, um asiático diferente. Não vive entre nós a vida misteriosa e discreta dos da sua raça. Muito ao contrário, orgulhoso dos resultados que conseguiu, tanto como do seu título de naturalização brasileira, emprega seu maior empenho em fazer com que as culturas de charão se alastrem e que aqui se forme uma verdadeira indústria de charão.

AS CULTURAS DE SÃO PAULO

As árvores de *Rhus succedanea* existentes no Horto de São Paulo são apenas três mil, mas a distribuição de sementes e mudas tem sido feita com profusão, de sorte que proximamente a colheita total, considerada a das culturas particulares, representará uma cifra apreciável.

A extração do líquido, a que assistí, é quase idêntica à praticada na Ásia desde milênios.

Inicia-se pela manhã, quando o operador, munido dum ferro estreito, de ponta recurva, pratica em cada árvore, desde a base do caule até o alto, incisões horizon-

tais ou oblíquas, afastadas entre si uns 30 centímetros, e abarcando metade da circunferência da casca, da qual o ferro retira uma fita de meio centímetro de largura.

Não há necessidade, como no caso da borracha, de colocar vasilhas para aparar a exudação. Espessa, branca, diminuta, esta fica retida no próprio sulco aberto pelo ferro, donde a retiram no fim do dia, com uma colherinha especial, para pequeninos baldes feitos com canudos de bambú.

O líquido bruto carrega cerca de 40% de água e detritos da casca. Para eliminar a primeira, derramam a colheita da véspera numa tina oval de madeira, rasa, e mexem-na continuamente com um rôdo, durante 3 a 4 horas, ao sol quente; a água pouco a pouco se evapora e o líquido vai engrossando e oxidando-se. A rapidez com que a superfície exposta ao ar vira do branco ao marrom e ao negro é surpreendente. Os resíduos sólidos são subtraídos por meio de coamentos sucessivos em panos de malha muito unida.

Após uma semana de repouso, a mesma árvore pode ser novamente sangrada, fazendo-se outras incisões paralelas às precedentes, cada uma um centímetro acima ou abaixo daquelas. E assim durante seis meses, de outubro a março.

Uma plantação dá para trabalhar economicamente quatro anos, aproveitando tôdas as superfícies da casca, de ambos os lados. Além dêste prazo, deve-se derrubar as árvores para substituí-las. A madeira do urushi, clara,

leve, dificilmente putrescível, é muito empregada pelos pescadores de certas zonas do Pacífico para o preparo de boias.

A prática dá aos homens uma tal destreza, que raro é uma partícula do produto queimar-lhes a pele ou perder-se no solo. Esse cuidado recompensa. Para ter um quilo dêle é necessária a produção de um dia dum total de 50 a 200 árvores, segundo a idade das mesmas.

O charão puro é transparente, sendo aplicado geralmente de mistura com óleo de tungue, para ficar mais fluido.

O produto presta-se aos mais variados suportes, porém a madeira é o mais vulgarizado. Na Ásia aproveitam certa espécie de pinho, leve e de alta resistência ao fendilhamento; em São Paulo os melhores resultados têm sido conseguidos com o guatambú, que pela sua estrutura compacta se deixa tornear com facilidade.

Desde as operações preliminares o charão é um trabalho de paciência. As peças de madeira precisam ser lixadas com esmero, em seguida emassadas com uma pasta feita com farinha de arroz e charão, em seguida polidas com uma pedra fina de afiar, e logo após a primeira passagem de urushi, com um fragmento de carvão de madeira tenra. De outro modo não se obterá nas superfícies o brilho que tanto admiramos.

Os pincéis empregados devem ser de cabelo humano, e a cada mão de tinta convem suceder-se um intervalo de doze horas de secagem numa estufa branda.

NAS OPERAÇÕES DE PINTURA É QUE OS ARTISTAS REVELAM SEU MAIOR OU MENOR MÉRITO.



QUADRO COMPARATIVO DA COMPOSIÇÃO DE DIVERSOS LIQUIDOS DE CHARÃO

COMPONENTES	BRASIL	JAPÃO	CHINA	INDO-CHINA
Água.....	23,31	22,09	31,37	29,66
Substância nítrica.....	2,07	1,38	2,41	1,85
Matéria gômica.....	13,89	8,08	8,18	15,90
Urushiol (charão).....	59,85	68,45	58,04	52,15

SITUAÇÃO ATUAL DA INDÚSTRIA

Os primeiros objetos de charão feitos no Brasil empregaram líquido importado. Hoje a produção das árvores do Horto Florestal supre a totalidade do consumo, que, assim se desenvolva, contará com a colheita esperada das plantações efetuadas por particulares nos municípios paulistas de Marília, Presidente Bernardes, Rancharia e outros.

Na maioria, os brasileiros ignoram que objetos de charão brasileiro existam já. Estes, no entanto, são realidade, embora os negociantes, desejosos de auferir os melhores preços, prefiram obscurecer a verdadeira proveniência da mercadoria, para que se pense que a mesma chegou de além-mar.

A manufatura de charão brasileiro tem produzido peças de beleza e finura incomparáveis, muitas das quais o Serviço Florestal de São Paulo conserva para admira-

ção dos seus visitantes. É uma indústria florescente, cuja produção mal chega para os que a procuram, e cujo futuro muito bem compreenderam as autoridades bandeirantes. Segundo pensamento expresso pelo interventor Fernando Costa, em seguida a uma visita às plantações de *Rhus succedanea*, não somente será intensificada a cultura dêste, como se instalará uma escola para ensinar aos paulistas as sutilezas do delicado trabalho.

O charão tem amplos empregos, graças a sua excepcional propriedade de produzir revestimentos levíssimos e absolutamente inatacáveis pelos ácidos, alcalis e outras substâncias corrosivas, nem fendilhar com as dilatações produzidas pelas mudanças de temperatura.

CONCLUSÃO

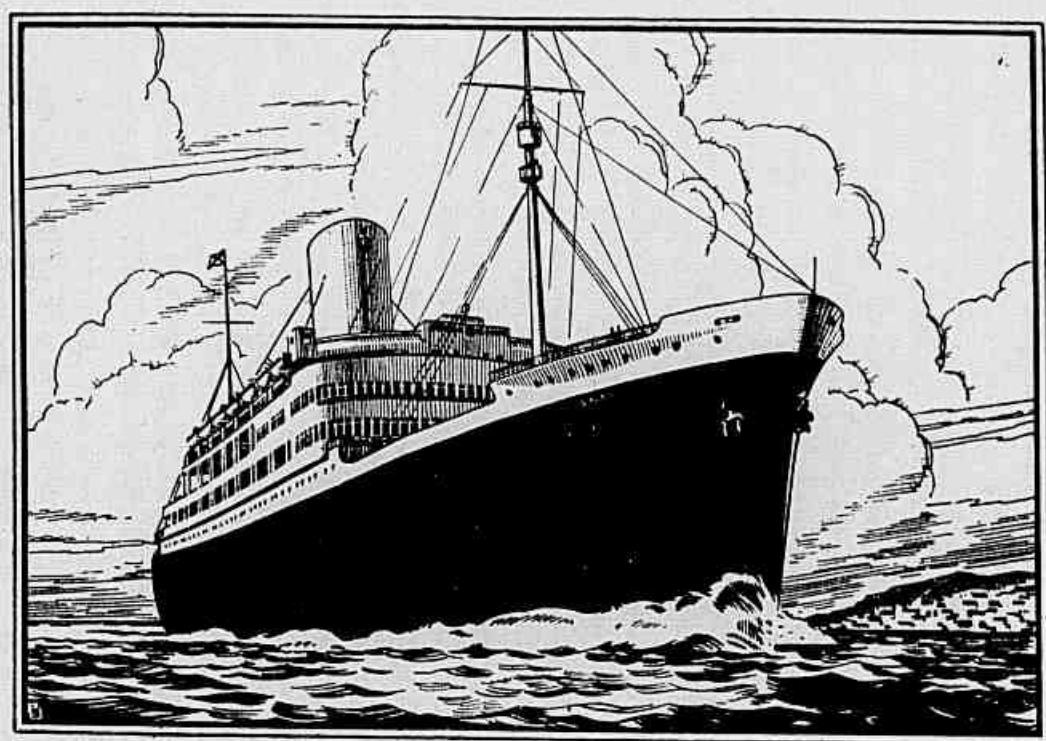
Num plano de educação popular para o trabalho o desenvolvimento da indústria do charão pode ser de ótimos resultados para o Brasil; a primeira fase já está esboçada na distribuição de sementes e conselhos atinentes à sua cultura e trato; a segunda, virá na realização do curso destinado a ensinar o tratamento industrial do charão. Ao brasileiro não falta a paciência nem a acuidade artística necessária a uma tão delicada arte; e os resultados econômicos da mesma são sobejamente conhecidos e capazes de encorajar.

Que valha a oportunidade, tão propícia, para o desenvolvimento da indústria do charão no Brasil; quando os seus mercados naturais estão fechados ao resto do mundo, podemos nós, ampliando a nossa produção, dando-lhe um plano verdadeiramente industrial, onde se case o gosto artístico e a capacidade industrial, abrir nos nossos mapas do comércio tanto interior como exterior, uma rubrica compensadora.

Mala Real Ingleza

Companhia do Pacifico

Para informações referentes
aos serviços marítimos da

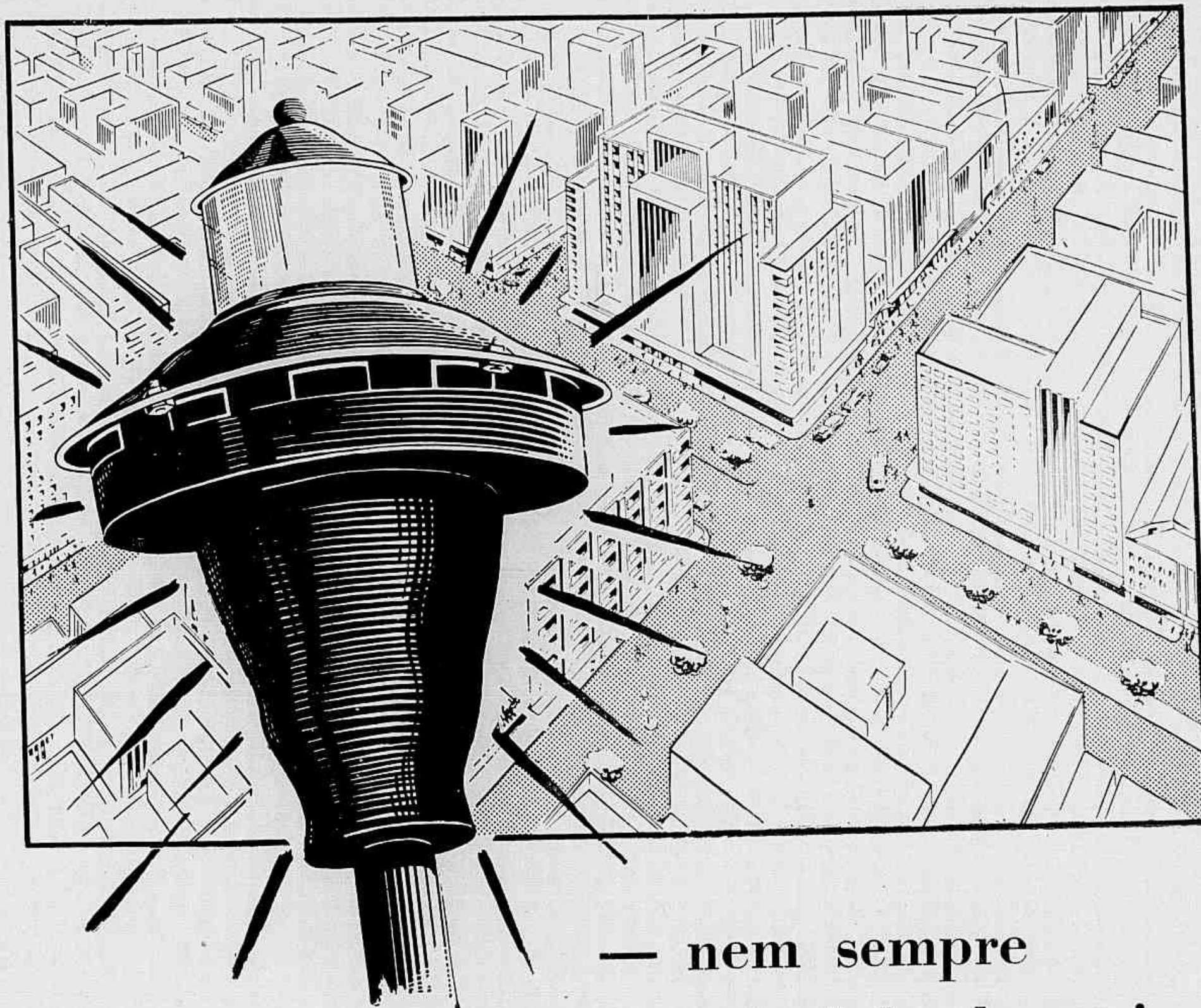


ROYAL MAIL LINES, LIMITED

DIRIGIR-SE AOS AGENTES

Royal Mail Agencies (Brasil) Limited

Av. Rio Branco, 51-55
RIO DE JANEIRO
Telefone 23 - 2161



— nem sempre
haverá um sinal de alarme!...

QUANDO o perigo paira sobre as cidades, as sirenes de alarme avisam as populações de que algo de grave pode acontecer. Na vida prática, porém, tudo que está para acontecer é quase sempre duvidoso... Nem sempre há sinal de alarme. Reflita sobre as incertezas do futuro! Lembre-se que o Sr. pode desaparecer inesperadamente. Que será, então, de sua família? Como poderá a esposa, na ausência do marido, manter o lar e educar os filhos? Mesmo que sejam deixados alguns bens, estes poderão não atender indefinidamente

às despesas que hoje estão a seu cargo. Por isso, o melhor meio de garantir a subsistência futura da família é um Seguro de Vida na Sul America. Consulte-nos agora mesmo. Embora as rendas de um chefe de família sejam modestas, a Sul America indicará o plano que melhor se adapta às possibilidades dele. Para sua conveniência — e sem compromisso — converse também com um Agente da Sul America. Sirva-se do "coupon" abaixo para receber um folheto sobre seguro, que lhe será de grande utilidade.



Sul America

Companhia Nacional de Seguros de Vida

Fundada em 1895

À SUL AMERICA
CAIXA POSTAL 971 - RIO

Queiram enviar-me um folheto explicativo
sobre Seguro de Vida.

8-QQQQ-1

78

Nome

Rua

Cidade..... Estado.....

A SUL AMERICA JÁ PAGOU MAIS DE MEIO MILHÃO DE CONTOS A SEGURADOS E BENEFICIARIOS

O Trust do Trigo

A CULTURA do trigo é conhecida desde a mais remota antiguidade, afastando-se mesmo, no tempo, à idade da habitação lacustre, e, por isso, pode-se dizer que assistiu o nascer e acompanhou no espaço o evoluer da civilização humana.

Dos três cereais mais consumidos pela humanidade — o trigo, o arroz e o milho — ocupa o nobre cereal o primeiro lugar e até hoje conserva o cetro que recebera no passado de "rei dos campos".

Ignora-se até hoje, quando, e em que terra, foi pela primeira vez cultivado pelo homem. Sabe-se, todavia, que os chineses se ocuparam de sua cultura pelo menos 4.700 anos antes da era cristã, dando-se o mesmo com os egípcios, pois que foi encontrada a semente dessa preciosa gramínea nos antigos mausoléus dos Faraós. "Conforme foi documentado por De Candolle, Kornicke, Solms-Lombach e Aaronsohn, sabemos que o trigo provém da Ásia (Mesopotâmia), considerando uns botânicos o *Triticum dicocóides* como a planta originária do nosso trigo, ao passo que os outros indicam o *Triticum monococum aegilopoides*".

O trigo não sendo um cereal muito exigente quanto ao clima, único fator na vida das plantas que ainda não pôde ser corrigido ou modificado pelo homem, é cultivado com sucesso em tôdas as regiões, mesmo nas tropicais. "Cresce no Hemisfério Norte das vizinhanças da linha tropical até o 65º da latitude Norte, sendo, por isso, natural que seja contínua a sua

produção, isto é, que haja sempre uma zona em que está sendo colhido. O calendário das safras de trigo mostra esta rotação anual:

Janeiro — Austrália e República Argentina.

Fevereiro — Índia.

Março — Egito.

Abril — México e Oriente.

Maio — China e Norte da África.

Junho — Califórnia, Sul do Corn-belt e penínsulas do sul da Europa.

Julho — Estados Unidos, Canadá, Rússia do Sul, França e Hungria.

Agosto — Alemanha, Bélgica e Inglaterra.

Setembro — Rússia Central, Suécia e Escócia.

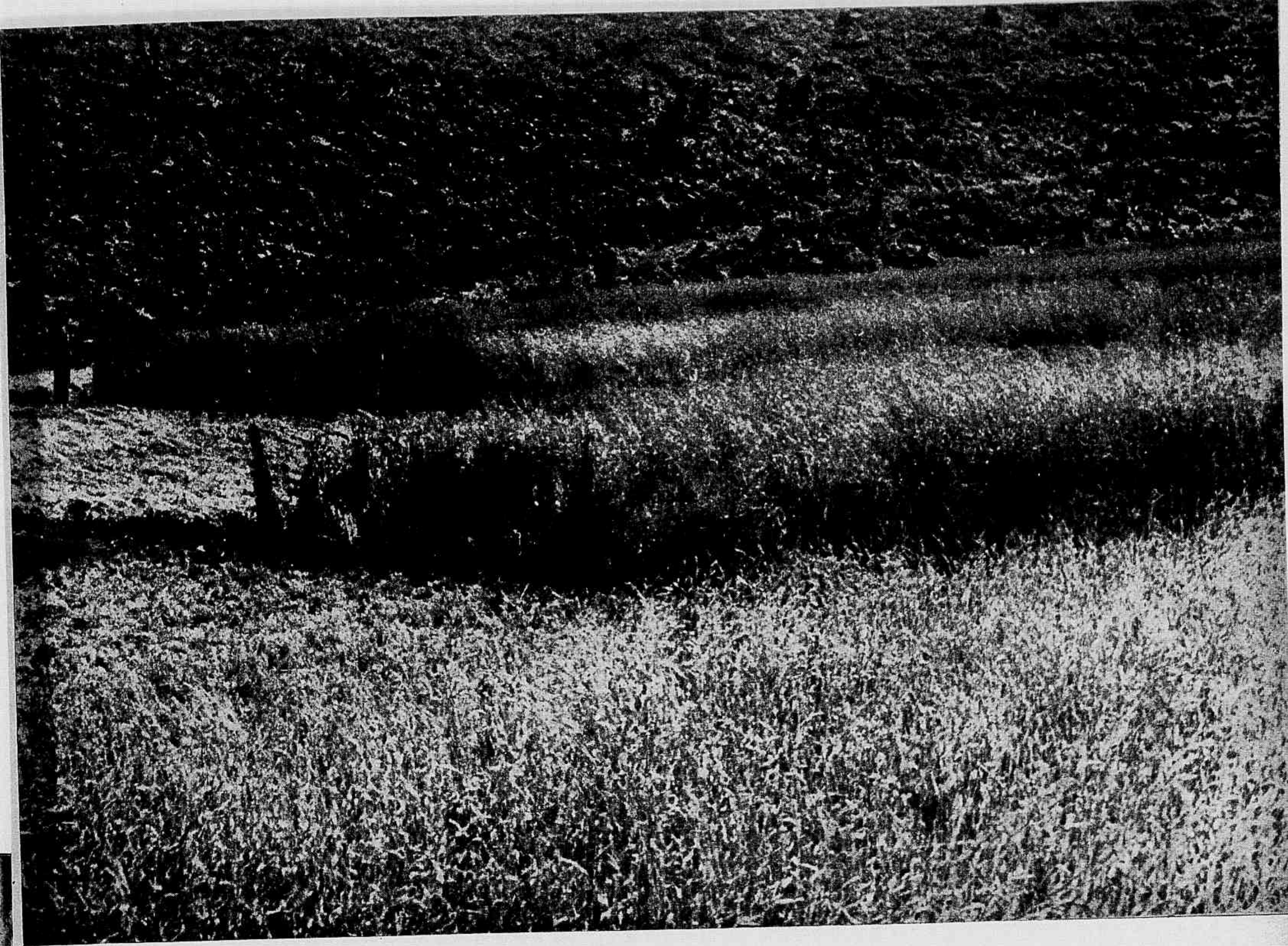
Outubro — Rússia Setentrional.

Novembro — África do Sul.

Dezembro — Austrália Meridional.

Hoje, todos os países do mundo produzem ou procuram produzir trigo, porque a sua cultura está quase que inteiramente mecanizada. Conhecem-se no mundo mais de mil variedades e no Brasil, só na Estação Experimental de Alfredo Chaves, no Rio Grande do Sul, que é a nossa mais importante





zona triticea, havia em 1923 para mais de 239 variedades em experimentação.

Os processos de cultura incidem diretamente nos rendimentos. Assim é que nos países em que os processos primitivos de cultura não se modificaram por motivos diversos, dentre eles o elevado preço da mão de obra e as tradições religiosas, os rendimentos são mínimos: países do Mediterrâneo Oriental, sul da Rússia, no primeiro caso, e por tradições religiosas alguns cantões da China. Não é demais lembrar aqui a parábola de Tchuang-Tsê, do homem que tirava água da fonte num balde para despejar numa valeta, despendendo um grande trabalho para um resultado mínimo, e referida por Tsê-Kung: — “Se tivesses u’a máquina, gritou-lhe Tsê-Kung, poderias num dia irrigar um pedaço de terra com vezes maior com muito menos trabalho. Não gostarias de possuir uma?”

— “Que é isso?” perguntou o jardineiro.

— “Consiste numa alavanca de madeira. A parte trazeira é pesada e a da frente muito leve. Essa alavanca tira água da fonte do mesmo modo que o fazes com tuas mãos, mas ininterruptamente. Chama-se bomba”.

Então o jardineiro fitou-o zangado e assim lhe falou:

— “Aprendi do meu mestre o que te vou dizer: homens que possuem instrumentos ardilosos, são também nos seus negócios, e os que são astutos nos seus negócios têm astúcia no coração, e aqueles que têm astúcia no coração não podem permanecer puros e incorruptos; e aqueles que não são puros nem incorruptos não conhecem a quietude do espírito. Não é que eu não conheça estas coisas. Mas sentiria vergonha em usá-las”.

Os progressos da técnica modificaram completamente a agricultura e “as melhoras introduzidas em matéria de transportes, juntamente com os progressos operados no ensaio das

sementes, preparo das terras, armazenagem dos produtos e aproveitamento das chuvas, converteram determinadas zonas que antes careciam de interesse para a cultura dos cereais em regiões tritícolas mui famosas. Nos Estados Unidos as superfícies incrementadas para o cultivo do trigo se estimam em dezesseis milhões de hectares, isto é, vez e meia ao total da superfície destinada pela Alemanha à cultura dos cereais”.

Onde predomina o emprêgo das máquinas, das semeadeiras, das ceifadeiras, tôdas mecânicas, há grande rendimento na colheita com maior economia de tempo e trabalho e menor superfície de solo cultivada. Na Europa Central, dado o elevado número de pequenas propriedades e o alto preço das máquinas, só por meio de cooperativismo poderá haver extensas culturas, apesar de sempre existir trigo porque cada proprietário planta para o seu próprio consumo.

Na América, segundo os cronistas, as primeiras plantações de trigo foram feitas no México. Não foi por obra do acaso porque o México e o Perú, países de planalto, foram o berço da agricultura no Novo Mundo, assim como o planalto da Índia o berço de origem de todos os cereais, e talvez de tôdas as plantas como querem alguns botânicos. Consta que o trigo ali chegou em 1530.

Quando foi semeado no Brasil?

Parece que em 1533, pela seguinte notícia que nos dá o Autor da Cronologia Paulista: “... resolveu Martim Afonso voltar à Europa e se dispôs a fazer a vela na primeira monção de 1533, quando pouco antes da partida recebeu notícia de haver sido sacrificada aos bárbaros carijós a expedição que de Cananéia mandou pela serra a dentro. Chegado a Lisboa foi nomeado Capitão-mór da Índia — prova do quanto El-Rei se dera por bem servido dele nesta incumbência. Enquanto não partiu para o novo destino ocupou-se da sua capitania, enviando-lhe casais de plantas, e sementes — incluindo a cana de açúcar e celebrando contratos para a fatura deste”.

ÁREA TRITÍCEA APROXIMADA EM FUNÇÃO DA ALTITUDE

QUADRO 1

ESTADOS	ALTITUDE (M)	Municípios provavelmente tritíceos		
		N.º de municípios	Área média	
			Km2	Hectares
Pernambuco.....	805 - 1.060	3	3.456	346.000
Baía.....	950 - 1.180	6	21.036	2.103.000
Rio de Janeiro.....	813 - 910	3	2.649	265.000
Minas Gerais.....	800 - 1.260	103	284.486	28.448.000
Goiás.....	800 - 1.000	7	84.028	8.403.000
São Paulo.....	750 - 1.300	30	29.310	2.931.000
Paraná.....	750 - 1.160	34	121.380	12.138.000
Santa Catarina.....	700 - 930	10	22.090	2.209.000
Rio Grande do Sul.....	500 - 1.000	20	66.340	6.634.000
<i>Total dos municípios, área total em km. 2 hectares...</i>		216	634.775	63.477.000

O padre Fernão Cardim, um dos mais abalizados historiadores do Brasil no século XVI, relata-nos o seguinte: — “No Rio de Janeiro e Campos de Piratininga se dá bem trigo, não no usam por não terem atafonas nem moinhos e também tem trabalho em o colher, porque pelas muitas águas e viço da terra não vem todo junto e multiplica tanto que hum grão deita setenta, e oitenta espigas, e humas maduras vão nascendo outras e multiplica quasi in-finitum”.

De São Paulo espalhou-se o trigo para o centro, para o norte e para o sul. Em Minas Gerais encontrou excelente “habitat” e Saint-Hilaire, descrevendo a sua viagem ao Brasil, fala do saboroso pão feito nos Campos Gerais. As regiões de Patos e de Montes Claros são tradicionais na cultura do trigo. Em Montes Claros distinguem-se duas farinhas de trigo, a do reino e a da terra, esta de trigo ali cultivado e em larga escala para aqueles velhos tempos prósperos e felizes. Nunca ali o trigo desapareceu totalmente e até hoje é ainda cultivado, por força de tradição.

Em Goiás caso semelhante se observa e lá “é secular a lavoura tritícola, sendo interessante acentuar que, na Chapada dos Veadeiros, a cultura do trigo tem sido mantida, de geração em geração, por uma mesma família de origem hispano-portuguesa”.

No norte do Brasil sobressaíram as plantações da Ilha de Marajó, que foram famosas. Na Baía também houve rendosas plantações nos municípios de Bom Jesus dos Meiras, Caetitê e Conquista, estes dois últimos constituindo uma das melhores regiões brasileiras para a cultura de tão útil cereal.

A maior cultura brasileira de trigo, porém, se acha no Rio Grande do Sul e sobre a qual disse o antigo Diretor da Estação de Alfredo Chaves: — “E’ sabido que as terras do sul do Brasil prestam-se admiravelmente para a cultura do trigo e temos documentos na própria história do país, por onde se vê que fomos, antigamente, produtores e até exportadores desta preciosa gramínea. Deve-se recordar que o primeiro trigo plantado produziu tão fartamente que deu para suprir as ne-



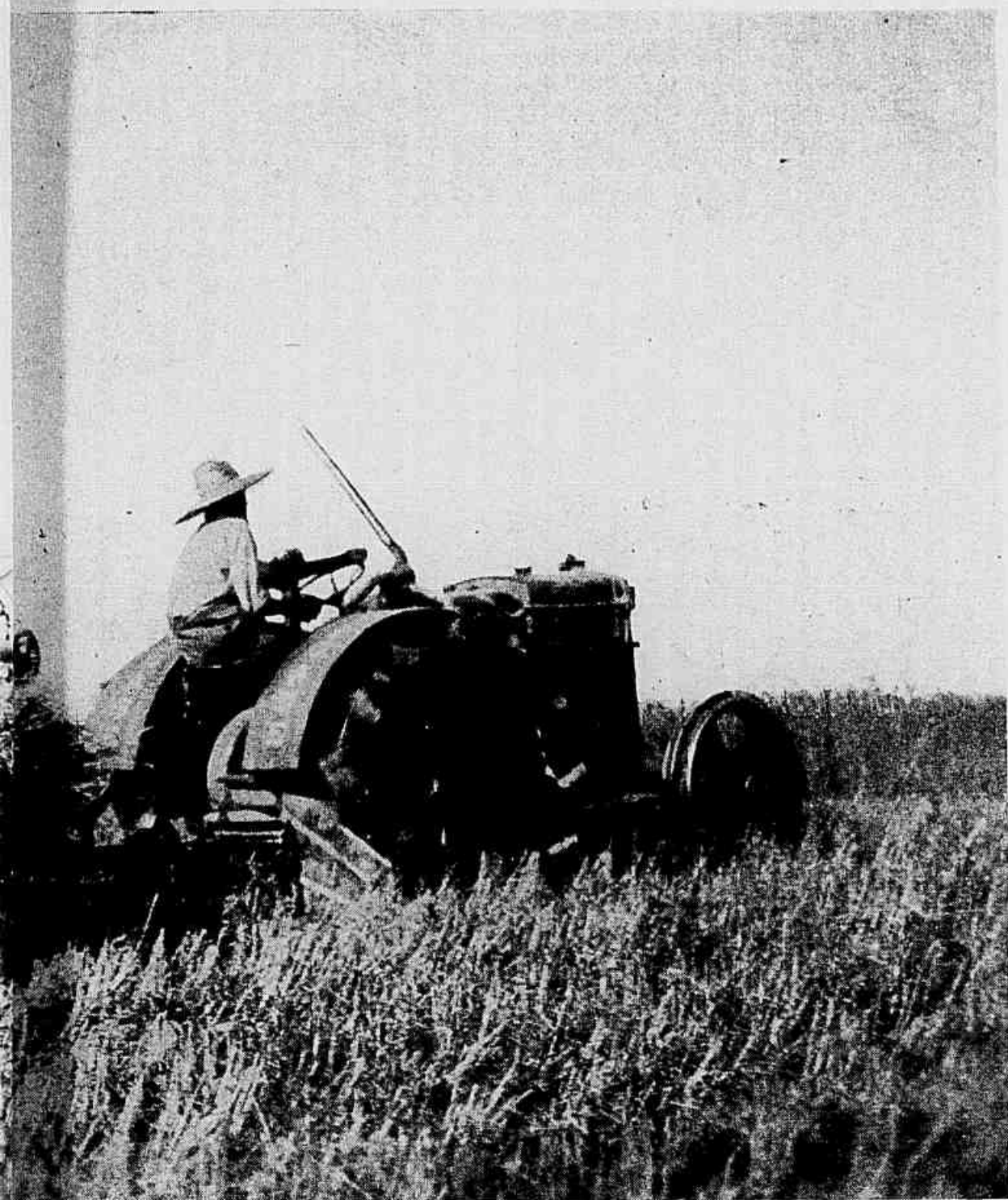
cessidades do Brasil e de Portugal. Naquele tempo, em 1790, as exportações elevaram-se a 73.044 alqueires de grão e 3.715 arrobas de farinha. Entretanto, no ano de 1822, baixou para 39.362 alqueires. Não posso, porém, deixar de lembrar dados interessantíssimos a respeito do histórico da cultura do trigo que colhi em Bagé. Conforme informações de pessoas verídicas, fiquei ciente de que existiam aí, ainda no ano de 1835, grandes plantações de trigo. Em Piratini, já muito antes e ainda naqueles tempos, efetuava-se a permuta dos escravos, pagando-se o preço dos mesmos em trigo produzido aqui em abundância. No município de Bagé concorreram, em 1862-63, três agricultores ao prêmio do Governo, de dois contos de réis, destinado ao agricultor que então produzisse 100 alqueires de trigo, satisfazendo os ditos lavradores, plenamente, as condições exigidas pelo Governo. Sabemos da “História Riograndense” que, desde 1626 a 1821, a agricultura, neste Estado, consistia na plantação de trigo. Conforme uma referência feita no relatório do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos, crescera a navegação para o Rio Grande, cujo comércio consistia na exportação de carnes, couros, trigo, sêbo, graxa, manteiga, queijos, bestas, muare, para São Paulo, Rio e Portugal”.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PASSADO

Ninguém ignora e não o é para ignorar jamais que o Brasil fôra no passado um grande produtor e exportador de trigo! As exportações na última década do século XVIII, somente de trigo do Rio Grande do Sul para a Corôa portuguesa, subiram a 73.044 alqueires de grão e a 3.715 arrobas de farinha, o que constitue, para aquela época, índice notável nas exportações do nobre cereal. E’ sabido que de outras regiões do Brasil saíam trigo para a Corôa e para os países do Prata, Cuba e Estados Unidos e para alguns países da Europa. Até o ano da Independência foram crescentes as exportações, principalmente para Portugal, que antes do grito do Ipiranga já havia importado, só no ano de 1822, 39.362 alqueires de grão.

Durante a guerra de secessão os Estados Unidos se abasteceram de trigo nacional produzido em Minas Gerais e Rio





Grande do Sul, cuja exportação diminuiu gradativamente até desaparecer por completo, em razão do abandono das culturas, antes tão promissoras. A partir de 1823 o Brasil deixou de exportar trigo definitivamente, apesar de oferecer o seu solo possibilidades incomparáveis para a cultura triticea, quer nos Estados do Sul, quer nos Estados Centrais, e mesmo na Baía, onde há terras, como em Caetité, em que a razão da colheita mínima está para um litro de sementes plantadas para quinhentos litros colhidos, mesmo sem obedecer a qualquer princípio de ecologia!

O Primeiro Império e a Regência nada puderam fazer porque se viram a braços com dissensões e sangrentas lutas políticas e mais se preocuparam com a unidade do país, entrando, por isso, a próspera lavoura triticea em lamentável decadência. Pôde-se dizer mesmo que depois do ato de D. João VI, em 1808, autorizando e incentivando a cultura do trigo e o estabelecimento de fábricas de moagem, só 50 anos depois, em 1857, o Estado voltou suas vistas oficiais para tão esperançosa cultura.

Assim é que, em 1857, foi votada no Parlamento uma lei autorizando o Governo a adquirir sementes e distribuí-las aos lavradores, além de instituir um prêmio de dois contos de réis para o agricultor que obtivesse safras superiores a cem alqueires. Instruções técnicas foram distribuídas e dir-se-ia que nova era se antejava para a cultura do trigo no Brasil, dados os promissores resultados dessa patriótica campanha oficial. Até 1863 a produção foi sempre crescente, baixando daí em diante em virtude dos fatos sangrentos que se desenrolaram nos pampas e outros fatores de ordem política.

Proclamada a República pouco ou quase nada se fez pelo trigo, cuja produção baixara a cerca de 15.000 toneladas em 1909. De exportadores no passado passamos a tributários da Argentina, em larga escala, para atender as nossas necessidades internas, sempre crescentes.

A guerra de 1914-18 desviando para os países aliados a produção argentina nos obrigou a incentivar a cultura triticea, e ainda mais porque a República platina teve diminuída a sua safra no período de 1915 a 1917, alcançando, por isso, a colhei-

PRODUÇÃO POR ESTADOS EM TONELADAS

QUADRO 2

ESTADOS	1931/35 (Média anual)	1936	1937	1938	1939
Rio Grande do Sul	122.538	118.650	115.000	139.982	77.394
Santa Catarina...	4.858	4.900	5.000	13.284	11.643
Paraná...	23.110	20.000	25.000	7.999	12.257
Minas Gerais...			15	95	126
Baía...	5	4	4	6	15
<i>Total em tone.</i>	<i>150.511</i>	<i>145.554</i>	<i>145.219</i>	<i>161.566</i>	<i>101.455</i>

ta riograndense em 1917 cerca de 115.000 toneladas, assim se mantendo até 1921, ano em que foi avaliada em 150.000 toneladas.

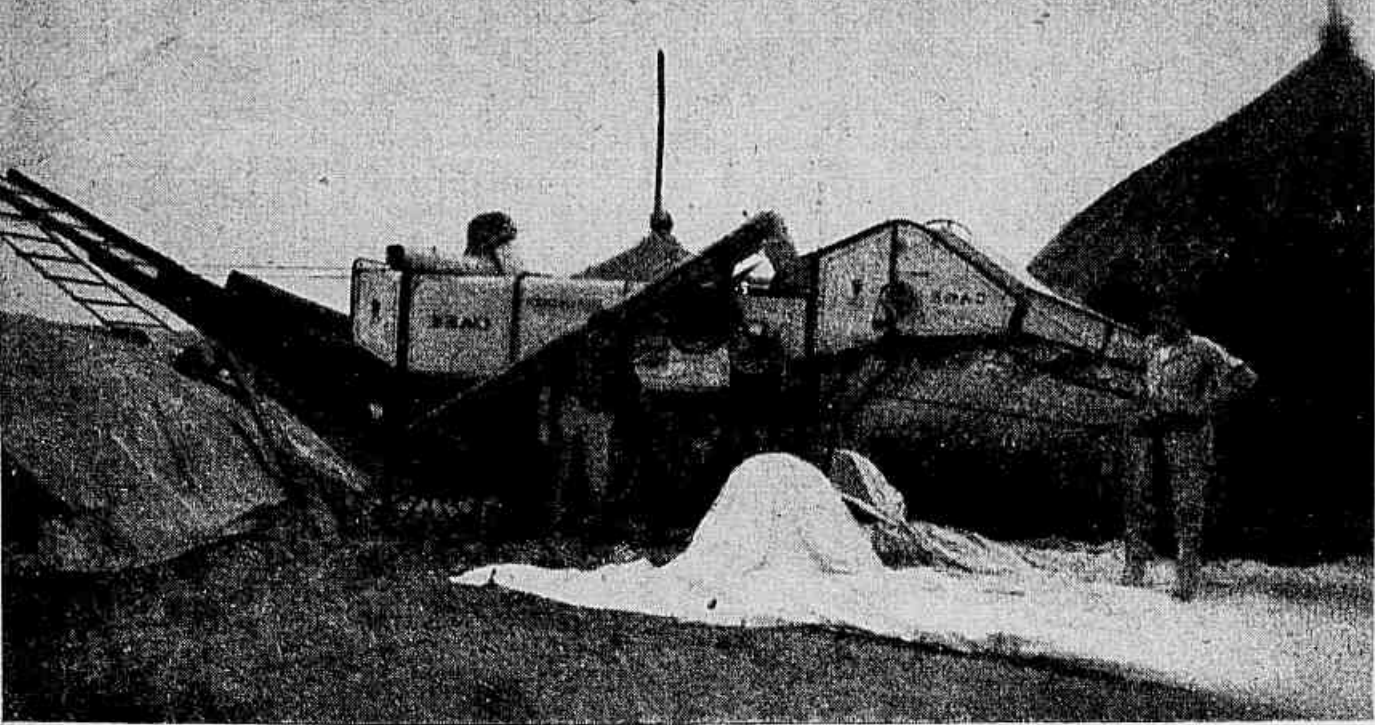
CAUSAS DO DESAPARECIMENTO DOS TRIGAIS BRASILEIROS

Diversas foram as causas do desaparecimento dos trigaes brasileiros e, dentre elas, é lamentável dizê-lo, sobrepuja o descaso dos governos passados, da Regência à Primeira República! A não ser a lei de 1857 nada se fez de ordem geral e duradoura durante tão longo período, apesar das iniciativas particulares e do esforço de reduzido número de tricultores do sul, que jamais desanimaram nos seus intentos patrióticos.

O antigo Diretor da Estação Experimental de Alfredo Chaves, comentando o desaparecimento dos nossos trigaes, assim se manifesta:

— “O desaparecimento da cultura do trigo das terras do Brasil não pode ser suficientemente motivado, a meu ver, nem com o aparecimento de ferrugem, nem atirando toda culpa ao nosso lavrador. As causas e os motivos que para isso concorreram, participando no desaparecimento dos nossos trigaes junto à ferrugem, eram diversas. Dizem que a ferrugem apareceu ameaçando os nossos trigaes em 1811 e não há dúvida alguma que este fato concorreu sensivelmente para a diminuição das plantações, porém, convém acrescentar, que no mesmo ano teve início, também, a Campanha Cisplatina, ficando, somente em 1821, a Banda Oriental incorporada ao Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, com o nome de Província Cisplatina. Disso resultou a guerra platina, dando-se o rompimento das relações oficiais entre os Governos do Brasil e da Argentina em 1824, com a invasão em 1827, pelo General Alvear, do Rio Grande do Sul. E foi somente em 1828 que voltou a paz. Depois veio a revolução de 1835, durando até 1845. Em seguida a guerra com os orientais, em 1864, e que teve como consequência a guerra contra o Paraguai, terminando a mesma só em 1870, com a morte de Francisco Solano Lopez. Em 1892 começou a grande revolução que ia ensanguentar o solo do Rio Grande por mais três anos. E assim, sendo teatro de todas as guerras com os espanhóis, foi sempre o Rio Grande do Sul um vasto acampamento militar. Daí a existência de uma única indústria, a pastoril: criação do gado para o consumo e do cavalo para a guerra. E de crer que os fatos acima citados tenham concorrido consideravelmente para o declínio da cultura do trigo, pois a revolução de 1835, por si só, provocou uma sensível diminuição do trabalho agrícola. Outro fator





que talvez influíu no mesmo sentido foi a abolição da escravidão, em 1888. E até o aparecimento dos primeiros cafezais em São Paulo e a exploração do mate, ainda que indiretamente, concorreram para a diminuição da produção do trigo".

Dir-se-á que os mesmos fatores incidiram nas culturas dos Estados vizinhos: Paraná e Santa Catarina.

Para todos os fracassos no Brasil havia sempre uma desculpa, mas, hoje, ninguém mais ignora que tudo isso residia na falta de unidade política e de um regime de governo capaz de assegurar a prosperidade, da indústria, da agricultura, e, mais do que isso, a paz interna e a confiança dos seus cidadãos.

O desaparecimento dos trigais mineiros encontra sua principal causa nas descobertas das minas auro-diamantinas que desviaram o braço escravo para as grapiaras e catas e ainda as moléstias criptogâmicas, e posteriormente o voluntariado para a guerra do Paraguai e a libertação em massa da escravidão. De efeitos idênticos sofreram os trigais baianos, acrescidos da cultura do fumo e do cacáu, mais promissoras e mais rendosas.

Não era o bastante para o quase total desaparecimento do trigo brasileiro. Se os governos passados tivessem amparado os lavradores, não só distribuindo-lhes sementes aclimadas no país e dando-lhes assistência técnica e econômica, por certo que o Brasil não dependeria de trigo estrangeiro e talvez contasse com sobras para exportar.

PRODUÇÃO BRASILEIRA E ÁREA CULTIVADA

A guerra de 1914-18 que ensanguentou a Europa foi para os trigais brasileiros um incentivo e um bem, porque, desviando o trigo argentino para o mercado europeu, fomos forçados a desenvolver os nossos trigais abandonados e deles tirar o necessário para nossas necessidades internas. De 15.000 toneladas, que era a produção máxima do Brasil em 1909, atingimos a 115.000 toneladas em 1917, para nunca mais baixar, e cuja média se manteve durante o quinquênio de 1917-21. Nos três quinquênios seguintes, já por força das medidas postas em prática pelo Ministério da Agricultura, já pela distribuição de sementes, que antes eram adquiridas pelos próprios tricultores nos armazéns e do trigo destinado ao consumo, sem escolha e sem seleção, e que por isso se verificavam num mesmo trigal para mais de trinta variedades, a produção brasileira foi a seguinte:

a) — no quinquênio de 1922-26, numa área cultivada de 136.232 hectares, a média anual foi de 118.958 toneladas, com um rendimento médio de 860,5 quilos por hectare, o que mostra um aumento promissor sobre a produção antes e durante a grande guerra de 1914-18.

b) — no quinquênio de 1927-31 a produção média anual foi de 139.537 toneladas, numa área média cultivada de 142.467 hectares, com um rendimento médio por hectare 919,4 quilos, o que dá um aumento anual de 20.579 toneladas sobre o quinquênio anterior.

c) — no quinquênio de 1932-36 a produção média anual foi de 146.750 toneladas numa área média cultivada de 161.750 hectares, com um rendimento médio de 909,8 quilos por hectare, havendo assim um aumento médio anual sobre o quinquênio anterior de 7.213 toneladas.

Na estatística acima não se acham computadas as produções de vários municípios brasileiros que foram consumidas nos próprios locais de produção e que não puderam ser recenciadas pelo Ministério da Agricultura por várias razões.

O recenciamento geral do país realizado em 1920 pela Diretoria Geral de Estatística, segundo o Quadro 15 da Sinopse do Censo da Agricultura, apurou que a produção de trigo do ano agrícola de 1919-1920 atingiu a 871.807 quintais no valor de 43.590.350\$000, e cuja percentagem foi assim distribuída por Estado produtor:

Rio Grande do Sul.....	96,4%
Paraná.....	1,9%
Santa Catarina.....	1,7%
Minas Gerais.....	0,2%



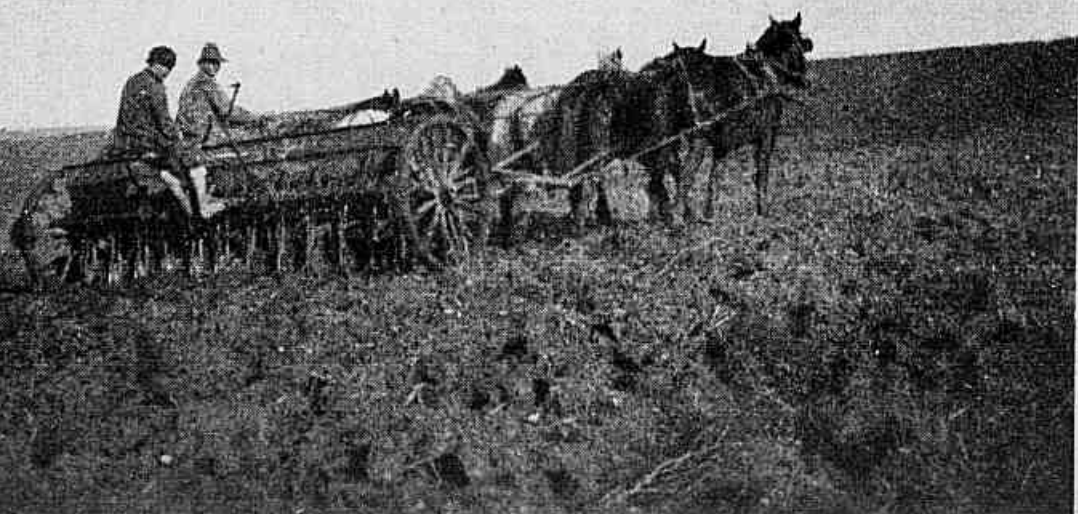
Não somente os três Estados sulinos e Minas Gerais produziram trigo no ano agrícola recenciado, por que outros também apresentaram pequenas safras, é verdade, mas de grande significação para o país:

Rio de Janeiro.....	48 toneladas
Pará.....	47 »
Piauí.....	44 »
São Paulo.....	39 »
Baía.....	14 »

E, em menores quantidades, produziram também os seguintes Estados:

Goiaz.....	259 quintais
Sergipe.....	74 »
Espírito Santo.....	65 »
Rio Grande do Norte.....	40 »
Distrito Federal.....	26 »
Maranhão.....	26 »
Ceará.....	11 »
Pernambuco.....	11 »
Mato Grosso.....	10 »

Os dados estatísticos acima constituem uma promissora revelação das nossas possibilidades econômicas e provam que dos 22 departamentos político-administrativos brasileiros só os



VALOR MEDIO EM CONTOS DE REIS

QUADRO 3

VALOR	1931/35 (Média anual)	1936	1937	1938	1939
Milhares de contos	56.143	49.747	69.610	96.138	57.444

Estados de Alagoas, Amazonas, Paraíba e Território do Acre não apresentaram produção recenciada no ano agrícola de 1919-1920.

Vejamos agora a área triticea aproximada em função da altitude que alguns Estados oferecem e o número de municípios em condições de produzir trigo, segundo estudos pacientemente feitos pelos técnicos do Ministério da Agricultura, conforme o quadro 1.

Nenhum país do mundo, até hoje, conseguiu cultivar uma área tão vasta, que é maior do que as áreas triticeas cultivadas e em condições de o serem da Argentina, da Austrália e da Itália, países considerados grandes produtores. E' conveniente lembrar que nas áreas acima não se acham contempladas as regiões triticeas de grandes rendimentos dos Estados do Espírito Santo e Paraíba do Norte, onde atualmente se de-



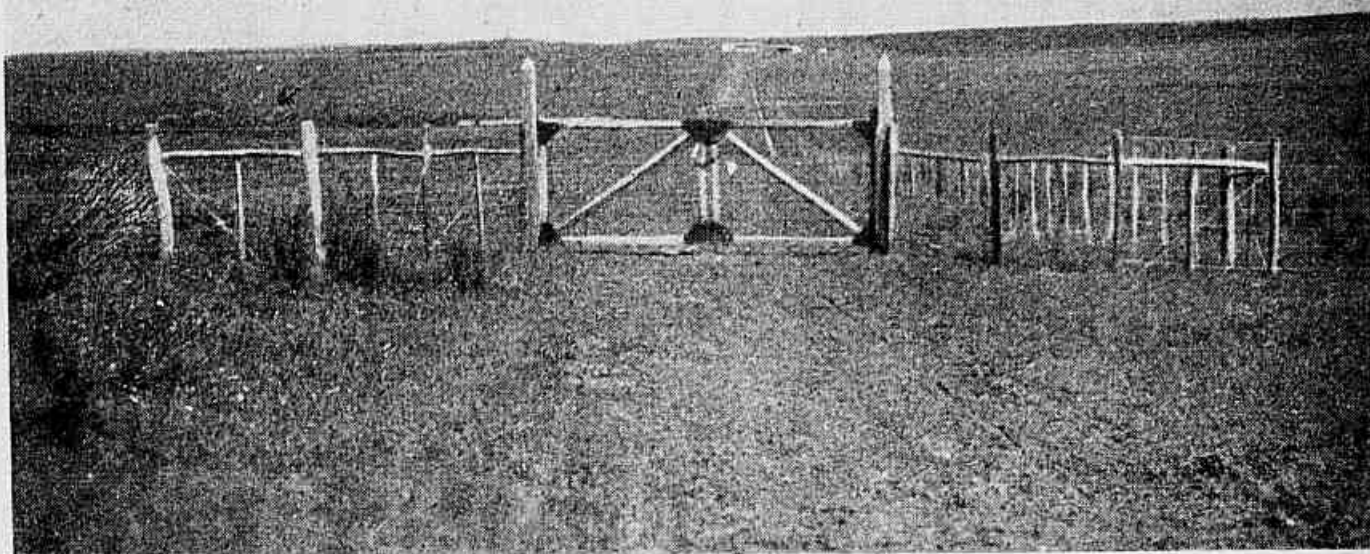
envolvem futuras culturas do trigo, e bem assim de outros Estados que produziram e tentam produzir atualmente.

Se lembrarmos que os grandes produtores de trigo do mundo jamais cultivaram áreas superiores a 40.000.000 de hectares, como a U. R. S. S., com 38.896.000; Estados Unidos da América do Norte com 26.086.000; China com 23.080.000, a Índia com 13.613.000, a Itália com 8.056.000, a Argentina com 6.782.000 e o Canadá com 10.362.000 hectares, chegaremos à conclusão de que o Brasil será para o futuro um grande produtor e um grande exportador. A nossa área cultivada é aproximadamente de 200.000 hectares, que é um nada para a grande área triticea aproximada de 64.000.000 de hectares.

A produção média dos maiores Estados produtores de 1931 a 1939 foi a do quadro 2, em toneladas, não se levando em consideração os Estados menores produtores, cuja produção foi consumida nas próprias regiões agrícolas.

Considerando-se agora que o rendimento médio por hectare cultivado no quinquênio de 1932/1936 foi de 909,8 quilos, segundo as publicações oficiais, é fácil calcular o que seria a produção total do país se todas as áreas triticeas fossem cultivadas.

O valor médio do trigo produzido no Brasil nos anos de 1931 a 1939, em milhares de contos de réis, podemos ver no quadro 3.



A simples comparação do quadro da produção com o do valor médio mostra o valor crescente do trigo nos mercados consumidores e o que será para o Brasil a intensificação da cultura de tão útil cereal. Medidas drásticas de ordem legal estão a exigir dos poderes públicos contra os "trusts" organizados, esse polvo internacional que penetrou no país e que precisa ser extirpado para sempre.

Tenhamos confiança no regime e no governo que a hora propícia soará para bem de todos nós brasileiros e daqueles que já se acham integrados na grande comunhão brasileira.

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE GRÃO E FARINHA DE TRIGO

O trigo estrangeiro importado para atender as necessidades do consumo interno do país tem sido um caminho aberto para a evasão do ouro brasileiro e assim um fator constante no desequilíbrio da nossa balança comercial. De 1931 a 1939 as importações foram realmente assustadoras, diminuindo um pouco em 1940 em virtude das medidas tomadas pelo governo, obrigando a mistura à farinha de origem estrangeira de produtos panificáveis de cereais e raspa de mandioca de produção nacional.

Foi um grande passo, mas, não foi o bastante.

A produção nacional de trigo no decênio de 1931 a 1940 atingiu a 1.500.000 toneladas, ou sejam 150.000 toneladas médias anuais, enquanto que a importação no mesmo período, convertendo-se a farinha importada em grão, elevou-se a 9.116.609 toneladas, ou sejam, em média, 911.660 toneladas, o que mostra o grande consumo interno do país, que pôde ser considerado em 1.061.660 toneladas anuais.

As importações brasileiras no decênio referido, em grão e farinha de trigo foram as do quadro 4.

A eloquência dos números do quadro das importações mostra a evasão do ouro nacional para o estrangeiro, quando possui o Brasil uma região triticea superior à de muitos países grandes produtores. Para avaliar se a despesa anual e diária com essas importações, vejamos o seguinte comentário da excelente publicação do Ministério das Relações Exteriores, "Brasil 1940/41" e relativo às importações do ano de 1940:

"Em 1940, embora a importação houvesse baixado em quantidade, a evasão de ouro foi maior, pois, importamos as seguintes quantidades: 857.937 toneladas de grão de trigo no valor de 471.309 contos e 18.017 toneladas de farinha de trigo no valor de 15.911 contos, correspondente a uma despesa geral de 487.220 contos, ou seja 1.335 contos por dia."

No período de 1930/34 o valor médio diário das importações foi de 779 contos de réis, para subir de maneira vertiginosa em 1936, que atingiu a 1.817 contos diários, havendo, assim, um aumento de 1.038 contos de réis por dia.



IMPORTAÇÃO EM TONELADAS NO DECÊNIO DE 1931/1940

QUADRO 4

ANOS	Trigo em grão	Idem em farinha	Conversão da farinha importada em grão	Total do trigo em grão importado
1931.....	795.893	61.307	81.743	877.636
1932.....	772.378	5.013	6.684	779.062
1933.....	850.056	48.605	64.808	914.864
1934.....	809.843	98.654	131.539	941.382
1935.....	881.722	45.464	60.572	942.294
1936.....	919.860	50.813	67.751	987.611
1937.....	930.818	41.307	55.076	985.894
1938.....	1.037.160	42.982	57.309	1.094.469
1939.....	966.835	33.738	44.605	1.011.440
1940.....	857.937	18.017	24.020	881.957
Total de trigo em grão importado no decênio:.....				9.416.609

CONSUMO "PER CAPITA" DE TRIGO NO BRASIL E OUTROS PAÍSES

Apesar de atingir a um milhão de toneladas anuais o consumo médio de trigo no Brasil, ainda assim, o brasileiro é um dos povos que menos consomem trigo, não ultrapassando de 21 quilos "per capita". Justifica-se, é certo, esse pequeno consumo em virtude da nossa insignificante produção. Diz Delgado de Carvalho: — "Há, em regra, uma notável desproporção em todos os países consumidores de farinha de trigo para panificação entre a **produção** do país e o seu **consumo**. Daí, porém, exatamente a importância no intercâmbio mundial. O maior consumidor é maior produtor, o maior produtor é maior exportador, de um modo absoluto; mas, os maiores importadores não são os menores produtores".

Dessa lei geral se conclue porque é que o brasileiro é um dos povos que menos consome trigo.

O consumo "per capita" entre vários países, segundo o Anuário de Estatística Mundial do Centro de Estudos Econômicos, em 1937 foi, como podemos ver, a do quadro 5.

Hoje, porém, o consumo "per capita" de alguns países aumentou consideravelmente e os últimos dados dão para os grandes países produtores que também são os maiores consumidores, os seguintes números: Canadá 335 quilos "per capita", França 248, Argentina 243, Espanha 189, Itália 185, Estados Unidos 170, Inglaterra 162 e Alemanha 99.

ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAL AOS TRITICULTORES

A primeira assistência do governo aos triticultores, foi, sem dúvida, de ordem científica, não só contratando técnicos estrangeiros de nomeada para ministrar o ensino de ecologia



agrícola nas Escolas Técnicas Superiores, como difundindo e propagando por todos os meios o ensino nas Escolas Rurais e nos próprios centros de cultura entre os lavradores. A assistência não parou aí e foi além no terreno de ordem prática. Sementes expurgadas, desinfetadas, classificadas por volume mediante passagem em "trieur", foram distribuídas aos pequenos e grandes triticultores em todo o território nacional, acompanhadas de folhetos explicativos sobre o modo de cultura, terras adequadas e épocas de semeadura nos diferentes recantos do país.

Em 1939, quando mais se fez sentir a política governamental com relação ao trigo, foram distribuídos 724.632 quilos de grãos de trigo selecionados, assim, por Estado:

Distrito Federal.....	15 quilos
Sergipe.....	50 »
Mato Grosso.....	301 »
Goiaz.....	600 »
Baía.....	2 102 »
Rio de Janeiro.....	2 619 »
Paraíba.....	2.700 »
Pernambuco.....	3.000 »
Espírito Santo.....	13.100 »
Minas Gerais.....	36.028 »
Santa Catarina.....	52.900 »
São Paulo.....	126.217 »
Paraná.....	185.000 »
Rio Grande do Sul.....	300.000 »

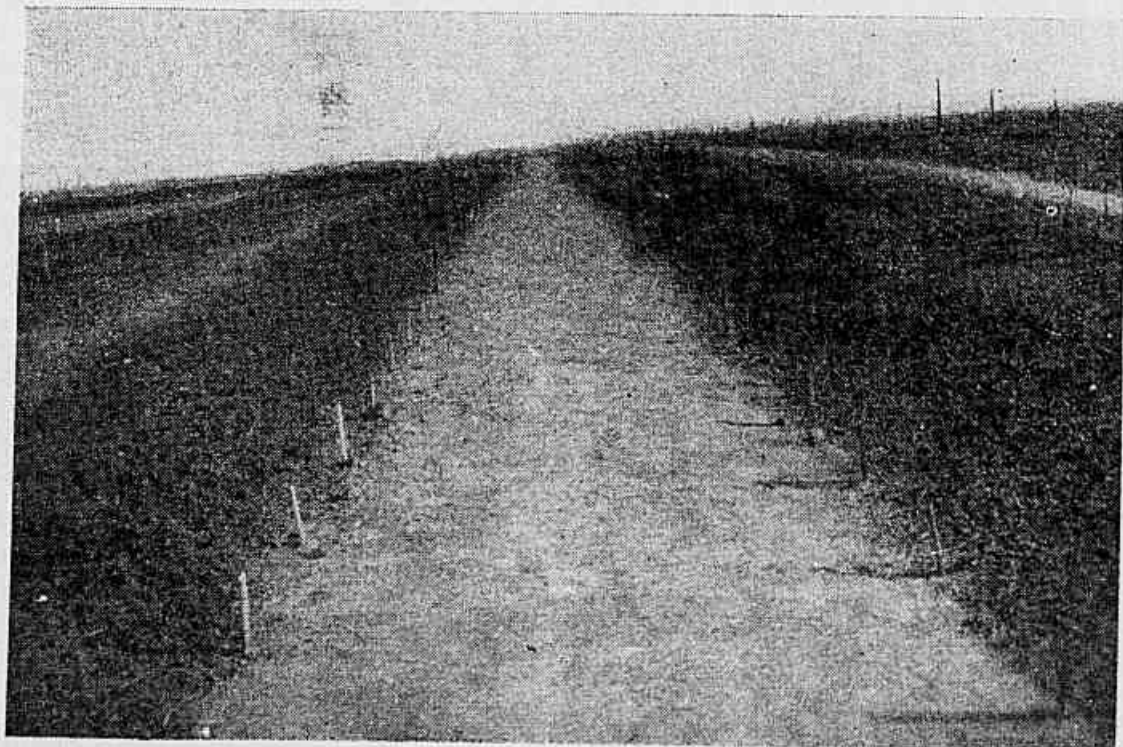
Do trigo acima distribuído predominaram as seguintes variedades, já aclimadas no país e nas regiões a que se destinaram:

Riosulino.....	283.565 quilos
Fronteira.....	249.566 »
Puza 4.....	130.698 »
Variedade 135.....	12.900 »
Pinhal.....	11.530 »
Cacilda.....	10.360 »
Santa Catarina.....	8.220 »
Montes Claros.....	5.000 »
P. G. "1".....	750 »
Puza 12.....	353 »
Variedades não identificadas.....	11.690 »

A política governamental seguida no ano de 1939 foi uma continuação da de 1938, segundo a seguinte notícia publicada no Boletim do Ministério da Agricultura, de julho de 1940: — "Na campanha do trigo em 1938 foram distribuídas 200 sacas de sementes de trigo "Puza 4" no norte do Paraná e colhidas 3.000; em 1939, 1.050 sacas que renderam 15.750 sacas e, em 1940, essa distribuição se elevou a 5.096, esperando-se uma colheita de 76.000 sacas do precioso cereal. O norte do Paraná ainda forneceu, para plantio, ao Estado de São Paulo, cerca de 3.000 sacas de trigo".

Em 1940 foram distribuídas aos triticultores do Estado do Paraná 452.000 quilos de sementes escolhidas, sendo 236.000 quilos da variedade "Puza 4", e da variedade riosulino 213.000 quilos e 3.000 quilos fronteira.

Além dessas medidas de ordem prática e imediatas, outras de alto alcance foram tomadas e imediatamente executadas. As Estações Experimentais fundadas em 1921 foram moder-



nizadas em 1938, sendo para isso empregados 8.000:000\$000 e criadas mais as seguintes Estações e Postos de Multiplicação de Sementes, assim, por Estado:

Rio Grande do Sul.....	1	Estação Experimental
Santa Catarina.....	1	»
Paraná.....	1	»
Goiáz.....	1	»
São Paulo.....	1	»
Rio Grande do Sul.....	10	Postos de Sementes
Santa Catarina.....	7	»
Paraná.....	9	»
São Paulo.....	6	»
Minas Gerais.....	4	»
Goiáz.....	1	»
Espírito Santo.....	1	»
Pernambuco.....	1	»
Baía.....	1	»

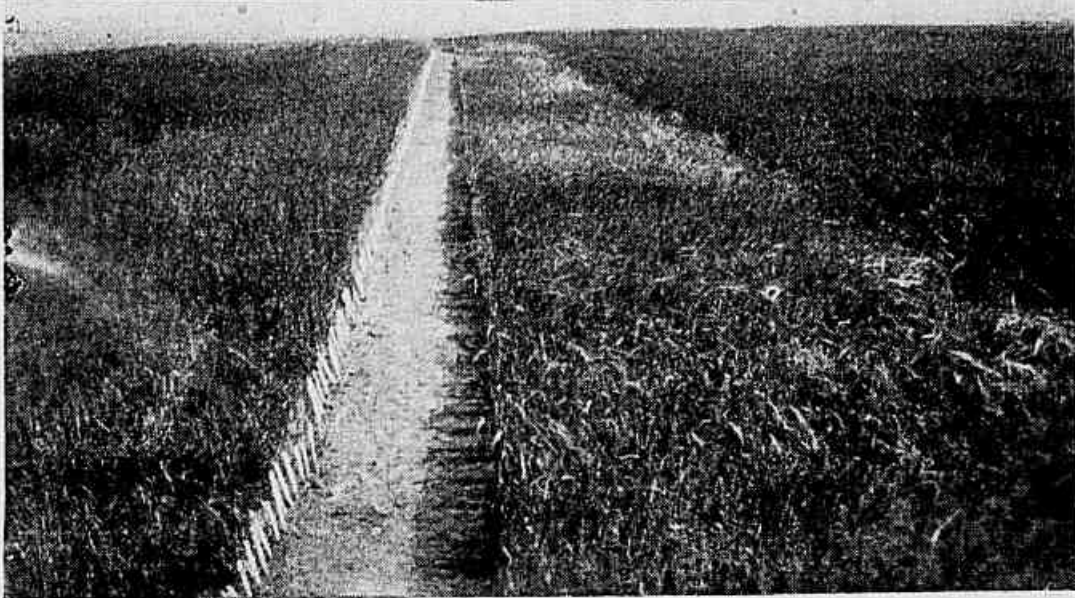
Para estudar e selecionar as sementes das diversas variedades de trigo cultivado no território nacional e sua redistribuição pelas diferentes áreas tritíceas do país, foi criado um Laboratório Central especializado, dirigido por técnicos de nomeada. Além dessa função cabe ao Laboratório ainda a missão de estudar as sementes colhidas em diferentes áreas e classificá-las segundo o valor panificável, quantitativo e nutritivo.

Não só aí chegou o amparo governamental. Como proteção ampla e direta à cultura tritícea tornou o governo, por decreto, obrigatória a distribuição de trigo nacional aos moinhos, em quotas, de acordo com a média da produção quinzenal de cada moinho, e proporcional ao total do trigo produzido no país. Pelo prazo de 12 anos foi fixado o preço mínimo de aquisição do trigo nacional em grão, ensacado, sendo de \$800 nos três primeiros anos, de \$750 nos quarto e quinto anos, de \$700 nos sexto e sétimo, de \$650 nos oitavo e nono, de \$600 nos décimo e décimo primeiro e de \$500 no décimo segundo ano. Sobre a aplicação dessas medidas e de outras contidas no mesmo decreto, diz a publicação do Ministério das Relações Exteriores, "Brasil 1940/41": — "Os preços acima mencionados deverão vigorar de acordo com as tabelas a serem baixadas pelo Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, a quem compete a execução do decreto, e nas quais o preço mínimo terá como base o peso especificado de 76, à razão de \$800 o quilo, ou seja o tipo de trigo cujos 100 quilos de grão rendem 76 quilos de farinha variando daí, para mais ou para menos, de acordo com as graduações usuais, já estabelecidas no comércio do produto e proporcionais, também, às

(EM BUSHEL — 28 QUILOS)

QUADRO 5

PAÍSES	CONSUMO	PAÍSES	CONSUMO
Bélgica.....	6,5	Nova Zelandia.....	4,3
França.....	6,4	Canadá.....	4,2
Iugoslávia.....	6,2	Rumânia.....	4,1
Hungria.....	6,1	Estados Unidos.....	3,8
Dinamarca.....	6,0	Tchecoslováquia.....	3,4
Itália.....	5,8	Noruega.....	3,3
Grécia.....	5,7	Suécia.....	3,3
Bulgária.....	5,6	Argélia.....	3,1
Grã-Bretanha.....	5,3	Finlândia.....	2,4
Austrália.....	5,1	União Sul Africana.....	1,7
Argentina.....	4,8	Índia Inglesa.....	0,9
Suiça.....	4,5	Japão.....	0,8



variações do peso específico (de 70 a 80) e de seu grau de pureza".

A política do pão misto, se bem que de efeitos mais diretamente econômicos do que de amparo ao trigo nacional, foi de grande efeito também, por que estimulou os triticultores nacionais a produzir mais trigo, e a safra de 1941-42 aí está a exigir medidas urgentes do governo, por ter excedido ao montante previsto e ter encontrado por parte dos moageiros, todos eles constituindo verdadeira rede de um "trust" internacional, as maiores dificuldades e os maiores entraves.

Ao nosso ver só uma medida drástica e inapelável é capaz de solucionar de vez o caso do nosso trigo: a encampação pelo governo de todos os moinhos existentes no país.

ESTRUTURA DO GRÃO DE TRIGO E SEU TEOR EM VITAMINAS

O grão de trigo apresenta na sua estrutura três partes distintas e de proporções diferentes nos trigos duros e tenros.

As diferentes partes são:

- a) — Invólucros
- b) — Germen
- c) — Amêndoa.

As proporções são:

I — TRIGO DURO:	Amêndoa.....	85,0
	Germen.....	1,5
	Envólucro.....	13,5
II — TRIGO TENRO:	Amêndoa.....	83,5
	Germen.....	1,5
	Envólucro.....	15,0

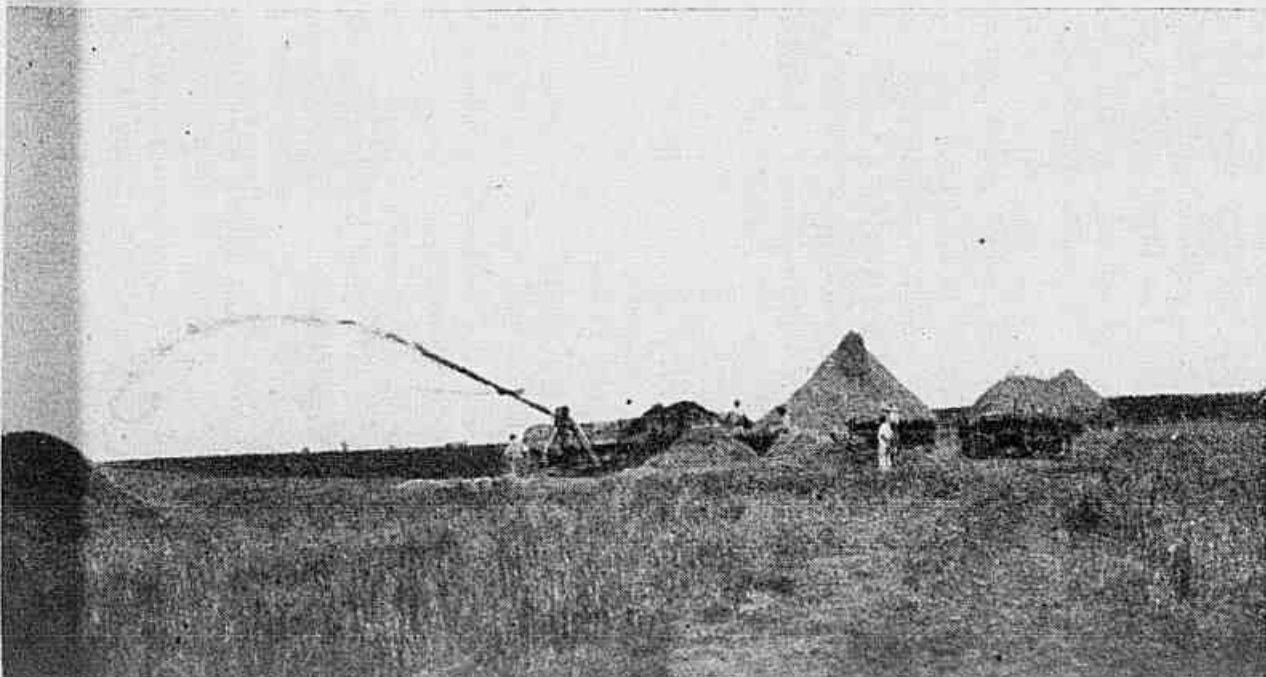
Constituem o invólucro quatro túnicas lenhosas e cabe-lhe o importante papel de envolver a semente e protegê-la contra a ação dos elementos exteriores. Sua importância é de tal maneira na integridade da semente do trigo, que este pode resistir até séculos em perfeito estado, como provaram os grãos encontrados nos túmulos dos Faraós, ali depositados em época que se perde na noite dos tempos.

O invólucro é, todavia, apesar de constituído quase que inteiramente de celulose, rico em alimentos nutritivos, por encerrar mais da metade das albuminas, mais de dois terços das gorduras e mais de três quartos dos sais, especialmente fosfatos, contidos na totalidade do grão de trigo. Conclue-se deste princípio que as melhores farinhas, isto é, as mais claras, são as mais pobres, por que são menos azotadas, menos gordas e menos mineralizadas.

A amêndoa é composta de duas camadas, uma periférica, albuminosa, e outra maior, central, amilácea. É formada por células de natureza azotada e cheias de duas substâncias nutritivas e que são o gluten e o amido. O gluten é a parte do trigo que contém maior quantidade de matéria azotada e compõe-se de duas substâncias de notável importância nas farinhas panificáveis: a glutenina, substância seca e pulverulenta e a gliadina, matéria elástica de fácil coagulação com a água.

O germen fica situado na parte mais grossa do grão e é a parte mais rica, porque, além do azoto e das matérias graxas que encerra, contém as principais vitaminas, inclusive a mais importante que é a da reprodução, conforme veremos no quadro 6.

Somente o germen contém a mais preciosa de todas as vitaminas, que é a vitamina "E", necessária à reprodução, à perpetuação da espécie.



VITAMINAS CONTIDAS NO TRIGO

0, significa nada; x, significa pequena quantidade de vitamina; espaços vazios significa valores ainda não identificados.

QUADRO 6

TRIGO E SEUS DERIVADOS	"A" em mg. de carotina por cada 100 gr.	"B ₁ " em mg. por cada 100 gramas	"B ₂ " em mg. por cada 100 gramas	"B ₆ " em U por cada 100 gramas	"E" em U. A.
Trigo (grão).....	0	0,5 - 0,61	0,4	56,5	x
Gérme (embrião)...	0,4	1,4 - 3,37	2		400
Farinha a 94%...	0	0,2	0,1		0
Farinha a 75%...	0	0,1	x		0
Farinha escolhida	0	0,02	x		0
Pão a 100%.....	0	0,2	0,24		0
Pão a 94%.....	0	0,14	0,24		0
Pão a 75%.....	0	0,05	x		0
Pão branco.....	0	0,03	x		0

COMPOSIÇÃO CENTESIMAL EM PRODUTOS NUTRITIVOS

O trigo é, sem dúvida, o cereal mais disseminado sobre a terra e o mais usado pelo homem na sua alimentação. A proporção que passa o tempo cresce o interesse pela sua cultura em todos os países e, por isso, mais se faz sentir a ação dos "trusts" organizados no mundo à sombra de sua riqueza e da sua influência política, econômica e social nos grandes centros produtores.

Os caracteres do trigo, sua composição química e proporção das diferentes partes em elementos nutritivos, variam segundo a sua proveniência e qualidade, isto é, a zona de cultura e a espécie cultivada.

Assim é que, as terras frias e temperadas produzem trigos brancos e tenros, de grãos arredondados e grandes e que dão farinha branca e amilácea, podendo constituir, pela seleção, variedades de maior rendimento econômico e nutritivo.

As terras quentes produzem trigos de grãos pequenos, magros, duros e que dão farinha amarelada e mais azotada.

Em geral, a composição centesimal do grão de trigo em elementos nutritivos, é a do quadro 7.

Resulta dessa composição o valor do trigo na alimentação humana e o valor econômico para os países que o produzem em larga escala.

A AÇÃO NEFASTA DO "TRUST" INTERNACIONAL DO TRIGO

A consciência nacional é preciso ser alertada e esclarecida, por todos os meios, para ajudar o governo na benemérita ação que iniciou contra o "trust" internacional do trigo, esse polvo perigoso que penetrou no país e que tem suas garras já apoiadas no norte e no sul, não só sobre a nossa economia, como também, direta e desgraçadamente, sobre o destino do nosso próprio povo!

O seu poder destruidor vai longe e não só no Brasil como em outros países americanos e de outros continentes. É um inimigo sorrateiro, de ação silenciosa e constante, contínua e impiedosa.

Não age só. De mãos dadas com vários "trusts" internacionais de outras riquezas do mundo, constituindo poderosa corrente internacional, tem essa organização um fim principal entre os diferentes povos: a hegemonia econômica de uns e o depauperamento físico de outros, principalmente de certas raças que ocupam ricas terras — terras felizes e generosas. A alimentação e a nutrição dessas raças são os pontos atacados diretamente e a fundo pelos seus representantes, quer de maneira ostensiva, em livros tratados, em monopólios dos gêneros de primeira necessidade e das indústrias de outros destinados à alimentação, quer ocultamente, em gabinetes, laboratórios, ingerência dos negócios públicos, subornos e até revoluções!

O Brasil foi uma porta aberta para esse polvo internacional. Extirpá-lo do nosso país será a maior obra da geração atual. A reação contra ele surgiu com o despertar da consciência nacional depois da alvorada de 1930 para cá. Que fale por nós o "Brasil 1940-41", excelente publicação do Ministério das Relações Exteriores, no capítulo destinado à Sub-Nutrição, um dos mais importantes setores da vida nacional:

"Um setor existe, no plano geral das realizações governamentais no terreno médico-social, que merece ser posto em realce por várias circunstâncias. Aludimos ao setor da racionalização alimentar. — No Brasil, porém, o problema só foi posto em foco há pouco mais de dez anos, pois, embora antes já tivesse sido objeto de referências e estudos, não conseguira ocupar mais demoradamente as atenções governamentais.

"Neste momento o Governo Federal põe em execução um importante plano de assistência alimentar. Um amplo inquérito nacional foi executado, como estudo subsidiário para instituição do salário mínimo. Naturalmente que os técnicos brasileiros, realizado este trabalho de investigação, ficaram muito à vontade para orientar o Governo. Doutra forma seria difícil uma atuação científica mais rigorosa.

"Hoje, os dirigentes do país sabem com segurança o que representa, entre nós, o problema da sub-alimentação, sobretudo da alimentação carecente em certos princípios. Porque, na verdade, como não se ignora, a fome quantitativa representa um problema menos importante que a fome qualitativa."

Realmente, o problema da fome qualitativa é o que mais importa ao Governo e onde mais se faz notar a ação do "trust" internacional do trigo, como veremos adiante.

E continuando:

"É sabido que, entre os alimentos ingeridos, uns vão servir para cobrir as necessidades do indivíduo em energia, para manter o calor (energia térmica), ou são utilizados para produzir trabalho (energia dinâmica) — tal qual na máquina. Uma outra categoria de alimentos tem função diferente: são eles incorporados ao organismo, reparam os tecidos gastos e preenchem funções outras importantíssimas. Os primeiros são os energéticos, os últimos chamam-se plásticos.

"Trabalhos de investigação levados a efeito em várias regiões do país deixaram perceber nitidamente que o teor energético das rações habitualmente usadas era satisfatório e que, em bem poucos, deixava de preencher a quota de calorias reputada necessária. O que se verificou faltar foram certos princípios outros, tais como vitaminas, sais e proteínas de origem animal".

Escapou aos estudiosos inquiridores a obra nefasta desse polvo, retirando da farinha de trigo o que de mais essencial tem o grão: as vitaminas e os sais!

Quem se der ao trabalho de pesquisar pacientemente o que tem sido no Brasil a obra desses elementos que buscam, por todos os meios e recursos empregados, o aniquilamento da raça, basta acompanhar de perto as grandes organizações que funcionam no país à sombra da nossa boa fé e generosidade.

Relativamente ao trigo, o que nos preocupa neste estudo, vamos mostrar a que ponto chegou o dedo oculto dos interessados, bastando transcrever o que diz sobre o germe do trigo um técnico francês:

"GERME DO TRIGO: — Compõe-se de matérias azotadas, matérias graxas, matérias não azotadas, matérias minerais e água. Contém ainda cereali na e um óleo essencial, que comunica à farinha o cheiro característico da aveia. Torna-se, porém, rançoso com extrema rapidez e dá à farinha, quando não é nova, uma cor amarelada e um odor desagradável. O germe representa apenas 1,5% do peso do grão e, conquanto rico de azoto e de óleo, não pode oferecer grande rendimento de princípios alimentícios.

"A presença da cereali na e do óleo já referidos obriga a indústria da moagem a ELIMINAR os germes da farinha."

E eliminando os germes do trigo na indústria da farinha, eliminam com ele a Vitamina "A", que tem por função defender o organismo contra as infecções, facilitar o desenvolvimento, garantir a vitalidade e permitir a saúde perfeita, e também, totalmente como aquela, a Vitamina "E", elemento necessário à reprodução. Um ligeiro confronto da Tabela de Vitaminas contidas no trigo prova esta verdade e mostra ainda a pobreza das farinhas em Vitaminas "B₁" e "B₂" com a eliminação do germe ou embrião do trigo.

Para conseguir êsse intento afirmam os "trusts" pela boca de seus técnicos que o **germe não pôde oferecer grande rendimento de princípios alimentícios...**

Que fazem os "trusts" dos germes eliminados?

Transformam em farinha e exportam a peso de ouro para o bem estar dos povos de que descendem em linha reta!

No período de janeiro a setembro de 1940, período mais agudo da guerra, foram exportados de germes de trigo:

- 1) — Para Portugal, 161.797 quilos no valor de 86:317\$000.
- 2) — Para a Inglaterra, 458.882 quilos no valor de 250:350\$.

Constam das publicações oficiais e não podem ser negadas as exportações referidas. E' clamoroso, mas é verdade. O que é preciso é que todos os brasileiros de boa vontade, sadios de espírito, auxiliem o governo na sua grandiosa obra de libertar o país desse e de outros "trusts" que sugam a nossa economia e depauperam o nosso povo.

A ação silenciosa desse polvo vai longe.

Um ilustre oficial, professor da cadeira de Análise da Economia Brasileira ministrada na Escola de Intendência do Exército, disse em um dos seus polígrafos, estigmatizando a ação desse "trust" no Brasil:

"Os moinhos estrangeiros negaram-se a comprar os produtos das searas brasileiras, mas o fizeram com habilidade, pois que o "trust" determinou que o MOINHO SANTISTA pudesse adquirir o nosso trigo. Como comprador único, impunha o preço que queria e assim cotava o nosso trigo com preços muito inferiores aos dos que importávamos do estrangeiro. E assim um "trust" estrangeiro, com capitais inteiramente estrangeiros, dirigido por estrangeiros que nem ao menos residem em nosso país, pôs por terra, com toda facilidade, toda a boa intenção patriótica dos poderes públicos e impôs que o Brasil continuasse a gastar mais de mil contos de réis por dia com o trigo e a farinha de trigo importados de outros países".

COMPOSIÇÃO CENTESIMAL DO GRÃO DE TRIGO

QUADRO 7

Albumi- nóides	Gorduras	Hidratos de carbono	Celulose propria- mente	Cinzas	Água
12,64	1,41	69,0	2,00	1,66	13,57

O "trust" lançou mão de todos os meios para atingir o fim a que se propuzera no Brasil: depauperar o povo e matar a cultura do trigo renascida depois de tenaz campanha e auxílio do Governo.

Paralelamente a outras medidas insidiosas, criou uma indústria moageira no norte e no sul do país, em regiões onde o trigo nem sequer afluía. Organizada a poderosa rede obtida dos poderes públicos leis de exceção, leis proibitivas de entrada de farinha no país e redução de taxas alfandegárias para o trigo importado, para dêsse modo matar a cultura do trigo brasileiro pela concorrência do trigo estrangeiro, mais barato. Para alcançar totalmente êsse criminoso fim, não só tentou a aquisição das padarias espalhadas pelo território nacional, como ainda, lançando mão de estrangeiros que vivem no Brasil, transformou-os em instrumentos indiretos de sua nefasta obra, fornecendo-lhes meios para abrirem modernas e ricas padarias, com o compromisso de consumirem sua farinha!

E da noite para o dia, simples empregados de padarias, na sua totalidade estrangeiros que entraram no Brasil com as mãos abanando, passaram a proprietários de ricos estabelecimentos e se puzeram a serviço do "trust" contra o país que lhes abriu as portas da hospitalidade generosa!

Outros golpes foram tentados contra as medidas governamentais.

O mais ousado deles foi o aumento de capital da Sociedade Anônima Moinho Santista, para assim, à força de dinheiro, dominar completamente o mercado de farinha de trigo e do pão consumido pelos brasileiros. Pelos representantes do "trust" foi impetrada ao Governo autorização para aumentar o capital do citado moinho, mas o Chefe da Nação já era senhor de seus intentos e lavrou o seguinte e enérgico despacho ao documento que lhe chegara às mãos:

"A Sociedade Anônima Moinho Santista solicita autorização para reforma de seus estatutos, com o propósito de aumentar seu capital de 24 para 48 mil contos de réis. As informações demonstram que a empresa em questão pertence a um "trust" internacional que procura, com esse aumento de capital, exercer uma ação mais profunda e perturbadora no consumo de uma mercadoria de primeira necessidade. Por isso, nego aprovação à reforma e determino que se faça revisão em todas as autorizações concedidas anteriormente a outras sociedades e na legislação vigente sobre o assunto. — Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1936. — G. VARGAS".

O golpe do Chefe de Estado fôra tremendo e inesperado. Não contava o "trust" com êle. A serpe que não devora serpe não se faz dragão — diz antigo prolóquio. Outras medidas de ordem legal surgiram para completar o patriótico despacho presidencial. A 8 de maio de 1936, três meses depois, foi baixado o decreto número 803, do teor seguinte:

Art. 1.º — Ficam reduzidas, durante dois anos, as taxas das Tarifas das Alfândegas, classe 8.ª — produtos e sub-produtos — n.º 205 — farinha de trigo por tonelada, peso legal: de réis 182\$320 para 145\$856 e de 154\$900 para 123\$992.

Art. 2.º — O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de acôrdo com o da Agricultura, organizará uma comissão afim de estabelecer a percentagem mínima do trigo nacional que deve ser adicionado ao trigo estrangeiro importado, para aproveitamento obrigatório no fabrico da farinha, e ainda à dos sub-produtos do trigo, que possa ser exportada, sem prejuizo da economia nacional.

A comissão apresentará, dentro do prazo de 60 dias da sua organização, o resultado dos seus trabalhos.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

A essas medidas de ordem legal seguiram-se outras de ordem econômica técnica para a cultura do nosso trigo, que é, nas eloquentes palavras do Chefe da Nação — a glória dos campos, a alegria do lar e a riqueza da Pátria!

**PARA QUALQUER TELEPHONE DO MUNDO,
PEÇA AO INTERURBANO
"SERVICO INTERNACIONAL"**

C^{ia} Radio Internacional do Brasil
RUA THEOPHILO OTTONI 74
TEL. 23-1931 (REDE PARTICULAR)
RIO DE JANEIRO



**SIGILLO
RAPIDEZ
PERFEIÇÃO**



**DE SUA CASA
PARA TODO O MUNDO**

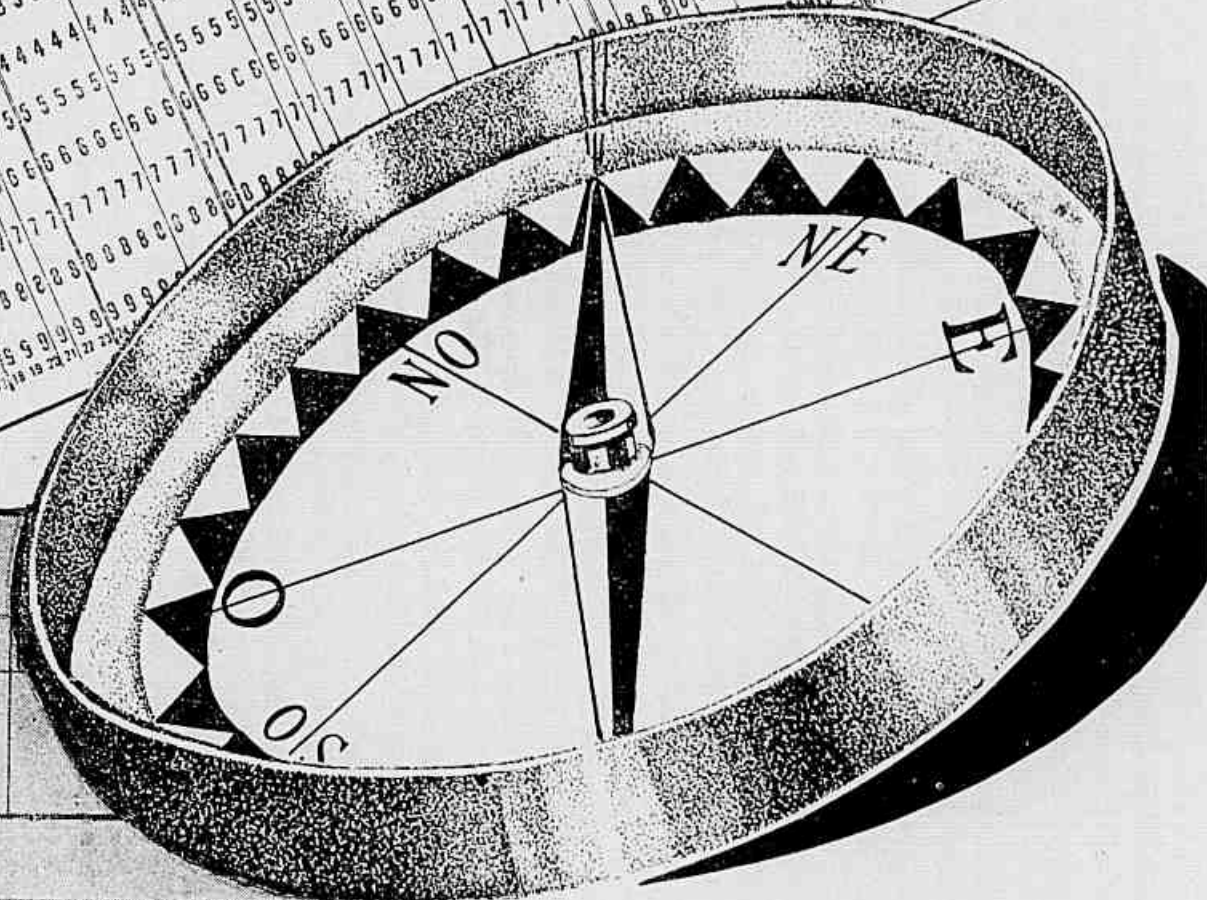
RADIOGRAMMAS
para todo o mundo **V^{ia} Radio Internacional**

TRIZES

URAS

FATURAMENTO-VENDAS-COMISSÕES-STOCK										HD	
CLIENTE				VENDE		MERCADORIA		CUSTO		COMISSÃO	
DATA	Nº DO DOCUMENTO	CODIGO	CONTA	SUB-CONTA	CODIGO	PREÇO UNITARIO	QUANTIDADE	VALOR	TOTAL	%	VALOR
000000	0000000000	000000	00000000	000000	000000	000000	000000	000000	000000	000000	0000000000
111111	1111111111	111111	11111111	111111	111111	111111	111111	111111	111111	111111	1111111111
222222	2222222222	222222	22222222	222222	222222	222222	222222	222222	222222	222222	2222222222
333333	3333333333	333333	33333333	333333	333333	333333	333333	333333	333333	333333	3333333333
444444	4444444444	444444	44444444	444444	444444	444444	444444	444444	444444	444444	4444444444
555555	5555555555	555555	55555555	555555	555555	555555	555555	555555	555555	555555	5555555555
666666	6666666666	666666	66666666	666666	666666	666666	666666	666666	666666	666666	6666666666
777777	7777777777	777777	77777777	777777	777777	777777	777777	777777	777777	777777	7777777777
888888	8888888888	888888	88888888	888888	888888	888888	888888	888888	888888	888888	8888888888
999999	9999999999	999999	99999999	999999	999999	999999	999999	999999	999999	999999	9999999999

ANALISE DE VENDAS



O dinamismo dos tempos modernos altera, constantemente os **FATOS** em que se apoiam os homens de negócio para orientarem as suas atividades. Daí, a necessidade de obterem, rapidamente, todos os informes relativos às transações que empreendem, pois só assim poderão estabelecer **DIRETRIZES SEGURAS** para o Presente e o Futuro. É o **MÉTODO HOLLERITH DE CARTÃO PERFURADO** é o preferido em 79 países do mundo para tão útil finalidade. As máquinas que o integram fornecem com a maior **RAPIDEZ, ECONOMIA e EXATIDÃO**, os mais variados relatórios, de modo a dar, claramente, aos interessados, uma visão nítida e segura de todas as fases das transações que realizam.

Serviços Hollerith S. A.
INSTITUTO BRASILEIRO DE MECANIZAÇÃO

Matriz: Av. Graça Aranha, 182
Telefone: 22-5111

Filiais em: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

Bolsa de Mercadorias

UM certo regime anárquico nas transações verificadas no período de após-guerra, o puro jogo da especulação que nasceu naturalmente provocada por causas exógenas refletindo na economia paulista e a falta de normas constatadas no comércio de São Paulo inspiraram a fundação da Bolsa de Mercadorias de S. Paulo. E' claro que para o ambiente provinciano da nossa vida econômica, para o *standard* da nossa atividade comercial ainda com ressaibos coloniais, essa iniciativa pareceu estranha. Dificilmente o nosso meio compreende determinadas realizações. Somos muito pela rotina, habituamo-nos rapidamente ao ramerrão quotidiano e dêsse marcar passo fazemos uma grande resistência para não sair. E em geral as tentativas contra a rotina, contra o velho e habitual, são sempre incompreendidas.

A idéia da Bolsa, como toda idéia com caráter renovador, não podia sofrer exceção. Foi combatida, foi contrariada, foi negada. Mas nada como a serenidade dos que teem fé. Os fundadores da Bolsa de Mercadorias de S. Paulo estavam envolvidos nessa certeza de que razoáveis benefícios surgiriam com essa instituição. E em 1917, mau grado a oposição surgida, fundou-se a Bolsa de Mercadorias de São Paulo. Para o comércio paulista, para essa grande colméia de produtores e negociantes concentrada nessa magnífica metrópole financeira, a instituição apareceria como uma espécie de instrumento de equilíbrio, coordenador dos negócios e regulador de transações.

Não se poderia mesmo compreender naquela época que, enquanto noutros países a fundação de Bolsas se sucedia para garantir disciplinadamente o ritmo de negócios, no Brasil, com um expressivo desenvolvimento econômico, não houvesse organismo análogo. Esse paradoxo desapareceu graças ao esforço de alguns comerciantes paulistas que mais uma vez provaram o valor das iniciativas particulares em nosso país.

Longe de injunções políticas e dos governos, seu contacto com eles, é, no entanto, o mais intenso e constante, desde que está em jogo os interesses das classes que representa, e ao Estado ou à Nação se faça mister sua colaboração, sempre dada com prazer, em estudos, sugestões ou trabalhos que concorram para o seu engrandecimento econômico.

E nessa sua ação está perfeitamente à vontade, pois o programa que lhe delineam seus estatutos, no campo agro-comercial-industrial-econômico-financeiro, é de proporções quase estatais. E' patente que a execução dêsse programa não poderá dar-se de um momento para outro, não só porque exige tempo, como porque os seus recursos não o permitem. Entretanto, e à medida de suas possibilidades, ela se vai verificando e os seus trabalhos se alargando em escala cada vez mais ampla e de acordo com as exigências, dia a dia mais intensas, requeridas pelo desenvolvimento e expansão econômica do país, em face do progredir constante dos demais, — que não pode dei-

ABERTURA SOLENE DE UMA SAFRA ALGODOEIRA, À QUAL ESTÁ PRESENTE O PRIMEIRO FARDO CLASSIFICADO





SECRETARIA DA BOLSA DE MERCADORIAS DE S. PAULO

... xar de acompanhar, sob pena de perecer —, quer se olhe ao campo agrícola, quer ao comercial ou industrial, ao técnico ou científico, ao econômico ou financeiro.

Suas diretorias, renovadas de dois em dois anos, compostas de homens práticos, afeitos às lides comerciais são, sem dúvida, um dos fatores determinantes do conceito e prestígio conseguidos nos 24 anos de sua existência. O que, porém, e acima de tudo, para isso concorre, é a orientação que essas diretorias, desde a primeira até a última, timbraram em dar sempre aos trabalhos da instituição, baseando-os, sem exceção, na honestidade, na boa vontade e criterioso desejo de acertar e de torná-los úteis e proveitosos às classes que constituem o seu quadro social, grangeando, por essa forma, com eles, não só o seu, dentro do país, como o renome dêste e de si própria, além fronteiras.

Órgão coordenador das classes conservadoras, constituindo uma verdadeira federação, pois nela se acham entrosados elementos de quase todos os ramos inerentes às atividades econômicas dos povos, o estudo dos assuntos que são submetidos à Bolsa ou de que ela toma a iniciativa, são ali encarados por um prisma próprio e só dela, pois tendo em seu seio correntes dos mais diversos ramos comerciais, agrícolas e industriais a solução ou deliberação que se faça mister, só poderá ser por ela tomada depois de maduro exame e de forma a conciliar, sem melindres, os diferentes interesses dessas correntes.

E' daí que advém, em especial, o acatamento às suas resoluções e a aceitação com que são recebidas as regulamentações que expede, fixando as normas para as operações das diversas e principais mercadorias de nossa produção, a ponto de os departamentos públicos oficiais não terem dúvida em aceitá-las e em determinarem a sua adoção como praxes comerciais dentro do estado.

Sua organização interna definiu-a, não faz muito, um dos últimos sub-secretários da Agricultura dos Estados Unidos, considerando-a — no tocante ao algodão — a melhor organização do mundo.

Padrão de orgulho, no ramo, a Bolsa de Mercadorias é hoje um ponto obrigatório de exame para todos os que, desejosos de conhecer o progresso econômico paulista, nos visitam, recebendo de todos expressões tanto mais apreciáveis quanto maiores são os benefícios que, sem alarde, sua ação tem trazido à economia particular e à do Estado.

Propulsora de um intercâmbio interno e externo, cada vez mais intenso, é um dos fatores preponderantes do progresso do Estado.

OS ALTOS OBJETIVOS DA ORGANIZAÇÃO

Nesta altura torna-se absolutamente oportuno mencionar os altos e verdadeiros objetivos dessa instituição, expressos de maneira precisa nos seus estatutos.

As finalidades são, por exemplo:

a) — procurar promover o desenvolvimento da produção e do comércio dos gêneros do país, organizando os respectivos tipos e sua classificação e divulgando-os, tanto quanto possível, dentro e fora do Estado;

b) — manter, no edifício destinado à Bolsa, instalações e espaços apropriados para que seus associados, pessoalmente ou por seus representantes devidamente autorizados, aí realizem operações de venda e compra de mercadorias;

c) — regulamentar a forma e condições a que tais operações devem subordinar-se;

d) — fazer classificação de mercadorias;

e) — fixar normas, de acordo com usos e costumes, para serem observadas nas operações e efetuar-se nas praças de São Paulo e do interior do Estado;

f) — estabelecer, com outras praças do país e do estrangeiro, acôrdos e normas que facilitem o desenvolvimento e garantam a execução fiel dos contratos de compra e venda de mercadorias, realizados entre essas praças e as de São Paulo;

g) — resolver questões comerciais entre associados ou estranhos;

h) — representar o comércio em geral perante os poderes públicos, quando se tratar de qualquer assunto atinente aos objetivos da Bolsa;

i) — manter uma secção de estatística e de informações sobre os principais gêneros de produção do Estado e mercados mundiais desses produtos, dando-lhes a devida divulgação pelos meios julgados mais convenientes;

j) — organizar o corpo de corretores de mercadorias e o de seus prepostos junto à Bolsa;

k) — manter os laboratórios julgados necessários para análise ou exame de mercadorias e constatação de falsificação;

l) — organizar e regulamentar o pregão de mercadorias, fazendo registrar as operações efetuadas e verificar os preços determinantes das cotações do dia;

m) — procurar incrementar a produção dos gêneros nacionais pelos meios julgados convenientes, mesmo com a criação de campos de seleção e aclimação e de fazendas de sementes, ou de quaisquer outras instituições, entrando, quando preciso, em entendimento e colaboração com os poderes públicos para consecução desses objetivos.

Verifica-se assim, através do que ficou acima exposto, que a obra da Bolsa é a mais ampla e útil, quer no sentido de equilibrar certos aspectos da vida econômica de S. Paulo quer ainda no sentido de racionalizá-los.

NOVAS INICIATIVAS

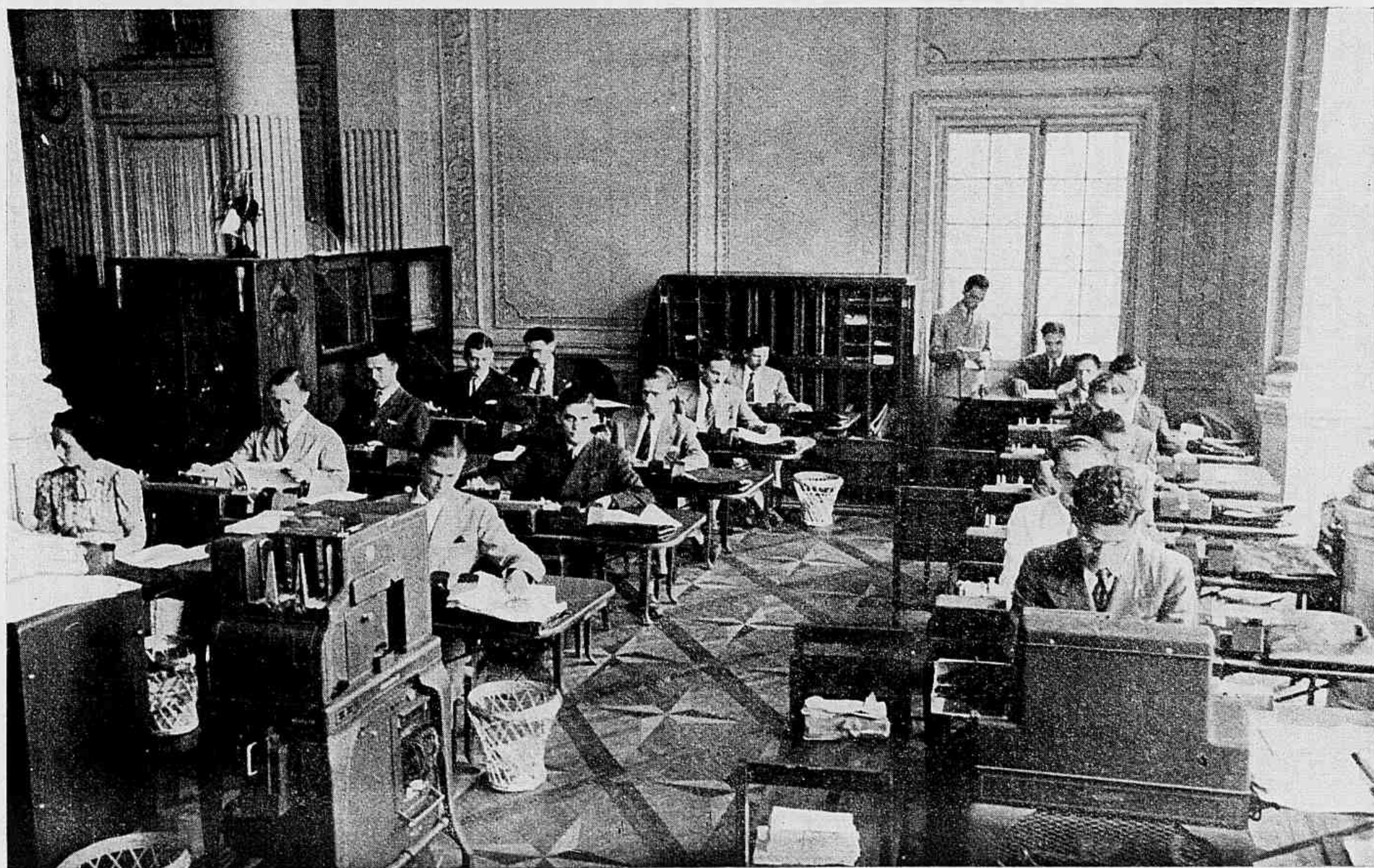
Não ficou, porém, na rotina a Bolsa. À proporção que a vida econômica paulista evolue, surgem novas exigências. E a Bolsa, como órgão plástico, vai se aparelhando eficientemente para enfrentar e resolver dificuldades.

Aquí podemos fazer referências às suas principais e modernas secções instaladas, que são as seguintes:

Departamento de Estatística: que recolhe e sistematiza dados e elementos das mais variadas atividades econômicas do Estado, do país, e do mundo, e que, não obstante os seus três anos apenas de existência, já vem chamando para si a atenção dos nossos estudiosos;

Departamento de Estudos Econômicos: dependente daquele, e em que esses dados e elementos se estudam, se

OUTRO ASPECTO DA SECRETARIA DA BOLSA. (SERVIÇOS MECANIZADOS)



examinam e se confrontam, e em que se procura a correlação existente entre os fatos econômicos para descobri-los as causas e os efeitos e, se possível, os remédios aconselháveis;

Departamento Agrícola: que tem a seu cargo, além da organização e conservação do Museu instalado na Bolsa, a orientação técnica do *Campo de Experiências* adquirido e mantido pela Bolsa, não só para os exercícios práticos de cultura dos alunos de sua Escola de Classificação de Algodão e experiências de outras culturas, como coligir elementos e prestar informações e conselhos aos nossos lavradores sobre o incremento de sua produção;

Departamento de Fibras Têxteis: destinado à escolha e seleção prática das variedades de nossas fibras, afim de promover o desenvolvimento das culturas e industrialização das mais economicamente aconselháveis ao nosso clima, livrando-nos da importação da juta e similares e proporcionando, ao país, pela exportação dos excessos, novas fontes de energia econômica;

Laboratório de Tecnologia: inaugurado em meados de 1941, que visa não só o exame, em geral, da produção, inclusive das nossas fibras têxteis, como o aproveitamento comercial e industrial dos sub-produtos e derivados;

Mecanização dos serviços pelo sistema Hollerith: ora sendo levada a efeito, com o fim de dar maior eficiência e rapidez aos trabalhos a seu cargo, temos uma idéia bem nítida do que é a Bolsa de Mercadorias de S. Paulo.

Através de sua atuação compreensiva, orientada para uma mais perfeita planificação das atividades comerciais, tem-se imposto a Bolsa de Mercadorias de São Paulo, que já pode ser tida como um padrão de organização entre as

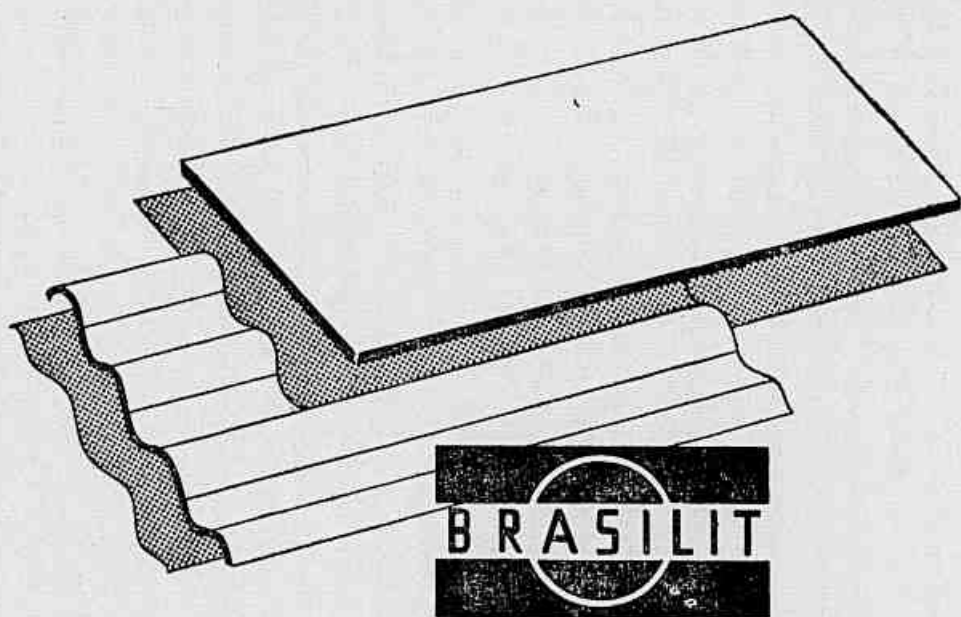
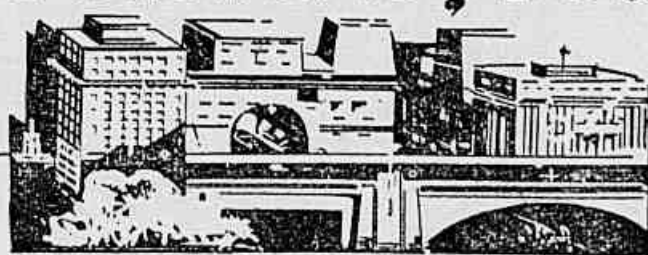
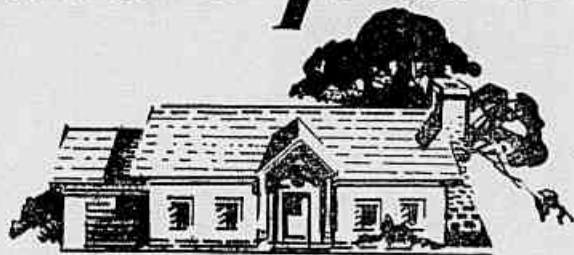
similares do continente. A sua ação, aliás, tem uma projeção muito mais ampla que aquela das transações e dos interesses que nela se cruzam, na movimentação dos negócios: incursiona, também, num plano educacional, através de publicações, impondo a necessidade dos mercados organizados como um fator do desenvolvimento econômico da nação. A sua assistência aos diversos setores da produção e do comércio, informam plenamente que não há na sua superior direção o egoísmo interesseiro.

Foi devido a essas finalidades e à sua ação fecunda que o Governo de São Paulo, depois de confiar-lhe os serviços oficiais de classificação do algodão — que levaram o prestígio do produto a todos os mercados mundiais — não teve dúvida em declará-la de “utilidade pública” pelo Decreto n.º 7.055, de 3 de Abril de 1935, sob o fundamento de “que os seus fins são de vital interesse para a nossa agricultura, comércio e indústria” e de que “sua ação tem sido de intensa atividade e de desinteressada cooperação com os poderes públicos em tudo o que se relacione com as suas finalidades”.

E o Governo Federal “considerando as razões de utilidade pública que prevalecem em favor da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, associação civil, com sede na capital do Estado de São Paulo, em razão dos valiosos serviços prestados ao país, não só relativamente ao comércio como também à produção, em colaboração constante com o poder público”, baixou igualmente o Decreto n.º 7.771, de 2 de Setembro de 1941, outorgando-lhe a prerrogativa de *Órgão Técnico e Consultivo* do Poder Público “para o fim de colaborar com o Governo no estudo e solução dos problemas que se relacionem com os interesses econômicos e profissionais por ela coordenados”.

AMIANTO-CIMENTO BRASILIT

material moderno para construções



BRASILIT

Chapas lisas e onduladas para paredes e coberturas de telhados. Tubos monolíticos, inteiriços, de ponta e bolsa, com e sem pressão, para água, gases, esgotos e ventilação. ● Tubos para fins diversos: ar condicionado, águas pluviais, cabos elétricos e telefônicos, etc. ● Coifas para chaminés, caixas d'água redondas e quadradas, caixas de descarga, etc. ● Curvas, Tees, Reduções, Junções, Sifões, etc.

Experiências em repartições de águas e esgotos em S. Paulo, Rio, Minas Gerais, Paraná, etc.; experiências no I. P. T. de S. Paulo; experiências por milhares de engenheiros e construtores, em todo o Brasil, mostram a excelência e superioridade do material Brasilit de amianto-cimento. Procure examinar, também, a contribuição que lhe oferece Brasilit, material admirável de construção, fabricado por processo exclusivo e patenteado.

S.A. TUBOS BRASILIT

HERO-CIMENTO PAT. 21.735

S. PAULO: RUA MARCONI, 131 - 7.º AND. - FONES 4-4127 - 4-4128 - 4-4129

Fabrica: Av. Prosperidade, 209 - Fone 128 - São Caetano - S. P. R.

RIO DE JANEIRO: RUA DA ALFANDEGA, 41 - 4.º AND. - FONE 43-0825

Deposito: Rua Salvador de Sá, 6 - Telefone 22-7290

Caminhos Interiores

EM diversas ocasiões tem o OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO tido oportunidade de fazer referência a uma ligação interior das Américas, que possa ser um outro elo, afora o do Atlântico ou Pacífico, mais unitivo por ser um caminho vivo a serviço da riqueza, do engrandecimento e da amizade dos países continentais. Ainda em nossa última edição dedicávamos ao assunto a nossa editorial de maior importância, concretizando a importância atual de uma rodovia panamericana, uma vez que seria supérfluo, por diversos motivos ao alcance de qualquer inteligência, a construção de uma estrada de ferro, trabalho mais demorado, efetivamente mais custoso e que não atenderia tão bem às finalidades do momento. O assunto, em si, tem sido preocupação de longo tempo, objeto de estudos em todos os países do continente, tendo mesmo, destes estudos e de entendimentos, resultado um plano que, neste momento, conquanto não seja inexequivel, não é também o credenciado para atender aos motivos de defesa e intercomunicação que devem orientar qualquer obra neste sentido. Tratava-se de um caminho pelo Pacífico, que, pelas suas características, seria mais de turismo que mesmo de importância econômica.

No momento em que a necessidade de um mais íntimo contacto se impõe entre as nações americanas, e quando, compreendendo a importância deste fato, os inimigos da liberdade procuram, por todos os meios, tolher as comunicações marítimas entre os países da América, cresce de importância o projeto de uma rodovia que ligue os hemisférios norte e sul; este caminho, que deverá obedecer pontos de vista estratégicos, não só no que diz respeito ao seu resguardo de ataques partidos do mar como também pela importância econômica das regiões atravessadas, está, naturalmente, traçado através do Brasil, conforme examinaremos no curso do presente estudo. Permitamo-nos, aqui, para melhor documentar o nosso ponto de vista, a repetição de alguns conceitos, dos escritos em nossa editorial de maio último sob o título de "Rodovia Panamericana". Dizíamos então:

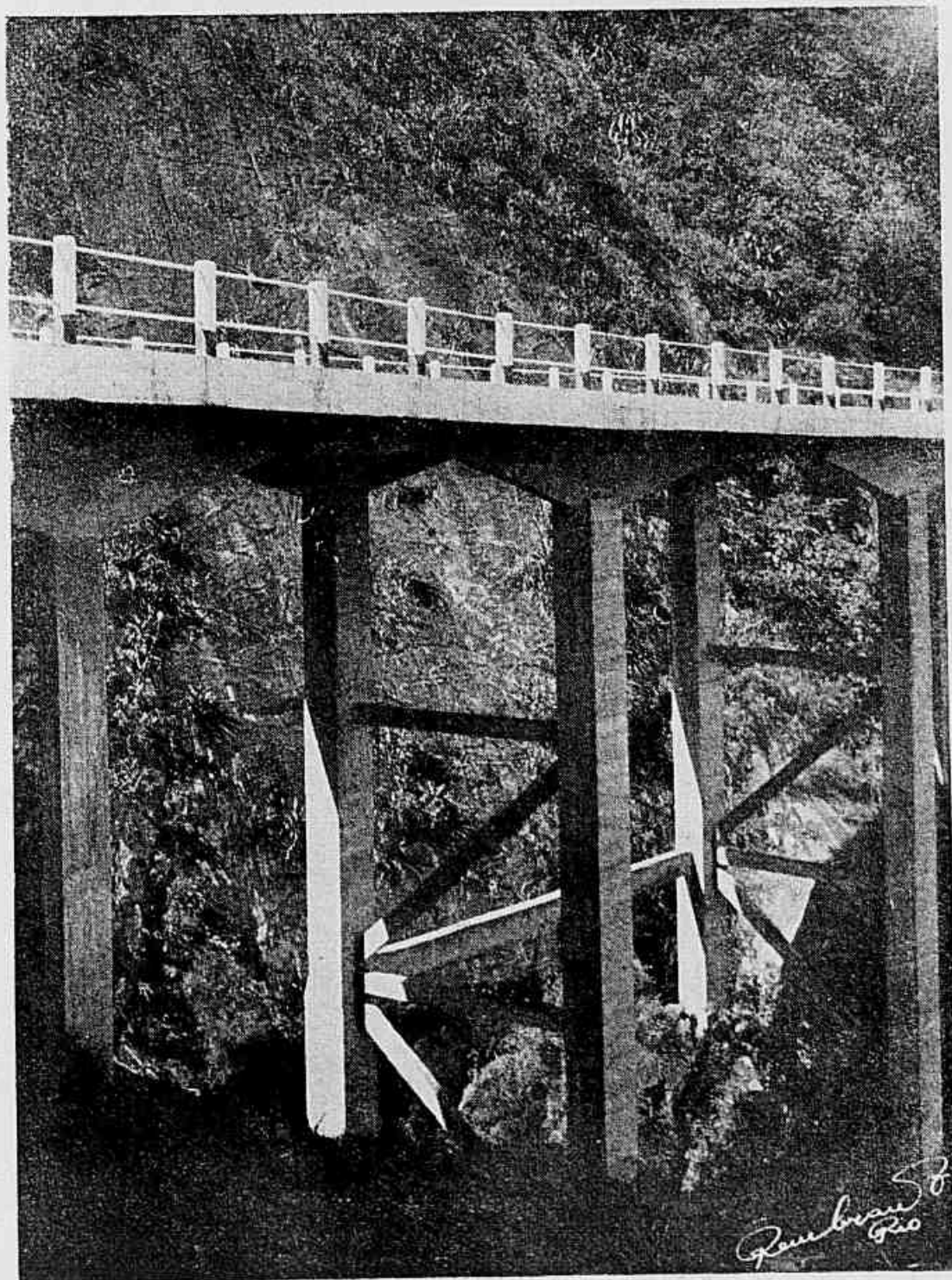
"Para o Brasil, como para todos os países do nosso continente, os pro-

blemas da América, na sua conceituação básica, são, principalmente problemas de transporte. Os Estados americanos, de per si e coletivamente, desde longo tempo veem, por isso, desenvolvendo enormes esforços no sentido de melhorar e ampliar seus serviços aéreos, marítimos, terrestres e fluviais, tendo em vista não só as comunicações internas de cada uma das Repúblicas deste hemisfério como, também, a coordenação das mesmas num vasto sistema de vias panamericano. Se, porém, no passado para a América sempre de natureza fundamental o problema dos transportes, no presente ele assume um papel de importância decisiva. Esta questão, aliás, é hoje tão clara e se acha tão proeminentemente em ordem do dia, que é desnecessário insistamos quanto à sua extensão e consequências: bastará, como exemplo de dificuldades a serem vencidas, referirmo-nos aos perigos que cercam a navegação marítima e, por conseguinte, o abastecimento inter-continental de matérias primas indispensáveis ao programa de defesa dos povos americanos. E' uma questão, pois, que não apresenta aspectos apenas de categoria comercial ou econômica; diz ela, também, respeito à necessidade da intensiva preparação bélica do continente, para enfrentar uma das mais graves crises que já se abateu sobre a civilização, ameaçada agora nos seus fundamentos históricos, ou seja

na estrutura cristã de todos os seus valores morais, espirituais, humanos.

"A Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos", meses atrás realizada no Rio, não se desapercebeu — e é natural que assim haja acontecido — da magnitude do problema das comunicações inter-continentais. Nove projetos, referentes aos transportes entre os países da América, foram levados a estudo e discussão no seio da Conferência. E esta recomendou aos governos das vinte e uma repúblicas que adotassem medidas rápidas e práticas para maior eficiência das vias de comunicação internas de cada uma, visando, dessarte, assegurar-se convenientemente a defesa continental e o fomento das relações comerciais mútuas. A recomendação ressaltou, em itens específicos, a urgente necessidade da construção dos trechos que faltam ao sistema panamericano de es-

VIADUTO DA ESTRADA RIO-PETRÓPOLIS.



tradas de rodagem e do melhoramento dos já construídos, de forma tal que sirvam para proveitosos transportes no hemisfério e permitam o desenvolvimento do comércio inter-americano e interno, ligando os centros de produção aos de consumo. Os Chanceleres e técnicos em reunião consultiva reconheceram, assim, a importância decisiva, nestes tempos, da Estrada de Rodagem Panamericana. De fato, num momento em que a ação submarina dificulta o livre trânsito de mercadorias nos mares do continente — o que poderá mais ainda agravar-se com a surpresa de traiçoeiros ataques aéreos — a intensificação do comércio terrestre se impõe logicamente, mesmo levando-se em conta os contratempos oriundos da escassez de combustíveis. E isto porque, se em matéria de transporte múltiplos e árduos são os problemas, todas as soluções possíveis devem ser rapidamente aplicadas, ganhando-se em tempo e espaço o que for necessário para a vitória das armas aliadas e, mais do que isso, para a nossa própria sobrevivência.

“O Brasil, desde que o Presidente Getúlio Vargas assumiu o poder, não se descurou um só instante das suas vias de comunicação, apesar de dificuldades administrativas eventuais e — o que é básico — de sua vasta extensão territorial apinhada de obstáculos geográficos e topográficos, que constituem a feição mesma do solo de quase toda a América do Sul. País-celeiro de matérias primas indispensáveis à defesa continental, foi com este desígnio que obtivemos em Washington créditos destinados ao aproveitamento definitivo dos nossos principais sistemas potâmicos e à ampliação e melhoramento das nossas redes rodoviárias e ferroviárias. E’ evidente que tais obras nos trarão benefícios, redundarão num mais amplo e vigoroso intercâmbio para todas as nações deste hemisfério. Nosso país, aliás, sempre timbrou em manter bem alto este espírito de colaboração panamericanista. O “Circuito da Boa Vizinhança” — complexo de rodovias que deverá ligar entre si Rio de Janeiro, Montevideu, Buenos Aires e Assunção — é, por exemplo, uma das nossas mais acertadas iniciativas no gênero: e, com ela, não visámos tão somente o intercâmbio turístico e econômico, mas, por essa razão mesma, uma ainda maior aproximação continental dos nossos povos. Ora, imbuído, como sempre esteve, de tal espírito de colaboração sincera e prática, é natural que o Brasil se interesse vivamente pela Estrada de Rodagem Panamericana. Mercadorias e pessoas, que por esta grandiosa artéria circularão, serão o símbolo de

uma crescente solidariedade inter-continental e, na atual emergência, da inabalável decisão, em torno da qual as três Américas se uniram, de lutarmos pela conquista de uma paz justa e duradoura, — para os nossos lares, para os nossos povos e para o mundo. Uma estrada, por assim dizer, que será um novo e longo caminho construído rumo ao futuro, — ao futuro de um continente cujas riquezas, despertando de vez no rumor das fábricas e no trabalho dos campos, nos dêem uma definitiva independência econômica e, através desta, a restauração da tranquilidade da vida e da liberdade humana.”

Este, em suma, tal como se acha nas linhas acima, é o espírito que deve orientar qual o verdadeiro itinerário da grande rodovia que cortará as Américas, de um extremo a outro, atendendo aos grandes e inolvidáveis imperativos do momento. Recapitulemos, porém, o projeto que indica o desenvolvimento pelo Pa-



ESTE MAPA INDICA O TRAÇADO DA RODOVIA PANAMERICANA SEGUINDO PELO PACÍFICO.

cífico, da grande estrada, antes de entrarmos em comentários e pormenores a respeito do itinerário que sugerimos nestas páginas.

ESTRADA DE RODAGEM PANAMERICANA

Sob a designação de Estrada de Rodagem Panamericana, tornou-se conhecido o projeto da rodovia marginal do Pacífico. Fazemos breve recapitulação da sua história. Em Santiago do Chile, quando da reunião da Quinta Conferência Internacional Americana, no ano de 1923, foi aprovada uma resolução que recomendava aos Estados membros da União Panamericana... "melhorar com a maior rapidez possível as facilidades de transporte automobilístico entre as suas cidades mais importantes... e entre as principais cidades e capitais dos países vizinhos." Em 1924, atendendo à importância que o assunto tomava, o Conselho de Educação Rodoviária encarregou-se de tornar efetiva a resolução acima, resultando desta iniciativa a organização da Confederação Rodoviária Panamericana; das atividades e da atuação da Confederação, nasceu a Estrada de Rodagem Panamericana. Nos anos que se seguiram houve um grande progresso nas redes rodoviárias de todos os países da América, nascendo mesmo algumas vias internacionais através de que se conjugavam interesses de regiões limítrofes, bem como mesmo interesses de caráter nacional. Conta-se este tempo em 16 anos. Para cada um dos estados americanos o assunto se apresentava com características gerais mais ou menos idênticas: vinculação de regiões e posteriormente ligação entre capitais de diferentes repúblicas. De todas as ligações feitas, há de surgir um conjunto e é a este conjunto que se pretende dar a denominação de Estrada de Rodagem Panamericana. No entanto, pense-se na completa teia que resultará de tudo isto.

Se no hemisfério setentrional o caso está de um certo modo resolvido, muito mais difícil é resolvê-lo no hemisfério meridional. Demais, toda a idéia anterior tem sido do ponto de vista meramente turístico. Ali, pode-se rodar sem maiores preocupações, visitando todas as capitais dos Estados Unidos, México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá. Daí para baixo, porém, o assunto torna-se mais complicado. Se temos ligações internacionais, muito longe estamos de ter uma via inter-continental. Vai-se, por exemplo, de Caracas, capital da Venezuela, a Quito, capital do Equador; vai-se de Buenos Aires a Assunção ou a Santiago; mas nem tudo está feito e, quem tenha realizado o percurso rodoviário da capital argentina à

capital chilena de automovel, sabe perfeitamente o grande sacrifício da travessia da cordilheira, onde o carro tem que ser rebocado por tratores. Não obstante, é uma via turística, mas não está em condições de ser ao mesmo tempo uma via comercial, econômica; poderia ser, pois ao homem nada é impossível, sobre a terra, mas o que de tempo, trabalho e sacrifício custaria isto, não poderia ser compensado de pronto.

Seria interessante, não resta dúvida, que a grande rodovia percorresse a totalidade dos países sul-americanos; desde que não é possível, no momento, procuremos realizar aquilo que se mostra mais viável. Em rápidas linhas, a planificação geral da rodovia do Pacífico, no hemisfério meridional, seria: Partindo de Caracas, na Venezuela e Bogotá, na Colômbia, seguir rumo a Quito, no Equador e Lima no Peru, aproveitando-se da "Carretera Simón Bolívar", que partindo de Caracas, passa por Bogotá e vai a Quito, indo daí a Guayaquil. Valendo-se do caminho de Santiago a Buenos Aires, e de uma estrada que seguindo pela costa oriental, vai de Buenos Aires, via Montevideu, chegar-se-ia ao Rio de Janeiro. Completar-se-ia o traçado com uma estrada de ligação norte-sul entre Buenos Aires e Assunção e uma outra diagonal de Buenos Aires até La Paz, na Bolívia e indo daí até o Peru. Além dessas estradas que se cruzam em todos os sentidos, haverá com o tempo duas linhas trans-

ESTE SERIA O TRAJETO DA RODOVIA PAN-AMÉRICA SEGUINDO PELO INTERIOR DO BRASIL.



continentais do Brasil até a costa chilena, passando uma pela Bolívia e a outra pelo Paraguai e a Bolívia.

Partindo, em viagem, de Washington para Buenos Aires, o turista, realizado este plano, terá a sua disposição várias rotas até a fronteira mexicana e daí até Lima, no Peru. Em Lima, ele escolherá passar pelo Chile ou pela Bolívia, rumo da Argentina, sendo o caminho pela Bolívia mais curto de 552 quilômetros.

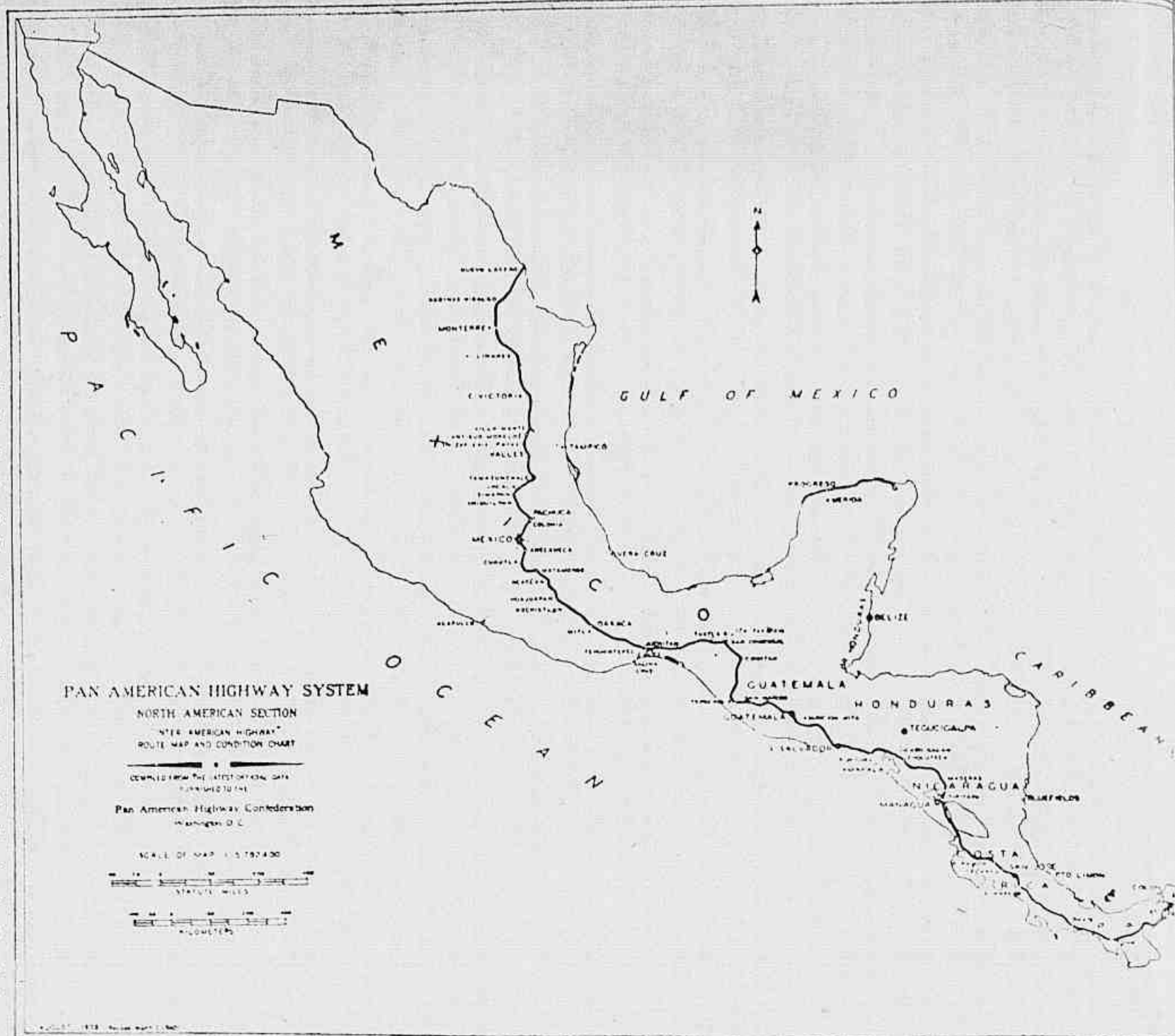
O percurso da estrada, pois, não teria no momento a grande utilidade econômica que as dificuldades da navegação marítima evidenciam; ficaria à margem de qualquer cogitação o transporte pela estrada de uma série de matérias primas de grande importância estratégica, necessárias às fábricas norte-americanas, bem como o suprimento de inúmeros artigos de manufatura norte-americana e mesmo de indústria pesada, necessários às nações latino-americanas, encontraria um caminho verdadeiramente difícil. Vejamos porém aquilo que indicamos como um substitutivo, e que aqui chamaremos de Rodovia Pan América.

RODOVIA PAN AMÉRICA

A Rodovia Pan América partiria também de Buenos Aires, de onde iria a Assunção, no Paraguai; entraria no Brasil por Bela Vista, indo daí a Cuiabá, em Mato Grosso, seguindo por este estado até entrar no Pará, onde passaria por Fordlândia, indo encontrar o rio Amazonas em Santarém; daí a Óbidos, indo encontrar a fronteira da Guiana Inglesa, cruzando o rio Branco para entrar, depois, no território da Venezuela; seguindo até Caracas, desceria daí a Bogotá, na Colômbia, partindo daí para o Panamá. No hemisfério setentrional faria o mesmo percurso da Estrada de Rodagem Panamericana, até os Estados Unidos.

Tendo em conta ser o Brasil o país onde ficaria

AS NOVAS ESTRADAS DO BRASIL SÃO CONSTRUÍDAS SEGUNDO OS MAIS RECENTES MÉTODOS



O MESMO TRAÇADO, NA AMÉRICA CENTRAL, SERVIRIA AOS DOIS PROJETOS

o maior trecho da estrada, também aqui está a parte maior a realizar; esta parte, porém, tal como está disposto o traçado, seria trabalho rápido, cortando uma região onde praticamente não existem obstáculos a transpor que possam merecer o adjetivo de difíceis. Tendo em conta a já existências das comunicações rodoviárias entre Buenos Aires e Assunção, e parte do percurso de Assunção a Bela Vista, podemos examinar o aspecto brasileiro do traçado. Concluídas obras que estão sendo realizadas pelo Serviço de Engenharia do Exército, Bela Vista dentro em breve estará em comunicação com a cidade de Cuiabá. Resta, pois, a ligação de Cuiabá a Santarém. Será o trecho mais importante da rodovia e justamente é o que está por construir. Os trabalhos podem ser iniciados simultaneamente de três pontos diversos: Cuiabá-Itaituba-Santarém e ligará a bacia amazônica à do Prata. Esta parte da rodovia está calculada em 950 quilômetros.

Atualmente constroem-se no Brasil, diariamente, mais de 20 quilômetros de estradas, conforme recentes dados estatísticos; logo, a prática demonstra que unindo as forças dispersas numa só estrada e construindo-se o mínimo de 5 quilômetros diários nos vários setores, teríamos essa rodovia entregue ao tráfego dentro de seis meses. Aliás podemos esclarecer que já temos um trecho dessa estrada transitável, numa extensão de 200 quilômetros, que saindo de Cuiabá vai ao porto indígena "Simões Lopes", no rio São Manuel. O espigão divisor das águas do Tapajós-Xingú indica o rumo da estrada.

A rodovia Cuiabá-Santarém, sendo de máxima importância para o presente, deverá ser construída por métodos mecanizados e o seu leito, de terra e cascalho comprimido, deixando para futuro próximo a sua pavimentação permanente. O custo por quilômetro não excederá de 30 contos. A pavimentação, a ser feita posteriormente, será de primeira qualidade, uma vez que será utilizado um sistema em que se faz o

emprego de matéria que se encontra em abundância na região. Nesta composição entrará 25% de borraça, ou melhor, de resíduos de borracha não comerciáveis.

No prosseguimento da linha tronco para o norte e oeste, partindo de Óbidos, essa estrada seguirá pelo divisor Parú-Cuminá até o divisor Tumuc-Humac e daí até Boa Vista, à margem direita do alto rio Branco seguindo para a serra Paracaima até a fronteira com a Venezuela. De Óbidos a Boa Vista a estrada terá 900 quilômetros e de Boa Vista à fronteira com a Venezuela 500 quilômetros.

O terreno a ser percorrido pela estrada é todo ele plano e firme, não havendo zonas alagadas ou baixas, que sujeitem o tráfego a uma interrupção na estação das chuvas; não há montanhas a vencer. Passando pelo centro do Brasil, será o escoadouro nato para uma infinidade de produtos regionais, especialmente a borraça; favorecerá o povoamento de uma zona que até hoje é ainda um amplo deserto, devendo este povoamento ser fixado no início da construção, acompanhando o desenvolvimento da estrada, pois será a sua conserva uma das funções do elemento povoador. Além do mais, há na vasta zona a ser cortada pela estrada, conforme estudos realizados, sinais de existências de carvão de pedra, superior ao que se explora no sul do país, e petróleo.

Para sua maior amplitude, haverá ramais, indo aos países do Pacífico, sendo que um deles, que irá a La Paz, comunicará a Bolívia com o oceano Atlântico.

Teríamos assim a maior rodovia do mundo, permitindo um percurso, de Nova York ao Rio de Janeiro, de 15.000 quilômetros, aproximadamente; uma passagem, por pessoa, poderia custar em média 2.000\$, mais econômica que passagem por via marítima, mais segura nesta época e mesmo mais rápida que a viagem marítima.

A REDE RODOVIÁRIA DO BRASIL

Pela sua vasta extensão territorial o Brasil encontra na sua rede rodoviária a mais fácil via de comunicação, o escoadouro mais simples para a infinidade de nossa produção; a este respeito, sentimo-nos na obrigação de, mais uma vez, chamar a atenção do

A CALDEIRA E CARCASSA DA LANCHA NA QUAL COUTO MAGALHÃES DESCEU ARAGUAIA PELA PRIMEIRA VEZ NO SÉCULO PASSADO. ENCONTRA-SE NA BARRANCA DA VILA LEOPOLDINA



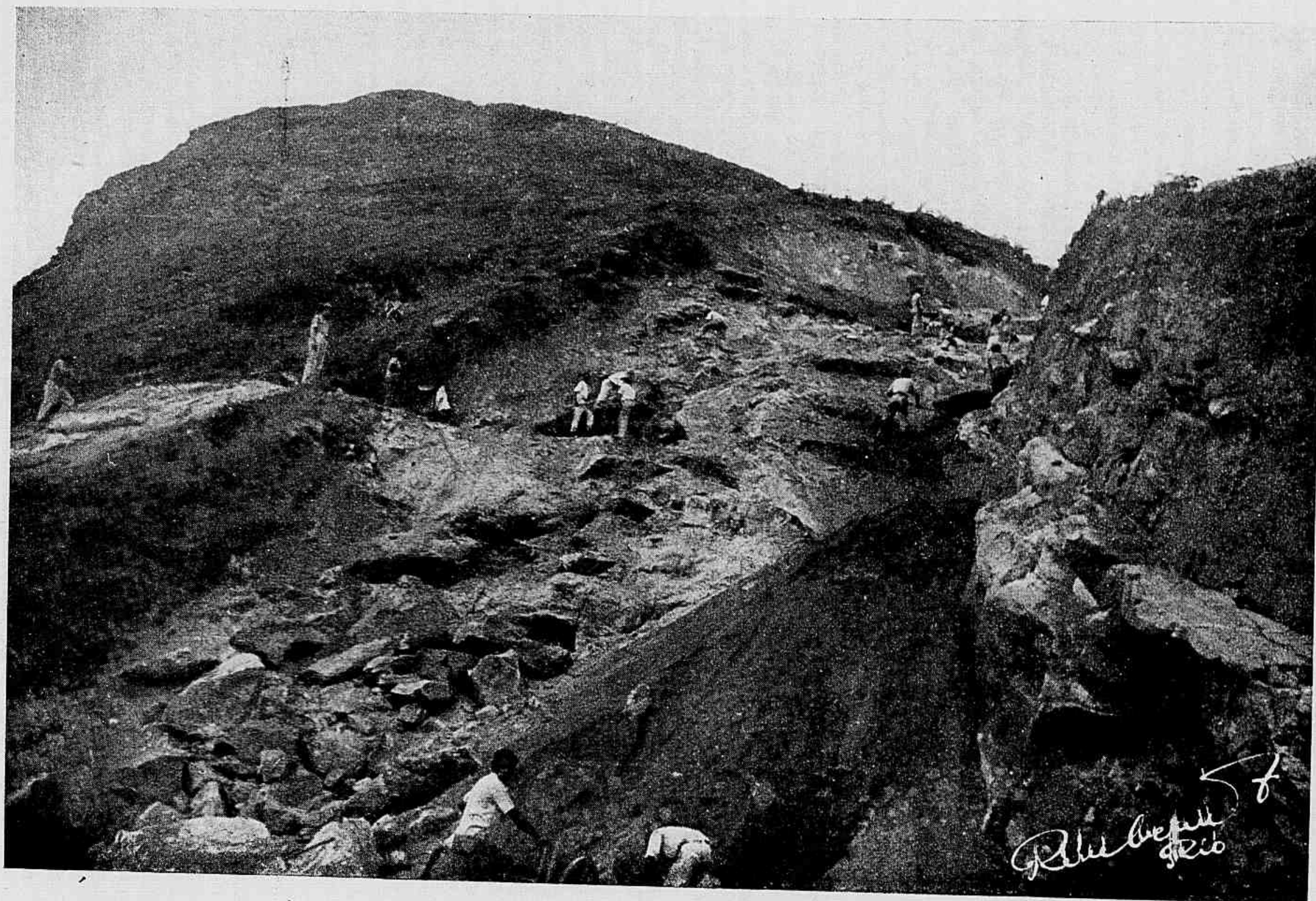
OS TRANSPORTES DE ONTEM NAS PLANÍCIES DE MATO GROSSO

leitor para um outro trabalho inserto na edição de maio de O OBSERVADOR, sob o título de "Mercado Interno"; estudando os problemas que interessam mais de perto ao comércio interior, analisamos a grande influência do veículo automovel. Valendo-nos da oportunidade, agora, e da importância sempre crescente através o desenvolvimento permanente das nossas rodovias, façamos aqui uma digressão a respeito da rede rodoviária brasileira.

Por muitos anos ela se desenvolveu sem que tivesse a lhe nortear o desenvolvimento qualquer orientação de unidade, sem consultar, muita vez, até, os próprios interesses econômicos que devem presidir o seu crescimento. Posteriormente, porém, reconhecido o valor da estrada de rodagem não como um simples veículo de comunicações inter-municipais ou regionais, cogitou-se de uma planificação, hoje já sobejamente esclarecida através a construção das chamadas linhas troncos, destinadas a ligar sul, centro e norte. Em todos os estados são votadas verbas e realizadas obras obedientes ao plano geral já traçado. Supervisiona a orientação geral o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Realizados os estudos preliminares ficou estabelecida a obediência do plano das "linhas troncos", findo o qual se irão construindo outras linhas tendentes ao estabelecimento da rede rodoviária nacional. Dentre as linhas troncos mais importantes, e de maior necessidade no momento, sobressai a que deve ligar norte e sul do país. Trabalho para longos anos, já se acha de há bastante tempo iniciada. Cerca de 4.000 quilômetros terão de ser lançados através dos mais variados trechos do território nacional, sendo que muitos deles já se acham construídos e muitos outros estão para serem totalmente realizados, alargados, melhorados ou prosseguidos; na medida do possível aproveita-se trechos de estradas regionais, que tenham sido feitas dentro do traçado, ou que tenham sido intencionalmente aproveitadas por ele.

A primeira linha tronco do plano rodoviário nacional divide-se em duas etapas: de Porto Alegre ao Rio, com a extensão de 1.628 quilômetros, e do Rio a Salvador, com cerca de 1.909 quilômetros. Da Baía a estrada deverá atingir São Luiz do Maranhão. A este conjunto, que terá mais de 7.000 quilômetros de percurso, será dado o nome de Rodovia Getúlio Var-



CONSTRUÇÃO DA ESTRADA RIO DE JANEIRO — BAÍA

gas e será uma das maiores estradas nacionais do mundo.

O engenheiro Yeddo Fiuza, diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, falando a respeito do que já se tem realizado na estrada Porto Alegre-Rio de Janeiro, informou que já foram construídos 200 quilômetros, correspondentes aos trechos de Porto Alegre-Caxias; acha-se em estudos o lance de Curitiba a Lages enquanto que o de Curitiba a Capela da Ribeira já foi terminado pelo Exército. Daí até São Paulo há trechos por fazer e outros para reconstruir. Partindo da Capital paulista, a estrada será a atualmente conhecida pelo nome de Rio-São Paulo; nela, porém, diversas obras deverão ser feitas, sobretudo cortes, o que redundará numa redução do tempo de viagem.

O trecho que vai do Rio de Janeiro à Baía já está bastante adiantado; terá, esta parte da grande rodovia, 1.909 quilômetros assim discriminados: do Rio de Janeiro até o quilômetro 76 da Rio-Petrópolis, onde alcança a União-Indústria até o quilômetro 120 (Areal); desta localidade vai até o quilômetro 416, além de Arrozal, trecho já terminado; do quilômetro 416 irá até o 675, em Governador Valadares, trecho em que o trabalho tem sido atacado com intensidade. Do quilômetro 675 segue a rodovia até o quilômetro 846, onde é feita a ligação de Figueira com Teófilo Otoni; em Figueira, já está sendo construída a ponte sobre o Rio Doce. Partindo de Teófilo Otoni irá até

Feira de Santana, onde o percurso cumprirá 1.765 quilômetros; seguindo daí a Jequié. Daí a Baía será aproveitada a estrada já existente, parte do plano rodoviário do governo estadual.

No nordeste tem cabido, a realização de uma grande obra rodoviária, à Inspeção Federal de Obras contra as Secas; ainda neste momento, quando o flagelo das secas assola novamente a grande região nordestina, milhares de homens, que tiveram de abandonar os trabalhos agrícolas, são empregados nas obras de construção de estradas; o papel que as estradas construídas desempenham, já, na vida econômica da vasta região, é da mais alta importância. O plano rodoviário fundamental, da zona nordestina, que servirá à grande estrada Getúlio Vargas bem como às comunicações inter-regionais, data de fevereiro de 1931, fixando quatro linhas troncos e que são: a) de Recife a Fortaleza; b) de Fortaleza a Terezina; c) rodovia principal do Rio Grande do Norte, partindo da primeira e entroncando-se no ponto mais conveniente, aproveitando-se a ponte sobre o Jaguaribe; d) ligação central Ceará-Piauí. As construções obedeceram ao plano seguinte: Linhas tronco: a) Baía-Fortaleza (transnordestina); b) Central de Pernambuco; c) Central da Paraíba; d) Central do Rio Grande do Norte; e) Central do Piauí; f) Fortaleza-Terezina. Grandes extensões estão concluídas e entregues ao tráfego.

E' indiscutível a importância e a necessidade es-

tratégica da rodovia Rio-Fortaleza; a sua importância, porém, é bem maior na região que vai de Alagoas ao Ceará, que na do Distrito Federal à Baía; em recente artigo, o sr. Costa Rego comenta que "a parte verdadeiramente exposta do litoral brasileiro é menos a baiana que a do nordeste, com seu cobiçado bloco desde Maceió a Natal, projetando-se geograficamente na direção do perigo; a África ocidental, pouco indicada para refúgio da soberania francesa, dada a hipótese de um novo desrespeito pelas forças alemãs de ocupação. A estrada Rio-Baía chega à base desse bloco; não o envolve, contudo, em linha de proteção, a não ser prolongada até Fortaleza, pelo interior de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte." Para completar o seu papel, tão como o expõe o jornalista, é que estão sendo trabalhadas as vértebras, podemos assim dizer, as estradas transversais de penetração, que partindo da zona a ser protegida, vão ao encontro da Transnordestina.

E' muito longo o assunto e não se pode exauri-lo de uma feita; os caminhos interiores representam, para o Brasil como para o Continente problema de primeira grandeza. Paralelos às rodovias, em importância, estão as estradas de ferro.

A GRANDE FERROVIA BRASILEIRA

Em diversas oportunidades tem O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO dedicado grande nú-

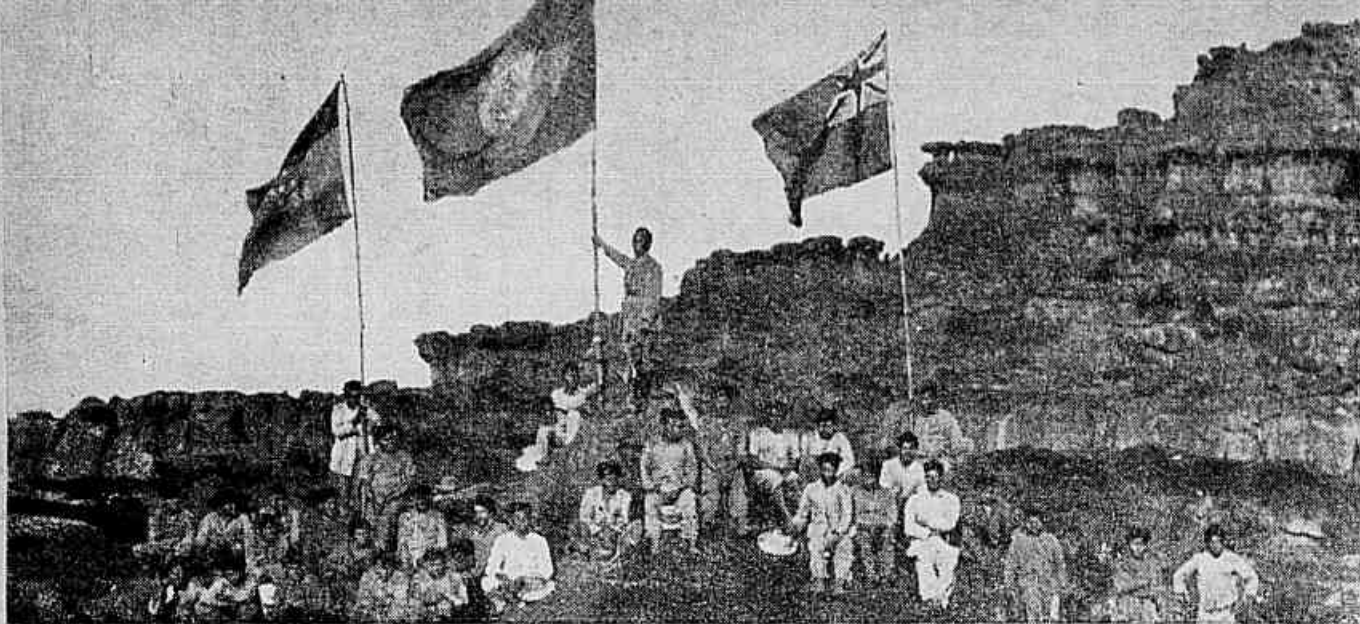
mero de páginas às maiores organizações ferroviárias do Brasil; deixando de lado o importante papel por elas representado, permitimo-nos fazer lembrar algumas pequenas vias de grande importância, bem como a fazer eco a um projeto que, se realizado for algum dia, tal como esperamos, será a concretização da grande ferrovia brasileira.

A principal estrada de ferro para o Brasil Central deve ser construída, seguindo pelo platô central, de Goiânia a Cuiabá e daí à fronteira boliviana no alto Guaporé (Vila Bela de Mato Grosso). O platô central é fértil e fácil de povoar; a sua altitude varia de 400 a 800 metros acima do nível do mar; clima ameno e saudável; as vastas regiões de terreno semi-árido são as melhores para a plantação de vastos campos de trigo, comparáveis às campinas do Illinois, nos Estados Unidos e às estepes russas. A indústria agropecuária tem aí as maiores possibilidades de desenvolvimento da economia nacional.

Reportando-nos a fatos da velha política brasileira, reconhecemos que, diversos efeitos seus, nos privaram de termos em tráfego duas grandes estradas de ferro. Em 1922 foi apresentado e aprovado pelo Congresso, o projeto de construção da Estrada de Ferro Norte de Mato Grosso, numa extensão de mais de mil quilômetros; os capitais estavam à disposição e a estrada demarcada; no entanto, o projeto, aprovado pelo Congresso, foi vetado pelo Presidente da República; em 1925 tudo estava disposto para o início

RODAGEM NO ESTADO DO PARANÁ, POR ONDE PASSARÁ A GRANDE RODOVIA GETULIO VARGAS





NA FRONTEIRA DE TRÊS PAÍSES: BRASIL, VENEZUELA E
GUIANA HOLANDESA

da construção da estrada de ferro Cuiabá-Santarem, com o capital de 70 milhões de dólares; os acontecimentos de julho daquele ano, porém, fizeram amortecer a iniciativa; a construção desta estrada, porém, teria resolvido, em grande parte, o problema da região amazônica.

A ligação do trecho encachoeirado do baixo Tocantins, entre Alcobaça e Praia da Rainha, por uma estrada de ferro, facilitaria a navegação Tocantins-Araguaia, numa extensão de mais de três mil quilômetros. Já no século passado iniciou-se a construção de uma estrada de ferro com extensão total de 97 quilômetros, estando concluídos, apenas, sessenta e dois quilômetros. Existiam em quase abandono completo, em fins de 1929, máquinas e carros para o tráfego, o qual se achava paralizado em virtude de falta de verba, e devido a constantes ataques dos índios Gaviões às turmas de conservação, estando o leito da estrada

coberto por extensa vegetação. As riquezas do Tocantins e do Araguaia são por demais conhecidas.

O exemplo da estrada de ferro Madeira-Mamoré é edificante, pois ela serve de escoadouro de toda a indústria norte boliviana e dos afluentes do Madeira-Mamoré, como, o Beni, o Madre de Dios, o Yucayali, o Guaporé, o Gy-Paraná, o Abunã, etc.

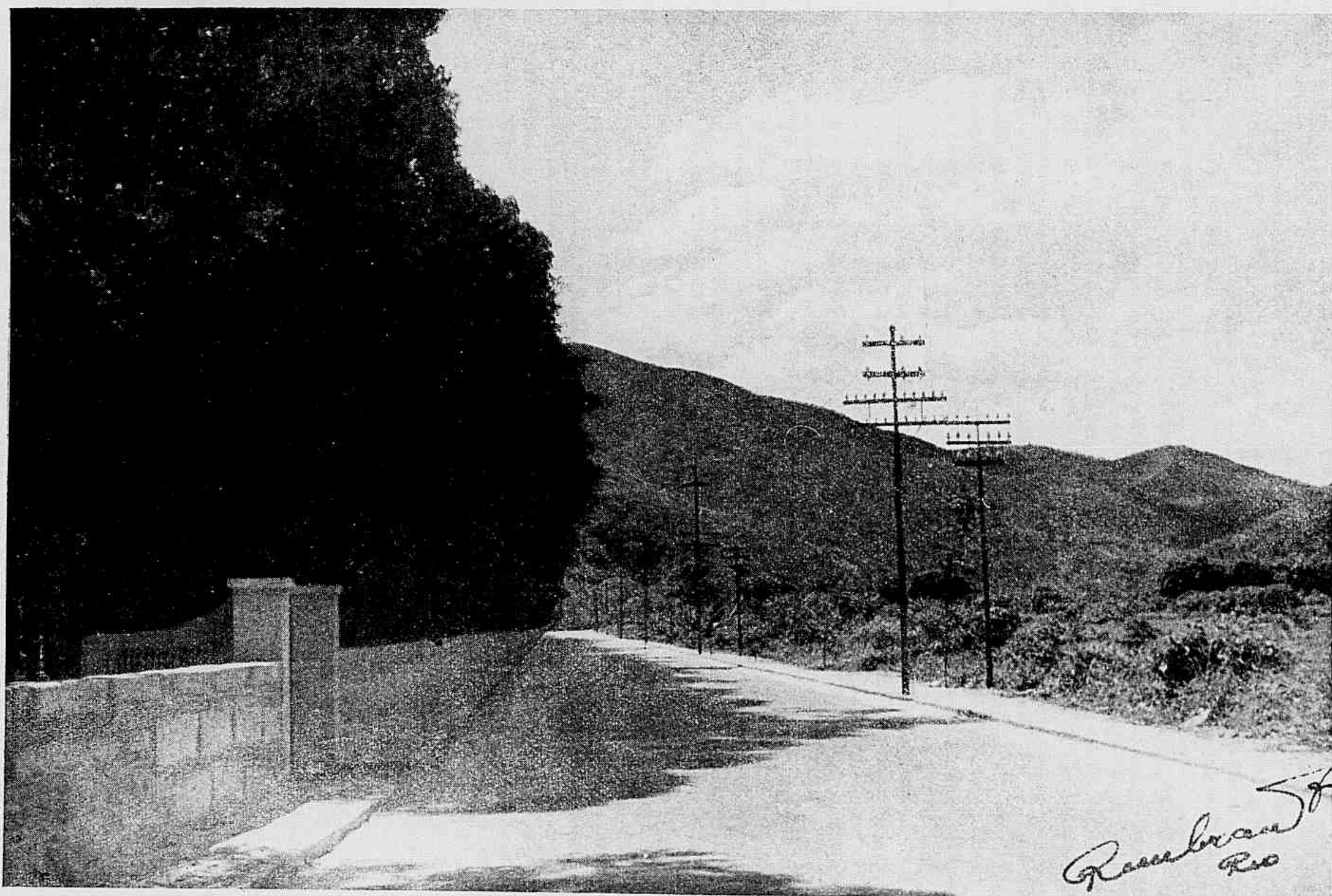
No momento, porém, dadas as grandes dificuldades de importação do material necessário, é ocioso pensar na construção de uma grande via férrea; o Brasil, porém, é rico em caminhos interiores; possuímos a maior rede fluvial do mundo e para ela, neste instante, devemos voltar as nossas vistas.

CAMINHOS LÍQUIDOS INTERIORES

Os rios do Brasil foram o grande caminho que serviu à tarefa colonizadora; com este mister, ainda hoje servimo-nos deles. Há um fato muito recente, porém, que vem emprestar aos rios brasileiros o papel inverso, ou seja, o de se tornar o caminho para a descida dos frutos da civilização que eles conduziram; é o caso do rio Doce; ao em vez de subirmos os rios carregando elementos para a obra construtora do hinterland, desçamos os rios, rumo ao Oceano ou aos centros distribuidores do litoral carregando o material necessário à construção de um novo mundo e de alicerce para a nova civilização.

Na realidade, porém, a nossa rede fluvial acha-se afastada dos centros industriais e somente com a ligação por estradas é que essas vias poderão desenvol-

RODOVIA UNIÃO - INDÚSTRIA





UM TRECHO DA ESTAADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ NA CIDADE DE SANTO ANTONIO DO MADEIRA, NO ESTADO DE MATO GROSSO

ver o grande comércio, a indústria e o povoamento. Muitos desses nossos rios teem a sua navegação praticamente impelida por obstáculos naturais que, no entanto, podem ser superados pelo esforço humano, transformando corredeiras em planos inclinados, abrindo canais laterais ou vias terrestres pelas quais seja possível fazer o transbordo de carga. Neste caso, por exemplo, estão os rios Xingú e Tapajoz, grandes afluentes do Amazonas, que cortam uma zona de imensas possibilidades, que são navegáveis em extensas faixas de seu curso, mas cuja navegação não pode ser contínua em virtude de obstáculos naturais. Não é necessário lembrar que outras nações menores do que a nossa teem vencido as dificuldades da navegação dos seus rios, quer no solo metropolitano quer nas colônias.

O estado de Mato Grosso, por exemplo, apresenta um problema sério no que diz respeito ao rio Cuiabá, única via de escoamento dos produtos da imensa zona do norte do estado; o rio Cuiabá exige imediata atenção dos poderes públicos, afim de evitar que essa zona pereça por impossibilitação da única via de comunicação para a indústria pesada. Na época das chuvas, em que o rio toma água demasiado, faz-se a viagem entre o porto de Corumbá e o de Cuiabá, mesmo em lanchas arcaicas e vagarosas, em três dias. No entanto, nas épocas de estiagem, que são geralmente maiores, essa viagem leva de 12 a 18 dias. O mesmo acontece nos rios Purús e Juruá.

A ineficiência da navegabilidade do rio Cuiabá é devido principalmente a abertura de inúmeros "furos" nas suas margens, que aumentam em número de ano para ano. Uma tapagem com estacadas nas bocas desses canais conservará um maior volume d'água no próprio leito do rio mesmo nas maiores estiagens, e tornará a navegação franca para as maiores embarcações, como o era a trinta anos passados. Por esse tempo, não só o Lóide Brasileiro tinha uma linha de navegação indo até Cuiabá, bem como a flotilha da nossa Marinha de Guerra subia o rio até a capital matogrossense, onde já existiu um arsenal da nossa ar-

TRECHO DA ESTRADA LÉSTE-OESTE (PLANO SUL)



mada. A dragagem de um trecho desse rio ainda mais facilitará a navegação.

Já em capítulo anterior fizemos referência às condições de navegação do rio Araguaia-Tocantins, onde, no século passado chegou a ser iniciada a construção de uma estrada de ferro que contornaria as dificuldades de navegação ali existentes; há uma particularidade a referir a respeito da navegação do rio Araguaia; existem ali embarcações tocadas a motores Diesel que, desde que para lá foram, queimam, ao invés de óleo Diesel, óleo de babaçú! E isto há muitos anos. A informação que nos foi prestada adianta mesmo que o rendimento dos motores, com o óleo de babaçú, não apresenta diferença do que deveria dar com o óleo Diesel.

CONCLUSÃO

O plano geral dos caminhos interiores poderia ainda ser sobejamente ampliado se, nesta reportagem, tomássemos em consideração os transportes aéreos, bem como as comunicações radiofônicas, telegráficas e postais. As comunicações aéreas, sobretudo, comportam, nesta conclusão, breves referências complementares do plano geral dos caminhos interiores.

O nosso vasto território tem sido grandemente beneficiado pelo progresso da aviação civil; o avião tornou-se um veículo seguro de progresso, encurtando distâncias e levando aos pontos mais longínquos do país as repercussões maiores dos fatos nacionais e internacionais; obras tais como a realizada pelo Correio Aéreo Militar merecem não só o apêlo, mas a admiração integral dos brasileiros.

O rádio é complemento natural da aviação; a radio-

difusão presta serviço coletivo a qualquer sistema de transportes interiores ou exteriores, sendo o grande ponto de conjugação e coordenação.

Em um estudo aparentemente fragmentário como o presente reunimos informações de diversas fontes que julgamos honestas: documentamos o que aqui afirmamos com um material fotográfico original que, por seu turno, é um espelho da necessidade que existe de dedicarmos a todo este vasto e complexo problema dos caminhos interiores uma atenção mais acurada. O Brasil possui em potencial o mais amplo sistema de comunicações interiores do mundo; devemos pô-lo em movimento. Neste instante, em que todo o país se transforma numa grande usina de produção, não devemos permitir que o esforço nacional seja inibido de sua plena vitalidade pela impossibilidade de levar aos pontos de distribuição o resultado dos esforços da nacionalidade.

O plano de ação do governo nacional, no que diz respeito a este particular, é um estímulo a que assim procedamos: através de medidas eminentemente produtivas, temos visto pouco a pouco as estradas de ferro do Brasil ingressarem em novas fases de vida; velhos caminhos deficitários, de material obsoleto, gasto, imprestável, incapaz de atender às necessidades regionais, revitaliza-se, numa preparação contínua para o desempenho de um papel de suma importância na vida brasileira. Abrem-se rodovias obedecendo a planos conjugados, é estudada a capacidade das grandes quedas d'água para o seu aproveitamento, em energia, para movimentação da produção e do transporte. Visto do alto, o Brasil é no momento uma grande usina em função, onde as estradas, os meios de transporte, significam artérias.



Cooperar com o comércio, com as indústrias e com as autoridades do país, na solução de todos os problemas relacionados com o petróleo, é o verdadeiro intuito da organização SHELL

Com o máximo prazer atenderemos tôdas as consultas que nos forem dirigidas

ANGLO-MEXICAN PETROLEUM COMPANY, LTD.

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 10

RIO DE JANEIRO

O Vale do Rio Doce

A HISTÓRIA da recuperação econômica que o Brasil vem realizando terá registado um dos seus mais altos feitos neste mês de junho do ano de 1942, concretizado potencialmente no decreto-lei número 4.352, assinado pelo sr. Presidente da República, encampando as Companhias de Mineração e Siderurgia S. A. e Itabira de Mineração S. A., bem como aprovando os estatutos da Companhia Vale do Rio Doce S. A., organizada para substituir aquelas outras. Aquele ato do Governo veio completar a totalização dos esforços que vimos dispendendo para a realização da grande indústria siderúrgica nacional, bem como abriu caminho para o aproveitamento integral de um dos mais ricos, se não o mais rico, vale do território brasileiro. O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO que, por diversas vezes, ocupou-se demoradamente dos dois problemas, sente-se bem à vontade para, congratulando-se com o Chefe do Governo fazer nestas páginas uma rápida revisão histórica, tão necessária para uma maior capacitação da importância que encerra para a nossa vida econômica a incorporação ao patrimônio da economia nacional, sob a direta influência

da Administração Nacional, das reservas que aí jazem, à espera da máquina e do homem do Brasil, para que dê mais uma prova de quanto éle vale como colonizador do seu próprio solo.

Conforme palavras do sr. Getúlio Vargas, derrotamos os descrentes do ferro; para que tal vitória da nossa vontade fosse realmente coroada, tornava-se mister atingir o que atingimos.

RESULTADO DO CONVÊNIO DE WASHINGTON

A encampação das Companhias Mineração e Siderurgia e da Itabira de Mineração decorreu dos entendimentos processados em Washington pela Missão Souza Costa, do que resultou a assinatura de um convênio com o governo inglês, representado pelo seu embaixador junto aos Estados Unidos, Lord Halifax; o acôrdo, ratificado nos últimos dias do mês passado, estipula a cessão gratuita, por parte da Inglaterra, das propriedades pertencentes à Itabira Iron Co.; outro acôrdo cogita da melhoria da estrada de ferro Vitória-Minas e à venda de minérios que

NO PICO DO CANÊ ESTÁ UMA DAS MAIS RICAS RESERVAS DE FERRO



será feita igualmente à Grã Bretanha e aos Estados Unidos. Em exposição que realizou de Belo Horizonte, para o Brasil, o sr. Artur de Souza Costa assim teorizou a essência dos acôrdos que mais diretamente afetaram ao minério e seu transporte:

“Os acôrdos de Washington, asseguram-nos a renovação da Estrada de Ferro Vitória-Minas e dão-nos a possibilidade de melhorar os processos de preparo do minério de ferro, aparelhando as minas de Itabira com os maquinismos modernos indispensáveis.

Realizamos a operação de \$14.000.000.00 com o fim de pagar todo o equipamento, para ampliar e reparar a via férrea; máquinas e equipamentos para desenvolver e completar a organização portuária e de embarque em Vitória e; finalmente, maquinismos e equipamentos, incluindo instalações de oficinas de britamento e peneiramento para as minas, de tal modo que produzam pelo menos um milhão e meio de toneladas métricas de minério de ferro, que os Estados Unidos da América e a Inglaterra convencionaram comprar-nos, anualmente.

Esse contrato que assinamos com o Export-Import Bank tem condições altamente favoráveis. O prazo é de vinte anos, os juros de quatro por cento, ao ano, e a liquidação se fará exclusivamente com o produto de uma taxa de quinze por cento sobre o valor do minério exportado.

O acôrdo de venda de minério nós o assinamos com o governo britânico e com a Metals Reserve Company, órgão governamental dos Estados Unidos da América. Cada um dos países adquirirá, anualmente, setecentas e cinquenta mil toneladas durante o prazo de três anos; o preço foi fixado para esse período em cem mil réis por tonelada no porto de Vitória e para o período posterior convencionou-se a fórmula que manterá esse preço em harmonia com as cotações internacionais. Os Estados Unidos da América, a par do concurso financeiro, fornecerão, também, todos os elementos técnicos para facilitar-nos o aperfeiçoamento dos métodos de produção.

Precedendo a todo esse conjunto de operações, trocamos notas, em Washington, com o governo britânico, em consequência das quais este acaba de transferir ao governo brasileiro as propriedades mineiras da Companhia Inglesa de Itabira, livres de quaisquer onus, juntamente com as “royalties” anteriormente a elas vinculadas. Declarou o governo britânico que dava desse modo a contribuição máxima, dentro de sua jurisdição e poderes, ao interesse dos três governos, afim de garantir o desenvolvimento rápido do projeto de expansão da produção do minério.

O nosso governo aceitando, considerou esse ato como um gesto de perfeita compreensão dos interesses que unem os dois países e como um elemento valioso de cooperação para realizar os empreendimentos.”

A aprovação, por parte do governo brasileiro, dos acôrdos referidos, deveria se seguir, tal como se seguiram, as providências destinadas a darem organização industrial ao acervo; tal como sucedera no caso da instalação siderúrgica de Volta Redonda, formou-se uma empresa destinada a centralizar os serviços, constituída com um capital de 200.000 contos de réis, fornecendo o Tesouro Nacional a maior parte do capital social, devendo uma minoria das ações ser oferecida aos particulares por meio de subscrição pública. Considerando a sua importância, e para um melhor efeito do rápido estudo histórico que aqui estamos realizando no curso destas notas, trans-

crevemos a seguir o teor do decreto-lei n.º 4.352, de 1 de junho do ano corrente:

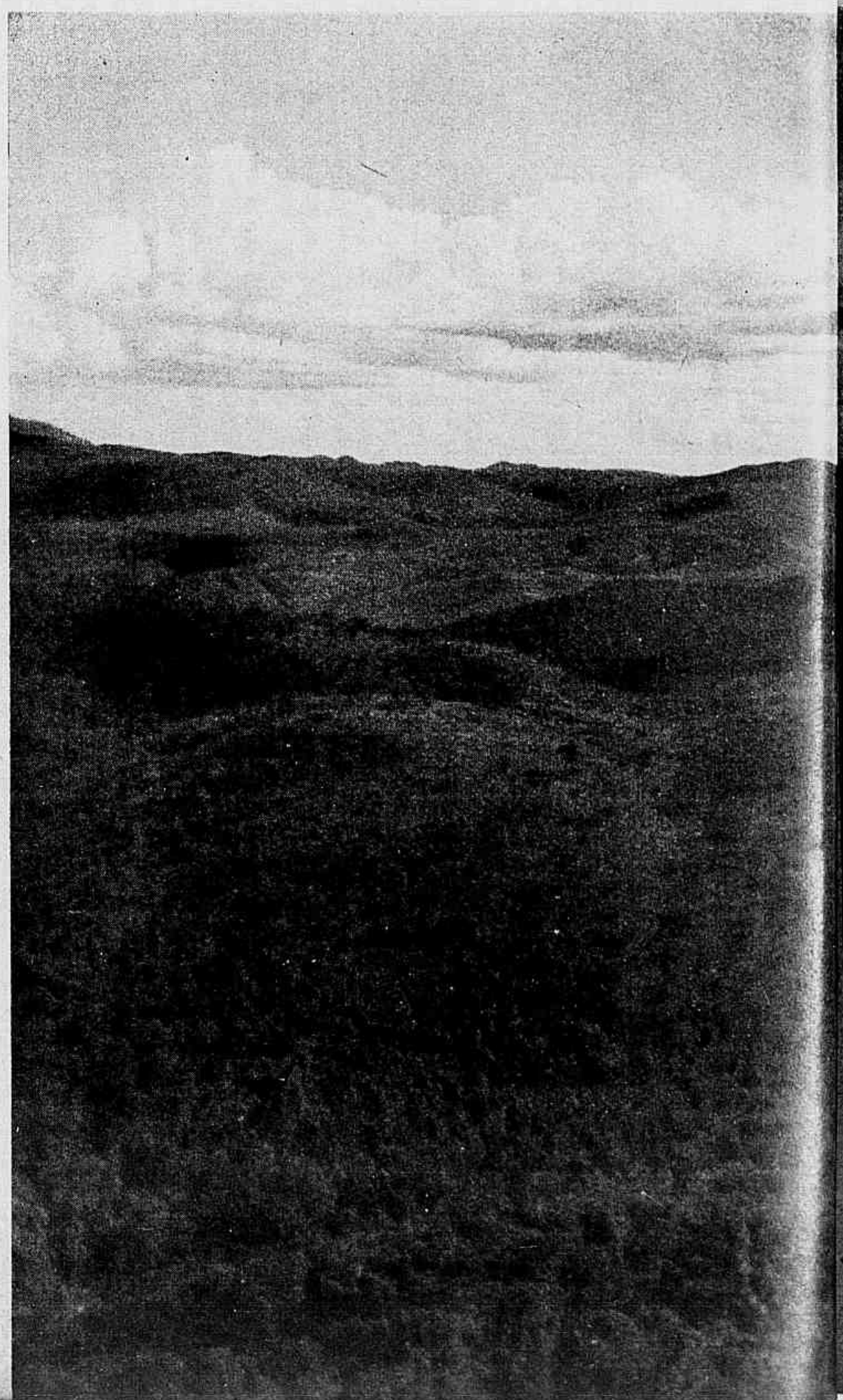
“Art. 1.º — Ficam incorporados ao patrimônio da União os bens pertencentes à Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S. A., mediante as condições fixadas nos artigos 2.º e 3.º, considerando-se rescindido o contrato existente entre a União e a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S. A. a que se refere o decreto-lei n.º 2.351 de 28 de junho de 1940.

Art. 2.º — O Governo Federal indenizará os acionistas da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S. A. com importância em dinheiro equivalente ao capital realizado da mencionada Companhia.

§ 1.º — O Tesouro Nacional fica autorizado a transferir aos acionistas da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S. A., até 7.000 ações da nova Companhia prevista no art. 6.º, para liquidar o ajuste que fizer sobre indenizações devidas.

§ 2.º — As despesas feitas para a construção do prolongamento de Desembargador Drummond até Itabira e para melhoria do trecho de Barbados até Desembargador Drummond serão pagas depois de avaliadas, na forma da lei.

CAMPO RAZO, ONDEADO, SEM UMA ÁRVORE.



§ 3.º — As despesas decorrentes do financiamento das obras do embarcadouro especial de minério, no porto de Vitória, nas quais se compreendem a construção do ramal ferroviário e o preço das desapropriações, serão pagas após a avaliação do Governo do Estado do Espírito Santo, confirmada pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação.

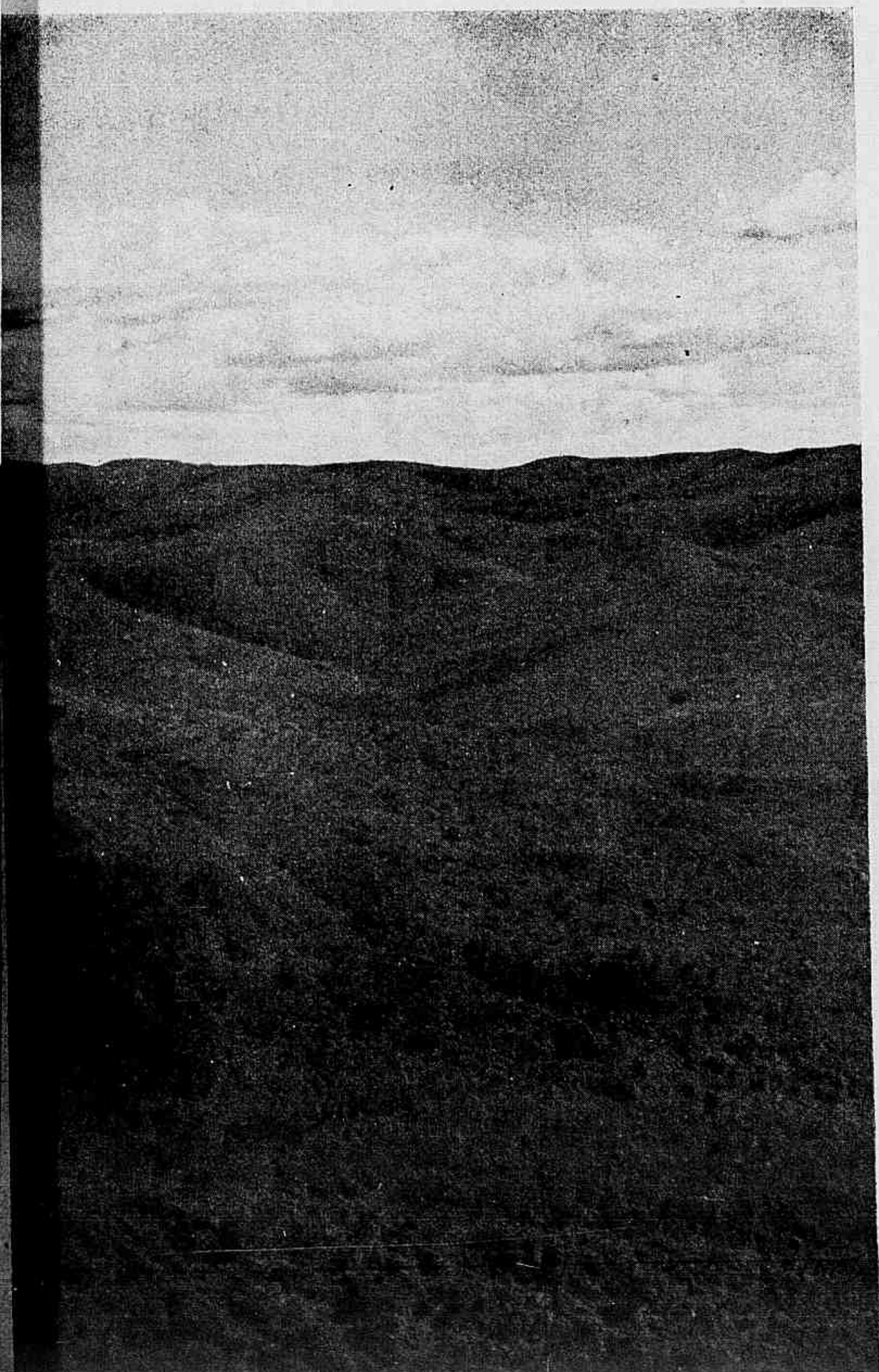
§ 4.º — Fica o Superintendente a que se refere o artigo 5.º, autorizado a proceder ao levantamento do ativo e passivo do patrimônio da Companhia.

§ 5.º — O Governo promoverá o resgate das obrigações ao portador, emitidas pela Companhia Estrada de Ferro Vitória-Minas, incorporadas à Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S. A., depois de examinar a situação jurídica da emissão.

Art. 3.º — O Governo Federal indenizará os acionistas da Companhia Itabira de Mineração S. A., em organização, com a importância, em dinheiro ou em ações da Companhia prevista no art. 6.º, correspondente às entradas de capital que houverem efetivamente realizado.

§ único — O Governo indenizará mediante avaliação, o valor dos estoques de minério, bem como as instalações, veículos e utensílios da Companhia, levando-se em conta a indenização de que trata este artigo.

COMO UM VASTO DESERTO VERDE.



Art. 4.º — Para atender às despesas de incorporação resultantes do que dispõem os artigos anteriores, fica aberto, no Ministério da Fazenda, o crédito de 55.000 contos de réis.

Art. 5.º — Os bens incorporados ao patrimônio da União, nos termos do artigo 1.º, até a organização da Companhia de que trata o artigo 6.º, serão administrados por um superintendente, que o Governo Federal nomeará.

§ 1.º — Até que se constitua definitivamente a nova Companhia destinada a explorar as jazidas de ferro de Itabira, ao superintendente caberá administrar a Estrada, explorar as minas, prosseguir nas obras de prolongamento de Desembargador Drumond até Itabira, na construção do embarcadouro especial de minério e na ampliação do porto de Vitória.

§ 2.º — Para realização do que dispõe o parágrafo anterior, fica o superintendente autorizado a fazer operações de crédito, até o limite de 20.000 contos de réis.

Art. 6.º — Para aproveitamento das jazidas de ferro de Itabira, e a exploração da Estrada de Ferro Vitória a Minas fica o superintendente autorizado a promover todos os atos necessários à constituição de uma sociedade anônima nas condições adiante fixadas.

§ 1.º — O Capital será de 200.000 contos, assim discriminados: a) — 110.000 contos, em ações ordinárias nominativas do valor de 1:000\$000 cada uma; b) — 90.000 contos em ações preferenciais nominativas de 6%, no valor nominativo de 1:000\$000 cada uma.

§ 2.º — Fica o Ministério da Fazenda autorizado a subscrever, pelo Tesouro Nacional, 110.000 ações e conjuntamente com os Institutos e Caixas de Previdência e Caixas Econômicas as que, das restantes 90.000 não forem tomadas em subscrição pública, nos termos do decreto-lei n. 3.173.

§ 3.º — Para realizar a parte do capital que houver subscrito, a União conferirá os bens que, pelo presente decreto-lei, foram incorporados ao seu patrimônio, e as minas de Itabira, pelo valor de 80.000 contos de réis, acrescidos das benfeitorias realizadas com as operações de crédito de que trata o art. 5.º, § 2.º.

§ 4.º — A diretoria será constituída de cinco membros a saber: a) — um presidente de nacionalidade brasileira; b) — dois diretores de nacionalidade brasileira; c) — dois diretores de nacionalidade norte-americana.

§ 5.º — A Companhia será dividida em dois Departamentos: o da Estrada de Ferro Vitória Minas e o das Minas de Itabira.

§ 6.º — O Departamento da Estrada de Ferro será administrado por diretores brasileiros e o Departamento das Minas, será administrado conjuntamente por diretores brasileiros e americanos.

§ 7.º — O dividendo máximo a ser distribuído não ultrapassará de 15% e o que restar dos lucros líquidos constituirá um fundo de melhoramentos e desenvolvimento do Vale do Rio Doce, executados conforme projetos elaborados por acordo entre os Governos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, aprovados pelo presidente da República.

Art. 7.º — A Companhia a que se refere o artigo anterior fica autorizada a executar, nos termos da legislação em vigor, as desapropriações necessárias ao seu objetivo e as exigidas para seu ulterior desenvolvimento.



UMA CURVA DA ESTRADA VITÓRIA A MINAS

Art. 8.^o — Ficam transferidas à nova Companhia as vantagens e obrigações decorrentes do contrato celebrado em 17 de junho de 1941 entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S. A. para utilização do embarcadouro especial de minério no porto de Vitória.

Art. 9.^o — Fica assegurada a isenção de impostos de importação e demais taxas sobre os materiais e equipamentos importados com destino aos serviços previstos nesta lei.

§ único — O Governo Federal entender-se-á com os Estados e Municípios no sentido de não serem aumentados os impostos e taxas que ora incidem sobre as minas, a sua exploração e a exportação de minério.

Art. 10 — Ficam aprovados os Estatutos da nova Companhia, que se denominará Companhia Vale do Rio Doce S. A., anexos a este decreto-lei.

Art. 11 — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas foi fundada há quarenta anos passados; criada por decreto de 1.^o de fevereiro de 1902, teve o privilégio, pelo prazo

de sessenta anos, para construção e exploração de uma estrada de ferro entre Vitória e Diamantina; a sua rede atualmente estende-se até São José da Lagôa, em Minas Gerais, e conta 562 quilômetros; sob o aspecto financeiro a Estrada de Ferro Vitória a Minas constitui uma sociedade anônima com o capital de 40 milhões de francos; existem sob a sua responsabilidade dois empréstimos, de 70 e 25 milhões de francos, 5% amortizáveis até aos anos de 1992 e 2010, respectivamente.

O VALE DO RIO DOCE

A importância política de uma região como a do Vale do Rio Doce, tanto sob o ponto de vista econômico como pelo seu aspecto social, ressalta à primeira vista quando se tem a oportunidade de examinar, numa carta geográfica, com a ajuda de alguns dados, todo o curso do rio, que nascendo no estado de Minas Gerais, corre para o Norte, voltando depois a descer um pouco para o Sul, sempre na direção Leste, penetra no estado do Espírito Santo, que atravessa, indo lançar-se ao mar depois de um curso através de uma das mais ricas zonas do território nacional e que por circunstâncias diversas não foi ainda devidamente estudada.

O Vale do Rio Doce, propriamente dito, cuja bacia ocupa uma área de 80.000 quilômetros quadrados, é toda essa rica região montanhosa, que vai do município de Ponte Nova, onde nasce o grande rio, até Governador Valadares, em linha quase nordeste, mudando em seguida a direção para sudeste, rumo ao Atlântico no estado do Espírito Santo, numa extensão total de 1.000 quilômetros aproximadamente. A cidade de Governador Valadares está ligada a duas capitais por estrada de ferro: Vitória, dela distando 359 quilômetros, pela Estrada de Ferro Vitória-Minas, e Belo Horizonte, a 401 quilômetros, pela mesma estrada, que percorre todo o vale, de São José da Lagoa a Colatina e pela Central do Brasil.

As razões que tem fechado as portas de tão ampla e rica zona ao esforço do homem não são ainda determináveis; somente um exame detido e especificado do assunto poderá estabelecer semelhantes causas. O que se não pode negar é a sua riqueza e o desenvolvimento que tomará, uma vez colonizada, neste momento em que a grande indústria brasileira abre novos horizontes para toda uma imensa região e quando os resultados dos convênios de Washington abrem mais largas possibilidades para a exportação do minério. Várias tentativas tem sido feitas em prol da colonização; todas, porém, tem falhado sem que se possa determinar a razão; a riqueza da região dispensa aqui adjetivos; quase toda a área está coberta de matas virgens, que veem sofrendo a devastação, anos a fio, em benefício da produção de carvão vegetal; a estrada de ferro Vitória a Minas, que a atravessa, tem como utilidade apenas o transporte de minérios e madeiras, e somente nestas duas atribuições vem sendo, nestes últimos anos, cremos que sem exceção, uma via de comunicação deficitária.

Pela sua posição o vale do Rio Doce é caminho natural para a exportação do minério de ferro, utilizada, no caso, a rede da Vitória-Minas; nos acordos firmados em Washington ficou assentado a renovação e a ampliação desta rede, de maneira a melhor atender às necessidades do momento. Tendo em conta a amplitude da obra que se há de levar a efeito no vale, será, certamente, cumprido um vasto estudo local de todas as suas possibilidades, para

uma definição efetiva do potencial de que é sentinela e guarda; tal estudo, partindo de um inquérito municipal, com o objetivo de reunir todos os dados indispensáveis para o conhecimento concreto de todos os aspectos do problema demográfico e econômico, importantes numa obra de planificação, passaria a um levantamento geográfico da região, possivelmente por avião, compreendendo as características de geografia física e humana, geologia e mineralogia, botânica e ecologia, para que se torne possível uma retificação bem como a elaboração de um mapa topográfico, geo-econômico, hidrográfico, ecológico e, na medida do possível, geológico, bem como, de linhas amplas, o conhecimento geral da região, afim de que um exame ulterior possa ser limitado somente ao aspecto social e, no concernente aos fatores físicos, aos pontos característicos do território; uma terceira fase do estudo abrangeria a geografia econômica e física da região, para retificação e ampliação dos trabalhos da primeira fase — o inquérito municipal; — geografia de transportes, estudo agrostológico, climatológico, para verificação das possibilidades da lavoura, pecuária e povoamento e finalmente um estudo demográfico.

A história do vale do rio Doce, propriamente, principia quando foi tentada a primeira investida colonizadora, com imigrantes alemães; infelizmente, porém, nada há escrito e publicado que se possa tomar como sendo uma pesquisa, um documento, mesmo um simples esboço histórico; as referências que fazemos, baseamô-las em dados e notícias fragmentárias, colhidas ali ou acolá; é prosaico, mesmo, que no Brasil o vale do rio Doce tenha sido objeto apenas de um romance — “Canaã”, de Graça Aranha — porém, no estrangeiro, sabemos existir trabalhos completos, aqui realizados por alienígenas.

Para a nossa vida econômica êle resume duas grandes aspirações: o ferro e o caminho que levará do centro ao mar as riquezas de uma fértil região, aspirações que, tudo faz crer, iremos realizar agora.

OS CAMINHOS DE NOSSA CIVILIZAÇÃO

De Minas Gerais, coube, ao ministro Souza Costa, anunciar para todo o Brasil a encampação da Vitória-Minas, bem como a aprovação dada pelo Governo Federal aos estatutos da Companhia do Vale do Rio Doce; em discurso pronunciado em Belo Horizonte disse o ministro da Fazenda: “O caminho do Rio Doce que o Brasil vê surgir apresenta-se como uma era nova para a humanidade. A marcha das bandeiras desbravou o sertão, subindo o curso dos rios. Nossa terra recebeu os que vieram até as nascentes dos cursos d’água. Com o seu trabalho se fecundou, fazendo surgir uma civilização. Não será apenas o ferro de Itabira que descerá o Vale do Rio Doce mas todo o resultado dessa civilização que se formou no coração do Brasil e que cristaliza o trabalho dos fluminenses, a iniciativa arrojada dos paulistas, a sábia sedimentação da tradicional vida mineira.”

Em toda nossa vida nacional, pela primeira vez, vamos descer um rio; será todo um sistema de escoamento de produção que, em torno deste rio, irá convergir em busca dos portos marítimos. Ao vale, vão ter todos os caminhos do Brasil Central para o oceano Atlântico; duas grandes artérias rodoviárias se conjugarão neste mister: a estrada de rodagem que liga Belo Horizonte ao Triângulo Mineiro e que corta mais de seiscentos quilômetros, e a estrada que vai de Teófilo Otoni a Governador Vala-



A EXTRAÇÃO DE MADEIRA É A OUTRA GRANDE INDÚSTRIA DA REGIÃO

dares. A rede rodoviária de Montes Claros percorre como um sistema de circulação toda a parte superior dessa área. Belo Horizonte transforma-se assim no centro de todo um plano de evolução da economia do Brasil.

Em outras oportunidades o OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO realizou minuciosos estudos a respeito do Vale do Rio Doce, focalizando todos os seus aspectos e deixando bem expostos e assentados erros havidos nas tentativas de colonização bem como os perigos decorrentes de uma falta de atenção à vida que nele se ia processando. Pela falta de ambiência vimos o fracasso da colonização que tão bons resultados dera, em parte, no sul do país; o homem não preparado para fazer face à floresta virgem, tomava-se de ódio por ela. Em parte, repetia-se o mesmo erro cometido na colonização da bacia amazônica. Por outro lado, era a devastação, sem medidas, das reservas florestais; queimava-se atoa, além do que se cortava para fabricar o carvão de utilidade industrial nos fornos das usinas siderúrgicas já existentes na órbita do vale.

Em face da situação, porém, o que mais caracteriza o Vale do Rio Doce é o caminho natural que êle constitui para o ferro, matéria prima de primeira importância para os arsenais aliados, onde são forjadas as armas com que a civilização deve enfrentar as hordas bárbaras contem-

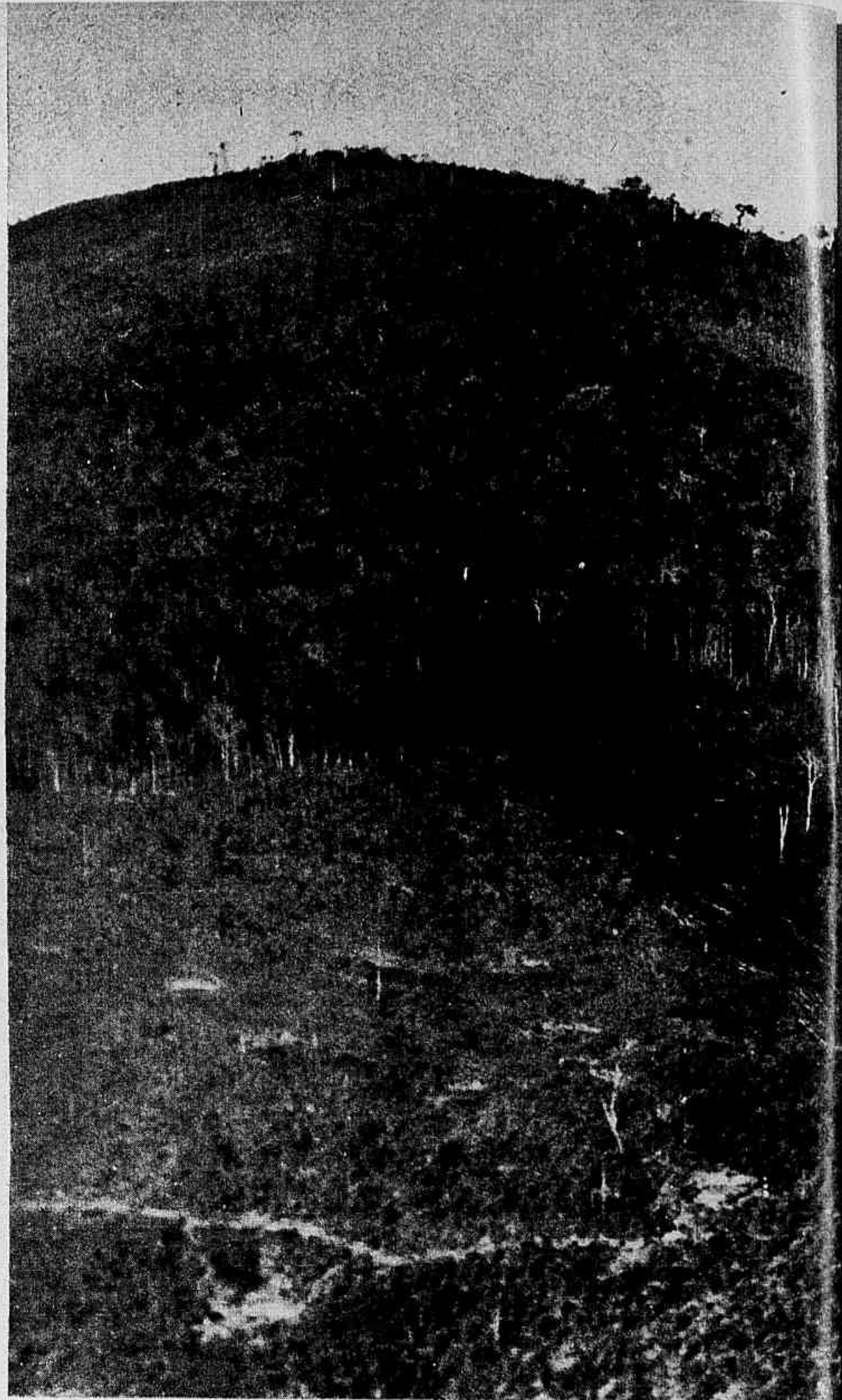
porâneas. Aí aparecem bem delineados, sob o aspecto político, os acôrdos firmados em Washington, a 3 de março do ano corrente, pela missão Souza Costa; valem como a consagração dos pontos de vista do presidente Getúlio Vargas. "Ele é o grande inspirador e executor de toda a política nacionalista no sentido de que aos brasileiros deve caber e orientar a exploração das forças econômicas fundamentais de nosso país, mas francamente adepto de uma ampla cooperação com o estrangeiro que se dispõe, com espírito elevado, a coparticipar da realização desses planos." Foi o espírito pan-americanista, mais uma vez reafirmado na Conferência dos Chanceleres, que possibilitou a realização dos acôrdos ora entrando em sua fase de definitiva e promissora execução. "Os princípios ali consagrados — diz o sr. Souza Costa — de que todo e qualquer plano de aumento de produção nos países da América se deveria sempre considerar a possibilidade de realizá-lo em sadia base econômica, mediante convenções bi ou multi-laterais em que ficassem estipulados compras a prazo largo e a preços equitativos para o consumidor, remuneradores para o produtor, permitindo um nível justo de salários para os trabalhadores da América — constituíram os princípios básicos que orientaram a redação dos acôrdos."

As conclusões do entendimento com o governo inglês valem como um atestado de cooperação bem como do respeito a que nos impuzemos através das diretrizes do nosso governo. Adquirindo as ações pertencentes ao sindicato Itabira Iron Ore Co. e transferindo-as ao governo brasileiro, para que ele explore as suas riquezas de acôrdo com os seus interesses, não pode, tal intervenção do governo britânico ser considerada como uma simples transação de natureza econômica, mas sobretudo pelo que significa politicamente, demonstrando a proeminência da idéia de que aos Estados soberanos deve caber a orientação da exploração das reservas minerais que em seu solo se encontram.

O FERRO BRASILEIRO

O Brasil possui as maiores jazidas de ferro do globo terrestre e o minério brasileiro é um dos melhores do mundo; assim considerado pela excelente percentagem de metal puro que contém e pela facilidade que oferece o seu tratamento industrial. Só o estado de Minas Gerais conta reservas de quinze bilhões de toneladas, excluídos outros depósitos secundários, ou seja mais do que o total das reservas dos Estados Unidos. Nas encostas da serra do Caraça, que ladeia o vale do Rio Doce, ou seja num trecho diminuto da região ferrífera, existem cerca de oito bilhões — tanto quanto os depósitos de toda a França, que é um grande produtor. As reservas da Grã Bretanha, da Rússia, da Índia, e de Cuba, todas consideráveis, somadas não igualam às de Minas Gerais. Para um mais perfeito cálculo do grande potencial de nossos depósitos de minério, acrescentemos a estes informes mais os seguintes: o minério brasileiro se apresenta com um teor metálico que vai até 70%, o que indica uma pureza fora do comum; o norte americano é apenas de 35 a 50%, o francês, de 25 a 30% e o da Índia, tido como muito rico, de 55 a 60%. Os nossos depósitos, pois, são suficientes para abastecer o mundo durante séculos de consumo industrial intensivo.

A exportação do minério, em função do transporte no vale do Rio Doce, foi objeto de uma das mais acirradas

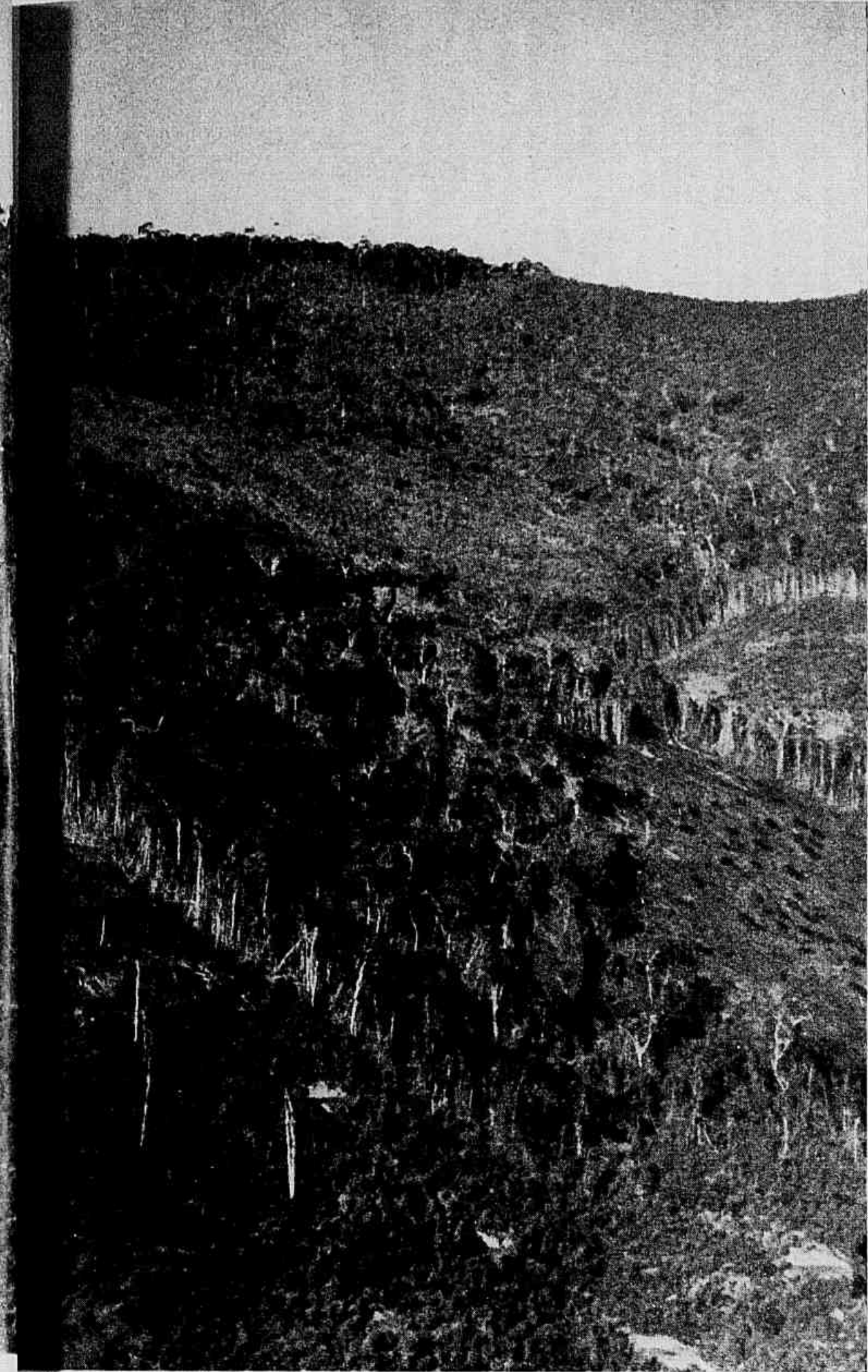


UM ASPECTO DA GRANDE

controvérsias econômicas de quantas tem se ferido no Brasil, quase sempre em prejuízo dos legítimos interesses nacionais, pois que motivadas ou ligadas a pormenores muitas vezes secundários. Este ponto, definitivamente resolvido agora, nada mais deixa, como uma margem sobre a qual seja possível o lançamento de uma cabeça de ponte de segundos interesses econômicos. Não é por outra razão que, num mesmo órgão controlador, se reúnem agora os mistérios da exploração e do transporte.

No que toca ao aspecto do transporte, tem o OBSERVADOR o prazer de ver confirmada uma vitória sua; quem se reportar ao nosso número 26, de março de 1938, encontrará um amplo e minucioso estudo sob o título de "O ferro no Brasil" e de cujas conclusões avulta a que indica o vale do Rio Doce como o caminho natural para o escoadouro marítimo da nossa produção ferrífera.

O minério saído das minas de Itabira do Mato Dentro, seguindo pela estrada Vitória-Minas para ser embarcado no porto de Vitória, terá, aí, um cais especializado para a operação de transbordo, cujas obras, iniciadas pelo governo do estado do Espírito Santo, já se acham em vésperas de conclusão. A localização deste cais é num ponto situado em frente ao atual porto da ilha da Vitória, entre o morro do Penedo e a estação de Pedro Nolasco; as instalações de embarque se encontram no so-



DEVASTAÇÃO NAS MATAS DO VALE.

pé do môro da Atalaia, de forma que os trens, passando a meia altura do môro, despejarão suas cargas de minério diretamente dentro do silo ou depósito, ao pé do qual, por sua vez os navios atracarão para receber carregamento.

O silo, de 100 metros de comprimento e com uma capacidade de 43.000 toneladas de minério é formado por três paredes de concreto armado, levantadas em frente à própria rocha viva do morro, que lhe serve de fundo. Duas filas de tirantes encaixados na rocha e ligados à parede frontal absorvem o empuxo do minério contra a mesma. Ao mesmo tempo, para evitar o desgaste pelo atrito do minério, os tirantes superiores, bem como a parede fronteira do silo, são protegidos por um revestimento de madeira facilmente substituível. De cinco em cinco metros há duas portinholas para montagem dos extratores de minério de silo.

Ao pé do silo estende-se o cais de 110 metros, formado por 14 pilares fundados na rocha viva submarina e ligados à encosta por vigas transversais de concreto armado, sobre as quais repousará a plataforma superior do cais, composta por uma lage inteira. Um ramal ferroviário ligará a Vitória-Minas ao silo, depois de contornar o môro da Atalaia, em parte sobre viadutos.

País mal saído da monocultura, como o nosso, encontrará, na exploração intensiva dos depósitos minerais ja-

centes do seu sub-solo, os recursos imprescindíveis para o desenvolvimento da indústria e do comércio exterior. A nossa exportação de minério de ferro foi sempre uma fonte de excepcional importância no catálogo de nossas vendas. Com os acordos estabelecidos em Washington, entre o Brasil, os Estados Unidos e a Inglaterra, então, teremos ampliadas as possibilidades das vendas de minério, especialmente do retirado das jazidas de Minas e escoado para o porto de embarque pelos trilhos da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Para a realização das operações de extração e transporte é que foi organizada a Companhia do Vale do Rio Doce.

A COMPANHIA DO VALE DO RIO DOCE

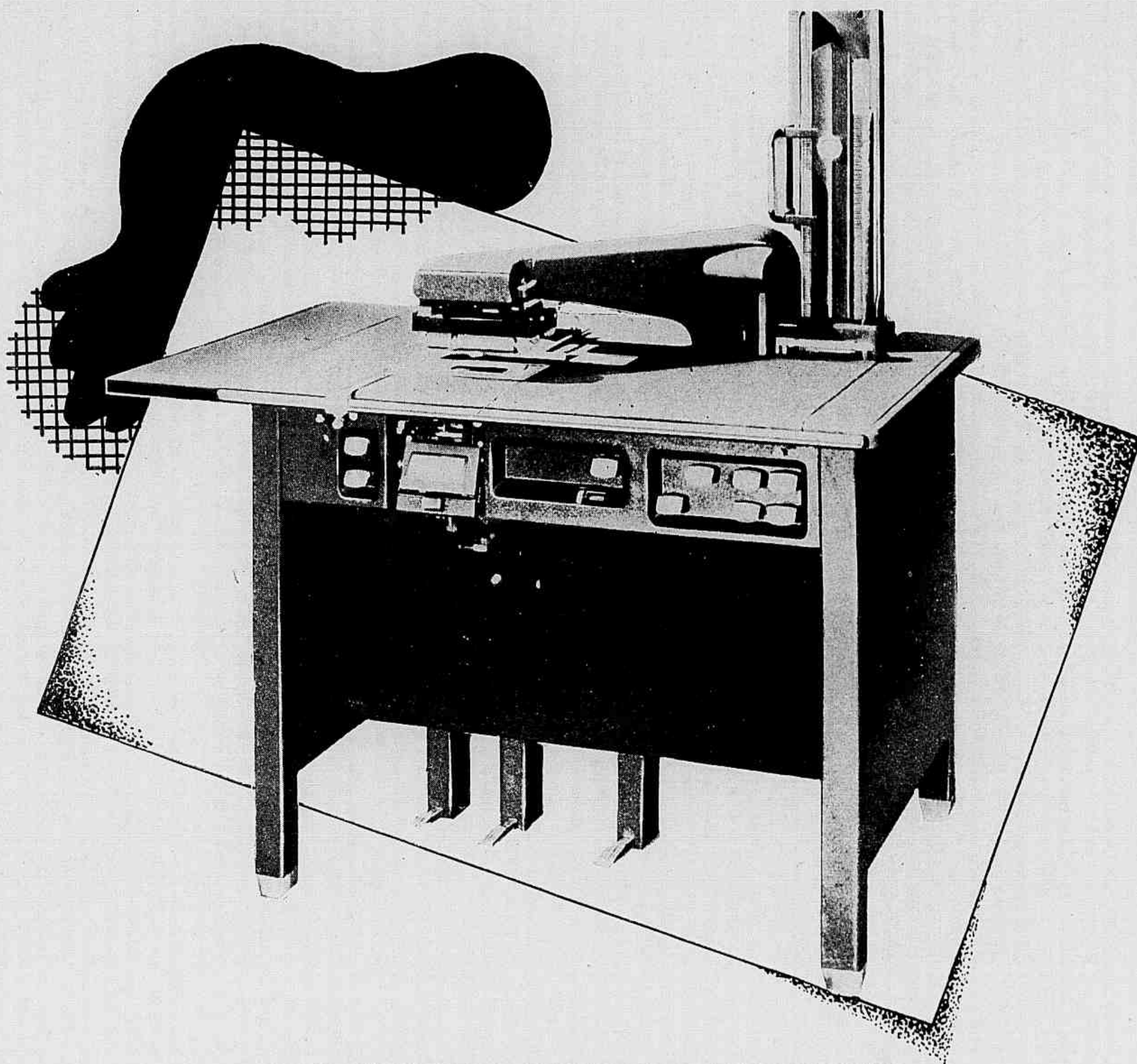
Conforme o previsto no artigo 6.^o do decreto-lei número 4.352, fica o superintendente das empresas encampadas autorizado a promover todos os atos necessários à constituição de uma sociedade anônima para aproveitamento das jazidas de ferro de Itabira, e a exploração da Estrada de Ferro Vitória a Minas, conforme as condições insertas nos parágrafos daquele mesmo artigo do decreto que vai acima publicado na íntegra. No "Diário Oficial" de 2 de junho corrente foram publicados os estatutos da Companhia do Vale do Rio Doce S. A. Terá a companhia a duração de 50 anos e será inicialmente dividida em dois Departamentos, um destinado aos serviços da estrada de ferro e outro para os trabalhos das minas.

Vivemos, efetivamente, um capítulo sem par de nossa história em todos os seus aspectos: quando, dois anos passados, acentuava-se o alastramento do conflito internacional, as perspectivas que se faziam do nosso futuro eram as mais pessimistas; com a nossa industrialização ainda numa fase incipiente, a nossa vida econômica assentada na amplitude do nosso comércio exterior, o Brasil teria de lutar com as onerosas dificuldades advindas destas duas particularidades.

Mas o Brasil tinha reservas para que não se havia atendido e que imporiam a nossa posição à medida que as circunstâncias o impeliram. A guerra vinha ser testemunha de acontecimentos inolvidáveis na nossa vida. Velhas aspirações, que encontraram sempre no seu caminho os obstáculos interpostos pela política dos grupos multiformes, encontraram no Estado Novo o seu clima propício e, por coincidência, é sob a vigência da guerra que elas se aproximam de um fêcho feliz para o início da produção industrial.

A encampação da Itabira e da Estrada de Ferro Vitória-Minas foi mais um capítulo das aspirações que realizamos; é um desvio de nosso potencial econômico que corrigimos.

Nestes últimos anos tem o Brasil caminhado a passos largos para a esfera da industrialização; felizmente temos-lo feito de um modo que nos será possível preservar, passada a situação de anormalidade que vive o mundo; isto é prova da vitalidade da nação brasileira, da nossa economia e da firmeza com que vem sendo dirigida a vida pública do Brasil. Dentro em breve, como um milagre, pois é uma realidade tão grande para um futuro tão próximo de um passado pessimista, poderemos contemplar o espetáculo do funcionamento dos grandes fornos de Volta Redonda, das usinas da Lagoa Santa e da mineração de Itabira, tudo impulsionado pelo esforço e pelo braço do homem do Brasil Novo numa cooperação desinteressada pelo futuro da humanidade vivendo os seus plenos direitos de paz e tranquilidade.

**ENDERECE**

Cartas
Envelopes
Revistas
Circulares

PREPARE

Folhas de Pagamento
Listas de Clientes
Relações de Stock
Folhas de Cobrança
Recibos Mensais

ENCABECE

Cartões de Ponto
Fichas de Stock
Folhas de Contas Correntes
Fichas de Cobrança
Cartões de Cadastro

UTILIZANDO AS MÁQUINAS
Addressograph Multigraph do Brasil S. A.
AVENIDA GRAÇA ARANHA 182, 2.º
RIO DE JANEIRO **Fone 42-7584**

Reconstrução da Europa

Jon' Marin Berry

ESTA guerra terrível que devastou o mundo e enche cada um de nós de indefinidas angústias, acabará mais dia, menos dia, talvez mais cedo do que, geralmente, imaginávamos, quando nos limitamos a analisá-la em simples termos militares. 1942 poderá ser para a Alemanha nazista a repetição do que foi 1918 para a Alemanha de Guilherme II. Em 1914, ela supôs repetir contra as nações aliadas a feliz aventura de Bismarck em 1870 — uma guerra *joyeuse* contra povos inferiores e decadentes. Teve as mais espetaculares vitórias; no outono de 1918, no entanto, num momento em que os seus exércitos ainda pareciam ameaçar a capital francesa, baqueou, desmoronou-se, solicitando um armistício que pudesse preservá-la da anarquia interna. A derrota moral precedera à derrota militar.

Por que não se repetirá a mesma coisa este ano? Há sempre certo ritmo nos grandes acontecimentos históricos que se marcam, muitas vezes, por coincidências quase perfeitas.

Em 1939 como em 1914 e como em 1870, a Alemanha desencadeou a guerra, que é a fatalidade trágica do seu destino, absolutamente certa de rápido triunfo. Os seus invariáveis métodos de ofensivas fulminantes não traduzem apenas feliz concepção estratégica; expressam também uma mentalidade especial, um estado d'alma coletivo, cuidadosamente cultivado por inteligentes processos de incitamento e de exaltação psicológicas. Na guerra atual, sublimou-se semelhante mentalidade. As massas alemãs, fanatisadas pela mística hitleriana, embriagaram-se literalmente com a fácil conquista de uma França, já vencida internamente por mil fatores morais e políticos, mas, sobretudo, por uma espécie de complexo de inferioridade, apesar da vitória mal aproveitada de 1918 ou por isto mesmo, ante a sua poderosa adversária do outro lado do Reno.

Batida a França, brutalmente ocupados a Bélgica, a Holanda e a Noruega, a Inglaterra era uma presa indefesa, teria concluído o alemão, tradicionalmente pouco arguto nos julgamentos sobre os povos estrangeiros. Mas o inglês se transformara depois de Dunkerque; ameaçado diretamente na sua ilha heróica, ele pôde revelar, como sempre lhe acontece na provação e na adversidade, a indomável fibra. Improvisou-se para uma guerra, que sabia dura, implacável, de atrozes sofrimentos. Nenhum estadista inglês, a começar por este extraordinário Churchill, nenhum publicista ou nenhum militar inglês, se iludiu ou procurou iludir a sua gente. Vamos lutar pela nossa liberdade e pela nossa vida, proclamavam; defenderemos o nosso território palmo a palmo, ainda que Londres seja destruída e que nossas outras cidades se convertam em ruínas... Quer dizer isto que, enquanto os alemães se julgavam invencíveis e invulneráveis, os ingleses preparavam-se psicologicamente para o sofrimento. Nenhum revés poderia abalar-lhes o ânimo, a fria tenacidade. A Alemanha teve a sua primeira e profunda decepção. A resistência da Rússia, especialmente do regime político da Rússia, à inesperada agressão militar, criou-lhe provavelmente outro motivo de dúvida, de interrogações íntimas. Terceira decepção com a entrada dos Estados Unidos na guerra. O domínio da Europa e, conseqüentemente, o do

mínio do mundo, não era mais um passeio militar, uma revoadada de aviões, uma procissão de tropas

motorizadas... A situação transformou-se com o tempo. Os ingleses passaram da defensiva à ofensiva. Os *raids* da RAF começam a retribuir com juros enormes as antigas devastações da Inglaterra. Rostok deve ter sido uma réplica de Coventry, como Colônia outra, muito mais larga, de Londres. Os russos lutam bravamente. O ruidoso Mussolini, parece já mergulhou ou naquele reino de sombras de Dante ou teve, pelo menos, o mérito de desaparecer discretamente para esperar na outra vida o julgamento da história... O Japão abriu uma desastrosa conta-corrente com os Estados Unidos. Os povos europeus escravizados por Hitler mostram-se dia a dia mais impacientes e mais audazes. A Alemanha suportará os revezes com a inabalável decisão dos ingleses? Poderá viver sem o clima, sem a euforia das sucessivas vitórias militares? Até onde poderá ir a sua resistência econômica numa tremenda guerra de desgaste? Creio sem otimismo que é possível sempre esperar-se brusca *débacle* da sua formidável máquina militar. Se não podemos conhecer exatamente a situação interna da Alemanha, dada a suspeição de todas as informações que de lá nos vêm, temos, no entanto, os elementos de julgamento fornecidos pela outra guerra. Afinal, deduzir, partir de uma concepção geral que, por sua vez, resultou de experiência vivida, é uma forma de conhecimento tão plausível em lógica quanto a que pode oferecer o método indutivo.

No dia em que a Alemanha solicitar novo armistício, a guerra está virtualmente terminada, desde que a Itália e o Japão agem apenas em função do poderoso parceiro. Mas com o término da guerra, abre-se, não apenas o problema político da paz, e sim, também o problema infinitamente mais complexo e mais grave da reconstrução material e moral da Europa e do próprio mundo. Que a Europa continental e mesmo a Inglaterra saíam terrivelmente empobrecidas da guerra, é evidente; evidente afigura-se igualmente que nem uma e nem outra encontrarão as facilidades de recuperação econômica que a década de 1919-1929 ainda pôde oferecer. A passagem definitiva da hegemonia econômica e financeira do mundo para os Estados Unidos será uma das conseqüências da conflagração, previamente descontável por qualquer estudioso dos assuntos políticos e econômicos. A era da América, e na expressão América abrangido todo o Continente, deve ser uma realidade próxima. Mas a própria América, como o vasto Império Britânico, disseminado por todos os mares, somente terão interesse em auxiliar por todas as formas a salvação da Europa, fonte certamente insubstituível da cultura e da civilização cristãs. Um mundo sem uma Europa viva e produtiva, no espiritual e no material, parece-nos mais inconcebível do que teria sido para um europeu mediterrâneo do fim do Império romano o seu continente sem a paz e a ordem dos Césares. É certo que um filósofo inglês contemporâneo, Bertrand Russell, desesperado de tantas guerras, julgava depois de 1914 que, destruídas a Europa, a América e o

Japão, a China poderia reconstituir sozinha uma civilização mundial, muito mais inteligente e muito mais nobre...

Muitas vezes, imaginamos que através das suas provações trágicas, marcha a Europa para uma forma nova de confederação, como talvez tivesse sonhado Bonaparte mas, com a Inglaterra, por exemplo, como centro. O mundo dividir-se-ia assim em vastíssimas áreas, mais ou menos confederadas: a Europa, a América, o Extremo Oriente asiático. Esta centralização política da Europa implicaria inicialmente uma espécie de *zollverein* econômico. O ouro, como valorímetro universal, desapareceria ou se reduziria ao mínimo. O Velho Mundo, com o seu mealhinho irremediavelmente esgotado pela guerra, organizaria para o próprio uso enorme sistema de compensações aduaneiras, numa economia fortemente dirigida, mesmo, de permutas em espécie, que pudesse proporcionar-lhe o aproveitamento intenso do seu trabalho, sem preocupações de fronteiras.

Dest'arte, em vez do ideal das autarquias nacionais de cada país, o ideal da autarquia continental. Cada nação européia produziria o que melhor lhe fosse indicado ou onde mais alto pudesse ser o seu rendimento. De alguma forma, seria uma volta ao estado da economia mundial no século XIX, no início da civilização da máquina, antes do protecionismo e do socialismo de Estado, não empiricamente, mas deliberada e cientificamente. Os outros Continentes fariam ou procurariam fazer a mesma coisa. Como as causas das guerras são essencialmente econômicas, deslocando-as do plano dos países isolados ou dos grupos de países para o plano dos Continentes, elas

tornar-se-iam mais raras ou mais fáceis de serem combatidas.

Será possível, no entanto, a reorganização da economia européia e, conseqüentemente, da economia mundial, sem a velha base do ouro? Imaginemos no papel que sim, que o ouro é um mito ou uma simples criação do nosso espírito, que lhe empresta os atributos que deseja, como era para os filósofos idealistas qualquer outra matéria. A Europa devastada da guerra, compreenderia, enfim, os erros e os crimes do seu passado belicoso, eliminando as suas fronteiras alfandegárias e sincronizando o seu trabalho para a finalidade da restauração em comum. Os motivos dos antagonismos econômicos seriam afastados. No entanto, bastaria esta conquista para que fossem igualmente extintas as fontes dos antagonismos políticos, morais e culturais? Por mais que a vida nos ensine que o "econômico" prima quase sempre sobre o "político", não se pode reduzir este à mera função daquele. Cada nação que se formou no decurso da história, mesmo contemporânea, constitui, sob múltiplos aspectos, uma espécie de compartimento estanque. A diversidade de língua, de raça, de religião, de hábitos comuns, de forma política, de estratificação social, de tradições e de cultura, separa indelevelmente todas elas, mesmo as que estão mais próximas geograficamente entre si ou onde menos numerosas e menos fortes sejam os fatores de diferenciação.

Seria extremamente difícil hoje repetir-se o caso dos cantões suíços ou o das antigas colônias inglesas, que formaram os Estados Unidos, desde que não mais se nos deparariam as condições especiais em que surgiram a Confederação Helvética e a Federação norte-americana. E nesta última, a consolidação nacional teve de exigir o sa-

THE CALORIC COMPANY

MATRIZ - RIO DE JANEIRO

AV. PRESIDENTE WILSON, 118 - 4.º AND. — TEL. 22 - 5133

**ÓLEO
DIESEL**

PARA MOTORES E TRATORES



**ÓLEO
COMBUSTIVEL**
para INDÚSTRIAS E NAVEGAÇÃO

ÓLEOS LUBRIFICANTES

DEPÓSITOS: RIO, S. PAULO, SANTOS S. SALVADOR, RECIFE E BELÉM
REPRESENTANTES EM TODAS AS CIDADES DO PAÍS

crifício de longa e penosa guerra civil... Uma confederação européia — sonho de alguns grandes homens de pensamento e de ação — estará tão longínqua depois desta guerra como foi outrora. Entretanto, o fato dela aparecer tão longínqua não implica que deva ser considerada como utopia. Pelo contrário, o seu mérito consiste em constituir um ideal, que se sobrepõe às realidades e possibilidades imediatas, mas que não foge ao plano do contingente humano, como do mesmo, por exemplo, escapa o conhecimento das causas primaciais ou das causas finais...

O que importa debater é a técnica a ser seguida para a restauração da economia européia ou, pelo menos, para o abastecimento imediato das utilidades essenciais às suas populações desesperadas e famintas e, por isto mesmo, na eventualidade trágica de tremendas desordens sociais. O esmagamento definitivo da máquina militar dos países de agressão e de rapina, e de qualquer possibilidade de sua reconstituição futura, absorverá naturalmente o outro primeiro grande cuidado das nações vencedoras. Depois é que poderão ser traçados os grandes planos de reorganização política e econômica da Europa e do mundo. Em que sentido? Sob que inspiração? Eis perguntas que todos nós, simples espectadores da tragédia, nos fazemos e que ainda mais do que a nós, devem agoniar os dirigentes políticos e os técnicos econômicos e financeiros da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Se nenhum de nós poderia ter a estulta pretensão de



GARIMPAR E' ENRIQUECER

O garimpeiro, na sua labuta diária está com os olhos fitos na gema grande ou na pepita volumosa. Mas a sua estabilidade financeira está no que bateia todos os dias... Seja o garimpeiro de suas próprias finanças, peneirando todos os meses um pouco de suas economias, para transformá-las num sólido pecúlio. Adquira um título de PRUDÊNCIA CAPITALIZAÇÃO e no fim da jornada poderá fazer entrega aos seus, de valiosa pepita.



PRUDÊNCIA CAPITALIZAÇÃO



1812

1942

Ha 130 Anos

orgulhamo-nos mui justamente de servir a um número sempre crescente de clientes, que reconhecem o valor e a eficiência de uma organização perfeita e mundial.

THE
NATIONAL CITY BANK
— OF NEW YORK —

RIO DE JANEIRO - S. PAULO - SANTOS - RECIFE

definir as grandes linhas da obra a ser iniciada, de uma verdade incontestável, de uma verdade primária, não concebida arbitrariamente, mas induzida de longa e penosa experiência vivida, estamos certos: a ordem atual, que condicionou as calamidades de 1914 e 1939, não pode perdurar. Ela se baseia sobre erros estruturais, que devem ser eliminados para sempre, erros de ordem moral, como de ordem política e de ordem econômica. De certo o maior deles proveio da concepção materialista e imediatista da vida. O custo exagerado no poder das ciências, que foi a superstição do século XIX, tentando dominar a essência divina da alma humana e fechar-lhe a curiosidade pelo distante, pelo misterioso, pelo que está além dos sentidos e da experiência, secou-lhe as fontes da verdade e de beleza eternas. Reduzidos a vertebrados superiores, os homens somente poderiam encarar a vida como uma luta implacável pela sobrevivência.

Perdidos os controles morais que os disciplinavam, dentro deles próprios ou na estrutura das sociedades, procuraram na extrema concentração de poderes de Estado uma forma de substituí-los. Entretanto, sob a disciplina rígida do Estado, jamais os instintos mais grosseiros da espécie, instintos de ódio, de prazer desregrado, de volúpia, de ganância, de destruição e de morte, se mostram tão vivos. Isto prova que o Estado por si somente não pode impedir a dissolução social. A sua ação benfazeja no campo econômico e político tem de ser completada ou compensada, pela reeducação social ou, o que vale dizer, pela revolução moral dos homens, tarefa que mais do que de políticos argutos, deve ser de grandes homens de Estado, de filósofos, de pensadores, de construtores de moral, e de santos. Mas onde estarão estas criaturas privilegiadas?

FERRO ENAMEL

♦ ♦ ♦

Esmaltes de porcelana para aço e ferro fundido ● Vidrados e corantes para cerâmica ●
Equipamento para queima de óleo.

♦ ♦ ♦

FERRO ENAMEL S. A.
Rua Goiaz, 884
S. Caetano — S. Paulo

Cia. Paulista de Estradas de Ferro

JÁ em nosso número de novembro passado, publicamos interessante reportagem acerca da maior entidade ferroviária genuinamente nacional. Trata-se da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, o resultado brilhante dos esforços de empreendedores bandeirantes, que trouxeram ao Estado de São Paulo u'a artéria de escoamento de seus produtos agro-pecuários e industriais, sem dúvida a melhor organizada e mais eficiente das congêneres do Brasil.

Os vários conflitos que trouxeram a crise ao comércio agrícola brasileiro, bem como uma síncope bastante acentuada, tiveram na Companhia Paulista, uma barreira rígida, na defesa do comércio externo, garantindo aos seus clientes o transporte de suas mercadorias e produtos de suas indústrias, por preços tarifários acessíveis, aos pontos de mercado e de consumo.

Tenazmente o problema do combustível e força motriz, foi resolvido, com a eletrificação de grande trato de sua rede elétrica, mais prestimosa e rápida que os pistões de pressão hidráulica de Fulton, resolveu satisfatoriamente, a bem da lavoura paulistana, a incógnita terrível das tarifas de transporte.

Estatisticamente, temos observado uma oscilação sempre lisongeira do seu tráfego. E' a preferência sempre constante aos outros meios de comunicação, corolário imediato do conforto, da rapidez de seu tráfego telegráfico e do carinho inestimável dispensado às mercadorias entregues ao seu cuidado. O exercício de 1941, revela um aumento invariável do seu tráfego, com 6.092.876 passageiros, 665.972 animais transportados, 110.744 toneladas de bagagens e encomendas, 323.246 toneladas de café conduzidas, 550.105 telegramas expedidos e recebidos, além de mais 2.941.917 toneladas de mercadorias diversas veiculadas. A tonelagem quilômetro em peso útil transportada, aumenta ano e ano e sempre no seu propósito de bem servir à lavoura do Estado, conduziu em 1941, gratuitamente 10.592 imigrantes que se destinavam aos vários setores agrícolas servidos pela Estrada. E' de bom aviso notar que a Companhia, de há 59 anos a esta parte, já transportou gratuitamente 1.456.552 imigrantes, cuja importância em passagens importaria em Rs. 13.005:096\$110.

Fato auspicioso, foi o resgate a 15 de março de 1941, do empréstimo por debêntures, contraído nos Estados Unidos da América do Norte em 1922. Ao se vencer o prazo, foi imediatamente coberta a garantia hipotecária mediante a quantia de \$2.677.757,23 equivalentes a 57.919:888\$800. Como dizem os Banqueiros Landenburg, Thalmann, em telegrama direto à Companhia Paulista, poucas são as transações de liquidação tão imediata. Semelhante ato, é prova evidente de contínuo progresso,

desde os seus primórdios até a presente data, num lapso de quase quinze lustros.

Não se descarta a Companhia, no seu afan de constantemente servir ao Estado. A cada ano que se passa e em cada conta prestada, a Companhia Paulista apresenta sempre aumento de suas linhas de tráfego. Em 1940, havia 1.511,664 kms. em pleno funcionamento. No exercício de 1941, foram inaugurados os trechos entre Quintana e Tupã, Dois Córregos e Jaú, e Mineiros e Capim Fino, constituindo um aumento de cerca de 25,500 kms. A par desses melhoramentos, a Companhia em suas eficientes oficinas de Jundiaí e Rio Claro, mantém constante serviço de reparo e conservação de seu material rodante e de tração. Modificações foram feitas no bitolamento de grande parte de seus vagões de 1,00 mts. para 1,60 mts. Um fato importantíssimo na vida atual da Companhia, é que sendo obrigada, pela dificuldade de importação direta de peça, de materiais, em virtude da conflagração mundial, a fabricá-las em suas próprias oficinas, adquiriu e montou em Jundiaí e Rio Claro maquinária necessária para tão urgentes suprimentos.

Pelo que se vem de ver, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, continua na vanguarda das nossas ferrovias, contornando, às vezes com próprio prejuízo, os revezes de comércio nacional, como aconteceu com a crise cafeeira, e tendo como único escopo o progresso de São Paulo e a estabilidade econômica do Brasil.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Contas do 1.º semestre de 1941

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em obediência ao disposto nos Estatutos da mesma Companhia e na forma da lei, tendo procedido aos exames necessários e verificado estar a escrituração feita com exatidão e clareza, tendo sido apurados no primeiro semestre de 1941 os lucros líquidos de 24.498:953\$650, que somados aos lucros que passaram em suspenso do exercício de 1940, na importância de 7.809:757\$682, dão o total de 32.308:711\$332, — é de parecer que em face dos resultados apurados no balanço e contas, seja dado aos lucros líquidos a seguinte distribuição proposta pela Diretoria:

Ao Fundo de Reserva (5%)	1.224:947\$700
Dividendo do 1.º semestre, à razão de	
7%	17.210:296\$300
Lucros que passam para o 2.º semestre	13.873:467\$332

São Paulo, 20 de Agosto de 1941.

- a) João Sampaio
- a) Manoel Pereira Guimarães
- a) José de Sampaio Moreira

COMPANHIA PAULISTA

BALANÇO FECHADO EM

A T I V O

VALORES IMOBILIZADOS:

INSTALAÇÕES FIXAS E MATERIAL RODANTE DAS LINHAS DE PROPRIEDADE DA COMPANHIA.....	582.936:589\$456		
MATERIAIS EXISTENTES NO ALMOXARIFADO E EM TRÂNSITO	68.762:936\$271		
OBRAS E SERVIÇOS EXECUTADOS POR CONTA DO FUNDO ESPECIAL DE MELHORAMENTOS DA VIA PERMANENTE E RENOVAÇÃO DO MATERIAL RODANTE.....	154.553:354\$338		
IMÓVEIS E PLANTAÇÕES DO SERVIÇO FLORESTAL.....	22.124:553\$809		
EDIFÍCIO DO ESCRITÓRIO CENTRAL.....	5.987:295\$746		
OUTROS IMÓVEIS.....	947:642\$177	6.934:937\$925	835.312:371\$797
VALORES EM LITÍGIO			
Saldo desta conta.....		1.802:833\$060	
VALORES VINCULADOS:			
Apólices estaduais e Federais em caução.....	273:600\$000		
Outros.....	103:251\$000	376:851\$000	
DESVIOS PARA LENHEIROS			
Saldo desta conta.....		61:748\$700	2.241:432\$760 837.553:804\$557
DISPONIBILIDADES E RECURSOS:			
Saldos em Caixa.....	3.804:618\$654		
Saldos em Bancos.....	11.201:287\$700	15.005:906\$354	
Apólices da Dívida Federal, em custódia.....	31:500\$000		
Apólices da Dívida Estadual, em carteira.....	297:104\$000	328:604\$000	
AÇÕES:			
da Cia. E. Ferro Barra Bonita.....	119:530\$000		
da Cia. E. Ferro Morro Agudo.....	2.003:420\$800		
da Cia. E. Ferro Jaboticabal.....	325:007\$629		
da Cia. Paulista de Transportes.....	196:200\$000		
da Cia. de Agricultura, Imigração e Colonização.....	1.774:398\$200		
da Soc. Cooperativa dos Empregados da C. P.....	58:500\$000		
da Cia. E. Ferro do Dourado.....	91:604\$406		
da Viação Aérea São Paulo S/A (VASP).....	20:000\$000	4.588:661\$035	
Debêntures da Cia. Caetano Castellano S/A.....	33:400\$000	4.622:061\$035	19.956:571\$389
VALORES REALIZÁVEIS EM CURTO PRAZO:			
Débitos de Estradas de Ferro em Contas Correntes.....	2.324:171\$500		
Débitos de Estradas de Ferro em Tráfego Mútuo.....	7.244:171\$600	9.568:342\$900	
Débito do Governo do Estado por transportes efetuados.....		2.439:607\$400	
Débito do Governo Federal por transportes efetuados.....		517:210\$000	
Débito da Sociedade Melhoramentos Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Ltda. em conta corrente.....		6.302:380\$500	
Outros.....		6.493:716\$270	25.321:257\$070
VALORES REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO:			
SOCIEDADE MELHORAMENTOS E. DE FERRO NOROESTE DO BRASIL, LTDA.:			
Capital empregado nessa Sociedade.....	30.000:000\$000		
Crédito suplementar.....	7.650:000\$000	37.650:000\$000	
COMPANHIAS SUBSIDIÁRIAS:			
Cia. Estrada de Ferro Barra Bonita.....	2.529:590\$170		
Cia. Estrada de Ferro Morro Agudo.....	1.195:891\$926		
Cia. Estrada de Ferro Jaboticabal.....	69:698\$310	3.795:180\$406	41.445:180\$406
IMPORTÂNCIA DO CAPITAL A SER REALIZADO:			
Da Emissão de 1940.....			6.652:250\$000
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE:			
Importancias sujeitas á aprovação do Governo.....		29.511:293\$654	
Outras.....		11:640\$200	29.522:933\$854
			960.451:997\$276
CONTAS DE COMPENSAÇÃO:			
Ações depositadas pela Diretoria em caução.....		70:000\$000	
Títulos em caução.....	240:000\$000		
Contratos com Garantia.....	100:000\$000	340:000\$000	
Demandas Afiançadas.....		278:565\$700	
Banco do Brasil - C/Dep. Decreto Lei 3.077.....		32:571\$000	
"Tickets" em Depósito.....		38:868\$000	760:004\$700

(a.) A. DE PADUA SALLES
(a.) LUIZ TAVARES ALVES PEREIRA
(a.) H. F. CARVALHO
(a.) J. CINTRA

Diretor Presidente
Diretor Vice-Presidente
Diretor Secretário Geral
Diretor Inspetor Geral

DE ESTRADAS DE FERRO

30 DE JUNHO DE 1941

P A S S I V O

EXIGÍVEL EM CURTO PRAZO:

DIVIDENDOS:

Não reclamados.....	1.470:566\$350	
A ser distribuído.....	17.210:296\$300	18.680:862\$650

ORDENADOS

Fôlhas de Junho de 1941.....	5.156:013\$900	
------------------------------	----------------	--

PENSÕES

Fôlhas de Junho de 1941.....	7:252\$800	5.163:266\$700
------------------------------	------------	----------------

CREDORES DIVERSOS

Por fornecimentos e outros.....		7.646:843\$690	31.490:973\$040
---------------------------------	--	----------------	-----------------

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:

EMPRÉSTIMO EXTERNO DE 1922

Obrigações no valor de \$ 2.513.500,00, que ainda estão por amortizar, ao cambio de 19\$690, mais a taxa de 5% (Dec. Lei 1.394, de 29/6/939).....		51.965:355\$800
---	--	-----------------

Por fornecimentos:

INTERNATIONAL GENERAL ELETRIC CO. INC. \$ 915.956,41	17.235:486\$500	
WESTINGHOUSE ELETRIC INTERNATIONAL CO. \$ 78.516,14	1.459:222\$400	
E. HAEGLER & CIA. LTDA.....	1.308:323\$800	20.003:032\$700
		71.968:388\$500

NÃO EXIGÍVEL:

CAPITAL

2.500.000 ações de 200\$000 cada uma.....		500.000:000\$000
---	--	------------------

FUNDO DE AMORTIZAÇÃO DAS DÍVIDAS DA COMPANHIA:

Import. deduzidas da renda e levadas a crédito desta conta	90.524:584\$922	
Importância do ágio de ações levada a crédito desta conta	20.600:000\$000	111.124:584\$922
Importância retirada da renda líquida para pagamento de amortização anual do Empréstimo Externo de 1922		2.200:000\$000
		113.324:584\$922

FUNDO DE EXPANSÃO DO TRÁFEGO

Import. deduzidas da renda e levadas a crédito desta conta		25.200:000\$000
--	--	-----------------

FUNDO DO SERVIÇO FLORESTAL

Saldo desta conta.....		15.917:033\$579
------------------------	--	-----------------

FUNDO DE PREVISÃO

Import. deduzidas da renda e levadas a crédito desta conta	15.650:125\$894	
--	-----------------	--

FUNDO DE RESERVA:

Importâncias deduzidas da renda líquida de conformidade com o art.º 150, do Dec. Lei 2.627, de 26/9/40, correspondentes a 5% sobre o lucro verificado:		
em exercício anterior.....	1.526:667\$400	
neste semestre.....	1.224:947\$700	2.751:615\$100
		16.401:740\$994

FUNDO ESPECIAL DE MELHORAMENTOS DA VIA PERMANENTE E RENOVAÇÃO DO MATERIAL RODANTE:

Produto do mesmo.....	144.400:354\$980	
Juros creditados pelo Banco do Estado de São Paulo.....	111:457\$285	144.511:812\$265

SOCIEDADE MELHORAMENTOS ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL, LTDA.

Amortização realizada.....		27.015:000\$000
----------------------------	--	-----------------

LUCROS E PERDAS

Saldo desta conta.....		13.873:467\$332	856.243:639\$092
------------------------	--	-----------------	------------------

CONTAS DE RESULTADO PENDENTE:

Contas a liquidar.....		181:289\$500
------------------------	--	--------------

CONTAS TRANSITÓRIAS:

Contas diversas.....		567:707\$344
----------------------	--	--------------

960.451:997\$276

CONTAS DE COMPENSAÇÃO:

Caução da Diretoria.....	70:000\$000	
Garantias Diversas.....	340:000\$000	
Garantias de Terceiros.....	278:565\$700	
Depósitos Decreto-Lei 3.077.....	32:571\$000	
"Tickets" Fornecidos.....	38:868\$000	760:004\$700

São Paulo, 18 de Agosto de 1941.

(a.) ANTONIO PRADO JR.

(a.) CLOVIS SOARES DE CAMARGO

(a.) JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Diretor

Diretor

Diretor

(a.) EDUARDO DA SILVA BRITO

Chefe da Contabilidade

Potencial dos Estados Unidos

UM dos mais admiráveis espetáculos que o mundo contemporâneo pode contemplar é o da rápida transformação de uma grande democracia industrial e pacífica como os Estados Unidos em formidável potência guerreira. Não há paralelo entre a obra realizada pela Alemanha hitlerista e a que está em plena execução nos Estados Unidos. A Alemanha guerreira e conquistadora por instinto e fatalidade histórica, começou o seu preparo para a nova calamidade que desencandearia sobre o mundo desde o dia em que assinou em Versalhes o tratado internacional, que consagrava a sua própria derrota. Hitler precipitou e continua uma obra já iniciada sob mil disfarces e o que é mais lamentável, muitas vezes, com o auxílio das grandes nações, que êle sonhava destruir e escravizar. Reacendeu facilmente num povo de bárbaros fanáticos, no qual a civilização não passa de epiderme, as velhas paixões de ódio e de sangue. O descuido, a displicência e, digamos tudo, o egoísmo e a incapacidade de grande parte dos dirigentes dos seus vizinhos europeus deram-lhe extraordinárias possibilidades de êxito.

E' radicalmente diverso o caso dos Estados Unidos. Completada a integração do seu território e consolidada a sua unidade política depois da terrível provação de uma longa guerra civil, a democracia norte-americana desviou a melhor parte das suas extraordinárias energias criadoras para a formação de um parque agrícola e de um parque industrial, que se tornaram em curto prazo, os mais aperfeiçoados e os mais ricos do mundo. A natureza pródiga distribuiu por seu imenso território, que deve ser encarado em termos de um continente, todos os elementos de clima e de riquezas de solo e de subsolo. A abundância do ferro e do carvão permitiu-lhe, no apogeu da civilização da máquina a vapor, um grande lugar entre as velhas potências industriais da Europa; a abundância igual de petróleo marcou-lhe a proeminência no advento do que se poderia chamar de civilização do motor de explosão. Em 1917, provocado diretamente pela insânia e pelo desespero da Alemanha de Guilherme II, a América do Norte foi forçada a abandonar o seu isolamento político e concorrer poderosamente, com a força do seu trabalho e o sangue de seus filhos, para a vitória das nações aliadas, que deveria ser, e desgraçadamente não foi, a vitória definitiva das democracias cristãs.

A liquidação da guerra mundial, se a afastou novamente das mesquinhas e tantas vezes cruéis competições da política européia, criou-lhe sob os grandes aspectos econômicos, novas responsabilidades. Com os seus capitais invertidos por toda parte, ela teve de converter-se no grande centro financeiro do mundo. Mais estreita colaboração na economia e nas finanças internacionais implicaria obrigatoriamente para um país nas condições dos Estados Unidos uma atitude política mais alerta e mais diligente. O afastamento das coisas européias, aconselhado por Washington e que, tradicionalmente, inspirara a sua diplomacia, esquecido em 1917, tinha de ser mais uma vez abandonado. A guerra de 1939 acendida pelo hitlerismo, muito mais ainda do que a de 1914, ameaçava não somente todo o mundo, mas todas as formas e valores da civilização ocidental. Os Estados Unidos e todo o Continente a que êles pertencem e do qual constituem um grande motivo de orgulho, sentiram-se dire-

tamente visados pela rapina das potências do Eixo. O traiçoeiro ataque do Japão a Pearl Harbour precipitou o que era fatal. Os Estados Unidos sofreram pelo descuido de sua boa fé ou de sua crença na honra alheia; mas conseguiram com a indigna armadilha dos "amarelos" japoneses o que ainda lhes poderia faltar: a perfeita unificação dos sentimentos nacionais para uma luta de vida e morte entre a barbaria destruidora e a civilização construtiva.

A formidável maquinária das suas indústrias pacíficas procurou adaptar-se, com a mesma inteligência e eficiência com que fôra construída, às indústrias da guerra. Não é evidentemente um trabalho que se possa realizar em alguns meses; exige tempo e uma coordenação perfeita de esforços. Os inimigos da humanidade sabem perfeitamente o que ela representa. Por isto mesmo, a sua preocupação máxima é repetir os golpes espetaculares que possam precipitar o final da guerra. O tempo é seu adversário e amigo fiel das potências aliadas, como a invicta Inglaterra e os inesgotáveis Estados Unidos. Todavia, muita gente ainda ignora ou finge ignorar o potencial norte-americano, traduzido em números e cifras oficiais, acima de qualquer contestação. Vale a pena, pois, lembrá-lo, mesmo em rápida síntese.

O POTENCIAL NORTE-AMERICANO

Não queremos falar aqui do programa de guerra dos Estados Unidos, da sua formidável fabricação de máquinas bélicas de toda espécie, navios como aviões, como tanks, como canhões e munições. Limitámo-nos apenas a relembrar os recursos financeiros e econômicos com que podem contar para realizá-lo integralmente, tomando como ponto de partida o último ano de paz — 1940 — mas em que êles já viam aproximar-se da América a eventualidade trágica da guerra de Hitler.

A receita federal média dos Estados Unidos no último quinquênio anterior à guerra era de 9 bilhões de dólares ou em dinheiro brasileiro, dolar igual a 20\$000, alguma coisa astronômica, como 180 milhões de contos, dos quais cerca da metade era invertida nas despesas extraordinárias, incluídas no programa de reabilitação econômica do presidente Roosevelt.

Em termos análogos, se expressam as rendas públicas dos Estados e das grandes municipalidades. As exportações totais elevavam-se a 4 bilhões de dólares e as importações a 2 bilhões e meio, para as quais — notemos a parte — o café, a maior parte do Brasil, concorria com 150 milhões de dólares. Numa época ainda de paz e incompleto o programa de recuperação econômica, sem utilização, portanto, de todos os recursos do país, a força industrial dos Estados Unidos produziu mercadorias e serviços num valor calculado em 75 bilhões de dólares, quantia quase intraduzível em mil réis. Somente a produção de automóveis, compreendendo um carro novo para cada dez famílias norte-americanas, teve o valor aproximado, em 1940, de 3 bilhões de dólares...

Segundo cálculo de peritos autorizados, os Estados Unidos dispõem de recursos naturais superiores aos de todo Império Britânico, uma riqueza duas vezes maior do que a da Rússia e matérias primas igual em quantidade

às da Alemanha, Itália e Japão reunidos. Para as indústrias essenciais à guerra, eles contam 20 das principais matérias primas (carvão, ferro, mica, zinco, estanho, alumínio, cobre, antimônio, nitratos, produtos químicos, potassa, mercúrio, enxôfre, fosfatos, petróleo, lã, algodão, produtos alimentícios e força motriz) contra 16 para a Rússia, 11 para a Inglaterra e de 3 a 7 para a Alemanha, Japão e Itália.

Vejamos mais detalhadamente a situação relativa das principais matérias primas.

Carvão — 50% dos depósitos conhecidos e 80% provavelmente das reservas mundiais.

Ferro — De 17% a 40% das jazidas mundiais.

Petróleo — 50% da produção mundial.

Cobre — Extensas minas deste mineral colocaram os Estados Unidos no primeiro lugar no mundo, seguido pelo Chile.

Chumbo, zinco e alumínio — Primeiro país na produção destes metais, sendo, todavia, grande importador de bauxita para a produção de alumínio.

Enxôfre — Concorre com a Espanha na produção deste metaloide, essencial na indústria química.

Madeiras — Possuem 162 milhões de hectares de regiões florestais, sendo o único país altamente industrializado, que pode bastar-se em todas as classes de madeiras necessárias ao seu trabalho.

Dos artigos especialmente catalogados como essenciais às indústrias de guerra, como antimônio, cromo, manganês, mercúrio, mica, níquel, cristais de rocha, borracha, seda, estanho, etc., os Estados Unidos pouco precisam importar, podendo suprir-se em grande parte no próprio Continente americano, como é o caso do níquel (Canadá) estanho, parcialmente borracha, etc. Dos países da América Latina recebem abundantemente certos gêneros agrícolas e produtos pastoris que lhes faltam, como o açúcar de cana, o café, as lãs, etc.

ESTRUTURA ECONÔMICA

Mas não basta que um país disponha de numerosas matérias primas e de grandes recursos pecuniários. É preciso também que a sua estrutura econômica permita o mais intenso aproveitamento dos mesmos. Neste ponto, ninguém contesta a superioridade dos Estados Unidos. Dependendo até o fim do século passado de capitais estrangeiros, desde aquela época, eles contam somente com as enormes sobras acumuladas do seu trabalho, tendo-se convertido, principalmente após a guerra de 1914-1918, em fornecedores de dinheiro para o mundo. O seu progresso tecnológico não tem competidores; pôde-se calcular recentemente que cerca de 20% do valor total da produção nacional se investe no aumento e melhoramento da maquinária e edifícios de fábricas. Mesmo durante o penoso período da depressão e recuperação econômica (1929-1939), numerosas indústrias aumentaram a própria capacidade da produção. Alguns casos podem ser citados como exemplos: o das refinarias de petróleo com o aumento de 32%, o da energia hidráulica com o aumento de 25% e dos tecidos de linho e lã com o aumento de 15%.

A indústria básica da siderurgia, a que se prendem todas as outras num sistema industrial perfeito, representa a metade da produção mundial. Os 232 altos fornos americanos, dos quais 189 na região dos Grandes Lagos e nas proximidades das mais ricas jazidas de carvão, têm capacidade para produzir 57 milhões de toneladas de ferro bruto, que por sua vez, misturado com grandes

quantidades de ferro velho, podem produzir anualmente 83 milhões de toneladas de lingotes de aço. A capacidade das instalações elétricas regulava, em 1940, mais de 40 milhões de quilô-watts-hora e as destilarias de petróleo, usando somente 80% de sua capacidade, produziam 60% do consumo mundial.

Admirável rede de transportes internos completa o aparelhamento industrial dos Estados Unidos. Os seus 386.000 quilômetros de linhas férreas transportavam a média anual de 1 bilhão de toneladas de carga e de 500 milhões de passageiros e pelos 4.400.000 quilômetros de rodovias trafegavam, em 1940, 4.500.000 veículos comerciais motorizados. 26 milhões de automóveis particulares (60% das famílias norte-americanas têm um ou mais automóvel) circulam no país; 80% das residências dispõem de rádio e 40% de refrigeradores elétricos. 23 milhões de habitações urbanas e 2 milhões de habitações rurais têm iluminação elétrica e a metade delas, telefone. Há nos Estados Unidos 15 aparelhos telefônicos por cada grupo de 100 pessoas contra 4 aparelhos na Inglaterra e na Alemanha.

Nos tempos normais, antes do programa da guerra, os Estados Unidos estavam longe de esgotar a própria capacidade industrial. Ainda assim, produziam mais da terça parte da produção mundial de carvão de pedra, duas quintas partes do aço, três quartas partes do petróleo, metade da produção mundial da borracha, três quintas partes dos automóveis e caminhões, a terça parte do cobre, a sexta parte da produção de lã, a quarta parte da de rayon e a quinta parte do algodão consumido no mundo. O valor da produção por operário nos Estados Unidos somente era inferior ao da Nova Zelândia: 1.485 dólares contra 1.702 dólares daquele domínio britânico. Abaixo deles vinham o Canadá, a Inglaterra, a Austrália, a Alemanha com 828 dólares e muito longe na lista, a Itália com 399 dólares e o Japão com 337 dólares. Calculam os técnicos que a renda nacional poderia ser aumentada, com o aceleração produzido pela guerra, de 10 bilhões de dólares, para alcançar o total de 105 bilhões no corrente exercício de 1942. A Inglaterra dispendeu 8 bilhões de dólares com armamentos no primeiro ano da guerra atual, ou a terça parte das rendas totais da nação; dedicando 10 bilhões de dólares para o mesmo fim, os Estados Unidos afetariam apenas a oitava parte das suas rendas. Mas esta cifra mesmo está longe de sintetizar a obra formidável em que eles se empenham.

HOULDER LINES

Serviço regular para Londres e Liverpool com navios especialmente aparelhados para o transporte de carnes, frutas, ovos, etc.

AGENTES:

**Houlder Brothers & Co. (Brazil) Ltd.
Santos & Rio de Janeiro**

BOLIVAR

Bridio da Cunha

NUM sábado chuvoso, com água a escorrer melando os vidros das janelas devido à poeira da véspera cálida, e uma temperatura mais amena, o nosso espírito se inclina espontaneamente às fugas melancólicas nas recordações do romantismo de um cow-boy.

E o nosso cow-boy foi um autêntico romântico.

Segundo o quadro de certo pintor da época, vemos-lo de pé, espada à cinta, metido nos alamares de um hussardo.

Não era um soldado europeu. Moço rico, filho de criadores de boi na Venezuela. Mais tarde na adolescência fôra enviado à Europa. Quando de passagem por Roma, inspirado pelo fundo de cena que representava o centro de civilização ocidental, jurou na presença de Simão Rodriguez, "no dar reposo a su brazo hasta que no haya libertado la America del yugo de sus tiranos".

Era essa afirmação fruto das leituras feitas sobre o "Emílio", de Rousseau. Era o século XVIII com todos os seus contrastes. Era a liberdade como sonho projetando-se na tirania, e esta por sua vez objetivando conquistas humanas que só a força, como causa eficiente do direito, diria Ihering, consumaria.

Nascido em Caracas a 24 de Julho de 1783 era Simão Bolívar um autêntico sul-americano. Em que pese a unidade admirável do pan-americanismo, o colono norte-americano, descendente de puritanos religiosos, era antes de tudo, um agricultor. O latino-americano, mestiço autêntico de índio com espanhol ou de negro com português, é vaqueiro por índole. A sua história militar é, por isso mesmo, de arrancadas épicas. As tais jornadas gloriosas que ouvimos falar em criança. Por isso, dada a nossa índole, os heróis americanos se afiguram quase todos como autênticos Malazartes.

Descrevamos, porém, a ambiência em que vivera Bolívar. Europeu pela inteligência, isto é, pela informação livresca que possuía em contacto com esse Simon Rodriguez. Amigo de um dos grandes espíritos, desses espíritos sínteses que definem a genialidade — Francisco Miranda, o nosso herói formou o seu coração através das idéias mais generosas e gloriosas que o homem pode aspirar.

Bolívar foi, indiscutivelmente, o Romain Roland do século XVIII. Com uma ligeira diferença, apenas... combateu o imperialismo e as guerras com a guerra, realisticamente, no plano histórico; porém, liricamente perante a auto-consciência da sua personalidade de caudilho autêntico.

Quiz o destino que se estreasse como chefe político-militar aos 27 anos, quase a mesma idade de Bonaparte na campanha da Itália; duas figuras que se parecem profundamente no papel histórico representado, mas cujos caracteres são bem distintos. Napoleão era a Revolução Francesa prolongando-se pela Europa já esgotada de Feudalismo; Bolívar é o idealista generoso, que se fez soldado pelas circunstâncias da luta que iria travar. Já é de praxe nos perfis históricos do 1.º cidadão pan-americano compará-lo a Napoleão; como é de praxe aí fica a comparação, mas com essa restrição, apenas: Napoleão quando

teve que enfrentar a adversidade cósmica, na Rússia, fracassou; ao passo que Bolívar, ao contrário, combatera através de *llanos*, de rios caudalosos, escalando a escarpa

pa andina através de precipícios ante os quais a escarpa alpina é quase um brinquedo de criança.

Bolívar sob vários aspectos foi mais do que Napoleão. Organizou o seu exército com vaqueiros da região llanera da Venezuela. A sua cavalaria era uma arma bárbara; bárbara dizemos, no sentido cósmico da palavra, porque era constituída por homens agigantados das montanhas, habituados a laçar bois e ignorantes da *orden* *unida militar*.

Sem recursos bélicos, e com essa gente, qual um Jackson na campanha da libertação dos Estados Unidos com os seus "caçadores de peles", Bolívar derrotou os exércitos organizados da Espanha.

Não se diga que a Espanha estava manietada por Napoleão. Era a sua aliada. Depois a campanha de Bolívar era, antes de tudo, social. Lutou, também, contra os prúridos do feudalismo da época. Era o "criollo" contra o do chapéu tricórnio. Era a democracia.

Era a improvisação formidável do gênio americano que despontava em Bolívar. O galho de árvore amarrado à ponta com a faca de estripar gado, servindo de lança para a sua cavalaria *sui-generis*; sentido profundo da alma americana, que hoje dois séculos depois transforma as fábricas de automóveis em fábricas de aviões, e mãos femininas que adornavam lindos vestidos, enchem cuidadosamente de pólvora cartuchos de guerra; improvisação, ainda, quando vemos o nosso pacífico "cabôclo" metido na farda, tomando conta de uma peça anti-aérea, guardando aquilo como se fosse um técnico louro grudado ao seu mecanismo de destruição.

O homem é um ser condicionado à paisagem ambiente. Europeu por formação intelectual, a constituição emocional de Bolívar era a do sul-americano. Rigorosamente o caudilho é um produto dessa civilização pecuária que plasmou sócio-economicamente a América meridional.

As improvisações no auge da batalha emprestavam à figura do "Libertador" uma auréola de mística.

A batalha de Carabobo em que Bolívar assegura a independência da Venezuela, libertando Caracas, é um dos seus maiores feitos. Em que pese a opinião de um Carlos Pereyra, quando em sua "Breve História da América", considera D. José Antônio Sucre, "heroe de gran relieve como soldado y figura moral superior a la de Bolívar", este era "unidad y solidez".

Não foi um tirano e sim um grande idealista. As idéias do pan-americanismo, hoje, magnificamente realizadas foram concebidas profeticamente pelo "Libertador". "Quando cem séculos depois, a posteridade procurar as origens do novo direito público e lembrar os pactos que consolidaram o seu destino, recordará, cheia de respeito, os protocolos do istmo. Descobrirá nêles o plano das primeiras alianças, que nortearam a marcha das nossas relações com o universo". Bolívar acreditava que a Capital dos Estados Unidos do Continente Americano deveria estar situada no istmo do Panamá.

A Mogiana

NO elenco de importantes empresas ferroviárias existentes em São Paulo não se pode deixar de mencionar a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Contando com uma diretoria que a ela dispensa a maior dedicação administrativa, tendo à frente a figura tradicional do sr. Amadeu Gomes de Souza, a Mogiana realiza numa tarefa dia a dia mais útil para a vida econômica de São Paulo. As palavras não traduziriam no seu profundo sentido esta verdade. Vejamos os números do seu movimento financeiro nesse último quinquênio e os leitores poderão melhor constatar a lealdade de nossa afirmativa:

ANOS	RECEITA	DESPESA	SALDO
1937	59.769:366\$250	44.585:225\$373	15.184:140\$857
1938	67.300:514\$816	46.984:736\$362	20.315:778\$454
1939	62.355:597\$710	47.305:201\$788	15.050:395\$922
1940	62.466:444\$325	48.395:586\$324	14.071:058\$001
1941	64.891:698\$884	50.543:215\$953	14.349:482\$931

Com muita justiça, a diretoria acrescenta no seu último relatório:

Como se vê, a receita de 1941 superou em 2.425:254\$559 a do ano de 1940.

E' possível que o exame das parcelas constitutivas da receita total do ano findo, não cause, à primeira vista, impressão alentadora, ao atentar para a verba referente aos transportes de café, que, em 1940, fora de 7.659:450\$400, baixando, em 1941, a 5.059:085\$800.

Entretanto, se a certo aspecto tal observação não nos pode ser de todo agradável, por patentear o abandono progressivo dessa cultura na região servida pelas nossas linhas, é de notar-se que o fato tem um outro significado, muito interessante para o nosso tráfego, pois evidencia que, mesmo com sensível redução de contingente, antes assás apreciável, do café, o resultado geral da receita dos nossos transportes se avantajou ao do ano anterior, tornando-se, de certo modo, bastante animador, com o se dividir entre inúmeros outros produtos, que representam novas e promissoras atividades a se radicarem em nossa zona. Com efeito, em 1941, a rubrica do frete de café acusa a redução de Rs. 2.600:364\$600 em relação ao ano de 1940, ao passo que a receita de outros gêneros consigna o aumento de 4.683:309\$100. E, se confrontarmos o resultado de 1941 com o de 1931, verificamos que a diminuição no transporte de café em 1941 foi de 69,4%, enquanto que o aumento nas demais mercadorias se elevou de 131,5%.

Essa espécie de compensação não é, porém, de molde a satisfazer plenamente a todos os que se interessam pelo maior desenvolvimento da zona Mogiana. Para eles, como para nós, que não descremos da sua completa revitalização, resta-nos aguardar uma atuação patriótica e persistente do nosso Governo no sentido, não só de fomentar a restauração da maior parte possível das antigas culturas de café, da chamada "zona velha", relegadas a um lamentável abandono, como também para estimular a conservação das que ainda resistem à faina des-

truidora, constituindo, pela qualidade de seus produtos, elemento de maior riqueza para o país, e de indiscutível renome para o nosso comércio cafeeiro.

Para justificar uma providência capaz de reanimar a produção do café fino, não é demais lembrar que, ainda recentemente, na praça de Nova York, 150 das suas mais importantes firmas que negociam no gênero, ouvidas pelo escritório do Departamento Nacional de Café naquela capital, foram unâнимes em reconhecer a excelência da última safra do nosso Estado, referindo-se de um modo especial aos cafés produzidos na zona Mogiana.

DÍVIDA EXTERNA E SUA NACIONALIZAÇÃO

Extraímos ainda do citado relatório, documento que reflete com firmeza a vida da Mogiana, os tópicos seguintes sobre a questão da dívida externa:

Desde meados de 1936, que vinha a Diretoria tratando, com o maior empenho, de solucionar a difícil questão da nacionalização da nossa dívida externa, considerada de excepcional relevância, senão de vida ou de morte para a Companhia.

A realização de dois convênios com os portadores de títulos dessa dívida, um em 1932 e outro em 1935, não fôra suficiente para restituir à nossa organização o revigoramento para a volta do seu ritmo de vida, anterior ao ano de 1929, assinalado como marco inicial de um período de crise geral econômico-financeira, de prolongada duração. Múltiplos foram os entendimentos que se processaram, visando a libertação da Companhia da precaríssima situação em que se debatia, jungida a compromissos que se tornam assás onerosos em consequência do nível sensivelmente baixo a que atingira a nossa moeda no mercado cambial.

Em 1937, conforme já tivemos oportunidade de comunicar-vos, a Companhia procurou um entendimento, com os representantes dos nossos credores em Londres, para o fim de encontrar fórmula de solução dos compromissos a que aludimos. A superveniência de eventos de força maior impediu se concretizasse o acôrdo que se gisava em repetidas e demoradas conferências realizadas na City.

Aberto, assim, por força das circunstâncias, um hiato no desenrolar dos trabalhos intentados pela Diretoria, visando liquidar aquela vultosa dívida, não se renunciou a administração superior da Companhia ao estudo de outras soluções.

Para o resgate acordado nos termos da proposta formulada, em conformidade com o contrato autorizado pela assembléia de 28 de junho de 1940 e assinado em data de 13 de setembro do mesmo ano, conseguiu a Diretoria levantar, na Carteira Industrial do Banco do Brasil, um empréstimo de Rs. 98.000:000\$000, sob caução de 550.000 debentures, parte da emissão, cujo lançamento se ajustara pelo contrato acima aludido, ao tipo de 95 e juros de 7% ao ano.

A necessidade de atender às despesas colaterais da operação e de completar a soma precisa para a remessa das £ 1.254.834-0-0, mais £ 40.000-0-0, destinadas ao resgate dos títulos em circulação e outros encargos da

operação, e que calculadas na base de 79\$730 e acrescidas das respectivas taxas de remessa, correspondiam em moeda nacional a Rs. 108.398:970\$561, levou a Diretoria a contrair um outro empréstimo, na Caixa Econômica Federal de São Paulo, da importância de 20.000 contos de réis, juros de 8% ao ano, para ser liquidado em prestações mensais, de capital, e juros, da importância de 191:120\$000. Este empréstimo foi realizado pela Diretoria por contrato de 18 de dezembro de 1941, muito tendo concorrido, para sua conclusão, o apoio que lhe prestou o digno Interventor Federal em São Paulo, em gesto que muito realça sua larga visão e o inteiro devotamento que dedica às causas que tão de perto dizem com o desenvolvimento e progresso do nosso Estado.

A transação efetuada com os portadores de títulos dos empréstimos externos mereceu, por sua vez e antes de tudo, o concurso da valiosa boa vontade do digno Governo Federal, expressa na concessão, pelo Banco do Brasil, dos meios conducentes ao seu completo êxito.

Do valor e extensão dos benefícios que, em consequência dela, deverá auferir a nossa Empresa, bem alto falam os algarismos representativos da responsabilidade que sobre esta pesava na data da liquidação de sua dívida externa, em confronto com o novo compromisso assumido.

Em 6 de novembro de 1941, data da remessa feita pelo Banco do Brasil, a dívida da Companhia se elevava a Rs. 356.789:090\$090. Acrescida a esta importância o valor da taxa de remessa, de 5%, verificar-se-á que o total então devido ascendia a Rs. 374.628:544\$574 e a de 130.000:000\$, valor da emissão autorizada pela assembléia de 28 de junho de 1940.

Mas, essa situação, já por si de todo insustentável, seria enormemente agravada ao retomar a Companhia, pela expiração do prazo do convênio de 1935, o serviço de amortização e juros de tais empréstimos.

Basta considerar que, para ocorrer a êsse serviço, cumprir-lhe-ia despendar, anualmente £ 274.279-0-0, que, ao câmbio de 79\$730, da liquidação dos seus empréstimos externos, mais a taxa de remessa, de 5%, se elevaria, em moeda nacional a Rs. 22.961:677\$903, quantia superior à média anual da renda líquida apurada pela Companhia nos últimos 5 anos.

E' de ponderar ainda, que a importância a ser empregada pela Companhia para a amortização e juros do empréstimo interno de 130.000:000\$000 não excederá de 9.410:780\$500, ou seja menos da metade da que deveria ela gastar na vigência dos contratos dos empréstimos externos.

Os títulos da emissão de 130.000:000\$000 estão sendo regularmente colocados nesta praça e na do Rio de Janeiro, encontrando-se em dia o pagamento dos juros relativos ao semestre vencido a 31 de dezembro último.

Por escritura de 26 de novembro de 1941, das notas do 21.º tabelião da Capital, o Bank of London And South America Ltd. e The British Bank of South America Ltd., outorgaram a esta Companhia plena quitação dos empréstimos de 1911, 1914 e 1927, em consequência do que foi já dada baixa nas inscrições hipotecárias relativas a tais empréstimos.

IMPOSTOS, CAPITAL RECEBIDO, ETC.

Outros tópicos sugestivos constam do relatório último da Mogiana e que se tornam dignos de conhecimento pelo público desta Revista

No ano em exame a Companhia arrecadou, — informa êsse documento — a título de impostos e por conta do Governo do Estado de Minas Gerais, a importância de Rs. 1.665:077\$800. De imposto sobre a renda, sobre juros dos seus empréstimos externos, relativos aos anos de 1933 a 1936, a Companhia pagou a soma de Rs. 3.285:897\$200, Supremo Tribunal Federal, nos 2 executivos que lhe foram intentados nesta capital, para a cobrança daquele imposto. Além dêsse tributo, pagou, ainda, a Companhia o de indústrias e profissões e de direitos alfandegários e outros somados em Rs. 523:287\$400.

O capital reconhecido pelo Governo do Estado de São Paulo como efetivamente aplicado nas diversas linhas da Companhia até 31 de dezembro de 1939, era de 206.898:947\$500. Está, ainda, em andamento, a tomada de contas para apuração das despesas de custeio e de capital referentes e outros.

O quadro seguinte registra o movimento de transferências de ações realizado durante o ano próximo passado, em confronto com o de 1940.

TRANSFERÊNCIAS	EM 1941	EM 1940	DIFERENÇA
Por venda.....	52.544	149.870	-- 97.326
Por herança, doação, etc.....	13.046	13.224	-- 179
Por caução.....	6.427	3.023	+ 3.404
Por baixa de caução.....	4.560	2.993	+ 1.567
TOTAL.....	76.577	169.110	-- 92.533

DADOS ESTATÍSTICOS

Os registros estatísticos apresentam o movimento de algumas atividades da Mogiana:

PASSAGEIROS — O número de passageiros transportados em 1941 foi de 2.685.121, com a renda de Rs. 12.533:516\$200, tendo sido de 2.720.996 os passageiros transportados em 1940, acusando a renda de 12.278:612\$700 e denotando, assim, a diminuição de 35.875 passageiros e o aumento de Rs. 254:903\$500 na renda.

O número de imigrantes transportados gratuitamente foi de 1.424, importando em 5:984\$300 a renda que a Companhia deveria perceber si houvessem sido cobradas as respectivas passagens.

ENCOMENDAS E BAGAGENS — Os despachos de encomendas e bagagens, totalizando 47.870 toneladas, produziram a renda de 3.711:067\$200, contra 45.582 toneladas e 3.350:703\$900, em 1940, resultando, portanto, os aumentos de 2.278 toneladas e 360:363\$300.

TELEGRAMAS — Os despachos telegráficos pagos elevaram-se a 165.876, com a renda de Rs. 344:794\$000. Em 1940 o número deles foi de 165.405, com a renda de 339:740\$000, verificando-se os acréscimos de 471 despachos e 5:009\$000.

MERCADORIAS — a) *Café* — Durante o ano, foram transportadas 82.564 toneladas de café, cuja renda importou em 5.059:085\$800, tendo sido de 120.635 o número de toneladas transportadas em 1940, com a renda de Rs. 7.659:450\$400 notando-se, assim, as diminuições de 38.071 toneladas e Rs. 2.600:364\$600.

b) — *Outros Gêneros* — Os transportes de outros gêneros representavam 1.057.192 toneladas, tendo sido de 35.464.908\$400 a sua renda. Em 1940, êsses transportes acusaram 973.950 toneladas e a receita de 30.781:599\$300, tendo havido, dessa maneira, os acréscimos de 83.242 toneladas e Rs. 4.683:309\$100.

ANIMAIS — O número de animais despachados foi de 117.135, registrando a renda de Rs. 1.777:354\$100, contra 117.192 cabeças e Rs. 1.742:150\$400 no ano anterior, resultando, pois, a diminuição de 57 cabeças e o aumento de Rs. 35:193\$700 na renda.

CAFE' DESPACHADO — Os cafés despachados na safra de 1940 a 1941 ascenderam a 2.326.105 sacas, registrando-se, assim o aumento de 341.010 sacas em relação aos despachos do ano transato.

O quadro que segue reproduz os dados da receita a que atrás nos referimos:

VERBAS	EM 1941	EM 1940	DIFERENÇA
Passageiros.....	12.533:516\$200	12.278:612\$700	+ 254:903\$500
Encom. e bag..	3.711:067\$200	3.350:703\$900	+ 360:363\$300
Animais.....	1.777:354\$100	1.742:150\$400	+ 35:203\$700
Cafés.....	5.059:085\$800	7.659:450\$400	- 2.600:364\$600
Outros gêneros.	35.464:908\$400	30.781:599\$500	+ 4.683:309\$100
Telegramas.....	344:333\$200	339:749\$000	+ 4:584\$200
Armazenag. etc.	1.007:629\$500	1.261:854\$100	- 254:224\$600
Outras receitas acessórias....	1.275:093\$684	1.035:656\$925	+ 239:436\$759
Taxa adicional.	3.718:710\$800	4.016:667\$600	- 297:956\$800
	64.891:698\$884	62.466:444\$525	+ 2.425:254\$559

ARMAZENS REGULADORES E ALMOXARIFADO

No funcionamento dos armazens reguladores de café sítos em Ribeirão Preto, Casa Branca e Campinas, continua a Companhia a observar com a devida regularidade as prescrições estabelecidas nos contratos respectivos. A conservação dêsses armazens custou à Companhia, no ano próximo findo, a quantia de Rs. 300:168\$585. De 1935 a 1941 essa despesa importou em Rs. 2.015:791\$152. A existência de cafés procedentes das linhas da Mogiana, nos reguladores, era, a 31 de dezembro, de 2.283.711 sacas.

Em 31 de dezembro, os materiais existentes no Almo-xarifado representavam a soma de Rs. 18.311:747\$127, ascendendo a Rs. 22.990:475\$764 o valor das compras realizadas durante o ano.

AS TAREFAS DE REFLORESTAMENTO

Estiveram a cargo da chefia dessa repartição os imóveis destinados pela Companhia à cultura florestal e principalmente à do eucalipto, para atender às suas necessidades de combustível e dormentes. São os seguintes imóveis que fazem parte do departamento: — "Fazenda Mogiana", sita em Itapira com a área de 485 alqueires paulistas; "Fazenda Santa Maria", em São Simão, com 1.150 alqueires; Horto Florestal "Antônio Mercado", situado em Casa Branca, com 332 alqueires; "Fazenda Boa Sorte", sita em Franca, com 1.185 alqueires e "Fazenda Estiva", sita em Uberlândia. Outras áreas de terrenos, em

Ribeirão Preto, Mogi-Mirim e Guedes estão, igualmente, sendo utilizadas para o plantio de eucaliptos.

FAZENDA MOGIANA — Em 31 de dezembro, o número de pés de eucaliptos dessa fazenda era de 2.354.246. Durante o ano foram cortados 15.841,5 mc., sendo fornecidos à Locomoção 19.291.

A fazenda forneceu, também, a diversas divisões da Estrada 413.500 tijolos fabricados em olaria própria, tendo em estoque, a 31 de dezembro 53.300 tijolos.

Existiam nesse imóvel 146 equinos e 165 bovinos.

FAZENDA SANTA MARIA — O número de eucaliptos existentes nessa fazenda em 31 de dezembro elevava-se a 1.590.122. Produziu ela 58 sacas de café, 117,5 arrobas de algodão e 35.000 litros de leite.

Eram os seguintes os animais com que contava êsse imóvel ao findar o ano: 51 equinos, 35 suínos e 296 bovinos.

HORTO FLORESTAL "ANTÔNIO MERCADO" — Os eucaliptos dêsse horto que ocupam inteiramente a sua área cultivável, eram em número de 1.659.890. Possui ali a Companhia 18 equinos.

FAZENDA BÔA SORTE — Foram plantados nessa fazenda 147.283 pés de eucaliptos. Possuía a mesma, em 31 de dezembro, 694 bovinos, 43 equinos, 352 suínos e 50 lanígeros.

A sua produção foi de 380 sacas de café, dos quais foram cortados 7.004, que apresentavam produção muito reduzida.

FAZENDA ESTIVA — Não foi possível ainda iniciar-se o trabalho de cultura de eucalipto nessa fazenda, o que esperamos fazer dentro em breve.

A despesa total do departamento importou em 821:074\$582 elevando-se a receita a Rs. 347:594\$100. No último dia do ano, o número total de eucaliptos existentes nas diversas propriedades da empresa montava em 5.823.241.

NÚMEROS EXPRESSIVOS REFERENTES AO TRÁFEGO

ESTAÇÕES: — Não houve modificação no número de estações que, em 31 de dezembro, era de 197, sendo 121 nas linhas Tronco e Ramais; 25 na de Rio Grande e Caldas; 17 na de Catalão; 1 no trecho mineiro do Ramal de Guaxupé; 27 nas linhas de Tuiuti a Passos e Guaxupé a Biguatinga e 6 na Iguarapava a Uberaba.

POSTOS — Existiam, como no ano anterior, 31 postos telegráficos, dos quais 18 nas linhas Tronco e Ramais, 2 nas do Rio Grande e Caldas, 10 na de Catalão e 1 nas de Tuiuti a Passos e Guaxupé a Biguatinga.

TRÁFEGO MÚTUO E TRÁFEGO DIRÉTO — Os convênios sobre tráfego mútuo e tráfego diréto existentes com outras vias férreas continuam a ser devidamente observados com inteiro proveito para o bom andamento dos serviços ferroviários e real comodidade para o público.

MATERIAL DE TRANSPORTE — A circulação de carros durante o ano acusou a média mensal de 275, assim relacionada: 178 para passageiros, 73 para bagagem e correio e 24 para animais. A média mensal do movimento de vagões foi de 2.571, sendo: 236 gaiolas,

1.407 cobertos; 927 razos e 2 guindastes; havendo circulado, mais, em nossas linhas 585 vagões de estradas estranhas.

TRENS E VEÍCULOS REBOCADOS — Em 1941 trafegaram 94.086 trens, sendo: 1.695 de automotrizs, 19.443 de passageiros, 15.325 mixtos, 40.654 de mercadorias e 16.969 E. S. C. O número de veículos rebocados foi de 692.541.

TELÉGRAFO — A repartição do telégrafo contribuiu com inteira eficiência para a regularidade dos serviços da Estrada. Conta essa seção com 443 aparelhos Spagnoletti, 112 telefônicos, 11 fonopóricos e 280 de estafes elétricos. Os condutores telefônicos tinham a extensão de 39 quilômetros, sendo de 1.955,8 quilômetros a dos condutores telegráficos, com o desenvolvimento de 7.263,8 quilômetros.

HORÁRIO — Desde 15 de abril entrou em vigor novo horário de trens, aprovado por atos do Governo Federal de 5 de abril e do Governo deste Estado de 4 do mesmo mês.

MATERIAL RODANTE

LOCOMOTIVAS — Em 31 de dezembro a Estrada possuía 213 locomotivas em serviço, das quais 84 para trens de passageiros, 121 para trens de cargas e 8 para manobras.

AUTOMOTRIZ — No trecho de Ribeirão Preto a Pontal, acha-se em circulação a automotriz construída nas oficinas da Companhia, em Campinas.

CARROS — Em 31 de dezembro o número de carros em condições de serem utilizados para o serviço da Estrada era de 320, sendo 305 para a bitola de 1,00 m. e 18 para a de 0,60 m.

VAGÕES — Durante o ano foram retirados do tráfego, por imprestáveis, 30 vagões, tendo sido construídos 8. O número total dos existentes era de 2.914, dos quais 2.816 para a bitola de 1,00 m. e 98 para a de 0,60 m.

SERVIÇO DE LINHAS

Nada de anormal ocorreu nessa Divisão, que, com solícita atenção e diligência, não poupou esforços para trazer a linha em ótimas condições de conservação e atender aos demais serviços que lhe dizem respeito, informa o relatório.

EXTENSÃO DAS LINHAS — Não sofreu modificação a extensão das linhas principais que, em dezembro último, era de 1.963,562 kms., dos quais 1.879,116 da bitola de 1,00 m. e 84,446 da de 0,60 m. São de concessão do estado de São Paulo 1.071,723 kms.; de concessão federal 877.882 kms., e de concessão do estado de Minas Gerais 13,957 kms. As linhas acessórias e desvios tinham a extensão de 256,426 kms.

MELHORAMENTO DO TRAÇADO — As obras de melhoramento de traçado estão sendo executadas com a possível presteza, esperando a Diretoria que, uma vez concluídas, possa a Estrada experimentar grande melhoria no tráfego dos trechos ferroviários em que se realizam tais serviços.

O trecho de Jaguarí a Guedes está com a terraplenagem praticamente concluída, acontecendo o mesmo na parte que diz respeito às obras de arte correntes.

No ramal de Caldas, o trecho compreendido entre o quilômetro 70 e a estação de Poços de Caldas deverá, também, sofrer modificação cujos estudos já estão ultimados e visam melhorar as condições técnicas, que passarão de 3 a 3,4% e raio de 80 ml. para 2% e raio mínimo de 150 ml. respectivamente. Nesse ramal serão empregados 30 quilômetros de linha de trilhos recebidos dos Estados Unidos da América do Norte no ano próximo findo e cujo custo importou em 3.086:613\$800.

Os serviços do trecho de Ur-Uberlândia, cuja modificação foi aprovada pela portaria n. 222, de 21 de março de 1941, foram atacados em agosto, tendo os trabalhos atingido, em 31 de dezembro, as barrancas do Rio Uberabinha.

DIVISÃO COMERCIAL E COMP. MOGIANA DE TRANSPORTES

Nessa Divisão continuaram a merecer o mais cuidadoso e esclarecido exame as questões que se relacionam com o aumento dos transportes e outras atinentes aos legítimos interesses da Estrada e visadas no programa traçado, quando da fundação da referida seção.

Os trabalhos afetos à Divisão Comercial são, na sua parte principal, realizados em conformidade com convênio firmado com a Companhia Mogiana de Transportes, empresa fundada com o concurso da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que é possuidora de 1.471 ações daquela Companhia, do valor nominal de 200\$000 cada uma.

A situação da Companhia Mogiana de Transportes, subsidiária desta Empresa, é plenamente satisfatória, sendo que, em 31 de dezembro último, o seu ativo montou em 1.666:581\$600, e o passivo em 1.017:922\$300.

CONTRIBUIÇÃO PARA A CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Para a Caixa de Aposentadoria e Pensões, esta Companhia arrecadou e depositou, mensalmente, os descontos e rendas devidos à mesma Caixa e na importância de 4.002:316\$600, conforme a seguinte demonstração:

4 1/2% sobre os vencimentos dos empregados	1.123:297\$600
1 1/2% sobre a renda bruta da Estrada	1.317:122\$500
2% sobre as tarifas	1.173:477\$500
Importância das jóias, promoções e vida atrasada	247:824\$900
Importância das multas	18:250\$200
Ordenados não pagos	4:683\$600
Excessos não restituídos	63:660\$300

No ano precedente essa arrecadação importou em 4.053:533\$000.

EMPREGADOS

O número total de empregados da Companhia em 31 de dezembro, elevava-se a 7.668, sendo 31 no Escritório Central, 7.470 nas diversas Divisões da Inspetoria Geral e 167 no Departamento Florestal. As despesas com o pessoal montaram em 27.882:332\$200.

Verifica-se assim que a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, graças a uma direção segura e das mais equilibradas, vem preencher a sua finalidade e continuando a sua obra de estímulo e segurança para a vida econômica de S. Paulo.

Intercâmbio Externo

NA presente guerra, para efeito dos nossos negócios, há que distinguir duas fases inteiramente distintas: a européia e a asiática, ou a do Atlântico e a do Pacífico.

Ainda que pareça um paradoxo, a primeira foi, para nós, até certo ponto, superficial se comparada com a segunda que, esta sim, foi profunda não só por ter eliminado a Ásia do intercâmbio comercial e ter envolvido os Estados Unidos e o Japão, duas nações de participação fundamental no comércio do mundo, mas sobretudo por seus reflexos na marcha do nosso progresso.

Até então, as repercussões internas, em consequência da natureza e da disposição geográfica dos países em luta, haviam sido por assim dizer limitadas, no que diz respeito ao nosso país. A Grã Bretanha e os Estados Unidos abasteciam-se preferencialmente na Ásia de quanta matéria prima necessitavam, deixando as nossas para um segundo plano. De seu lado, nos abasteciam da maquinária que a Alemanha deixara de nos mandar. Além disso, o Japão continuava a abarrotar os mercados latino-americanos de manufaturas baratas, deslocando as nossas por questões de preços e de compensações.

Mas desde que estes dois últimos países se empenharam na luta, todas as facilidades que haviam perdurado para eles, assim como a maior parte das dificuldades que se antepunham, desapareceram como por encanto. Os Estados Unidos e a Grã Bretanha ficaram sem as matérias primas estratégicas asiáticas, e a América Latina sem as manufaturas dessa procedência, bem como reduzida em seus suprimentos de maquinário norteamericano, devido ao ter os Estados Unidos de monopolizar na indústria bélica a quasi to-

talidade de seu parque industrial, além da necessidade em que se viram de sacrificar a produção de certas utilidades devido àquela escassez de matérias primas.

Em compensação, às matérias primas latino americanas foi distribuído o papel anteriormente pertencente às terras conflagradas além Pacífico.

O Brasil se enquadra nesse panorama de maneira muito especial, exatamente por causa da singularidade de sua economia: tem todas as riquezas dos três reinos da natureza asiática e tem um parque industrial cujo potencial já se encontra quase em condições de assumir as responsabilidades inerentes a grande parte dos reclamos de utilidades de consumo popular dos seus irmãos do hemisfério.

Assim, se confrontarmos as cifras da nossa balança comercial, relativas aos últimos anos, a partir de 1939, quando começou a guerra, chegaremos a conclusões bastante lógicas quanto àquela quebra de ritmo de que falamos.

O quadro 1 dá uma idéia do que seja a mutação a que nos referimos, muito embora esteja apenas no começo a influência de tais fatores.

Nos valores da exportação de mercadorias brasileiras, todos os continentes não americanos vão progressivamente reduzindo suas proporções: 56,04% em 1939 e 18,49% no primeiro trimestre de 1942. Enquanto isso, o americano marcha na razão inversa, acentuando consideravelmente sua participação no intercâmbio externo do Brasil: 43,96% em 1939 e 81,51% no primeiro trimestre de 1942.

Nos valores da importação de mercadorias estrangeiras por parte do Brasil, o fenômeno é idêntico. Passamos de comprar aos demais continentes 49,85%, como aconteceu em 1939, para adquirirmos apenas

Intercâmbio externo do Brasil por continentes

QUADRO 1

CONTINENTES	1939		1940		1941		1942 (x)	
	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%
EXPORTAÇÃO								
África	75 764	1,54	89 910	1,81	84 735	1,26	18 918	1,05
América	2 466 812	43,96	2 733 509	55,17	5 077 714	75,45	1 469 341	81,51
Ásia	488 453	8,68	464 724	9,36	427 552	6,35	13 224	0,75
Europa	2 580 883	45,96	1 667 784	33,57	1 130 288	16,80	300 446	16,67
Oceanía	5 627	0,06	4 611	0,09	9 112	0,14	—	—
TOTAIS	5 615 519	100,00	4 960 558	100,00	6 729 401	100,00	1 802 731	100,00
IMPORTAÇÃO								
África	20 723	0,42	17 100	0,34	8 626	0,16	5 703	0,39
América	2 499 047	50,15	3 687 014	74,28	4 597 525	83,37	1 264 012	87,22
Ásia	146 735	2,93	211 236	4,26	171 555	3,11	30 562	2,11
Europa	2 515 009	46,46	1 048 574	21,12	735 031	13,33	149 031	10,28
Oceanía	2 118	0,04	225	0,00	1 680	0,03	—	—
TOTAIS	4 985 632	100,00	4 964 149	100,00	5 514 417	100,00	1 449 508	100,00

(x) — Primeiro trimestre.

Exportação do Brasil para os países da América

QUADRO 2

P A Í S E S	1 9 4 2 (x)		1 9 4 1		1 9 4 0		1 9 3 9	
	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%
AMÉRICA DO NORTE E CENTRAL								
Antilhas Holandesas.....	440	0,03	1.545	0,03	720	0,03	471	0,02
Canadá.....	23.106	1,57	231.292	4,55	105.248	3,85	18.971	0,77
Cuba.....	853	0,05	11.200	0,22	6.483	0,23	574	0,02
Estados Unidos.....	1.094.411	74,49	3.831.590	75,46	2.096.378	76,71	2.050.809	82,32
Guadelupe.....	2.149	0,14	3.184	0,06	797	0,03	—	—
Martinica.....	4.199	0,28	7.641	0,15	21	0,00	156	0,20
México.....	324	0,02	4.257	0,08	3.212	0,11	1.612	0,06
Panamá.....	1.643	0,11	—	—	—	—	723	0,03
República Dominicana.....	1.941	0,13	—	—	—	—	135	0,00
Trinidad.....	753	0,05	5.398	0,11	4.151	0,15	3.227	0,13
Outros.....	1.149	0,08	7.622	0,15	4.401	0,16	3.859	0,15
TOTAL.....	1.150.968	76,97	4.103.729	80,82	2.221.391	81,26	2.060.557	83,53
AMÉRICA DO SUL								
Argentina.....	196.393	13,36	616.608	12,14	358.088	13,09	310.103	0,12
Bolívia.....	3.543	0,24	7.977	0,15	11.684	0,47	2.568	12,57
Chile.....	28.714	1,95	85.191	1,67	34.109	1,23	22.613	0,91
Colômbia.....	22.534	1,52	71.470	1,40	12.244	0,44	7.166	0,29
Equador.....	2.685	0,18	4.635	0,09	1.669	0,06	311	0,01
Guiana Francesa.....	4.010	0,27	9.954	0,19	550	0,00	54	0,00
Guiana Holandesa.....	1.684	0,11	—	—	—	—	177	0,00
Paraguai.....	6.726	0,46	6.992	0,14	3.642	0,13	3.558	0,14
Perú.....	3.054	0,20	13.316	0,26	7.318	0,26	1.148	0,05
Uruguai.....	51.171	3,48	105.953	2,08	72.854	2,62	55.371	2,24
Venezuela.....	18.026	0,12	50.780	1,00	8.959	0,32	2.995	0,12
Outros.....	53	0,00	1.109	0,02	1.001	0,04	411	0,02
TOTAL.....	558.373	25,03	973.985	18,58	512.118	18,73	406.273	16,47
TOTAL GERAL.....	1.469.341	100,00	5.077.714	100,00	2.733.509	100,00	2.466.812	100,00

(x) — Primeiro trimestre.

12,78%, como ocorreu no primeiro trimestre do ano em curso, ao passo que o americano nos vendeu, nos referidos períodos, 50,15% e 87,22%, respectivamente.

Vejamos agora como se distribue, pelo Hemisfério Ocidental, a progressão das nossas vendas. Tomaremos para tanto os principais países do norte, do centro e do sul conforme o quadro 2.

Via de regra, todos aumentaram suas compras no Brasil, mas muito poucos as suas vendas. E' que, salvo exceções, de causas conhecidas, como a das manufaturas de alto porte e certos metais preciosos, e a do trigo argentino, imprescindíveis à nossa atividade e à nossa subsistência, as coordenadas principais estão na corrida de todos, de uma parte às manufaturas que produzimos, em especial os tecidos de algodão e, de outra, às nossas necessidades cada vez maiores de maquinismos e de determinadas matérias primas que ainda não estamos extraindo do nosso sub-solo.

A influência que essa circunstância exerce sobre a nossa produção para venda externa e as aquisições para consumo ou utilidade internas, é fundamental.

O quadro 3 se encarrega de comprovar o que acima ficou dito.

O que se deduz dessas cifras é bastante claro. O Brasil, para intensificar a sua produção daquilo que os seus irmãos do Continente estão necessitando, está im-

portando em escala crescente os elementos complementares ao adequado aparelhamento de suas indústrias e de seus transportes.

Assim, nos valores da Exportação verificamos uma ascensão violenta das Manufaturas, que passaram de sua base de 0,85% em 1939, para a de 9,77% no primeiro trimestre de 1942.

Tomando-se o ano de 1939 por base, verifica-se que as Manufaturas exportadas em 1941 tiveram uma elevação de valor correspondente a 676,16%.

Ao mesmo tempo, embora não ofereçam modificação substancial quanto à sua posição no quadro geral, as Matérias Primas e os Gêneros Alimentícios aumentaram de valor. Deve-se essa permanência das referidas classes nas respectivas categorias aos produtos vegetais e minerais e ao café.

Nos valores da Importação acontece fato cujo sentido é análogo ao que oferecem os da Exportação. Referimo-nos especialmente à classe das Matérias Primas, que passaram de 29,87% em 1939, para 37,23% em 1942 (primeiro trimestre). E' a confirmação da nossa industrialização.

Enquanto nossas exportações de manufaturas aumentam, aumentam paralelamente nossas importações de matérias primas, circunstâncias que nos levam ao encontro de um velho axioma econômico característico das nações que atingiram estadios elevados.

Intercâmbio externo do Brasil por classes

QUADRO 3

CLASSES	1939		1940		1941		1942 (x)	
	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%
EXPORTAÇÃO								
Animais Vivos.	173	0,00	372	0,00	255	0,00	92	0,00
Matérias Primas.	2.328.444	41,47	2.142.557	43,19	3.247.736	48,26	741.478	41,13
Gêneros Alimentícios.	3.239.348	57,68	2.687.807	54,16	3.112.319	46,25	885.302	49,10
Manufaturas.	47.554	0,85	129.802	2,65	369.091	5,49	175.859	9,77
TOTAIS	5.615.519	100,00	4.960.538	100,00	6.729.401	100,00	1.802.731	100,00
IMPORTAÇÃO								
Animais Vivos.	30.898	0,59	43.905	0,89	41.824	0,76	11.659	0,80
Matérias Primas.	1.488.344	29,87	1.670.676	33,86	1.837.572	33,32	540.597	37,23
Gêneros Alimentícios.	626.717	12,59	732.971	14,66	751.827	13,63	214.793	14,80
Manufaturas.	2.837.673	56,95	2.516.597	50,59	2.883.194	52,29	682.259	47,17
TOTAIS	4.983.632	100,00	4.964.149	100,00	5.514.417	100,00	1.449.508	100,00

(x) — Primeiro trimestre.

Por outro lado, no movimento que vêm tendo as principais mercadorias de exportação, encontramos da mesma maneira a confirmação daquela tendência. (quadro 4).

A principal conclusão, entre as muitas que tais estatísticas nos sugerem é o grande salto dado pelos tecidos de algodão, que do 17.º lugar que ocupavam em 1939, passaram ao 2.º nos três primeiros meses deste ano, depois de terem passado sucessivamente para o 13.º em 1940 e para o 7.º em 1941, deslocando o algodão em rama, que de há muito acompanhava inseparavelmente o café.

Outra ocorrência que infunde propriedade ao fenômeno cuja existência estamos constatando, é o preço da tonelada negociada. Seu aumento indica também uma valorização favorável a nós, segundo se depreende dos dados do quadro 5.

Ao passo que a tonelada de venda subiu de 1:342\$ (1939) a 2:448\$ (primeiro trimestre de 1942), isto é,

mais de 82% em três anos, a tonelada de compra progrediu no referido período mais lentamente, passando de 1:042\$ para 1:382\$, ou quasi 32%.

A diferença entre uma e outra progressão é grande, sobretudo si se considerar que as dificuldades provenientes do drama dos transportes marítimos são comuns a ambas. Por exemplo, o movimento marítimo dos portos do Rio e de Santos. (quadro 6)

Estando incluídas entre os referidos totais as unidades de cabotagem, cuja participação pode ser calculada em mais de 90% e cujo movimento é progressivo de ano para ano, conclue-se que a redução do comércio marítimo internacional é impressionante.

Veja-se o movimento de janeiro a março deste ano, comparado com o de igual período do ano passado conforme o quadro 7.

Sabe-se que o volume físico do nosso intercâmbio foi reduzido exatamente, ou exclusivamente, por causa do obstáculo a que aludimos, o qual sem dúvi-

Principais mercadorias exportadas pelo Brasil

QUADRO 4

PRODUTOS	1942 (x)		1941		1940		1939	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Café.	1	35,24	1	29,97	1	32,04	1	39,78
Tecidos de algodão.	2	7,32	7	3,10	13	1,38	17	0,52
Algodão em rama.	3	6,56	2	15,01	2	16,89	2	20,65
Cêra de carnaúba.	4	5,77	6	4,29	7	3,41	6	2,14
Peles e Couros.	5	4,22	4	4,49	4	4,47	3	4,38
Cacáu.	6	3,65	3	4,68	6	3,87	4	4,00
Carnes em conserva.	7	3,55	5	4,48	5	4,46	5	2,13
Madeiras.	8	2,98	10	2,21	10	1,71	7	1,95
Bagas de mamona.	9	2,89	9	2,81	8	2,41	19	1,71
Carnes frigoríficas.	10	2,38	12	2,19	3	4,93	8	1,78
Óleos vegetais.	11	2,23	8	2,85	9	1,93	11	1,22
Coquilhos de babaçú.	12	1,84	18	0,85	15	0,98	13	1,06

(x) — Primeiro trimestre.

Movimento dos portos do Rio de Janeiro e Santos

QUADRO 7

ESPECIFICAÇÕES	UNIDADES				TONELAGEM			
	1941		1942		1941		1942	
	QUANTIDADES	%	QUANTIDADES	%	QUANTIDADES	%	QUANTIDADES	%
NAVEGAÇÃO								
Cabotagem.....	1.361	100,00	1.328	97,57	1.034.150	100,00	1.078.351	104,27
Longo.....	523	100,00	422	81,07	1.929.283	100,00	1.226.718	63,58
TOTAL.....	1.884	100,00	1.750	92,88	2.963.433	100,00	2.305.069	77,78
NACIONALIDADE								
Brasileiros.....	1.458	100,00	1.405	96,36	1.344.777	100,00	1.317.780	97,98
Estrangeiros.....	426	100,00	345	80,98	1.618.656	100,00	987.289	60,98
TOTAL.....	1.884	100,00	1.750	92,88	2.963.433	100,00	2.305.069	77,78

(x) — Primeiro trimestre.

da nenhuma está afetando os interesses nossos e daqueles com os quais mantemos relações de comércio ou de cooperação. Mas essa redução de volume há de desaparecer em breve, quando as democracias venham a pôr em execução seus planos de repressão intensiva à pirataria submarina, no Atlântico sul, para o que, certamente, estará faltando muito pouco, quer quanto a tempo, quer quanto a material.

Nessa ocasião estaremos, também nós, brasileiros, em condições de dar em torrentes de fornecimentos o máximo de nossa contribuição à vitória definitiva dos direitos do homem à liberdade e à dignidade essenciais à sua própria condição. E' que, então, já teremos posto em prática as grandes medidas destinadas a multiplicar em todos os setores a nossa capacidade produtiva, já de si bastante ampliada pela dinâmica própria da nossa evolução e, também, ultimamente, em razão daquelas circunstâncias que afastaram da concorrência internacional quase todos os demais produtores de riquezas similares às nossas.

VALOR MÉDIO DA TONELADA NEGOCIADA PELO BRASIL

QUADRO 5

A N O S	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
1939.....	1:342\$000	1:042\$000
1940.....	1:532\$000	1:145\$000
1941.....	1:903\$000	1:361\$000
1942 (x).....	2:448\$000	1:382\$000

(x) — Primeiro trimestre.

MOVIMENTO DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO E DE SANTOS

QUADRO 6

ESPECIFICAÇÃO	1939	1940	1941
Unidades..	7.732 100,00	7.967 103,04	7.485 96,80
Tonelagem.	21.647.000 100,00	15.415.000 71,30	11.538.000 53,50

Esse impulso definitivo que levará nosso país às culminâncias no concerto das grandes nações da terra, devemô-lo sem dúvida aos fraternais acôrdos firmados com os nossos irmãos norte americanos, os quais nos colocaram na destacada posição de segundo arsenal americano das democracias em luta pela sobrevivência de um mundo em que os povos sejam livres e amigos.

BANCO ITALO-BELGA**SOCIEDADE ANÔNIMA BELGA**

CAPITAL: 100.000.000 DE FRANCOS

RESERVAS: 100.000.000 DE FRANCOS

CAPITAL PARA O BRASIL 12.000 CONTOS

RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO
SANTOS — CAMPINAS**O BANCO ITALO-BELGA, S. A.,**

PELAS SUAS SÉDES:

DE LONDRES (ITALO-BELGIAN BANK)
100, OLD BROAD STREET, 100

DE BUENOS AYRES E MONTEVIDÉO E

PELOS SEUS CORRESPONDENTES NA AMÉRICA DO NORTE

(GUARANTY TRUST COMPANY OF NEW YORK, CHASE
NATIONAL BANK E IRVING TRUST COMPANY)

CONTINÚA AO INTEIRO DISPÔR DE SUA PREZADA CLIENTELA PARA QUALQUER OPERAÇÃO NO EXTERIOR.

A Situação do Café

— Leopoldo de Andrade

MAIO foi, para o café, um mês de análises e expectativas. Análise do que passou, no exercício anterior, queremos dizer, no decorrer do ano de 1941, e expectativa sobre a política a ser seguida na safra de 1942/1943, a iniciar-se, oficialmente, a 1.º de julho próximo. Porque, do ponto de vista comercial, maio foi um mês fraco. As dificuldades criadas à navegação, pela guerra, influíram muito particularmente sobre a exportação, que foi pequena, e sobre os preços, que afrouxaram um pouco.

Durante o mês que passou, o Brasil conseguiu enviar para o exterior apenas 761.242 sacas de café, quantidade relativamente reduzida se considerarmos o que necessitamos fazer sair dos nossos portos, mensalmente, para cumprirmos o Convênio Interamericano do Café, ou melhor, para preenchermos a quota que nele nos foi reservada, para o presente "ano de controle" (1.º de outubro de 1941 a 30 de setembro de 1942) e pequena também em relação à exportação de abril, quando enviamos para o estrangeiro 950.923 sacas.

Daí, termos afirmado, acima, que o mês foi antes de análise e previsão. Esta asserção está ligada ao fato de, durante ele, ter-se verificado a reunião do Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café.

De acordo com os termos do Convênio dos Estados Cafeeiros em vigor, que é o de 3 de abril de 1941, aquele corpo deve reunir-se, em sessão ordinária, duas vezes por ano: em abril e em outubro. Na primeira, para receber a prestação de contas do D. N. C.; na segunda, para votar o orçamento do exercício seguinte.

Desta vez, a reunião de abril, se bem que iniciada nos últimos dias daquele mês, realizou-se, praticamente, em maio. E como, de acordo com o Convênio, deveria opinar sobre a "quota de equilíbrio", a ser imposta à próxima safra, quota a ser fixada pelo D. N. C., passou-se o mês a fazer conjecturas sobre a situação na safra futura, bem como a estudar os fatos referentes ao ano de 1941, expostos que foram no Relatório apresentado ao Conselho Consultivo pelo Presidente daquela instituição autárquica, sr. Jayme Fernandes Guedes.

Um Relatório é sempre coisa burocrática, terra a terra. O Brasil está cheio de Conselhos e de Instituições estatais, para-estatais e particulares, que, anualmente recebem relatórios das suas diretorias ou apresentam relatórios ao público.

Com os da presidência do Departamento Nacional do Café, porém, a coisa tem sido diferente. Desde que se encontra à frente daquela instituição o sr. Jayme Fernandes Guedes, força é reconhecer que os Relatórios perderam, inteiramente, o seu aspecto formal e burocrático, para se transformarem em valiosos estudos da situação em que se encontra, no país, o seu principal produto de exportação. Por eles, pode-se saber como vai marchando o café, quais os rumos impostos à sua política, quanto o produto rende ao Brasil, como está passando a classe dos lavradores, quais as possibilidades de colocação da mercadoria, quais foram e quais deverão ser os níveis de preço. Em suma, as exposições do sr. Jayme Guedes são verdadeiros catecismos cafeeiros, o que vale dizer, um repositório de fatos criticados, que tem importância capital para a economia geral da nação, sabido o papel que, em nossa vida de trabalho, tem a lavoura e o comércio cafeeiros.

O Relatório apresentado neste ano, pelo sr. Jayme Guedes, ao Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café é uma peça que encarou o problema cafeeiro de maneira lata, pondo-o em equação dentro da economia do Brasil, e estudando-o de todos os seus ângulos, desde o mezinho fenômeno dos preços e os fatores que sobre ele influíram, até a modificação do regime das chuvas, causador das secas que, em 1940, assolaram as plantações paulistas, afetando as colheitas seguintes.

Isto, do ponto de vista interno, porque, do ponto de vista externo, a situação delineada ainda é mais complexa. E' complicada para todo e qualquer artigo de exportação, especial-

mente, no momento presente para o café que não é tão vital como a carne ou o trigo e cujos mercados ficaram reduzidos de quase metade, em virtude da guerra que explodiu em 1939 e que já agora se

espalhou, como um incêndio sinistro, sobre toda a face da terra.

O relatório, porém, não se limitou a fazer obra de analista de coisas passadas. A apresentação dos fatos do café, em 1941, é feita de maneira crítica, indicando não só como se passaram, mas também a interferência do Departamento Nacional do Café, para orientá-las, neste ou naquele sentido, e os motivos por que assim procedeu.

E não é só isso. O mais importante, para se julgar a obra de um administrador, não é a justificação dos motivos por que procedeu, mas o balanço dos resultados obtidos. Sob esse aspecto, o relatório do sr. Jayme Guedes é verdadeiramente consolador. Mostra que, em 1941, mau grado a guerra e a redução dos mercados, o Brasil conseguiu, para o seu principal produto de exportação, preços de nível alto, graças a um acordo internacional, no qual o nosso país foi beneficiado com quotas de entrega excelentes. Porque, em resumo, o que se verifica do relatório é que, no ano passado, tivemos equilíbrio estatístico, preços magníficos, escoamento rápido da colheita e remanescente absolutamente normal, para a safra que vai terminar a 30 de junho futuro.

O Relatório apresentado pelo sr. Jayme Fernandes Guedes, ao Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café está dividido em capítulos, alguns dos quais estudam a política do café, posta em prática pelo Governo da República, ficando os restantes adstritos aos aspectos puramente administrativos da vida do Departamento Nacional do Café. Aqueles, são de interesse geral para o mundo cafeeiro e merecem, por isso mesmo, que sobre eles nos demorem, versando comentários que a situação nos inspira.

Inicia-se fazendo a justificativa da retificação procedida pelo Governo da República, no decreto federal n.º 3.380, de 1.º de julho do ano passado, dos termos do Convênio Cafeeiro, realizado nesta capital, entre 22 de março e 3 de abril do mesmo ano. O que os "consideranda" do decreto, dada a sua natural exiguidade, não puderam conter, está ali amplamente explicado, demonstrando-se a sabedoria de uma série de medidas, tomadas corajosamente, e cujo acerto a experiência veio posteriormente confirmar.

Na verdade, a safra de 1941/42, se bem que pequena em seu volume, dada a seca que assolara as lavouras paulistas, ia iniciar-se em situação de apreensões, pois estava perigando o elemento indispensável à estabilidade do mercado: o equilíbrio estatístico.

O Brasil, depois de haver exportado 17.203.422 sacas, em 1938, e 16.645.093 em 1939, conseguira embarcar para o exterior, em 1940, apenas 12.053.499 sacas. E, em 1941, as perspectivas da exportação só poderiam ser piores, de vez que, em 1940, ainda havíamos conseguido levar à Europa cerca de 1.500.000 sacas, quantidade essa já não mais possível em 1941, dado o alastramento tomado pelo conflito europeu.

Quando, a 22 de março do ano passado, se reuniu o Convênio dos Estados Cafeeiros, deparava-se-nos o seguinte quadro estatístico:

	SACAS
Estimativa da safra de 1941/42.....	12.700.000
Cafés da safra anterior a serem nela embarcados....	5.000.000
Remanescentes já embarcados a 30/6/41.....	2.500.000
TOTAL.....	20.200.000
Exportação provável na safra de 1941/42.....	11.000.000
Excesso.....	9.200.000

Aí temos: uma safra extremamente reduzida, pois a paulista ficara limitada à ninharia, para aquele Estado, de 6.000.000 de sacas e, ainda assim — em virtude da queda forçada da exportação, pela guerra — deveríamos ter, e 30 de junho próximo, um remanescente de 9.200.000 sacas. Era evidente que o mercado não poderia suportar, sem degradingolar, tamanho excesso. Impunha-se, portanto, a retirada de uma "quota de equilíbrio".

O Convênio, depois de estudar o assunto, mostrou-se otimista e concluiu pela imposição de uma quota de 25 por cento. Polemizando contra aquela resolução, disse o sr. Jayme Guedes, em seu Relatório:

"A quota, na base de 25 por cento, era sem dúvida alguma insuficiente, pois permitira uma retirada de 4.425.000 sacas (25 por cento de 17.700.000, igual a 4.425.000). Como as sobras prováveis em 30 de junho de 1942 tivessem sido calculadas em 9 milhões e 200 mil sacas, segue-se que, com a "quota de equilíbrio" de 25 por cento, só se poderia reduzir essas sobras a 4.773.000 sacas (9.200.000 — 4.425.000, igual a 4 milhões 775 mil).

Ora, um excesso de 4.775.000 sacas, equivalendo como fator psicológico à cifra global de 5.000.000 de sacas, viria exercer uma influência acentuadamente depreciativa sobre as cotações do produto, principalmente se considerássemos que essa sobra as cotações do produto, principalmente se considerássemos que essa sobra representava quase cinquenta por cento da exportação provável.

Era imprescindível, pois, que a "quota de equilíbrio" fosse fixada em nível mais elevado, pois do contrário a sua inocuidade seria evidente. Necessitávamos manter um equilíbrio estatístico tanto quanto possível perfeito, de sorte que todos os cafés de mercados se tornassem disponíveis na decorrência da safra. Evitar-se-iam, assim, as grandes diferenças de preços entre os cafés dos portos e os do interior, motivadas pelas retenções demoradas, provenientes do fato de serem as quantidades de cafés destinadas a cada porto bastante superiores às necessidades de sua exportação. Os produtores obteriam, por conseguinte, pelos

seus cafés, preços muito aproximados dos que vigorassem nos portos.

Se não fosse adotada a medida do aumento da "quota de equilíbrio", o volume dos cafés no interior seria muito maior do que a quantidade a ser exportada. O desnível de preços entre o interior e os portos far-se-ia sentir de forma muito prejudicial à lavoura, pois cada produtor procuraria vender todo o seu "stock", e o excesso considerável de oferta sobre a procura reduziria, sensivelmente, os preços do produto no interior. Destarte, por melhores que fossem os preços alcançados na exportação, a lavoura não poderia usufruir as vantagens que de direito lhe deviam caber.

Nestas condições, a necessidade de fixar uma "quota de equilíbrio" superior aos 25 por cento, sugeridos pelo Convênio, era iniludível".

O sr. Jayme Guedes, porém, não se prendeu ao aspecto puramente aritmético da questão. Explicou, claramente, que a lavoura, para suportar uma quota superior a 20 por cento, carecia de "uma estrutura planificada que lhe assegurasse compensação suficiente". Essa estrutura, difícil de conseguir-se em outras épocas, estava conseguida, então, por meio do Convênio Interamericano do Café.

Foi à base desses argumentos que foi expedido o decreto-lei referido, aprovando o Convênio dos Estados Cafeeiros, modificando-lhe, porém, o seu item essencial. A "quota de equilíbrio" foi elevada para 35 por cento sobre os embarques da safra, com o que se defendeu, efetivamente, o equilíbrio estatístico do produto.

A compensação, pela retirada, concedida à lavoura, foram os preços. E' que, no mesmo dia em que se expediu o decreto, modificando o Convênio, foi baixado o de n.º 3.381, determinando que "os cafés brasileiros não podiam ser vendidos, para o exterior, por preços inferiores aos fixados pelo Departamento". Este, por sua vez, expediu as Resoluções ns. 452, 456 e 458, de 26 de junho, 8 de julho e 30 de julho de 1941, respectivamente, pelas quais se estabeleceu o regime de quotas, por portos de exportação e por exportadores, e se fixaram os preços mínimos, abaixo dos quais o café não podia ser vendido para o exterior.

Os resultados da orientação resolvida há um ano foram os mais lisonjeiros. Chegamos, agora, ao fim da safra, em situação estatística folgada e os cafeicultores e os comerciantes obtiveram pelo seu produto, nos meses do último ano agrícola, preços antes não imaginados.

Um dos capítulos mais instrutivos do Relatório é o referente à exportação cafeeira durante o segundo ano de guerra, ou seja, em 1941. Como é sabido, remetemos para o exterior, apenas 11.054.566 sacas, menos cerca de um milhão do que no primeiro ano de guerra, em 1940, quando exportamos ainda 12.053.499 sacas. A exportação de 1941 foi, assim, a mais baixa do último decênio. Que isto se deu é coisa sabida, como sabido também é o fato de tal se haver verificado em virtude da guerra européia. Mas o sr. Jayme Guedes apresenta os fatos sob outro prisma, no estudo que fez sobre a situação do nosso produto-chave, no ano transato. Demonstrou, com clareza de argumentos, que aquela cifra ainda foi muito boa, dada a extensão dos mercados consumidores fechados pela guerra. Primeiramente, comparou o ano de 1941 com o de 1940, para mostrar que, no primeiro, perdemos de todo, os mercados de França, Itália, Bélgica, Bulgária, Argélia, Marrocos, França, Tunísia, Yugoslavia, Rumania, Noruega, Grécia, Holanda, Dinamarca e Luxemburgo, nos quais, em 1940, ainda colocamos cerca de 1.500.000 sacas.

Se tomarmos essa cifra como fator, em nossos cálculos, verificaremos que a exportação de 1941 ainda poderia ter sido de 500.000 sacas a menos do que efetivamente foi, pois a diferença contra 1940 é de apenas um milhão, quando poderia ter sido de um milhão e meio.

Conclui-se, portanto, que houve uma melhoria de 500.000 sacas na nossa exportação para outros mercados. Percorrendo a estatística, verificamos que tal aconteceu, de fato, especialmente, para os Estados Unidos, para onde enviamos 9.804.811 sacas, ou seja, como constata o Relatório, "total jamais alcançado em qualquer outra fase da história do nosso café". Aliás, em 1941, não só batemos o "record" de exportação para os Estados Unidos, como os Estados Unidos bateram o "record" na porcentagem da nossa exportação cafeeira, pois para lá envia-



EVITE ESTES
CONTRATEMPOS...

O

Banco Nacional de Descontos

**FUNCIONA ATE'
ÀS 19 HORAS**

50-RUA DA ALFÂNDEGA-50

mos 9.804.811 sacas, de 11.054.566, exportadas para todo o mundo, o que vale dizer 88,69 por cento.

Mas, não foi só na Europa, que absorveu apenas 3,08 por cento das nossas exportações, que sentimos o desaparecimento dos nossos freguezes. Também na Ásia, vimos a situação piorar, em consequência da guerra, como demonstra o sr. Jayme Guedes, em seu Relatório. De 187.878 sacas, para lá enviadas, em 1940, vimos a exportação cair, em 1941, para 66.885. E, na África, a queda ainda foi maior, pois para lá exportamos, no ano passado, apenas 229.792 sacas, contra 480.320, em 1940, e 602.289, em 1939.

Tudo isso é trágico. Ainda assim, muito peor poderia ser. O Relatório do Presidente do Departamento Nacional do Café põe em cotejo a situação verificada, durante a Grande Guerra. Naquela época, ainda continuaram abertos às nossas exportações cafeeiras, os mercados da Dinamarca, Noruega, Suécia, França, Holanda, Itália e todos os da África e da Ásia. Mas, graças a isso, em 1918, só conseguimos exportar 7.433.048 sacas. Cotejada essa cifra com a da exportação do ano passado, verificamos um saldo, a favor de 1941, de 3.621.518 sacas. Esse resultado é, pois, magnífico, à vista das circunstâncias reinantes, mas só foi obtido graças àquela obra prima de panamericanismo, que é o Convênio Interamericano do Café, e à política de concorrência seguida nos últimos anos, que permitiu a elaboração daquele instrumento, fixando-se nele quota tão li-songeira para as exportações do Brasil.

E' isto, aliás, o que está dito, com clareza, em um dos trechos mais sugestivos do trabalho do sr. Jayme Fernandes Guedes:

"Conclue-se, diz ele, que a cifra global da nossa exportação, em 1941, longe de constituir um fator de desânimo, representa o resultado de esforços perseverantes e atesta a solidez do plano de defesa do café que vimos executando. Reduzidos, praticamente, como se achavam e se acham quase todos os países produtores da América a um só mercado consumidor — o dos Estados Unidos da América do Norte — a situação da nossa economia cafeeira seria sobremodo difícil, se não viéssemos mantendo uma inflexível política de resguardo do produto por meio do equilíbrio estatístico, com a retirada anual das sobras prováveis e do regime de comércio instituído pelo Convênio Interamericano do Café."

O Convênio é também minuciosamente estudado e nele se presta homenagem justa à coparticipação, no mesmo, dos Estados Unidos, que, no final de contas, estão pagando "a conta do café", não tão alta quanto alguns críticos apressados da imprensa americana pretenderam, mas bastante elevada para manter ativo o intercâmbio entre os países do Continente.

Depois de acentuar que o Convênio Interamericano do Café representa um dos passos mais avançados da economia dirigida, no âmbito do Direito Internacional Público, e de pôr em foco a magnitude do contrato assinado em Washington, reconhece o sr. Jayme Guedes:

"Devemos ressaltar, porém, que não se poderia ter pretendido instituir esse admirável organismo na amplitude e estabilidade que o caracterizam, sem a cooperação, sob todos os títulos valiosa, dos Estados Unidos da América do Norte, esse grande país amigo ao qual nos achamos vinculados desde remotas eras, pelos laços das mais estreitas relações políticas, comerciais, econômicas e afetivas.

O Convênio Interamericano do Café constitui, sem dúvida, um raro monumento de alta sabedoria política, que poucos povos além do dos Estados Unidos, dada a posição deste no conclave, estariam em condições de sancionar. E' ele, talvez, uma das provas mais concretas do espírito panamericano, pois com a sua estrutura se assegurou a manutenção do bem estar de muitos países americanos, notadamente o daqueles que teem no café a base única de sua economia. Preservando-o, com isso não somente se evitaram crises graves, de cujas consequências não se poderia excluir a possibilidade da infiltração de ideologias e concepções contrárias à índole e ao espírito continentais, como também se manteve o poder aquisitivo desses países que, em escala maior, passaram a se abastecer nos mercados norte-americanos, numa legítima e natural retribuição dos proveitos proporcionados pelo Convênio".

O Convênio Interamericano do Café é um Acôrdo de Quotas, pois, segundo os seus termos, o mercado consumidor dos

Estados Unidos foi dividido em "tranches", distribuídas aos 14 países produtores do Continente, na proporção da exportação de cada um deles, para aquele mercado, em 1938. Foi esta a sua base. Mas, sendo um Acôrdo de Quotas, foi, simultaneamente, um Acôrdo de Preços, porque uma das suas consequências capitais, prevista e desejada, foi a elevação das cotações, de sorte a dar aos países produtores, no outro obtido com as vendas, uma compensação pela redução do volume perdido, com o fechamento pela guerra, dos mercados da Europa e do Norte da África.

Este aspecto do Convênio foi mais político do que econômico. Os Estados Unidos, pelo seu governo e pelo seu Poder Legislativo, concordaram, "a priori", nesta futura evolução do mercado para cima. E isto foi proclamado pelos próprios parlamentares que se ocuparam da matéria, ao ser a mesma discutida, no Congresso Americano.

Isso já tem sido dito e repetido. Agora, porém, o sr. Jayme Guedes, em seu Relatório aduz um argumento novo que ainda não havia sido lembrado e que tem grande importância, do ponto de vista econômico. Declarou:

"Se os preços do café não se elevassem, em consequência da própria estrutura do Convênio, os Estados produtores signatários teriam criado contra si um aparelho verdadeiramente inquisitorial, com o favorecer, apenas, o intermediário importador, a quem se garantiria o direito de comprar nos países produtores a mercadoria a preços extremamente baixos, resultantes do excesso da oferta sobre a procura, para revendê-la a preços altos aos mercados consumidores, amparados na restrição de entradas, da qual resultaria, nesses mercados, o equilíbrio entre a oferta e a procura."

Ora, é evidente que os países produtores não poderiam realizar um Acôrdo que puzesse termos à concorrência entre eles e limitasse a exportação a cifras fixas, para criar uma situação de mercado que viesse a beneficiar, exclusivamente, ao importador americano. Nem isso era desejado, também, pelo governo dos Estados Unidos, que, com a assinatura do instrumento, tinha em vista dar aos países latino-americanos mais recursos para a compra de produtos industriais, fabricados na própria União Americana.

Demonstrou, assim, o Presidente do Departamento Nacional do Café que a elevação dos preços, consagrada, posteriormente, pela fixação das cotações mínimas, para a exportação, não foi apenas um gesto político, de amizade, mas também uma resolução de equidade e justiça.

Quando se firmou o Convênio Interamericano do Café, foi declarado que a sua finalidade era assegurar a exportação aos países cafeeiros da América, de determinada quota, e promover-se uma majoração de preços, de modo a compensar, no rendimento total da exportação, a perda dos mercados fechados pela guerra.

O plano foi executado. Os preços do café elevaram-se, a princípio, lentamente, sendo, depois, fixadas bases mínimas pelo Departamento Nacional do Café. Alguns críticos, nos Estados Unidos, queixaram-se da alta do produto. Mas, na realidade, a elevação não correspondeu às cifras denunciadas. A fixação feita pelo D. N. C., para o produto brasileiro, não foi exagerada, não só porque ficou à altura da cotação que os americanos reputaram justa, para o produto colombiano, como, especialmente, porque a alta cafeeira, nos Estados Unidos, ficou muito inferior à de outros produtos essenciais à manutenção da vida.

O Relatório que estamos analisando, traz um quadro bem ilustrativo, colhido em fonte americana, pelo qual se verifica a majoração sofrida por nove artigos essenciais, entre 15 de agosto de 1939 e 16 de setembro de 1941. E' o seguinte:

Banha	49%
Manteiga	41%
Queijo	35%
Farinha	30%
Arroz	21%
CAFE'	15%
Chá	10%
Cacau	5%
Açúcar	1,6%

Verifica-se que o café está em sexto lugar, pois a sua majoração de preços, naquele país, foi de apenas 15 por cento, quando outros artigos mais necessários à alimentação do povo, sofreram alta maior, até quase 50 por cento.

E' preciso frizar que estamos nos referindo aos preços internos, do produto torrado, nos Estados Unidos, para os quais o preço do café crú concorre apenas com 1/3. Este, subiu, no Brasil, para a exportação, em cerca de 100 por cento, em virtude do Convênio de Washington.

Essa alta não chegou a produzir uma compensação matemática para a perda de ouro sofrida, com o fechamento dos mercados europeus. Andou-se perto, porém. E' mister não esquecer que a primeira fixação dos preços mínimos se verificou a 8 de julho e que a definitiva só a 30 daquele mês foi resolvida. Durante o primeiro semestre de 1941, as cotações estiveram ainda relativamente baixas. Se, durante todo o ano, houvessem vigorado os preços mínimos decretados, então a exportação cafeeira teria rendido ao Brasil cerca de 2.500.000 contos, o que constituiria um "record" para o decênio.

Mesmo assim, o resultado obtido foi excelente. O preço médio, por saca, a bordo, durante o ano de 1940, como revela o Relatório foi de 131\$908. No primeiro semestre de 1941, elevou-se para 150\$425. E, no segundo semestre, subiu a 235\$416. Este último preço, acentuou o sr. Jayme Guedes, constitui "record" de importância recebida em moeda nacional, pela saca de café, em todos os tempos.

Tomando as cifras globais, vemos que, as 11.054.566 sacas, exportadas em 1941, renderam 2.017.544 contos, contra apenas 1.589.956 contos, que nos renderam as 12.053.499 sacas, exportadas em 1940.

Elemento de comparação de primeira ordem é-nos ainda oferecido pelos números índices. Com efeito, se dermos às cifras da exportação cafeeira, em secas e em mil réis, o valor de 100, veremos que a cifra da quantidade baixou, em 1941, para 72, mas que se elevou a do valor, para 110. Por outras palavras: comparados os anos de 1930 e 1941, vemos que a quantidade exportada, em virtude da guerra, declinou de quase 30 por cento, enquanto o valor recebido, graças ao Convênio do Café, aumentou de 10 por cento.

Mantidos os preços mínimos, para o corrente ano de 1942, e se tivermos transporte marítimo para exportar a nossa quota para os Estados Unidos, então, com toda a segurança, iremos ter, no rendimento-ouro da exportação cafeeira, compensação matemática pela perda dos mercados bloqueados pela guerra.

O Relatório põe também em destaque, aliás pela primeira vez entre nós, as atividades propagandísticas, nos Estados Unidos, do "Bureau Pan-Americano do Café", organização 50% brasileira, pois é composto por oito países produtores do Continente, que contribuem para a sua manutenção com uma quota de 10 cents por saca de café importada no mercado estadunidense. Sendo o Brasil o maior fornecedor do mercado, é também o maior contribuinte do "Bureau".

Através do Relatório aprendemos que o Bureau retirou, em 1941, a campanha de propaganda das mãos da Agência Arthur Kudner Inc., que a vinha dirigindo desde 1938, entregando-a, afim de mudar de métodos, à Agência Buchanan & Co., a 25 de julho do referido ano. A ela se referindo, diz o sr. Jayme Guedes:

"A nova agência tem desenvolvido maior atividade através do rádio, cuja atuação chega também às pequenas localidades, outrora não abrangidas pela propaganda da imprensa. As irradiações semanais, feitas pela sra. Eleanor Roosevelt, são transmitidas através da Rede Azul, da "National Broadcasting Co.", que utiliza 129 estações sendo o número de seus ouvintes calculados em 69 milhões.

Além do nome da sra. Roosevelt, o Bureau tem obtido a colaboração de outras pessoas de destaque nos Estados Unidos, cuja opinião é lida e ouvida com avidez pelos americanos, do que resulte garantida a eficiência da propaganda. Até agora, já atestaram as virtudes do café como bebida — e estes atestados tem sido suficientemente aproveitados pela publicidade — os artistas de teatro, do cinema rádio, letras ou esporte: Madeleine Carroll, Tommy Dorsey, Lowell Thomas, Joe Gordon, Margaret Culkin Banning, Ben Hogan, Jin Falkenburg, Tommy Harmon, Dorothy Lamour, Ann Miller, Frank Bunk, Wilbur Shaw, Diana Barrymore e Paulette Goddard."

A campanha desenvolvida no atual ano de propaganda obedece ao lema, hoje popularíssimo nos Estados Unidos: "Get

more out of life with coffee", ou seja, traduzindo livremente, "A vida é melhor bebendo café".

Esse lema tem sido difundido por toda parte, por meio dos jornais, das revistas e do rádio, em dissertações, artigos, sueltos e conferências, nos quais se procura demonstrar ao público que o café dá mais rendimento ao trabalho, estabiliza os nervos e cria maior soma de energias.

Além dos 60 milhões de ouvintes do rádio da Rede Azul, da National Broadcasting Co., e dos inumeráveis leitores da grande imprensa diária, colocou o Bureau, a seu serviço, também as seguintes revistas, com uma tiragem global de 15 milhões de exemplares: "The Saturday Evening Post", "Life", "Look", "American Magazine", "True Story", "Country Gentleman" e "Good Housekeeping". Esta última revista distribue, além do mais, uma publicidade, sob o título "A História do Café", a 22.000 clubes femininos, que tem quadros sociais, que totalizam 12 milhões de socias.

Graças, ainda, às atividades do Bureau, as linhas aéreas americanas servem, diariamente, a seus viajantes, café, às 16 horas. E no batismo dos aviões, usa-se o café, em substituição ao tradicional "champagne".

Além disso, tem promovido ainda o Bureau, concursos, bailes, bem como uma historieta ilustrada, dessas que não acabam nunca, e que é distribuída pela "King Features Syndicate".

Foi patrocinada pelo Bureau a "tournée" de boa vizinhança, promovida pela revista "Look", de "embaixatrizes do café", dos diversos países produtores que, em dezembro do ano passado, percorreram os Estados Unidos e foram honradas com o "chá das 5 horas", na Casa Branca, servido, pessoalmente, pela primeira dama do país.

Foi graças a essa atividade intensa do Bureau, que se vem desenvolvendo desde a sua fundação, que o consumo do café, no mercado estadunidense, elevou-se, rapidamente, sobretudo, nos três últimos anos, atingindo uma cifra "per capita", até então só conseguida na Escandinávia de antes da guerra. Nos últimos quatro anos, o consumo "per capita" cresceu, ali, mais do que nos 24 anos anteriores.

Na verdade, de 1914 a 1937, o consumo "per capita", elevou-se de 4,967 quilos, para 6,083; e de 1937 a 1941, elevou-se daquela cifra para 7,493 quilos. O aumento de quase 1/4 de século, foi de 1,320 quilos; e o do último quadriênio, foi de 1,410 quilos.

Pela primeira vez, na sua história, o café está tendo propaganda eficiente no exterior.

Nos trechos acima, tratamos daquilo que dissemos, no início desta crônica, ser a parte de análise do exercício anterior, provocada pelo Relatório apresentado pelo Presidente do D. N. C. ao Conselho Consultivo daquela instituição. E' chegado o momento de tratarmos da previsão sobre a colheita futura, a que seu azo a reunião do conclave.

O Conselho esteve reunido durante quase todo o mês de maio e as conclusões a que chegou, as sugestões que formulou à Diretoria do D. N. C. prendem-se, naturalmente, à percentagem da "Quota de equilíbrio" a ser imposta à produção na safra de 1942/43. Era esta uma das tarefas do Conselho, aliás, em face mesmo do que preceituou o Convênio dos Estados Cafeeiros, de 3 de abril de 1941. Nenhuma comunicação, dando as conclusões a que chegou, foi feita ao público, depois que aquele conclave encerrou os seus trabalhos. Até aqui, o D. N. C. nada resolveu de definitivo.

De nossa parte, estudamos a posição estatística do café e formulamos algumas conclusões, que achamos não serem afastadas da realidade. Foi, aliás, o que fizemos no último número do OBSERVADOR, quando apresentamos alguns cálculos, pelos quais se verificava que, imposta à colheita futura, uma "quota de equilíbrio", de 35%, o "equilíbrio estatístico" estaria conseguido.

Os nossos cálculos foram consubstanciados em dois quadros, um referente ao volume da safra futura e outro, ao balanço geral da colheita.

Hoje, de posse de dados mais precisos, queremos retificar aqueles algarismos.

E', porém, uma retificação que vale uma ratificação, pois as diferenças são mínimas, o que mostra a precisão das nossas estimativas.

Em nossa última crônica, a colheita foi por nós avaliada em 14.500.000 sacas. As novas cifras dão um total de 14.650.000 sacas, ou seja, com uma diferença para mais de 150.000 sacas.

O remanescente da colheita de 1941/1942, foi por nós estimado em 4.500.000 sacas. As novas cifras dão 4.553.000, ou seja, com uma diferença para mais de 53.000 sacas, apenas.

Por outro lado, há ainda a considerar que as safras, nos Estados pequenos produtores (Pernambuco, Baía e Goiás) não pagam "quota de equilíbrio".

Tomadas em conta essas alterações, o quadro da colheita futura será o seguinte:

POSIÇÃO ESTATÍSTICA DO CAFÉ

(SAFRA DE 1942/43)

	SACAS	SACAS
Safra de 1942/1943.....	14.650.000	
Quota de equilíbrio sobre 14.200.000..	4.970.000	
Com destino ao mercado.....		9.680.000
Remanescente da safra 1941/1942.....		4.553.000
TOTAL.....		14.233.000
Exportação para o exterior.....	11.000.000	
Exportação por cabotagem.....	260.000	11.260.000
Remanescente a 30/6/1943.....		2.973.000

E o quadro geral da posição estatística do café, na colheita de 1942/1943, levando-se em consideração também o café de cabotagem, será o seguinte:

ESTIMATIVA DA SAFRA DE 1942/43

a) PRODUÇÃO SUJEITA A "QUOTA DE EQUILÍBRIO"

	SACAS	SACAS
São Paulo.....	8.000.000	
Minas Gerais.....	3.000.000	
Espírito Santo.....	1.600.000	
Paraná.....	1.000.000	
Rio de Janeiro.....	600.000	14.200.000

b) PRODUÇÃO LIVRE DA "QUOTA DE EQUILÍBRIO"

Baía.....	250.000	
Pernambuco.....	150.000	
Goiás.....	50.000	450.000
		14.650.000

E' esta a situação que se nos afigura mais provável, no próximo ano agrícola.

Para concluir esta crônica sobre o mês de maio cafeeiro, vamos fazer alguns comentários sobre um fato de grande importância verificado no exterior, ou seja, nos Estados Unidos, qual a resolução tomada pelo "War Production Board", que limitou a distribuição do café, naquele país, a 75 por cento das quantidades do ano passado, mês por mês. Na mesma época, a Junta Interamericana do Café, colaborando com aquela repartição, suspendeu a limitação de 15 por cento, antes estabelecida, para desembarque nos Estados Unidos, de cafés excedentes da quota de cada um dos países produtores. Dora-vante, qualquer quantidade de café que para ali seja remetida, poderá ser desembarcada, se bem que permaneçam nas zonas livres dos portos, aguardando desalfandegamento, para quando se iniciar o próximo "ano de controle", a 1.º de outubro vindouro.

A exemplo do que aconteceu no ano passado, tais cafés poderão ainda servir para substituir outros embarcados com destino a portos americanos e cujos navios transportadores tenham sido postos à pique, pelos piratas do "Eixo".

A conexão feita entre os dois assuntos mostra tratar-se, exclusivamente, de uma questão de transporte. As restrições, agora resolvidas, poderão ser suspensas se a navegação se normalizar.

Notícias mais recentes, chegadas dos Estados Unidos, falam das consequências da resolução tomada pelo "War Production Board". Muitas das grandes firmas distribuidoras passaram a reduzir as quotas que antes forneciam aos seus freguezes. E' que, embora disponham de café cru, temem pelos suprimentos futuros, de sorte que se veem constrangidas a restringir o fornecimento do café torrado e moído.

Por outro lado, já a 8 de maio, a "National Coffee Association", anunciou que seria expedida uma ordem governamental, determinando que os torradores não poderão ter em depósito café superior às suas necessidades para 60 dias.

Ainda não temos conhecimento da regulamentação, em detalhe, da resolução tomada pelo "War Production Board". A impressão, porém, que se tem, é a de que toda ela está se baseando em considerações de ordem estatística.

A redução da navegação está tendo como consequência a redução dos estoques. Temerosa de que venha a escassear mercadoria para o consumo, e desejando, por outro lado, evitar especulação e açambarcamento por parte de torradores e intermediários, está aquela repartição agindo de sorte a garantir o normal suprimento do público.

E' preciso não esquecer, porém, que a redução dos estoques está se verificando em confronto com as cifras do ano passado. Mas, 1941 foi um ano de importações extraordinariamente altas, exatamente porque, prevendo o estourar do conflito — que se tornou realidade com o ataque a Pearl Harbour, a 7 de dezembro do ano passado — os comerciantes procuraram aproveitar todas as possibilidades de transporte e compraram tudo o que foi viável. E' claro que, tendo diminuído a navegação, em virtude da guerra, os suprimentos agora não podem comparar-se com os do ano passado. Contudo, se a comparação for feita, com as cifras referentes aos anos anteriores, a situação já não se apresenta com gravidade.

E' mister ainda considerar que todas as instituições diretamente interessadas na guerra, ou cujo pessoal está trabalhando diretamente para a defesa nacional, foram isentas das restrições agora impostas. Há, assim, uma compensação. O café que for entregue a menos à população civil, será posto à disposição das instituições militares ou militarizadas.

Resumindo, podemos afirmar: a despeito do nervosismo provocado pela resolução da "War Production Board", a cifra geral do consumo não se reduzirá, sendo os estoques existentes suficientes para atender às necessidades do consumo.

Esta é a situação. Um agravamento só será possível, se a navegação diminuir ainda mais, ou se não forem eliminados os submarinos, que infestam hoje as águas das Antilhas e do Golfo do México.



Matriz: SÃO PAULO

Rua Libero Badaró, 103 loja - 107 s/loja - 1.º e 2.º and.

Caixa Postal, 2999

Tele { fone 2-4550
grama "CONSTRUTORA"

EMPRESA CONSTRUTORA UNIVERSAL
(A MAIOR ORGANIZAÇÃO PREDIAL DO BRASIL)

Inspetorias em todos os Estados do Brasil
Agências em todas as cidades do Brasil

Reunião dos Prefeitos de Minas

E' uma tradição de que os mineiros muito se orgulham o espírito prático com que resolvem os seus problemas. Dotados de um sólido bom senso, nunca perdem de vista a realidade. Por isso, a sua ação é sempre construtiva, qualquer que seja o terreno em que atuam. Modestos e pertinazes, sóbrios de gestos e firmes nas decisões, os mineiros têm dado ao país exemplos significativos de sua capacidade realizadora. Já várias vezes nos referimos à administração do grande Estado para fixar o processo objetivo dos montanhese em examinar as suas questões e encaminhá-las para soluções inteligentes e viáveis. São realmente um povo que não se perde por excesso de imaginação e, por isso, o seu trabalho é sempre fecundo. Uma prova disso tivemos, entre muitas outras igualmente expressivas, na maneira sensata e pragmática com que o Chefe do Governo Mineiro, sr. Benedito Valadares, pôs em ordem de solução os problemas dos municípios mineiros.

Minas possui 288 comunas, distribuídas por várias zonas diferentes entre si, não só pelos seus índices de civilização, como principalmente pelas suas características econômicas. Cada comuna tem problemas que podem ser semelhantes aos das outras, mas que exigem, dadas as peculiaridades do meio, soluções próprias. Dar uma solução para cada problema, tomado isoladamente, seria tarefa superior aos recursos da administração mineira e determinaria grande perda de trabalho. O sr. Benedito Valadares contornou essa dificuldade, com uma iniciativa que deve merecer a atenção dos outros administradores estaduais. Mandou a cada prefeito um questionário das necessidades do município, para ser respondido de maneira clara e sucinta. De posse desses questionários e depois de examiná-los e agrupar os que revelavam problemas semelhantes ou idênticos, convocou uma reunião dos prefeitos. O conclave realizou-se em Belo Horizonte, em julho do ano passado, e constituiu, pela liberdade com que os administradores municipais discutiram e opinaram sobre os assuntos de seu interesse, o mais amplo debate havido no país sobre os problemas comunais. O sr. Benedito Valadares, com a experiência que caracteriza a sua personalidade de administrador afeito ao trato íntimo das questões administrativas, traçou, em oportunas palestras, as normas a que deviam obedecer os trabalhos da reunião, afim de que fossem plenamente atingidos os seus objetivos. E confiou a direção dos mesmos ao sr. Ovidio de Abreu, atual secretário do Interior de Minas, que é, pelo seu espírito público e pelo seu conhecimento das realidades mineiras, um dos mais capazes e eficientes colaboradores da obra administrativa do Chefe do Governo de Minas, com uma capacidade de organização já amplamente conhecida, pois, como Secretário das Finanças do mesmo Governo, foi o remodelador dos serviços de Fazenda em Minas, em normas reputadas modelares por todos os técnicos.

Os anais da memorável reunião dos Prefeitos acabam de ser publicados, revelando resultados que justificam a convicção de que Minas entrou em uma nova fase de franco progresso para os seus municípios. Nada menos de 3.600 fichas, que compunham os questionários, contendo cada ficha um problema a examinar, foram estudadas

por comissões especiais de Prefeitos, que gruparam as questões idênticas e sobre elas emitiram sugestões, afim de que os problemas de cada grupo pudessem ter solução uniforme. Água, esgoto, calçamento, luz elétrica, posturas municipais, quadro de funcionários dos municípios, organização de seus serviços, saúde pública, economia, finanças, vias de comunicação, urbanização, justiça, ordem social, correios, telégrafos — todos esses assuntos, colocados na esfera dos municípios, mereceram a atenção dos prefeitos e foram examinados e discutidos livremente. Como era natural, as sugestões e indicações feitas ao Governo do Estado constituíram um quadro realístico das necessidades municipais, bem como das possibilidades e recursos dos municípios.

No domínio da legislação municipal, os prefeitos realizaram, também, trabalhos relevantes. Elaboraram um ante-projeto de Código Tributário Municipal, obra de inestimável valor, pois visa a simplificar consideravelmente, pela padronização dos impostos, o regime fiscal dos municípios. Basta dizer que cada município mineiro tem a sua tabela de taxas e impostos. De acordo com o ante-projeto do Código, essas tabelas foram reduzidas a 10 tipos para todo o Estado, evitando-se, dessa maneira, a diversidade ora existente e que tantos equívocos suscita entre as administrações e os contribuintes. Esse ante-projeto vai ser apresentado na conferência tributária a se realizar no Rio, para a elaboração do futuro Código Tributário dos Municípios Brasileiros.

Organizaram ainda os prefeitos um ante-projeto de Código de Posturas Municipais, que uniformiza em todos os municípios as disposições dessa natureza, bem como assentaram as Normas de Contabilidade dos Municípios, elaboradas por técnicos do Estado e que, já aplicadas, vêm produzindo os melhores resultados. Foi também obra da reunião dos Prefeitos o Estatuto dos Funcionários Municipais, calcado no dos Funcionários do Estado.

A colaboração do Governo do Estado na reunião dos Prefeitos foi das mais eficientes. Além de proporcionar aos administradores das comunas, sempre que necessária, a assistência de técnicos, o Governador Benedito Valadares ofereceu-lhes um ante-projeto de organização dos serviços internos das Prefeituras e dos quadros dos funcionários municipais, elaborado de acordo com os princípios da melhor técnica de administração comunal. A organização racional dos serviços das Prefeituras, segundo a importância dos municípios, é uma medida de indisfarçável alcance para a boa ordem da vida municipal.

Uma questão que naturalmente preocupou os Prefeitos foi a do financiamento das obras em vista, sobretudo as de interesse imediato, como água, esgoto, luz e força. A execução dessas obras depende de recursos extraordinários, a que a maioria dos municípios não poderia atender, pois superavam, em conjunto, até as próprias possibilidades do Estado. Tendo em consideração esse aspecto, os prefeitos sugeriram a adoção de um plano de empréstimos bancários aos municípios, numa base realística. Essa sugestão, ora em estudos, teve, porém, a vantagem de entusiasmar os administradores municipais, que procuraram resolver, com recursos adquiridos entre a população

local, o grave problema do financiamento. Por essa forma, muitos municípios mineiros veem executando importantes obras, que antes se achavam fora das cogitações de seus prefeitos, por não lhes ocorrer uma solução exequível à questão do financiamento. Além disso, com a perspectiva da obtenção de recursos, as Prefeituras organizaram um plano geral de obras, procedendo aos estudos preliminares à sua execução. Foram estabelecidos planos de serviços de água, esgoto, luz, calçamento, saneamento, urbanismo, vencendo-se, desta maneira, a primeira etapa da solução desses assuntos vitais para os municípios.

A reunião teve, pois, além de outros resultados expressivos, a virtude de reavivar o entusiasmo dos prefeitos pelo progresso de seus municípios, alertar-lhes o espírito para questões que vinham passando despercebidas, indicar-lhes soluções que, antes, não lhes ocorreram, dar-lhes, enfim, um novo alento e despertar-lhes a confiança nos próprios esforços. Foi, pois, a reunião, pela soma considerável dos assuntos nela debatidos e das resoluções aprovadas, além de um espelho fiel da vida municipal mineira, uma fonte poderosa de estímulo aos administradores municipais, que compreenderam e sentiram quanto a sua ação, quando bem orientada, influe no progresso geral do Estado e do país.

Regressando aos seus municípios, com o espírito arejado pelas idéias ventiladas no conclave e o ânimo robustecido pela certeza de que os seus esforços não seriam em vão, os prefeitos de Minas iniciaram, de acordo com as resoluções do conclave e nas questões que dependiam, principalmente, de sua ação, um vasto trabalho em benefício de suas comunas, trabalho que prova, bem e fielmente, quanto foi oportuna e clarividente a iniciativa do Governador Benedito Valadares.

E' certo que muitos problemas, principalmente os que dependem, para a sua solução, de material estrangeiro, ora encarecido pelas dificuldades do comércio internacional, não poderão ser de pronto resolvidos. Os prefeitos mineiros, porém, vão atacando a solução de outros, dentro das normas estabelecidas no conclave.

Com resultados de tal vulto, muitos dos quais escapam à atenção dos observadores atuais, pois só poderão ser devidamente apreciados mais para diante, a reunião dos prefeitos mineiros marcou um verdadeiro divisor de épocas na história administrativa de Minas e possibilitou um surto admirável de iniciativas úteis, que vêem assinalando um fecundo renascimento na vida municipal do grande Estado montanhês.

PALAVRAS DO SR. OVIDIO DE ABREU, SECRETÁRIO DO INTERIOR APRESENTANDO AO GOVERNADOR DE MINAS O RESULTADO DOS TRABALHOS

Damos a seguir a exposição que fez ao Governador de Minas o sr. Ovidio de Abreu, apresentando-lhe os resultados dos trabalhos da Reunião dos Prefeitos, num substancial relato, que ocupou 192 páginas do "Minas Gerais", órgão oficial dos poderes públicos em Minas. As palavras do sr. Ovidio de Abreu são um resumo dos assuntos debatidos e dos resultados colhidos:

"Excelentíssimo Senhor Governador Benedito Valadares,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para presidir à Reunião dos Prefeitos Municipais, cabe-me o dever de apresentar-lhe os resultados de seus trabalhos.

Os Prefeitos estudaram os assuntos por Vossa Excelência focalizados no seu discurso inaugural, e mais os constantes

das fichas que lhes foram anteriormente remetidas pela Secretaria do Interior para serem preenchidas. Estas se elevaram a 3.600 e as questões nelas contidas, classificadas segundo sua natureza, evidenciaram 172 casos distintos e inúmeros outros que, pela sua variedade, não puderam ter classificações especiais.

As comissões, em número de 20, ao fazer seus estudos, gruparam os problemas idênticos e sobre eles emitiram sugestões, de forma que os problemas de cada grupo pudessem receber solução uniforme. Conclui-se, assim, que os Prefeitos preferiram alvitrar medidas de conjunto, a sugerir providências que apenas atendessem, isoladamente, às necessidades de cada município.

Esta orientação, de planificar as questões possibilitou uma vista abrangente da situação das mesmas em todo o Estado, facilitando providências que de outra forma, se tornariam difíceis, por serem muitos os problemas e numerosos os municípios.

Como era natural em uma reunião de administradores municipais, foram feitos estudos que dizem respeito a todos os departamentos do Governo Estadual.

Temos, nesta publicação, um verdadeiro espelho das necessidades dos municípios, bem como das suas possibilidades e recursos, podendo o Governo do Estado agir, em empreendimento de tal vulto, sem o risco de surpresas e imprevistos.

Os mais palpitantes problemas foram debatidos, sob um critério objetivo e realista, que deixou entrever desde logo as etapas a serem vencidas e as fórmulas a serem observadas na sua solução.

O parecer sobre abastecimento de água, que é o primeiro da publicação, dá bem uma idéia da orientação adotada.

Nele, foram os municípios classificados em dois grandes grupos: os que não possuem abastecimento de água e os que o possuem.

Quanto aos primeiros, as sugestões do parecer variaram, considerando-se a situação daqueles onde os serviços já foram estudados e dos outros onde estão ainda por estudar; dos que têm serviços em execução e daqueles em que estão os mesmos por executar.

No tocante aos municípios que já têm abastecimento de água, o parecer destacou os que precisavam de quaisquer melhorias, — na adução, captação, distribuição ou outras, discriminando, em cada dessas espécies, os que tinham estudos feitos, em execução ou não.

Verificou-se, também, a situação dos que precisam de serviços novos, na captação, adução, distribuição e outros, e foram feitas recomendações segundo a situação de cada um.

No mesmo parecer foi aconselhada a ordem a que deve obedecer a execução dos melhoramentos municipais, segundo recomendou Vossa Excelência em seu discurso, focalizando-se também a necessidade do levantamento das plantas cadastrais, primeiro passo para a execução de melhoramentos nas cidades.

O mesmo critério de examinar os assuntos de modo objetivo e indicar as providências que devem ser tomadas para sua solução, foi adotado em relação aos demais problemas, conforme se vê dos pareceres sobre Esgotos, Calçamentos, Eletricidade, Matadouros, Serviços de Utilidade Pública, Urbanismo, Financiamento, etc.

O capítulo sobre Eletricidade, base da industrialização do Estado, que Vossa Excelência inscreveu como um dos pontos de maior interesse do seu programa de governo, merece ser especialmente considerado, tal a variedade de aspectos que oferece.

Foi estudada a situação geral das usinas elétricas em todo o Estado, e bem assim sugerida a construção de novas. O aumento de unidades elétricas nas usinas já existentes foi criteriosamente justificado, bem como apontadas as diretrizes que devem ser observadas nas reformas dos contratos existentes entre os municípios e as empresas particulares.

O problema das Centrais Elétricas mereceu toda atenção e sobre o mesmo há considerações interessantes, oportunas e de real valia. Completando o parecer, existem vários quadros elucidativos, que mostram com simplicidade a situação de cada comuna em relação ao magno assunto.

No parecer sobre vias de comunicação, foram feitas sugestões de grande interesse sobre o transporte ferroviário, rodoviário, fluvial e aéreo, bem como sobre Estâncias, Turismo e Aeroportos, merecendo especial interesse o estudo que diz respeito à aquisição de máquinas para construção das estradas dos municípios.

E' de se lamentar que a situação de extrema anormalidade que atravessamos, não torne possíveis, no prazo desejado, todas as realizações por que anseiam os municípios. Mas esta contingência não dispensa estudos, nem impede providências preparatórias.

Por outro lado, resultaram da Reunião benefícios de outra ordem, que cumpre acentuar. Na parte, por exemplo, que diz respeito à legislação municipal, foi realmente digno de nota o trabalho dos Prefeitos e dos diversos órgãos da administração estadual, que excedeu a toda as expectativas.

Basta considerar o Ante-Projeto do Código Tributário Municipal, obra de vulto e alcance inestimáveis, que só pôde ser realizada graças ao debate amplo em que se discutiram livremente todas as intrincadas questões tributárias municipais.

Atualmente existem 288 códigos tributários, ou seja, um para cada município do Estado. Não sendo possível fazer, de uma só vez, para todos os municípios, uma tabela única de taxas e impostos, que atendessem às condições diferentes das diversas zonas, conseguiu-se contudo reduzir as 288 atuais a apenas 10 tipos, para todo o Estado.

As vantagens desta simplificação serão inestimáveis, não só para os governos, mas também para o comércio, os produtores e os contribuintes em geral.

Para chegar a esse resultado auspicioso o Departamento de Assistência aos Municípios teve de estudar e comparar a legislação tributária de todos os municípios, adotando critério tal, que permitisse a padronização dos impostos sem prejudicar os interesses orçamentários ou dos contribuintes.

Poderá ser apresentado, assim, à próxima conferência tributária a realizar-se no Rio de Janeiro, um trabalho digno de aprêço de acordo com o decreto federal 6.254, de 10 de Setembro de 1940, como contribuição ao futuro Código Tributário dos Municípios Brasileiros.

Seguindo as diretrizes de V. Excia., de simplificar e ordenar a vida administrativa em Minas, os Prefeitos esboçaram um ante-projeto de código de Posturas Municipais, trabalho este que precisa ser ampliado e completado pelo Governo do Estado, por ser matéria muito complexa e nunca ter sido tratada antes, entre nós, com o objetivo de codificação. Atualmente, existem entre os municípios as mais variadas disposições sobre posturas, contendo impropriedades e falhas que devem ser corrigidas.

Outro trabalho de mérito, no campo da legislação, apresentado ao exame dos prefeitos, foram as "Normas de Contabilidade dos Municípios", elaboradas pelo Departamento de Assistência aos Municípios. A esse verdadeiro código se deve a melhoria que já se verifica nas escritas das Prefeituras.

Também devemos mencionar, como das mais importantes matérias tratadas durante a Reunião, o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, calcado no Estatuto dos Funcionários do Estado, que V. Excia. elaborou com tanto interesse.

Prosseguindo na tarefa de organizar o Estado, a que o seu Governo se vem dedicando desde o início, V. Excia. julgou oportuno estabelecer normas, também, para os serviços internos das Prefeituras e os quadros dos funcionários municipais.

O ante-projeto, que V. Excia. elaborou e ofereceu aos Prefeitos, teve a vantagem de aliar às exigências da técnica moderna em matéria de organização de serviços públicos, a experiência que V. Excia. tem dos negócios municipais, metodizando e dando orientação uniforme a serviços, padronizando nomenclaturas de cargos, corrigindo vencimentos, etc. Antes, as Prefeituras tinham as organizações mais diversas; hoje obedecem ao mesmo padrão, que varia apenas segundo seu maior ou menor movimento.

Assuntos como Correio, Telégrafo, Telefones, Ensino, Saúde, Justiça e inúmeros outros que constam desta publicação,

mas que seria fastidioso enumerar, foram tratados com proficiência pelos Prefeitos.

Mas não podemos, por último, deixar de focalizar os pareceres sobre "Financiamento" e "Urbanismo".

Aquele, por ter polarizado todas as opiniões sob fórmulas exequíveis em matéria de difícil solução, tornando possível o financiamento de obras municipais, num montante de quase 500.000 contos de réis, sem onerar o Tesouro do Estado.

O de "Urbanismo", por constituir verdadeiro guia dos Prefeitos, repositório de conselhos sobre problemas que lhes incumbem, a todo instante, resolver, tanto nos grandes centros, como nos lugares mais afastados, onde faltam recursos de toda a sorte.

De fato, dificilmente se poderiam encontrar compendias de modo sucinto e acessível, noções de palpitante interesse como sejam os referentes a plantas cadastrais, concessão de serviços de utilidade pública, abastecimento, purificação e desinfecção d'água, piscinas, águas pluviais, esgotos sanitários, cemitérios, matadouros e açougues, limpeza pública, eletricidade, drenagem de terrenos, aeroportos, etc.

Os pareceres publicados neste trabalho deveriam ter sido levados a plenário, para conhecimento e aprovação da assembléia, mas, devido à escassez de tempo, apenas foram distribuídos em folhetos — e não todos — motivo por que são agora divulgados.

Patenteiam eles, sem dúvida, a competência e a dedicação dos administradores que V. Excia. pôs à frente dos municípios. Mas não poderiam espelhar em toda a sua plenitude os benefícios da Reunião de julho de 1941, porque estes não se traduzem em pareceres escritos; consubstanciam-se no espírito de cooperação que dominou os trabalhos, no interesse despertado para os problemas gerais, no conhecimento do pensamento e propósito do Governo, no estímulo que V. Excia. proporcionou com sua presença e no espírito de iniciativa que despertou.

E' justo, Senhor Governador, que, ao apresentar-lhe trabalho de tão grande vulto, realizado por aqueles a quem V. Excia. confiou a administração dos municípios, eu não esconda a satisfação que experimentei por me ter sido dado representar V. Excia. na Reunião e os meus sinceros agradecimentos por essa tão honrosa incumbência.

Procurámos, ouvindo-o constantemente no correr dos trabalhos, dar-lhes orientação que correspondesse aos desejos de V. Excia.

Acentuamos, com prazer, que isto nos foi fácil, por já estarem os prefeitos familiarizados com as patrióticas diretrizes da atual administração. Puderam, assim, formular não apenas um inventário das necessidades dos municípios, mas estudos circunstanciados, com criteriosas indicações para a sua solução.

Estamos seguros de que V. Excia. relevará as deficiências e omissões que encontrar e as suprirá com a sua experiência das coisas de governo e aquele alto senso com que sempre examina e soluciona todos os problemas da administração.

Reitero a Vossa Excelência as expressões de meu elevado aprêço e admiração.

Ovidio de Abreu
Secretário do Interior"

DISCURSO DO GOVERNADOR VALADARES NA SESSÃO INAUGURAL DA REUNIÃO DOS PREFEITOS

"Ao declarar instalada esta reunião em que ides tratar dos problemas que incumbem às administrações municipais, quero trazer-vos a saudação do Governo do Estado.

As atividades públicas, em Minas, caracterizam-se hoje pela feição técnica que vão assumindo e pelos seus objetivos práticos e definidos. A organização dos serviços preocupa acen- tuadamente os administradores dos municípios, que compreenderam não ser possível administrar sem organizar.

Quase todas as prefeituras mineiras — folgamos em fazer aqui esta declaração — instituem, agora, seus serviços sob moldes modernos e eficientes.

A CONTABILIDADE MUNICIPAL

A contabilidade pública nos municípios obedece a preceitos racionais, orientada pelos órgãos especializados da União e do Estado. Os orçamentos foram padronizados, e nosso Código de Contabilidade está à altura dos estatutos similares, nos países que mais têm avançado, em matéria de administração.

As prefeituras terão, agora, de cuidar do Código Tributário, moldando-o segundo o padrão geral, para que os tributos sejam uniformizados e haja paridade na contribuição de todos os brasileiros para o bem comum.

ESTATUTOS E QUADRO DE FUNCIONARIOS

No tocante ao funcionalismo, os municípios necessitam, porém, de melhor organização. Em vossas reuniões, ireis cuidar não somente da questão dos tributos, mas também do quadro dos funcionários.

E' oportuno chamar neste ponto a atenção dos Srs. Prefeitos para as dificuldades das administrações quando, tendo ao seu dispor numerosos funcionários, se debatem, entretanto, com a falta de pessoal capaz. E' preferível que o quadro seja restrito, mas composto de elementos eficientes. A estes dever-se-á dar remuneração justa, que lhes permita existência condigna.

Achamos que o quadro de funcionários deve ser de tal modo elaborado que não constitua entrave à administração. A estabilidade nos cargos só deve ser assegurada aos ocupantes de funções que mantenham a continuidade da administração. Os que exercem outros serviços ou cargos de confiança devem ser livremente demissíveis, para que o Prefeito, com maior liberdade de ação, possa melhor prover às necessidades administrativas. (Palmas. Aplausos).

Por outro lado, não se perderá de vista, na organização dos quadros, a renda das Prefeituras, a quota em que podem ser oneradas com as despesas referentes ao funcionalismo.

Os estatutos deverão, também, ser elaborados e submetidos à aprovação do Governo Federal. Devem ser claros e precisos, não só na definição dos direitos como na prescrição dos deveres dos funcionários para com a administração pública. (Palmas).

IMPORTÂNCIA DA ESTATÍSTICA

O Governo da União e o do Estado têm tido, nos últimos anos, especial cuidado com a estatística, nela reconhecendo fator imprescindível a uma boa administração. As leis, que se elaboraram a respeito, tiveram em vista a maior eficiência do serviço. As prefeituras municipais vêm colaborando proveitosamente nessa obra, por intermédio dos seus agentes. Se não é impossível administrar sem estatística, é necessário que ela exprima a realidade.

Conforme acentuamos, as autoridades da União e do Estado têm encontrado a mais devotada colaboração, da parte dos srs. Prefeitos, neste como em todos os serviços de caráter nacional. (Palmas).

Lembro, especialmente, a cooperação sincera e leal que vinds prestando ao nosso Exército, no que toca ao serviço militar. Velando pela eficácia dos trabalhos de alistamento e pela exação dos funcionários a cujo cargo se acham os registros, apontais ao Governo os que procuram eximir-se ao cumprimento do seu dever para com a Pátria ou aqueles que claudicam no desempenho de suas funções.

Devo, a propósito, falar-vos sobre as necessidades da estatística militar. E' elemento de suma importância para os responsáveis pela segurança de nossa Pátria.

Não é soldado só o combatente, mas todo aquele que produz, todo aquele que trabalha, na retaguarda, para secundar a ação dos que, na frente de batalha, arriscam a vida pela soberania da sua pátria. (Aplausos).

Para perfeita organização de sua estatística o Estado Maior do nosso Exército não prescinde do concurso das Prefeituras Municipais. Necessita de numerosas e variadas informações, como as que se referem ao número de veículos e suas espé-

cies, de motoristas, de mecânicos, de quantos que, lidando com a produção das utilidades, possam em dado momento ser necessários à defesa da Nação. Necessita, enfim, do conhecimento exato das possibilidades materiais e do elemento humano que constituam forças úteis à segurança da Pátria.

CONSTRUÇÃO DE AERÓDROMOS

O município pode colaborar eficazmente com o Governo Nacional noutro ponto importante da defesa do País: o desenvolvimento da aviação. Esta colaboração consistirá sobretudo na construção dos campos de pousos. Da formação de pilotos incumbe-se o Ministério da Aeronáutica, que há de contar sempre com o apoio entusiástico da mocidade mineira. E' com júbilo patriótico que assinalamos, aqui, o incremento que o Governo Nacional está dando ao desenvolvimento de nossas forças aéreas, com a criação da fábrica de aviões e a escola de formação de técnicos.

CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se vimos recebendo da vossa parte toda a colaboração, temos tido empenho, também, em colaborar convosco nos empenhamentos a vosso cargo.

Não foi senão para articular os seus esforços com os dos municípios, que o Governo do Estado criou as vinte e sete circunscrições administrativas, compreendendo cada uma um agrupamento de municípios.

A escolha da sede destas obedeceu às condições locais mais favoráveis, quanto às vias de comunicação. Mas os órgãos de governo, sedeados nas circunscrições, devem ter ação pronta e eficaz em todos os municípios que as compõem.

Com este objetivo, serão eles ampliados, segundo aconselharem as necessidades.

Em cada circunscrição temos, atualmente, um centro de saúde, com dois médicos, enfermeiros e funcionários; um engenheiro residente; um agrônomo; um veterinário; um inspector-técnico do ensino; um delegado regional de polícia. Dotar-se-ão as mesmas de quantos funcionários sejam ainda necessários aos seus serviços e à assistência que o Estado quer prestar aos municípios. O Estado não pôde criar tais serviços em cada município, mas pode ampliar os existentes para que desempenhem com eficiência as funções a seu cargo.

INSTRUÇÃO PRIMÁRIA RURAL

A instrução primária rural está a cargo dos municípios, e, a nosso ver, deve permanecer assim. Não é justo tirar ao administrador do município, que é a célula da organização do país, o ensejo de colaborar em matéria de tamanha importância. O que é necessário é que os municípios somente cuidem de instrução primária, deixando de lado a secundária ou profissional, e obedeçam aos programas traçados pelo Estado, dentro das normas gerais do Governo Federal.

Segundo pensamos, a instrução primária rural deveria ter um programa mais restrito, de acordo com o ambiente em que ela vai ser ministrada. Não achamos, porém, que se deva organizar, para crianças de 7 a 12 anos, um programa de ensino propriamente rural. Este deve ser feito nas escolas de fazendeiros e empregados de fazenda.

Se fôssemos ministrar esses conhecimentos no curso primário, em escolas de campo, a criança não teria tempo para aprender a ler, escrever, contar, geografia do país, instrução cívica e noção de cousas.

O ambiente familiar em que vive — como filho de empregados de fazenda ou de fazendeiro — lhe despertará a vocação, que será desenvolvida mais tarde nas escolas de ensino rural mantidas pelo Governo do Estado.

Em se tratando do ensino primário a cargo de Prefeituras, devemos, ainda, chamar a atenção dos srs. Prefeitos para a seleção do professor.

E' natural a dificuldade que encontram para a solução deste problema. E' preferível, porém, que o ensino primário seja ministrado em menor número de escolas, mas que estas sejam realmente eficientes. (Aplausos).

Temos que contar com os recursos que nos dá o povo mineiro e todo administrador que emprega bem esses recursos terá cumprido o seu dever.

EDUCAÇÃO FÍSICA

E' dever de todos os brasileiros e, sobretudo, dos administradores, contribuir para a formação de cidadãos fortes e saudáveis, que sejam úteis e eficientes ao serviço da Pátria.

A educação física não pode ser ministrada sem obedecer a princípios e determinadas regras de higiene.

O empirismo nesta matéria dá resultados contraproducentes, razão por que devemos ter, a respeito deste assunto, como da instrução primária, toda atenção e cuidado.

Não é possível realizar a educação física sem praças de esporte adequadas.

O Governo do Estado, empenhado neste assunto, está construindo 27 praças de esportes nas sedes das circunscrições administrativas, em colaboração com as Prefeituras.

Não pode, entretanto, construí-las em todos os municípios, nem todos os municípios se acham em condições de colaborar nessa obra.

O prefeito deverá, porém, incentivar a iniciativa particular, pedindo a colaboração técnica do Estado.

Aconselhamos, entretanto, a todas as Prefeituras, ainda as mais importantes, não cuidar de praças de esporte antes de resolverem seus problemas vitais, como os de saneamento.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Os centros agro-pecuários do Estado visam a colaborar com os nossos agricultores na solução de suas dificuldades, como sejam o conhecimento exato das culturas, que devam ser feitas em determinadas zonas, a maneira técnica de executá-las, o fornecimento de sementes selecionadas e de máquinas agrícolas apropriadas e inseticidas, o fornecimento de reprodutores para a melhoria dos rebanhos, soros e vacinas e assistência técnica aos agricultores e fazendeiros.

Estes centros estão, no entanto, situados nas sedes das circunscrições. E para se obter maior eficiência em todos os municípios que as compõem é necessária vossa colaboração.

A maneira de efetivá-la é assunto que cumpre seja discutido na vossa reunião. (Aplausos).

O Estado criou nesta Capital uma Escola de Aperfeiçoamento para veterinários, porque, nesta matéria, muito há ainda que fazer em Minas, como, aliás, no País.

Não se compreende bem ainda a importância da veterinária como fator da grandeza econômica do País, sobretudo do Estado de Minas, cuja maior fonte de riqueza está na pecuária.

Construímos também o Instituto Biológico, que irá fornecer soros e vacinas, fabricados, não com o intuito comercial, mas com o fito de prestar serviço à nossa economia e à defesa de nossos rebanhos. (Aplausos).

A vossa responsabilidade na administração municipal impõe-vos o dever de colaborar nesta obra, auxiliando e fiscalizando os seus executores e levando ao conhecimento do Governo todas as falhas ou lacunas que forem observadas. (Aplausos).

ESTRADAS DE RODAGEM

Compete às Prefeituras a construção de suas estradas de rodagem. Estas estradas têm uma grande importância em país como o nosso, de deficiência de transportes ferroviários.

Devem, porém, ser construídas com rigor técnico para que não sejam simples caminhos de serviço para o tempo da seca.

Para a sua execução, no entanto, é imprescindível que os prefeitos tenham o conhecimento do plano rodoviário do Estado, pois do contrário, o seu esforço será anulado, com dispendio inútil de recursos em construção de estradas localizadas em trechos, por onde passarão as estradas estaduais ou fe-

derais de penetração de primeira classe, com obras de arte definitivas.

Se não conhecêssemos o plano da estrada federal Rio-Baía, não teríamos constituído, em local apropriado, o trecho da estrada de primeira classe de Figueira a Teófilo Otoni, que irá ser aproveitada pelo Governo Federal, quando a Rio-Baía atingir a Figueira.

Na construção das estradas municipais, os senhores Prefeitos devem valer-se dos engenheiros do Estado, para seu estudo, reconhecimento e localização, como também para a fiscalização da construção.

Esta deve ser técnica e progressiva, com ampla visibilidade nas curvas, cujos raios devem ter o mínimo de 70 metros.

A largura e rampa não têm importância, porque podem ser melhoradas com o serviço de conservação.

As obras de arte, porém, devem ser, tanto quanto possível, definitivas, ou, pelo menos, duradouras.

E' necessário o máximo cuidado com a proteção da estrada, desvios das águas das chuvas por meio de valetas, bueiros e drenos. Esses serviços devem ser feitos por técnicos. A duração e eficiência das obras constituirão a recompensa das quantias despendidas em sua execução.

SERVIÇO DE TRÂNSITO

O serviço de trânsito do Estado precisa de vossa colaboração.

Os srs. Prefeitos têm responsabilidade em todos os aspectos da administração no seu município, mesmo a federal e estadual.

Devem, portanto, colaborar com o Governo neste sentido.

O serviço estadual de trânsito é de suma importância e diz com a segurança, tranquilidade e interesses vitais da população. Um condutor de veículo pode, depois de adquirida a carteira profissional, tornar-se, por motivos de saúde ou vício, incapaz para a profissão, sem que a autoridade estadual tenha pronto conhecimento do fato.

Os veículos também devem merecer, de vossa parte, toda atenção e vigilância, no mesmo sentido.

URBANISMO

As cidades serão objeto de cuidado especial de vossa parte. Algumas delas são antigas e foram construídas por nossos antepassados e honram e recomendam a arquitetura da época.

E' com emoção que visitamos Tiradentes e Ouro Preto. Em todas as cidades antigas encontramos o bom gosto e constatamos o esforço de nossos antepassados no sentido de realizar obra duradoura. E se eles puderam cuidar com tanto carinho da arquitetura das nossas cidades, cumpre aos da geração atual seguir este exemplo.

Nem sempre a arquitetura, em muitas cidades mineiras, tem sido cuidada como deveria ser.

Havia em um dos municípios mineiros uma lei que obrigava, na reconstrução de casas de pau a pique, de arquitetura colonial, a construção de platibanda.

Isto representa um absurdo em matéria de arquitetura. As casas antigas devem ser reconstruídas como foram feitas, de acordo com a arte contemporânea. E a construção das modernas devem obedecer aos preceitos da arte hodierna.

Não somente os prédios, mas também as praças e ruas exigem a vossa atenção cuidadosa.

Não devemos ter grande preocupação de traçar ruas retas; nas suas curvas às vezes está a beleza. O que é preciso é não desfigurar as nossas cidades, tirando-lhes a harmonia e o encanto antigo.

Cumpramos modernizar apenas os trechos que o possam ser. Isto, porém, não pode ser obra nossa, mas de artistas e arquitetos e é esta razão porque desejamos colaborar convosco, fornecendo-vos técnicos para o serviço de urbanismo das cidades antigas e modernas.

Onde houver no Estado um prédio em ruínas, de arquitetura colonial interessante, que mereça ser conservado, deverão invocar o auxílio do serviço do Patrimônio do Instituto Histórico, para colaborar na sua reconstrução.

Manter o passado e melhorar o presente deve ser a nossa preocupação, em matéria de arquitetura.

FORÇA E LUZ

Outro problema que merece toda a vossa atenção é o da força e luz.

Na hora presente, nenhum prefeito poderá construir usina hidro-elétrica em seu município, devido à alta de preços dos materiais e dificuldades de transportes, em consequência da guerra.

Isto, no entanto, não impede que encaremos o problema em seus aspectos gerais, para que, em futuro próximo, possamos, com força e luz baratas, fazer do Estado de Minas um grande empório industrial.

Segundo o nosso modo de ver, o que mais convém, a este respeito, são as centrais elétricas, para servir a diversos municípios mineiros.

A construção e a manutenção das centrais elétricas ficarão por preço inferior ao das usinas isoladas.

Acresce a circunstância de serem mais eficientes no aproveitamento de matérias para indústria nas cidades a que servem.

Na construção das centrais hidro-elétricas ou das usinas isoladas, devemos pôr o máximo cuidado.

Conhecemos em Minas algumas instalações hidro-elétricas que estão em completo desacordo com a técnica aconselhada, e daí a sua ineficiência.

A turbina, em desacordo com a queda d'água, o gerador não corresponde às características da turbina, a redistribuição construída empiricamente.

Estas turbinas foram construídas em geral por agentes de negócios, que foram aos municípios oferecer seus serviços, não em benefício das cidades, mas dos seus próprios interesses.

Um conselho: tratar sempre diretamente com as fábricas responsáveis pelo material de sua produção. (Aplausos).

ÁGUA E ESGOTO

O serviço de água é imprescindível a todos os municípios mineiros. (Palmas).

Nenhum município tem o direito de vida autônoma sem o serviço de água e esgoto eficiente para a sua população.

Sabemos das grandes dificuldades de ordem financeira e técnica para a sua realização.

Não é possível realizar tais serviços sem a planta cadastral da cidade. Feita esta, surge a dificuldade de se saber se a melhor água a ser captada é a de superfície ou do sub-solo. Só o técnico poderá orientar as administrações quanto a este particular.

A instalação de água de superfície não pode ser começada sem um prudente exame da questão econômica e da questão sanitária.

Do ponto de vista sanitário, é preciso fazer o exame físico, químico e microbiológico das fontes de captação. E' necessário também ter em vista a menor ou maior facilidade da proteção dos mananciais.

O Estado tem um grande laboratório no Instituto Biológico que está aparelhado, não somente a fazer o exame físico, químico e microbiológico, como também os exames periódicos necessários, depois da captação.

Sob o aspecto econômico, o administrador deve estar vigilante e verificar se o técnico está aconselhando, com a indispensável prudência e de acordo com a situação financeira do município, a maneira de captação que mais lhe convenha.

As águas de superfície podem ser captadas por duas formas: por gravidade ou por elevação.

Acontece, às vezes, que a água captada por gravidade é potável e oferece facilidade na proteção de seus mananciais.

Resta o exame da distância da fonte de captação. Se muito distante, fica o serviço demasiadamente caro. E' este, porém, o melhor sistema, a nosso ver, desde que seja possível, de captação de água de superfície.

A captação por elevação oferece as dificuldades de quase sempre ser necessário o tratamento e do dispêndio da força.

Muitas vezes este serviço seduz por ficar mais barato, mas o dispêndio contínuo de força durante anos anula este benefício aparente.

Para a cidade de população reduzida, é aconselhável a captação da água de sub-solo, desde que existam lençóis não muito profundos.

Seja qual for a forma de captação adotada, um ponto deve ficar assentado: o serviço deve ser perfeito e definitivo. (Aplausos).

Não podemos viver como temos vivido até agora com serviço de água insuficiente ou deficiente e às vezes sujeito à poluição.

Lembremos que a água é o maior veículo de transmissão de moléstia do grupo tífico, paratífico e disenterico.

Em seguida ao serviço de água, vem o de rede de esgoto, que reputamos da maior e da mais urgente importância.

Demanda grande técnica de execução e na escolha do material. E só pôde ser feito em cidades que tenham planta cadastral. O local do lançamento do emissário é de suma importância, sob o aspecto sanitário.

Deve ser abaixo do núcleo da população ou em córrego com 1 por 50 de diluição ou em fossas ou em prados de cultura a sol aberto, em terras porosas.

Tudo, porém, depende de grandes conhecimentos, e o serviço de água insuficiente ou deficiente e às vezes sujeito à poluição.

Somos dos que pensam que é preferível não possuir rede de esgoto a possuí-la imperfeita, ocasionando consequências funestas à saúde da população.

Do serviço de saneamento, de água e esgoto depende essencialmente a saúde do povo.

E' dever, pois, da União, do Estado e do Município executá-los, ainda que seja com os maiores sacrifícios.

Em Minas Gerais, ele será realizado em todos os municípios porque esta é a vontade firme e assentada dos seus administradores. (Aplausos).

Outro assunto que merece ser focalizado, para ter pronta solução, é o da drenagem dos alagadiços, sobretudo em zonas em que impera o impaludismo.

Devemos — Governo do Estado e dos municípios — em perfeita união de vistas, fazer a campanha pela drenagem dos alagadiços. Os que estão próximos às cidades não podem por forma alguma continuar e da nossa colaboração com os seus proprietários se transformarão em terrenos férteis para a agricultura e a pecuária.

Mas a nossa campanha deve ir mais longe.

Os brejais são a causa da verminose dos rebanhos e os fazendeiros devem ter perfeito conhecimento disto para acautelar os interesses de um dos maiores fatores da nossa economia.

O problema da drenagem dos alagadiços e o do serviço de água e de esgoto devem ser encarados com a maior presteza.

A nossa vontade firme produzirá resultados benéficos e estou seguro que, dentro em breve tempo, o índice da mortalidade em Minas baixará, graças à ação inteligente de um corpo de administradores concientes e desejosos de trabalhar pelo bem da coletividade. (Aplausos).

A higiene das habitações é também um problema para o qual a Saúde Pública do Estado necessita da vossa colaboração.

Não é possível a construção de prédios sem ter o necessário cuidado com a luz, insolação, e instalações sanitárias. E' necessário fiscalização constante destas instalações, em benefício da saúde da população.

Outro assunto para o qual chamo a vossa atenção é o da higiene do trabalho, que está afeto à União e ao Estado, mas que precisa também do vosso auxílio.

Os operários são os fatores primordiais do progresso da Pátria e, por isso mesmo, ela os deve amparar com um cuidado especial.

Devemos verificar se as leis sociais, votadas pelo Governo da República, estão sendo cumpridas em todos os municípios mineiros.

O vosso concurso neste particular pode dar o melhor resultado, porque estais em contacto direto com os industriais, com os operários dos mais afastados municípios.

Todos os assuntos que se referem à saúde do povo — matadouros, mercados, cemitérios — devem merecer de vossa parte a mais inteligente atenção, pois vivemos em um país que, mais do que qualquer outro, precisa valorizar o homem como fator do seu progresso econômico.

Ao focalizarmos estes diversos aspectos das obras da administração municipal, não podemos deixar de salientar as dificuldades em que os administradores dos municípios se encontram até para realizar as de saneamento.

Não somos dos que pensam que o município não pode dever, mas somos dos que acham que é imprescindível que mantenha o seu crédito.

Não pode deixar de manter o equilíbrio orçamentário, porque é com os seus próprios recursos que deve fazer face as despesas ordinárias.

Isto não obsta, porém, a que o município lance mão do crédito, valendo-se de empréstimo a longo prazo para a construção de obras reprodutivas, sobretudo as de saneamento. (Aplausos).

Os administradores municipais em Minas agem com prudência, zelosos do crédito da administração.

E' dêste crédito que nos vamos valer agora, não para a construção de obras sanitárias — teatros, palácios para as prefeituras — mas para serviços como os de água e esgoto. (Aplausos).

Vamos estudar convosco a forma de financiamento e a maneira da execução dos serviços.

E por êste estudo, havemos de encontrar uma solução, porque estamos com a vontade inabalável de executar semelhantes serviços e eles serão executados.

Senhores Prefeitos, sabemos dos vossos sacrifícios à frente da administração dos municípios. Mas toda função pública é digna de ser exercida pelo sacrifício que ela encerra.

Os vossos interesses particulares estão descuidados, a profissão de muitos abandonada, porque escolhestes na vida o caminho mais altruista de cuidar do bem público e de servir, com devotamento, a terra de Minas e a Pátria.

Mas o exemplo vem de cima. Encontramos no Chefe da Nação, Presidente Getúlio Vargas, um lidador incansável e desinteressado do bem da coletividade brasileira.

E com homens públicos assim inspirados, a nossa Pátria alcançará, dentro em pouco, o progresso econômico que lhe descortina as suas grandes possibilidades.

PALESTRAS ORIENTADORAS DO GOVERNADOR DE MINAS

Perante os prefeitos o Governador pronunciou duas palestras sobre assuntos de natureza municipal e estadual, com o propósito de fixar a atenção dos prefeitos para os problemas mais importantes e o meio de estudá-los.

Damos a seguir a primeira dessas palestras pronunciada no salão de festas da Feira Permanente de Amostras, a 30 de julho de 1941, presentes os Prefeitos das sedes das Circunscrições Administrativas e os chefes dos serviços estaduais nelas localizados.

"OS PROBLEMAS DE SAÚDE PÚBLICA A CARGO DOS CENTROS DE SAÚDE DO ESTADO"

Ao convocarmos os senhores chefes dos órgãos estaduais, nas Circunscrições Administrativas, para participarem da reunião dos Prefeitos do Estado, tivemos o fim de bem entrosar os diversos serviços da administração pública, procurando assegurar-lhe normalidade e eficiência.

A presença nesta Capital dos chefes das circunscrições vem proporcionar aos Secretários de Estado excelente oportunidade para consertar e pôr em execução medidas tendentes ao bom andamento dos respectivos serviços.

No intuito de fixar normas e estabelecer diretrizes para o esforço em comum, vamos focalizar alguns aspectos gerais das matérias de competência das circunscrições, e que se nos afiguram necessários para alcançar uniformidade de ação, em benefício da administração pública.

E, assim, tratamos hoje das questões de saúde pública.

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA

A nova organização dada aos serviços de saúde pública, em Minas, foi o resultado dos estudos e observações a que procedeu a Diretoria de Saúde Pública e que vieram revelar a ineficiência dos chamados Postos e Sub-Postos de Higiene.

O pósto de higiene, como se organizara, não estava aparelhado para servir senão ao município em que era sediado. E o sub-pósto, isolado em algumas cidades, convertia-se em um órgão de assistência individual, ou, mais propriamente, era apenas um médico de que dispunha o município, para o tratamento dos doentes que reclamavam assistência. Não sendo esta, evidentemente, a função da Saúde Pública, o sub-pósto falhava inteiramente aos seus fins.

Com a criação dos Centros de Saúde, deu-se mais ampla irradiação às unidades sanitárias, que não estão mais adstritas aos municípios, e devem estender as suas atividades a todos os núcleos de população compreendidos nos limites da circunscrição.

Dividido o Estado em vinte e seis Circunscrições Administrativas, foi em cada uma instalado um Centro de Saúde.

Dirão talvez que êsses órgãos não correspondem ao padrão ideal, devido a não disporem ainda dos meios materiais à altura da magnitude de suas funções.

Entretanto, não é assim. Se, em matéria de pessoal técnico e administrativo, os Centros de Saúde teem uma organização modesta, isso não constitue impedimento a que os serviços respectivos sejam, para o futuro, ampliados, moldando-os sobre a estrutura que lhes foi dada.

E nem seria possível, em nosso meio, pensar na criação de órgãos perfeitos, dadas as dificuldades de ordem financeira e de ordem técnica. A própria escolha de pessoal apto a desempenhar tão complexas funções seria já um grave problema.

E' traço característico dos administradores, em Minas Gerais, o gosto de iniciar em moldes modestos, compatíveis com as circunstâncias do momento, as suas realizações, para ampliá-las posteriormente, de acordo com as exigências comprovadas e com as possibilidades ao seu alcance.

A grande necessidade era a organização dos Centros de Saúde, e esta foi feita, já estando aqueles serviços produzindo resultados apreciáveis.

Devemos, entretanto, esforçar-nos para que os Centros se transformem pouco a pouco em pequenas diretorias de saúde pública, disseminadas pelas diversas circunscrições, realizando todas uma atividade eficaz e vigilante, em constante ligação com a Diretoria de Saúde Pública do Estado.

Dada a diversidade das regiões em que se localizam, cada uma com o seu clima próprio e condições sanitárias variadas, eles não podem obedecer a um padrão uniforme. Alguns devem ser providos com um médico especializado no estudo das endemias e, principalmente, da malária. Outros, devem ter em maior número especialistas em tuberculose, em moléstias venéreas, em higiene pre-natal e infantil.

O que é certo, porém, é que todos os serviços de saúde pública hão de subordinar-se aos Centros de Saúde, excetuando-se apenas os de assistência hospitalar e os de assistência aos hansenianos, que devem estar afetos a outros órgãos.

FUNCIONÁRIOS DO CENTRO

A boa execução dos serviços de educação sanitária e de profilaxia — função primordial dos Centros — depende em grande parte da existência de pessoal competente e isto não sómente no que respeita aos médicos, como também no que respeita aos demais funcionários, enfermeiras e guardas.

Quanto aos médicos, o ideal seria que se provessem as vagas de sanitaristas mediante a prestação de concurso. Quanto às enfermeiras, seria excelente critério que a escolha recaísse sobre as diplomadas pela Escola de Enfermagem da Capital. Aquelas que se destinarem ao interior, devem vir dali, do contrário não permanecerão no serviço. Quanto aos guardas, devem ser contratados, a princípio, sem garantias, afim de que possam realizar nos Centros o indispensável estágio de aprendizagem.

Entrando em entendimentos com os Prefeitos dos municípios, os chefes dos Centros poderão conseguir indicação para aqueles cargos sómente de pessoas jovens, inteligentes e ativas, capazes de aprender para realizar.

Quando a execução dos serviços sanitários estiver a cargo de uma equipe de enfermeiras e guardas zelosos e competentes, esses funcionários poderiam ser destacados para todas as cidades pertencentes às circunscrições, desde que observassem rigorosamente a orientação dos Centros respectivos.

Por essa forma, manter-se-iam as chefias das circunscrições em contacto permanente com todas as unidades componentes das mesmas.

Não podendo, por tantos motivos, e principalmente pelos de ordem financeira, ter os Centros ao menos um sanitarista em cada cidade, que tenham então, em cada uma, no mínimo, um guarda e uma enfermeira.

As Prefeituras poderiam colaborar para a manutenção desses funcionários, a exemplo do sistema adotado quanto aos serviços de estatística, que dispõem de um agente municipal em cada cidade. (Palmas. Aplausos).

CONHECIMENTO DAS CIRCUNSCRIÇÕES

Uma das tarefas precípuas que incumbem ao Centro de Saúde é a de inspeção de toda a circunscrição em que está sediado.

Para os seus trabalhos de educação sanitária é imprescindível o exato conhecimento dos municípios componentes das circunscrições, quer sob o aspecto geográfico e social, quer do ponto de vista dos serviços de saneamento neles existentes.

Folgamos em assinalar aqui que essa necessidade foi bem compreendida pelos chefes dos Centros de Saúde que possuem conhecimento preciso e minucioso de suas circunscrições, conforme se depreende dos relatórios apresentados à Diretoria de Saúde Pública.

PROFILAXIA E EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Bem conhecida a circunscrição, podem os Centros entregar-se ao exercício de suas atividades, no tocante à profilaxia e à educação sanitária. Não devem os médicos, incumbidos daquelas importantes funções, empregar o seu tempo no tratamento individual dos enfermos que solicitam assistência, e que devem ser enviados às instituições hospitalares. Um campo muito mais vasto e de extraordinária significação para o bem da coletividade — o da educação sanitária e da profilaxia — demanda todo o seu esforço.

Os progressos que se realizarem no domínio da educação sanitária terão como resultados a redução dos casos de contágio das moléstias como a tuberculose e a sífilis, que tanto prejudicam à nossa mocidade.

Pela sua ação profilática, os Centros de Saúde contribuem poderosamente para extinguir as moléstias, evitando a sua propagação.

ALIMENTAÇÃO

Assunto dos mais importantes, em que se deve deter a atenção dos Centros, é o da alimentação do povo.

A Pátria, para progredir, necessita de homens fortes e sadios, e da boa alimentação depende em grande parte o fortalecimento da raça.

E' necessário o maior cuidado quanto à fiscalização dos gêneros alimentícios. Esta deve ser feita de maneira que se alcancem resultados satisfatórios, quanto à higiene da alimentação, e sem prejudicar o comércio entre produtor e consumidor.

A pasteurização do leite, por exemplo, é altamente aconselhada, e vem sendo realizada em todos os países de civilização avançada. Devemos incentivá-la, não podendo, entretanto, as nossas leis a respeito deixar de conformar-se à realidade do meio brasileiro, procurando atender aos interesses do produtor e do consumidor, isto é, os próprios interesses da nossa economia.

HIGIENE DAS HABITAÇÕES

A higiene das habitações deve merecer todo o cuidado e cumpre colaborar com os prefeitos no exame das plantas das casas a serem construídas e na fiscalização das habitações particulares e coletivas. Não se podem permitir instalações sanitárias defeituosas, quintais onde as plantas não deixem penetrar o sol e poças d'água que facilitem a proliferação dos mosquitos transmissores de moléstias contagiosas.

As habitações coletivas, hotéis, restaurantes, colégios, devem merecer cuidado especial. Não seria possível isolar todos os portadores de moléstias contagiosas ou evitar que se hospedem em hotéis e frequentem restaurantes públicos. Podemos, entretanto, exigir desses estabelecimentos a prática de certos preceitos de higiene que dificultem a propagação das moléstias.

O que é necessário é educar e fiscalizar; despertar nos proprietários dos estabelecimentos a noção de sua responsabilidade para com a população a que servem, e, ao mesmo tempo, educar o povo para exigir esses serviços dos estabelecimentos que frequenta.

SERVIÇO DE SANEAMENTO

Os Centros exercerão uma vigilância atenta e constante relativamente aos serviços de água e esgotos. Não se permitirá que seja captada água sem o prévio exame físico e químico e microbiológico, feito nos laboratórios do Instituto Biológico do Estado. Este exame deve ser exigido periodicamente, assim como a carteira sanitária dos encarregados dos serviços, para verificar se não contrairam moléstias contagiosas.

Os Centros comunicarão ao prefeito do município e à Diretoria de Saúde Pública qualquer perigo de poluição da água.

Os serviços de esgotos, de lixo, matadouros e mercados exigem, igualmente, permanente fiscalização e colaboração com os prefeitos, não sómente na construção, como na sua manutenção. De um conselho depende, às vezes, a boa orientação a ser dada pelos prefeitos a esses serviços.

Os cemitérios devem ser construídos de acôrdo com determinações técnicas, observadas neles as maiores facilidades para o controle dos óbitos. Incumbe aos Centros fiscalizar o cumprimento das leis no registro de nascimento e de óbitos, bem como colaborar com os agentes de estatísticas, afim de que a estatística sanitária seja a mais exata possível.

Nas zonas de impaludismo, convém voltar as vistas para a drenagem dos pantanos, próximos às agremiações urbanas, colaborando com os particulares.

ESPÍRITO E COOPERAÇÃO

Em todos esses serviços, os prefeitos, assim como as demais autoridades do Estado, engenheiros, delegados de polícia, veterinários, agrônomos e inspetores técnicos do ensino devem colaborar. Do espírito de cooperação é que advirão re-

sultados para o Estado de recursos orçamentários, escassos como o nosso.

Deve ser invocada a cooperação dos professores e do clero, cooperação que nunca tem falhado em Minas Gerais, para os serviços dedicados ao bem público.

Os meios de transporte, especialmente, devem ser facilitados pelos prefeitos e pelos engenheiros residentes.

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Desta ligeira exposição concluímos que não pode ficar a cargo da Saúde Pública, por intermédio de seus Centros, o tratamento individual dos doentes. É assunto de clínica afeto, ao corpo médico do Estado, sendo que a assistência aos desprovidos de recursos deve ser dada pelas casas de caridade.

O Estado não pôde arcar com um serviço dessa natureza e é necessária a colaboração de todo o povo mineiro para a sua realização.

É dever incentivar a fundação de casas de caridade e orientá-las para que possam receber da União, do Estado e dos Municípios as contribuições que mereçam pelo serviço que prestarem.

Os institutos de caridade recebem sempre todo apoio do corpo médico local. Devemos dizer que este é um dos aspectos mais interessantes da profissão de médico no interior.

Centenas de municípios mineiros têm seus hospitais de caridade organizados e todos terão a sua própria assistência hospitalar desde que esses serviços sejam incentivados pelos governos.

O Presidente Getúlio Vargas, em suas viagens ao interior de Minas, nunca deixa de visitar as casas de caridade, demonstrando seu apreço por estas instituições.

COMBATE AO MAL DE HANSEN

Deixamos por último a lepra, que deve ser um serviço à parte.

A campanha para debelar este mal vem sendo feita de modo mais eficiente em Minas. As nossas colônias são modelares e honram o corpo de especialistas que delas cuidam.

Mas a ação do Estado se tornaria impotente para uma empresa de tal vulto se não tivesse à frente dela o governo federal.

O Presidente Getúlio Vargas, com o seu espírito arguto e o seu grande coração, sentiu que os governos do Brasil não podiam continuar de braços cruzados diante desse flagelo, que se vai disseminando por toda parte. E deliberou construir, em todo o Brasil, colônias para isolamento e tratamento dos portadores do mal de Hansen. É uma gigantesca obra que, sem alarde, está quase terminada.

Em todas as regiões de Minas estão sendo construídas colônias e preventórios pelo Governo Federal.

O povo mineiro sabe ser justo e agradecido, e o nome do Presidente Getúlio Vargas ficará gravado em nosso coração por esse ato de benemerência, feito sem outra preocupação que a do bem coletivo. E, por isso mesmo, governo e povo vamos colaborar nessa obra de tão patriótico e humanitário sentido, mantendo as colônias, afim de ficarmos à altura dos propósitos do Presidente.

As Prefeituras Municipais estão porfiando no desejo que tenham de dar também a sua colaboração. Os nossos recursos são escassos, mas temos vontade e firmeza e a lepra desaparecerá de Minas.

Concluindo — a função de saúde pública, em Minas, deve ser precipuamente: a educação sanitária e a profilaxia.

A assistência e tratamento dos doentes destituídos de recursos competem às instituições hospitalares, subvencionadas pelos governos, excetuando-se, apenas, os portadores de doenças contagiosas, no período do contágio, inclusive os acometidos do mal de Hansen, aos quais todo o povo mineiro deve dar o seu amparo e assistência.

A FUNÇÃO SOCIAL QUE INCUMBE À POLÍCIA E A SEUS DELEGADOS NO INTERIOR DO ESTADO

Sobre o assunto acima o governador pronunciou a sua segunda palestra no salão de festas da Feira Permanente de Amostras, a 1.º de agosto de 1941, presentes os Perfeitos das sedes das Circunscrições Administrativas, os chefes dos serviços estaduais nela localizados e os delegados regionais.

É esta a palestra:

“Nossa conversa de hoje versará sobre policiamento.

O exercício da função policial implica o dever, para quem a desempenha, de colaborar ativamente com todos os órgãos da administração pública.

Além de sua finalidade judiciária, a polícia moderna tem, como escopo precípuo, a prevenção do crime, mais considerável socialmente do que a sua própria repressão.

A sua feição principal é, portanto, educativa.

Cumpra-lhe conhecer psicologicamente bem, tanto em suas tendências más como em suas propensões benéficas, a sociedade a que serve e no meio da qual se exercita a sua atividade.

O cidadão que ocupa um cargo de polícia, tanto como outra qualquer autoridade pública, está no indeclinável dever funcional de não se isolar da comunhão, por cuja ordem material e política é ele responsável imediato.

Esta identificação com o meio social representa a maneira mais eficaz de conhecê-lo exatamente. Ela se processa, sobretudo, por duas formas, que são a vigilância e a colaboração.

Disso se conclue que a autoridade policial não pode permanecer indiferente ou alheia à instrução e educação que se ministra aos jovens nos municípios. Queremos afirmar que ela pode e deve ter atuação e influência no processo de formação moral e cívico dos cidadãos.

É certo que os problemas de administração são unitários, sem embargo de sua diversidade técnica, pois que todos visam a integração eficiente do cidadão no serviço e no engrandecimento permanente da Pátria.

Disse o Presidente Getúlio Vargas que, em país como o nosso, de numerosa massa inculta, toca a todos os homens de inteligência e cultura a missão patriótica de empregar a sua ação construtiva no serviço da Nação. A prosperidade e a grandeza da Nação representam a soma da boa vontade, da inteligência e da atuação previdente de cada um de nós. Esta inteligência e cultura a missão patriótica de empregar a sua não só através de cargos e profissões como também pela clarividência da atividade isolada do homem, como unidade da comunhão.

Todos somos operários da felicidade e do progresso do País, qualquer que seja a nossa função ou posição na sociedade.

A feição cívica da polícia determina-lhe agir neste sentido, sempre que haja falhas ou deficiências na sociedade em cujo seio atua.

É assim que lhe cumpre corrigir a indiferença ou apatia cívica e a propagação de idéias subversivas, como também lhe impede o dever de acoroçoar, estimular e aplaudir os cidadãos e as instituições em seus empreendimentos humanitários e generosos ou em seus atos altruístas e patrióticos.

Ela é previdente e providente, isto é, vigia e prevê, educa e corrige.

É preciso afastar da sub-consciência popular e do espírito dos funcionários de polícia o prejuízo de que a polícia visa a unicamente encarcerar.

Não cabe nenhuma idéia de violência na missão policial. Ao contrário. Guarda e vigia da lei, da ordem pública e da paz social, a polícia é a segurança, a tranquilidade, a garantia do sossego de todos, da paz, da coletividade e da defesa do direito dos cidadãos.

É que a sua missão de previdência e providência não é apática, mas dinâmica.

Todos os que falham no cumprimento da lei devem ser declarados por ela à autoridade competente, nos casos que lhe escapam à função específica.

Os cargos não podem ser exercidos com critério estrito. O caráter das funções é patriótico.

Neste particular, merece menção o fato de que, em uma comarca de Minas, um promotor público, vendo a infância sem os necessários meios de instrução cívica e física, se julgou na obrigação de fundar, como o fez, associações educativas, de suscitar atividades esportivas e sociais e de promover solenidades cívicas, dando direção e sentido à mocidade do município.

Eis aí um bom funcionário que é um melhor cidadão.

Há, no entanto, problemas que essencialmente interessam a todos os servidores do Estado, e, com especialidade, aos funcionários policiais:

Está neste caso o problema da infância abandonada.

Há duas espécies comoventes de abandono da infância: — a das crianças sem pais, das que possuem pais doentes ou desprovidos de recursos e a das crianças cujos pais são descuidados ou indiferentes, relegando-as às solicitações dissolventes da vadiagem.

No primeiro caso, a autoridade policial deve colaborar com o Prefeito e com o Juiz de Menores no sentido de encaminhá-las a pessoas humanitárias que zelem pela sua educação ou a estabelecimentos da União, do Estado ou particulares, destinados a este mister.

Na segunda hipótese, a autoridade deve agir suassoriamente e, em último caso, com energia, obrigando-os ao cumprimento do seu primeiro dever de chefe de família.

Este espírito de colaboração é necessário em todos os setores de atividade pública do Estado. E' imprescindível ao médico, ao Centro de Saúde, ao engenheiro residente, aos veterinários e agrônomos, aos responsáveis pelo fisco, afim de que possam exercer tranquilamente as suas funções em benefício do povo.

O delegado de polícia não pode permanecer indiferente, se um cidadão clínicamente sem ser médico, se um funcionário licenciado para tratamento de saúde se entrega à atividade particular, se um médico dá atestados gratuitos, se uma ponte está a ruir por falta de concerto, se é burlado o fisco. E' seu dever colaborar com as autoridades federais, estaduais e municipais.

No exercício das funções administrativas, há diferença entre autoridades e chefes.

Como responsável direta pela ordem pública, é a polícia colaboradora do governo federal na manutenção do regime e da paz que nos incumbe como Estados da Federação.

Não póde reinar ordem sem trabalho, pois que este é um dos seus principais fatores. Assim, as autoridades policiais não devem permitir que nenhum cidadão válido, rico ou pobre, viva sem trabalhar. O trabalho é a função pública, o primeiro dever patriótico, por isso que é o construtor da prosperidade da Pátria. Não trabalhar é desservi-la.

E' indispensável cultivar o amor, o hábito, a continuidade ininterrupta do trabalho. A sociedade não deve permitir em seu seio o ocioso, mesmo que este disponha de recursos.

A autoridade policial é a imediata representante da sociedade no repúdio aos que não trabalham. Em uma sociedade bem organizada, não há lugar para a ociosidade.

Quando, porém, o cidadão não trabalha porque não encontra trabalho, é dever da autoridade policial ampará-lo e encaminhá-lo a funções que serão obtidas sobretudo com o auxílio dos prefeitos dos municípios, dirigindo-se estes aos industriais, comerciantes e agricultores.

As delegacias regionais do Estado estão providas de funcionários à altura de desempenhar funções tão importantes como acabamos de apontar. Acontece o mesmo com a maioria dos municípios, em relação aos delegados e sub-delegados de polícia.

E' preciso, porém, que, neste assunto, não haja exceção.

Não desconhecemos a dificuldade de encontrar pessoas idôneas que queiram prestar este serviço público espinhoso.

Como o melhor cidadão para o desempenho de tal função nem sempre é o que dispõe de recursos pecuniários, natural é

que seja encarado o aspecto da remuneração ao delegado de polícia municipal.

A remuneração deve ser estipulada pelo município, em colaboração com o Estado.

Há toda vantagem em que o delegado seja pessoa vinculada ao município, devido ao conhecimento que tem do meio social.

O delegado de polícia é um homem que dirige e orienta; por isso, o êxito do policiamento está, em grande parte, na maneira como emprega o destacamento que deve conhecer bem. O seu comandante não é um mero garantidor de disciplina ou distribuidor de praças, mas um auxiliar inteligente do delegado em sua função.

Existem certos detalhes práticos que são de real importância. A distribuição das praças para os diversos mistérios deve caber ao delegado, que não pode pedir indiferentemente qualquer praça para todos os policiamentos.

E' preciso aproveitar competência e tirocínio. Praças que são ótimas no efetuar diligências para prisão de criminosos talvez não sejam as mais aconselháveis para policiamento de casas de diversões.

Em serviço de trânsito, que em geral é feito por guardas e fiscais, que o Estado não póde manter em todos os municípios, devem ser aproveitadas as praças que tenham pendor para este serviço.

Da ação esclarecida do delegado depende a eficiência, com economia para o Estado, do indispensável serviço da perícia médico-legal.

Com a colaboração dos prefeitos, devem, de preferência estes serviços ser prestados pelos médicos do interior, como ato de benemerência à coletividade a que pertencem.

Deste modo, podem-se evitar as enormes despesas com a viagem de médicos legistas da Capital para prestar serviços em regiões longínquas do Estado.

Ao terminar esta ligeira explanação, diremos, resumindo, que a ação das autoridades policiais deve ser sobretudo preventiva. Mas a eficácia de tal atuação provém de quem a exerce.

A autoridade policial impõe-se pela confiança que despertam seus atos. Esta confiança funda-se na autoridade moral, no espírito de justiça e na energia empregada em defesa dos direitos da sociedade e dos cidadãos."

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO EM 16 DE AGOSTO DE 1941

Discurso do dr. Lincoln Nogueira Machado, Prefeito de Itauna, saudando o Governador Benedito Valadares.

"Ao encerrarmos os nossos trabalhos, na solenidade desta sessão, corre-nos a agradável incumbência de saudar, em nome dos Prefeitos de Minas Gerais, o eminente Governador Benedito Valadares, que teve a patriótica iniciativa de congregar-nos para o estudo dos problemas vitais dos municípios mineiros.

E' sem modéstia, podemos dizê-lo, a voz de Minas aqui se alceia para vitoriá-lo, sem embargo da humildade do seu intérprete, pois que aqui se acham reunidos todos os chefes das comunas de nossa terra.

Na figura do sr. Governador Benedito Valadares esplendem as virtudes ávidas da gente de Minas Gerais. E é mesmo nessa consonância entre as virtudes do povo e as que lhe integram a personalidade que se firma a confiança e a fé em sua atuação de administrador e de político.

E' um autêntico líder mineiro, que forjou o caráter e a vida no convívio íntimo com a sua terra e com a sua gente, desde os primeiros anos, pois que a sua existência transcorreu primeiramente no latifúndio natal para depois ir travar os combates da inteligência e do patriotismo no torvelinho da metrópole brasileira.

Trouxe da terra, dos seus costumes, dos seus habitantes, da sua moral, das suas lições cívicas, o seu amor ao trabalho,

a têmpera rija do lutador e, ao mesmo passo, essa serenidade mineira, que é tecida do culto da justiça e do amor da Pátria.

As nossas palavras, neste sentido, representam a força persuasiva de um depoimento.

Nós, os homens do oeste, temos acompanhado a vida batalladora do Governador Benedito Valadares desde os tempos iniciais.

Sabemos que ela provém de uma estirpe que sempre se notabilizou pela nobreza do patriotismo, e isto ainda nos albos políticos da nacionalidade brasileira.

Na vida do ilustre chefe do Governo de Minas, como na de todos os de sua linhagem, nada sobreleva o interesse público, que sempre fica em primeiro plano.

Este traço já se notava no advogado, que só via nas causas defendidas a justiça que encerravam, como também já se patenteava no Prefeito de Pará de Minas, que tudo sacrificava pelo progresso do seu município.

Mas quando, neste posto, um dever mais alto se lhe evidenciou ao espírito, em 1932, não tergiversou um só momento este homem cujos pensamentos se convertem imediatamente em ação. Porque a Pátria conclamava patriotas, transmitiu-lhe a direção do município a outras mãos e foi para a linha de frente, assumindo o posto do patriotismo militante.

Designado pelo Presidente Getúlio Vargas para interventor em Minas Gerais, quando exercia então o mandato de deputado federal de nossa terra, s. excia., logo ao assumir o governo, impôs-se pela clarividência, pelo espírito de justiça, pelo acerto da solução dos problemas administrativos, pelo tino político, pelo amor de Minas e da República.

O que o caracteriza como administrador é ser um estadista certo e realizador. O que o singulariza como político é o talento sutil e a penetrante compreensão e análise dos homens.

E' uma figura, cujo estudo desperta a fascinação dos analistas.

Não perde o contacto das realidades, não sendo, porém, destituído de imaginação. Entretanto, não sonha, porém cria.

Seu pensamento não se dispersa ou perde em divagações da fantasia, que se distanciam da inflexível realidade. E' eminentemente objetivista, pensa de acordo com a vida, não foge ao real por mais áspero que se apresente.

E quando se sublima nas ascensões verticais, é no sentido da pureza moral, que o envolve num halo de serenidade, que é o apanágio dos fortes.

Isto quer dizer que a sua atuação sempre se estabelece no sentido de suas convicções.

Dai a sua combatividade, viva, contínua e indesejável.

Homem de bem por atavismo, por educação e por dignidade pessoal, o Governador Benedito Valadares representa, moralmente, a garantia e a tranquilidade de todos, pois que jamais pratica, nem admite que, à sombra de seu governo, se pratiquem injustiças.

Em s. excia., como administrador e com político, nunca desaparece o advogado, isto é, o cultor da verdade e batalhador do direito.

Existe no estilo e rotação da existência de todo homem um signo perceptível de providência.

Parece que por uma destinação providencial veio o Governador Valadares dirigir o Estado de Minas Gerais.

O povo, cansado de teóricos e sonhadores, viu enfim surgir, dentro de uma política de ordem e de paz, uma administração fecunda, prática e eficiente.

Os problemas não foram solucionados separadamente, mas com uma planificação, uma visão de conjunto.

Essas diretrizes podem-se resumir em duas palavras: — reorganização econômico-financeira e realizações de obras com finalidade humana.

Quanto ao primeiro aspecto, podemos exaltá-lo com um elogio singelo, mas altamente eloquente: — o Estado de Minas Gerais tem os seus orçamentos equilibrados, sem "deficit".

Está perfeitamente organizada e normalizada a sua situação financeira.

A sua máquina fiscal e arrecadadora funciona sob os moldes mais modernos, com contínuo, com eficiência modelar.

Em relação às obras de finalidade humana, convém apontar, entre outras, a Penitenciária Agrícola de Neves, a qual, pela sua organização moderna, faz honra à nossa geração.

No mesmo sentido, foi dada à Escola de Reforma "Alfredo Pinto" a finalidade específica da reeducação pelo trabalho profissional.

Eis duas obras mais que patrióticas, duas obras humanas.

Outra obra humana é ainda a Escola do Florestal, que visa dar ao jovem rural, ao jovem do interior, tão desamparado na sua pobreza e ignorância, uma educação e profissão consentâneas com o meio, com a terra, com as necessidades da comunidade em que nasce, vive e morre.

E' a valorização do homem no seu *habitat*, dando-lhe função econômica compatível com as suas aspirações.

No mesmo sentido releva notar as escolas profissionais "Cândido Tostes", em Juiz de Fora, e "Benjamin Guimarães", em Pará de Minas.

Humana ainda é esta série esplêndida de casas de educação física, que vai desde o "Minas Tennis" até à praça de esporte do mais modesto município mineiro, obra esta que mira a enrijar o corpo, dar alegria, intrepidez, agilidade e saúde à juventude de nossa terra.

Podemos acentuar que tais realizações não padecem interrupção, pois aí já vemos o início do Parque industrial, que vai marcar nova era na vida econômica e industrial de Minas Gerais.

Estamos citando exemplificativamente, não enumerando, com o fito único de mostrar as finalidades econômicas e humanas das realizações do grande governo de Benedito Valadares.

E aqui estamos encerrando trabalhos fecundos, promovidos por sua excia., nesta reunião dos prefeitos mineiros, que teve realmente um cunho acentuadamente prático, tendo-se aberto oportunidade para se discutirem problemas vitais que preocupam todas as comunas.

As diretrizes foram-nos dadas por s. excia. nas esclarecidas explanações feitas em seu discurso inaugural e nas exposições sobressaquentes. Convém frisar aqui a colaboração direta e pessoal do sr. Governador na leitura dos Estatutos dos Funcionários, Código de Obras, Organização dos Municípios e Código de Posturas Municipais.

Sr. Governador Benedito Valadares, com a saudação dos prefeitos de Minas Gerais, que vêm, com satisfação, atingidas as suas aspirações, trazemos a v. excia., com o testemunho de nossa estima e apreço, o expressão de nossa mais decidida solidariedade política a seu benemérito governo.

Senhor Governador! — Convocados por v. excia. ao serviço da grandeza e da prosperidade de Minas Gerais, teremos sempre em mente, no exercício de nossas funções, o exemplo edificante que v. excia. nos dá.

Inspirados por ele, lutaremos sem descanso e com o espírito alevantado.

E, ao terminar minhas palavras, ditadas por entusiasmo cheio de admiração, desejo convidar os Prefeitos aqui presentes para se levantarem numa aclamação patriótica, afim de saudar o eminente Chefe, o grande benfeitor de Minas, o sr. Governador Benedito Valadares."

DISCURSO DO DR. JOAQUIM JUSTINO RIBEIRO, PREFEITO DE POÇOS DE CALDAS, HOMENAGEANDO O SNR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

"No momento em que se encerram os trabalhos da Reunião dos Prefeitos de Minas Gerais, trabalhos que se realizaram sob a inspiração do espírito renovador que atua em todas as manifestações da vida nacional, neste histórico período de

reconstrução — nosso pensamento deve voltar-se para a grande obra de governo do Presidente Getúlio Vargas.

Instituindo um regime que corresponde às necessidades e às aspirações do nosso povo, o eminente estadista que preside aos nossos destinos tornou possível a afirmação de todas aquelas forças que jaziam latentes em nossa Pátria, tolhidas ou desencorajadas por um sistema de interesses pessoais que se sobrepunham às conveniências da Nação.

Realizando um governo realmente democrático, porque consulta diretamente o pensamento e os desejos do povo, abolindo discussões estérteis e inúteis, acorçadoras apenas de vaidades pessoais, s. excia. pode desentravar a ação administrativa para que ela pudesse exercer-se eficazmente em benefício do trabalho nacional, ao mesmo tempo que pôs o Governo em contacto mais íntimo com as correntes vivas da opinião brasileira.

Nós, administradores municipais, que, no trato diuturno com os municípios auscultamos seus sentimentos, percebemos suas tendências e conhecemos suas aspirações, podemos dar o nosso testemunho valioso de sua aprovação a esta sábia política. Eles sentiram, como nós sentimos, que o afastamento daqueles óbices veio facilitar o trabalho construtor do Governo e proporcionou o ambiente para a solução de problemas de vital interesse nacional até então relegados para segundo plano.

Foi esse ambiente, almejado por todos, que assegurou esta era de paz, de ordem e de tranquilidade para a Federação Brasileira, indispensável e propícia ao trabalho construtor do progresso e do engrandecimento do país.

Assim é que pudemos nós, Prefeitos Municipais, impôr ordem às finanças e desenvolver a economia dos municípios; assim é que o nosso Governador tem podido realizar uma obra de alta significação, assinalada por grandes empreendimentos em todos os aspectos da vida estadual, e cujos resultados se exprimem com eloquência no vigor de nossa economia, no equilíbrio das nossas finanças e no progresso geral do Estado; assim é que pode s. excia. o Chefe da Nação enfrentar e solucionar problemas que vinham desafiando a coragem de antigos dirigentes que eram eternamente procrastinados, bastando lembrar o erguimento deste magnífico edifício que a legislação de proteção ao trabalho e à concretização desses antigos ideais dos governos brasileiros — o aproveitamento das inestimáveis riquezas minerais do nosso solo e a plena expansão da economia do "hinterland" brasileiro.

São inúmeros os grandiosos empreendimentos que o alto descortino de s. excia. julgou oportuno fossem executados. Somente a admirável capacidade de trabalho do Chefe da Nação tornaria exequível esta gigantesca obra de orientação e coordenação de todas as atividades brasileiras que por s. excia. vem sendo realizada com o conhecimento exato das necessidades gerais e dos problemas locais, visitando, para isto, todo o Brasil, de norte a sul e de leste a oeste.

Tenho a certeza, ao dizer estas palavras, que interpreto o

sentimento unânime desta reunião e peço, portanto, seja aprovada, por aclamação, a moção que passo a ler:

Moção: Ao encerrar os trabalhos de sua reunião em Belo Horizonte, os Prefeitos Municipais de Minas Gerais manifestam a s. excia. o sr. Presidente Getúlio Vargas, por intermédio de s. excia. o sr. Governador Benedito Valadares, seus calorosos aplausos pela grande e patriótica obra governamental que s. excia. vem realizando, para felicidade e grandeza de nossa Pátria."

DISCURSO DO GOVERNADOR BENEDITO VALADARES, ENCERRANDO A REUNIÃO

"E' sob a emoção despertada pelas palavras aqui proferidas, que agradeço a vossa homenagem ao Governo da União e do Estado.

Para que frutifique a obra de renovação que ora se realiza em nossa Pátria, cumpre que todos nela colaborem com entusiasmo e patriotismo. (Aplausos).

Essa obra é nacional porque reflete o espírito e os sentimentos da nossa gente. Seu idealizador o Presidente Getúlio Vargas, condensa, em sua personalidade de homem público e de cidadão, os melhores virtudes do povo brasileiro.

Os grandes esforços em que a Nação se empenha nos nossos dias, mobilizando todos os seus recursos, outra coisa não buscam senão apressar o ritmo de nossa evolução.

Sem dúvida que darão também ao mar os rios que lentamente inscrevem curvas caprichosas. Mas, se lhes retificamos o curso, a marcha será célere e cedo se atingirão os objetivos.

E' esta a obra do Presidente Getúlio Vargas, em benefício de nossa Pátria: retirar todos os óbices, todos os entraves, para que o Brasil se desenvolva, na medida de sua grandeza e das nossas aspirações.

E, se temos rumos tão seguros, basta que os sigamos sem vacilações, e que os governos dos Estados e dos Municípios conjuguem todas as nossas energias, na mesma cadência de esforços, olhos fitos no engrandecimento da Pátria, no horizonte do seu porvir.

Minas Gerais nunca faltou ao Brasil, em todas as horas decisivas. Nossa história é uma sucessão de lutas pela grandeza da Pátria, seu fortalecimento, sua afirmação como comunidade forte e organizada, cônica das responsabilidades que lhe impõem os seus destinos.

Nas grandes revoluções sociais por que tem passado o País, Minas sempre esteve à frente, ao serviço da nacionalidade. E nenhuma revolução se avanta a esta que se objetiva na ação política e administrativa da hora presente.

Não era possível que o Brasil continuasse, nesta época de grandes transformações, sob métodos de governo que tolhiam a sua expansão e frustravam as melhores aspirações dos bons brasileiros.

A reunião dos Prefeitos de Minas Gerais, inspirada na orientação política do sr. Presidente da República, visa a acelerar o nosso desenvolvimento, dar um passo à frente, numa grande reforma de administração pública.

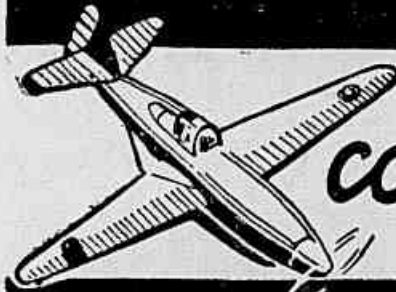
Não somos mais do que colaboradores dessa obra nacional que, para felicidade dos brasileiros, prosseguirá sem desfalecimentos, de maneira que nosso povo possa fruir os bens econômicos que este rico solo lhe pode dar e os benefícios morais e espirituais de uma civilização a que temos direito.

A reunião dos Prefeitos Municipais, presidida pelo grande líder que é o Secretário do Interior de Minas Gerais (vibrantes e prolongados aplausos), teve um fim prático e objetivo, e dentro em pouco havemos de ver as nossas comunas organizadas, sob moldes racionais, para que Minas, economicamente engrandecida, melhor possa servir à Federação (Aplausos).

Não faltaram a este Congresso o vosso entusiasmo, senhores Prefeitos, a vossa inteligência e a vossa fé nos destinos de Minas Gerais.

Estamos seguros de que, com este entusiasmo e esta fé, havemos de dar ao nosso Estado uma estrutura modelar, para o bem da nossa grande Pátria."

DOR de CABEÇA



combata-a com

Melhoral

MELHORAL É MELHORI EXPERIMENTE-O!

OBSERVAÇÕES ECONÔMICAS

Carestia da Vida

A CARESTIA da vida vem, dia a dia, se acentuando em nosso país. A elevação do preço das utilidades, ora motivada pela guerra, ora por aqueles que se aproveitam das oportunidades, requer providências enérgicas. Chegou a tal ponto o fenômeno que já atingiu não só às classes pobres como também à média e, se providências não forem tomadas, irá se alastrando cada vez mais. Naturalmente essas providências devem ser no sentido de repelir as especulações porque, em certos produtos, a alta é devida à própria situação internacional.

Quanto aos gêneros alimentícios vem se verificando grandes alterações nos preços o que veio colocar muitas famílias no seguinte dilema: ou diminuir a quantidade ou baixar a qualidade dos artigos de consumo. Isto naturalmente acarretará grandes perturbações à saúde do povo uma vez que assim decairá o seu padrão alimentar.

Em vista disso a imprensa do Rio entrevistou o Presidente do Sindicato dos Comerciantes Atacadistas, para ouvir uma palavra abalizada sobre a alta dos gêneros de primeira necessidade. Disse o Presidente do Sindicato dos Comerciantes Atacadistas que "os preços atualmente tabelados datam de vários meses, quando não só eram outras as circunstâncias dos mercados fornecedores, mas também por que não nos encontrávamos premidos, como atualmente, em matéria de transportes, este fundamentalmente afetado pela falta geral de combustível, e outros mais, provindos das dificuldades de importação de matérias primas básicas.

"A par disso, sobreveiu nova regulamentação de impostos, como o de renda, já em execução, e o do selo, tudo isso trazendo novas despesas que vão fatalmente pesar no custo das utilidades. No dia 10 de maio entrou em vigor nova tarifa da Central do Brasil, alterando os fretes de gêneros essenciais para a alimentação, como sejam: batatas, arroz, feijão, etc. O milho, por exemplo, em relação ao frete ferroviário, foi majorado em 46%; a batata de 127%; o arroz de 111%; e assim por diante.

"Bem compreendemos, não resta dúvida, as necessidades do governo de promover novas fontes de renda, a fim de amparar a própria produção e melhorar os serviços. Entretanto, o comércio atacadista de gêneros alimentícios do Distrito Federal, onde nada ou quase nada, em matéria de alimentação, é produzido, não faz senão subordinar-se aos preços que lhes são ditados pelas fontes de que provém o arroz, a batata, o feijão, a banha, etc. Essas fontes produtivas, por sua vez, se veem premidas por fatores que determinam uma alta dos preços. Resultado: as utilidades na capital da República sofrem grandemente a influência de tais argumentos".

Esta exposição feita à imprensa carioca pelo presidente do Sindicato dos Comerciantes Atacadistas bem define a situação atual dos gêneros alimentícios.

Em outro setor que o aumento vem descabidamente se elevando é quanto aos aluguéis de casas. O preço dos aluguéis atuais vem constituindo sérios problemas para os operários e na classe média também, verificando-se o agrupamento de famílias em uma só residência para que o aluguel não se torne pesado, como também a sublocação de peças do prédio para fazer face ao elevado aluguel.

Em todos os setores vem se verifican-

do o abuso na alta dos preços e a Comissão de Defesa da Economia Nacional tem recebido inúmeras queixas. Uma delas é que sob o pretexto de incrementar a nossa exportação, todo o óleo de cozinha especialmente o fabricado em São Paulo, está sendo vendido para fora numa base de 65%, ficando apenas a cifra insignificante de 35% para o consumo interno.

O peixe também. No Rio, por exemplo, o preço do peixe é maior que o da carne, o que não se concebe numa cidade a beira-mar como a nossa e de grandes facilidades para a pesca.

Outra denúncia séria que recebeu a Comissão de Economia Popular foi a que diz respeito às companhias de navegação: "Estão cobrando fretes completamente fora da lei, isto é, exigindo, por meio de intermediários, pagamento à parte que não figuram no frete."

Essas denúncias estão sendo estudadas pela Comissão de Economia Popular, principalmente pela Sub-comissão da Economia Nacional que apresentou ao Conselho Federal de Comércio Exterior uma indicação com o fim de ser realizado um exame das causas da carestia da vida.

O Conselho Federal de Comércio Exterior, tomando conhecimento do assunto, foi de parecer que se proceda a um inquérito para investigar as causas provenientes da carestia da vida e que deverá ficar a cargo do próprio Conselho e em colaboração com a Comissão de Defesa da Economia Nacional e com os demais órgãos da Administração Pública que possam contribuir para esse fim.

Entre os órgãos indicados para empreender tal estudo, acha-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que dispõe de Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho.

O Ministro do Trabalho em exposição feita ao Presidente da República que está interessado em solucionar o caso, disse: "um inquérito nesse gênero tem caráter nitidamente estatístico e deve, portanto, ser levado a efeito através de

uma entidade para isso especializada. O recolher os resultados e dar-lhes publicidade, representa a menor parte de uma operação de tal natureza. Por isso, a pesquisa que vai tentar o Conselho Federal do Comércio Exterior representa quicá uma dualidade em face do que tem realizado e e está realizando o Ministério do Trabalho". Argumentou ainda o Ministro do Trabalho que ao seu Ministério "deve ser atribuída a execução dos estudos especiais no campo da economia nacional, já que os principais elementos desse estudo surgem dos seus cadastros, de suas estatísticas, de suas observações". Sugeriu também o titular da pasta do Trabalho que devido ao que acima expomos fosse entregue ao seu Ministério o inquérito sobre o encarecimento da vida.

Encaminhado o processo ao Conselho Federal de Comércio Exterior, argumentou o diretor deste órgão que se trata de providência preliminar destinada a fixar a real extensão do fenômeno por todo sentido, cuja existência deu lugar à indicação originadora do processo no Conselho, e, portanto, donde deve resultar elementos para que se formulem sugestões tendentes a atenuar o mal.

Outrossim, o estudo sobre a carestia da vida deve ser entregue ao Conselho Federal do Comércio Exterior porque está mais em contacto com os meios necessários a um estudo de tal monta como o exame que deverá ser feito para verificar as falhas existentes na produção e transporte; também deve estudar as causas da grande quantidade de gêneros alimentícios que se deterioram, antes da entrega ao consumo; a distribuição desses gêneros nos grandes centros urbanos, etc.

Remetido, então, o processo ao Presidente da República para decidir a quem deveria caber o estudo em questão, foi pelo sr. Getúlio Vargas exarado o seguinte despacho: "Solicite o Conselho Federal do Comércio Exterior ao Ministério do Trabalho, as informações que precisar sobre a carestia da vida. Se estas não forem suficientes, complete-as com o inquérito".

Coube, como vimos, ao Conselho Federal do Comércio Exterior o encargo de estudar o assunto e se preciso for fazer um inquérito para solucionar uma das questões mais delicadas e de grandes responsabilidades na vida econômica do país.

Naturalmente esse estudo não se fará em pouco tempo e será preciso a colaboração de todos os órgãos federais, estaduais e municipais, que para tal fim possam contribuir para se chegar a uma conclusão satisfatória.

Quanto a alta dos preços é preciso convir que mesmo reprimida as especulações a baixa dos preços será difícil de se verificar, a menos que se dê, de futu-

ro, transformações econômicas difíceis de serem previstas atualmente.

Um outro prisma também importante e que deve ser estudado é o que diz respeito aos ordenados atuais. Como sabemos, os ordenados ainda correspondem ao nível de vida de uns dez anos atrás, daí em grande parte a carestia da vida.

Muitas empresas e organizações, em vista disso, já aumentaram os ordenados de seus empregados, e outros empreendem estudo nesse sentido.

Portanto, no estudo da carestia da vida deverão ser consultadas, também, as associações de classes, para maior êxito das conclusões a que se possa chegar.

POSSIBILIDADES ECONÔMICAS DO BAIXO AMAZONAS

ABRANGENDO uma superfície de 129.382 quilômetros quadrados, o Baixo Amazonas, das zonas fisiográficas da região, é a de menor extensão territorial, pois ocupa apenas 7,08% da área total do Estado. Constituída pelos municípios de Itacoatiara, Parintins, Maués, Urucará, Urucurituba, Barreirinha e Itapiranga, cortam-na numerosos rios, paranás e igarapés, tributários do lendário e caudaloso Amazonas.

Muito embora seja a de menor extensão, apresenta, contudo, notável progresso dentro dos demais do imenso vale, conforme se constata pelo volume e valor da exportação das circunscrições municipais nela encravados.

Figura em primeiro plano, em produção, o município de Itacoatiara, cuja situação geográfica milhas abaixo da foz do Rio Madeira, muito concorre para a sua expansão comercial, seguindo-se-lhe em ordem decrescente os de Parintins, Maués, Urucará, Urucurituba, Barreirinha e Itapiranga.

A exportação efetuada para o exterior, sul do país e capital do Estado, no ano de 1941, foi, pelas referidas unidades municipais, em quilos e valor, a seguinte:

MUNICÍPIOS	QUILOGRAMOS	VALOR OFICIAL	% SOBRE O VALOR
Itacoatiara.....	5.061.987	12.387:811\$000	47,0
Parintins.....	1.076.035	8.949:710\$032	34,4
Maués.....	447.490	3.859:852\$253	15,0
Urucará.....	112.126	323:406\$351	1,5
Urucurituba.....	127.902	217:847\$216	0,8
Barreirinha.....	10.736	171:253\$199	0,7
Itapiranga.....	64.226	139:327\$157	0,6
TOTAIS.....	6.900.502	26.049:207\$208	100,0

Nos municípios enumerados, encontram-se todos os produtos das indústrias extrativas vegetal e animal, próprios da região tropical brasileira, de que a flora e a fauna são imensamente ricas.

Da indústria agrícola, destaca-se a juta, fibra indiana de recente aclimação no vale amazônico, o cacáu, e o guaraná, que constituirão, em futuro próximo, fatores econômicos de grande importância, consolidando a riqueza da privilegiada zona, dada a expansão de produção e exportação destes produtos.

A indústria de transformação do pau rosa ocupa lugar destacado nos municípios de Parintins, Itacoatiara, Maués e Barreirinha, devido aos preços sempre crescentes que alcançam a essência extraída da preciosa laurácea, superior ao ambar do cachalote. A procura da essência nos mercados da América do Norte e Inglaterra, aonde há crise de similares de outras procedências, provocou o aumento da sua produção, que atingiu no ano passado, naqueles municípios, a 172.722 quilos no valor oficial de 12.126:962\$330, ou seja 47% do valor total dos demais produtos exportáveis.

Em consequência da enorme procura e valorização da essência de pau rosa, este produto passou a constituir um dos palpitantes assuntos administrativos e um problema jurídico a resolver.

Dentre os principais produtos exportados, segundo o valor que atingiram, destacamos os constantes do quadro abaixo, que atingiram 6.900.502 quilos e o valor de 26.049:207\$208.

PRODUTOS	QUILOGRAMOS	VALOR OFICIAL	% SOBRE O VALOR
Essência de pau rosa.....	172.722	12.126:962\$330	47,0
Outros produtos.....	2.837.956	2.554:718\$717	10,0
Couros e peles.....	784.750	2.610:802\$454	10,0
Juta.....	808.485	2.387:740\$200	9,0
Borracha.....	284.205	2.142:176\$338	8,0
Castanha.....	939.296	1.827:408\$018	7,0
Pirarucú.....	410.313	890:364\$492	3,4
Cacáu.....	601.643	884:884\$659	3,3
Guaraná.....	61.132	624:150\$000	2,3
TOTAIS.....	6.900.502	26.049:207\$208	100,0

do ao novo sistema criado pela guerra, procurando os países produtores e de capitais os meios e os mercados mais adequados ao emprêgo e desenvolvimento de suas utilidades.

Assim é que nos informa o Boletim do Escritório da Expansão Comercial do Brasil em Nova York que banqueiros norte-americanos acabam de nomear um representante no México, e afirmaram que parte do capital que se acha parado nos Estados Unidos poderia ser empregado com vantagem na América do Sul e Central por meio de empréstimos a longo prazo.

Além dos empréstimos esse capital poderia ser empregado em indústrias para a produção do material necessário às democracias com as matérias primas do próprio país. Isto pode ser no Brasil, porque possuímos matérias primas e possibilidades de desenvolver sua produção e também porque estamos passando pela fase de industrialização, o que vem facilitar a tarefa dos que aqui desejam instalar indústrias e desenvolver seus capitais.

Uma firma norte-americana está no firme propósito de assim proceder e é sua intenção financiar empresas necessárias e desejadas pelos países latino-americanos. A firma em questão está interessada em auxiliar no seguinte: "Assistência na mudança para a América do Sul de fábricas que nos Estados Unidos se encontrem paralizadas devido à falta de matérias primas, ou estabelecimento

de filiais, com participação no financiamento inicial; auxílio na criação de novas empresas, particularmente de indústrias manufatureiras, nos países agora dependentes em grande parte de produtos manufaturados importados; financiamento adicional a longo prazo de empresas já existentes na América do Sul e que precisem de capitais para sua expansão; financiamento de organizações que contemplem um comércio interamericano permanente".

Esta é uma oportunidade para todos aqueles que necessitam em nosso país desenvolver seus negócios ou instalar indústrias. O nosso governo deve estudar esta questão com todo o carinho porque o que precisamos para nosso maior desenvolvimento é justamente de capitais e indústrias. E quando se oferece uma oportunidade como a que se apresenta agora com a guerra, não a devemos perder porque talvez não apareça novamente.

FÁBRICAS DOS ESTADOS UNIDOS PARA A AMÉRICA LATINA

A GUERRA tem fechado mercados e prejudicado sensivelmente a aquisição de matérias primas em alguns países. Daí a necessidade de se adaptar o mun-

O CONGRESSO DE ECONOMIA RURAL RECOMENDA O PLANTIO DA CARNAUBEIRA

DENTRE várias e importantes conclusões do recente Congresso de Economia Rural do Nordeste, recentemente realizado, destacamos as seguintes, cuja importância avulta neste momento:

CARNAUBEIRA — 1.^a) Sugere-se a criação por parte do governo federal, em cada Estado produtor, de estabelecimentos experimentais destinados à racionalização da cultura da carnaubeira e ao aproveitamento industrial da cera. 2.^a) E' de conveniência que os governos, ou cooperativas para esse fim creadas, instalem, logo que os estudos experimentais o aconselhem, usinas de beneficiamento nas zonas de maior produção de cera. 3.^a) Recomenda-se a intensificação do plantio da carnaubeira nas zonas mais apropriadas ao seu desenvolvimento e a criação de uma legislação enérgica capaz de defender os carnaubais existentes.

PLANTAS OLEAGINOSAS — 1.^a) Devem-se criar estabelecimentos, principalmente nas zonas de maior ocorrência, destinados à cultura e proteção das oleaginosas, bem como a ministrar orientação técnica sobre processos de colheita, armazenamento e industrialização dos produtos. 2.^a) E' de urgente necessidade que se fomente o plantio da oiticica, da mamona, do cajueiro, do coqueiro, da noqueira, do dendê, e se baixe uma legislação de defesa para os nossos piquizaes e outras oleaginosas cuja exploração racional se recomenda com insistência. 3.^a) Propõe-se que sejam distribuídos prêmios aos proprietários de coqueirais e cajueirais, que adubem as suas culturas, promovam combate sistemático às pragas e doenças e aumentem os seus plantios. 4.^a) Que se promovam os meios indispensáveis à industrialização do côco da praia.

PLANTAS TUBEROSAS — 1.^a) Deve ser motivo de preocupação o aumento das áreas cultivadas com mandioca, fomentando-se a sua cultura racional no interior e na faixa litorânea. 2.^a) — Imprescindível se torna a melhoria das instalações destinadas à fabricação de farinha de mandioca, procedendo-se, se necessário, a criação de cooperativas capazes de industrializar a nossa produção por mais volumosa que ele venha a se tornar. 3.^a) Que se crie no Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas um órgão de assistência técnica junto aos grandes e pequenos beneficiadores de mandioca, de modo a orientar e melhorar a técnica do beneficiamento desse produto. 4.^a) A produção de batata doce deve ser aumentada o quanto possível, para atender às necessidades de alimentação da região nordestina. 5.^a) Recomenda-se a cultura de batatinha nas zonas que ofereçam condições favoráveis ao seu desenvolvimento, visando obter um volume de produção suficiente ao consumo.

FRUTICULTURA — 1.^a) Devem-se aparelhar as estações de fruticultura já existentes e criar novos estabelecimentos nas zonas propícias de cada Estado, inclusive campos de demonstração por parte das prefeituras. 2.^a) Recomenda-se o estudo das fruteiras nativas e o fomento da cultura das principais espécies pomícolas, distribuindo-se as mudas a preço de custo. 3.^a) E' indispensável uma

assistência técnica e fitossanitária aos fruticultores, facilitando-lhes aquisição a preço de custo de inseticidas e fungicidas. 4.^a) Seria de grande alcance tanto para o fomento da fruticultura como para o abastecimento que se aparelhassem devidamente os navios e as estradas de ferro e se conseguisse a preferência nesses meios de transporte.

HORTICULTURA — 1.^a) Urge a criação de hortas nas diferentes regiões de cada Estado, destinadas à produção e à distribuição intensiva de sementes, cabendo-lhe ainda a propaganda no sentido de estimular o consumo de hortaliças. 2.^a) Pede-se o amparo oficial para as organizações que se propuserem a industrializar os produtos hortícolas.

SILVICULTURA — 1.^a) E' imprescindível que os Estados criem um corpo de guardas florestais, que façam cumprir o Código Florestal e suas leis subsidiárias. 2.^a) Que se faça uma intensa campanha educativa junto às escolas primárias e normais, em favor da conservação das matas e do reflorestamento.

A EXPORTAÇÃO DO PIAUÍ EM MARÇO

DE acôrdo com os dados remetidos ao Ministério da Agricultura pela Agência do Serviço de Economia Rural no Piauí, esse Estado exportou, em março último, 3.320.722 quilos de produtos diversos, no valor de 22.998 contos. Foram vendidos 540.654 quilos de cera de carnauba, no valor de 15.672 contos; 1.487.331 quilos de amêndoas de babaçú, no valor de 3.939 contos; 705.433 quilos de tucum, no valor de 22.998 contos; 281.053 quilos de óleo de babaçú, no valor de 1.174 contos, entre os principais produtos.

ECONOMIA MARANHENSE

ESTIVERAM ontem no Ministério da Agricultura os srs. agrônomo Jayme de Brito, executor federal do acôrdo de fomento agrícola no Maranhão, eng. Filívio Rodrigues, diretor do Departamento de Estradas de Rodagem; e Elvídio Martins, diretor do Departamento das Municipalidades, os dois primeiros ora nesta Capital tratando de interesses da administração maranhense, especialmente designados pelo interventor Paulo Ramos. Com o mesmo objetivo encontra-se também aqui o dr. Clodoaldo Cardoso, diretor da Fazenda.

Palestrando com esses técnicos, um redator do Serviço de Informação Agrícola obteve dados interessantes sobre os trabalhos que estão sendo realizados no Maranhão, bem como a respeito de suas grandes possibilidades econômicas. O agrônomo Jayme de Brito fez detalhada exposição acerca dos serviços de fomento agrícola, destacando a valiosa colaboração do governo estadual. Informou que, em 1940, foram realizados, ali, 66 campos de cooperação com lavradores, número esse que, em 1941, atingiu a 104 campos. Adiantou o dr. Brito que já conseguiu com o ministro Apolonio Sales certos auxílios para o Maranhão, encontrando da parte dos diretores e, especialmente, do titular da pasta a melhor boa vontade em atender às necessidades da agricultura nortista.

Revelou-nos o esforçado agrônomo que o Maranhão poderá abastecer de arroz o nordeste do país, desde que sejam proporcionados os recursos para isso indispensáveis.

O eng. Filívio Rodrigues destacou a importância econômica do plano rodoviário do Maranhão, em franca execução, demonstrando que as estradas já estão beneficiando a produção agrícola e extrativa, particularmente o babaçú.

Acrescentou que o governo Paulo Ramos emprega 20% das verbas orçamentárias na construção de rodovias, sem dúvida o principal problema maranhense.

A respeito do babaçú, esse engenheiro possui informações da maior importância, as quais estão sendo levadas ao conhecimento das altas autoridades do país. Também o dr. Elvídio Martins aludiu ao desenvolvimento do programa de assistência aos municípios, destinando verbas para os serviços rodoviários, de saúde pública, fomento agrícola, construção de campos de pouso, grupos escolares, etc. As declarações das autoridades maranhenses revelam a grande evidência econômica dessa unidade da Federação, que foi considerada das mais ricas do Brasil pelos técnicos americanos especializados em óleos vegetais.

Para o Maranhão voltam-se hoje as atenções de grandes empresas econômicas, nacionais e americanas, visando aproveitar seus extraordinários recursos naturais. Nesse sentido, contam com o estímulo e as facilidades por parte do governo do interventor Paulo Ramos, verdadeiramente interessado em cumprir o programa traçado pelo Presidente da República.

SALDO PARA O MARANHÃO

DURANTE o ano de 1941, foram exportados pelo porto de S. Luiz, Estado do Maranhão, produtos da lavoura, da pecuária e das indústrias maranhenses no valor de 120.462:454\$700, registrando-se, no mesmo período, importações no valor de 83.445:736\$200 ou sejam 37.016:718\$500 a menos.

Segundo informações do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, a maior exportação foi de produtos da indústria extrativa de origem vegetal, no valor de 72.384:109\$700, tendo a de produtos da lavoura alcançado 14.317:675\$600, da pecuária 6.714:875\$000, da caça e pesca 5.304:529\$. Os produtos da indústria maranhense, tecidos, óleos vegetais, etc., contribuíram com 21.009 contos. A importação de gêneros alimentícios no valor de 15 mil duzentos e dezenove contos, tende a diminuir com o desenvolvimento da produção agropecuária, podendo-se mesmo atribuir a importação de alguns produtos à influência de fatores relacionados com a circulação.

Dentre os produtos exportados cabe ao babaçú e à cera de carnauba, da indústria extrativa, posição predominante. Os tecidos de algodão e o arroz ocupam o terceiro e quarto lugar.

A importação de tecidos diversos foi menor que a exportação de tecidos de algodão. Açúcar, farinha de trigo, café e manteiga constituem artigos de grande importação, bem como o fumo.

AUMENTA O VALOR COMERCIAL DOS PRODUTOS DA BAÍA

ACOMPANHANDO o ritmo que se observa em todo o país, os principais produtos de exportação da Baía têm alcançado, em valor e volume, cifras que definem a sua capacidade de produção.

A restrição de portos para recepção de produtos exportados, principalmente da Europa, dadas as condições determinadas pela guerra, não impediu que o surto de nossa exportação aumentasse.

Observando o quadro de exportação da Baía no primeiro trimestre de 1941 e comparando-o com igual período de 1942, regista-se assinalável diferença, para mais, em valor e volume, dos principais produtos da exportação baiana.

Sem falar no cacau, nosso principal produto e que será objeto de um comunicado especial, vemos, por exemplo, o café, no já aludido 1.º trimestre de 1941, com 72.267 sacos no valor de Rs. 6.879:295\$400 superado pela exportação de igual trimestre, em 1942, com 100.888 sacos de 60 quilos, no valor de 16.981:952\$100, representando uma diferença para mais de 28.621 sacos e de rs. 10.102:656\$700.

Embora perdessemos os mercados europeus compradores de café, fomos compensados com maior consumo interno.

Por outro lado, a piassava, cuja exportação foi de 702.596 quilos naquele trimestre, no valor de 1.626:224\$100, em 1942, em igual período foi de 1.413.778 quilos, no valor de 3.331:484\$600, excedendo o período anterior em 711.182 quilos e em rs. 1.705:260\$500.

Da mesma forma se observa na comparação entre um e outro período já citados, um acréscimo de rs. 121:235\$400 no valor, e de 12.497 fardos de 75 quilos, no mercado exportador de fumo.

E ainda discriminando a exportação de peles em período idêntico de 1941 e igualmente em 1942, temos no primeiro 335.391 quilos no valor de rs. 4.695:811\$600, contra 246.044 quilos no valor de rs. 5.357:783\$800, o que indica melhor preço para o produto, assinalando uma diferença para mais de rs. 661:972\$200.

Do mesmo modo a exportação de couros foi compensadora, visto como, nos três primeiros meses de 1941, exportamos 172.139 quilos no valor de rs. 807:336\$200, para 742.054 quilos com o valor de rs. 3.199:740\$900, o que representa uma diferença para mais, de 569.915 quilos e de rs. 2.392:404\$700.

E vale a pena ainda registrar que somente a cera de ouricurí, na comparação entre os dois períodos já acima citados, apresentou um aumento de cerca de 13 mil contos de réis no 1.º trimestre do ano corrente.

Evidente, pois, a nossa prosperidade econômica, a despeito da fase atual, como vem demonstrada nas cifras divulgadas pela Bolsa de Mercadorias da Baía através seu serviço de estatística e divulgação.

A RESISTÊNCIA ECONÔMICA DO NORDESTE

VOLTARAM mais uma vez ao noticiário da imprensa os apêlos do nordeste flagelado pela seca.

Há dez anos houve a última calamidade regional desse gênero, da qual os próprios nordestinos estariam esquecidos se não fossem as grandes obras que o governo espalhou naqueles sertões.

Nunca é demais esclarecer, a propósito do que essas obras custam à Nação, o caráter reprodutivo indireto que elas têm, a julgar pelo estudo mesmo superficial que se faça sobre o desenvolvimento dos Estados atingidos.

O Ceará, por exemplo, encravado no centro do nordeste, é o Estado mais profundamente submetido às crises climáticas que sacodem, vez por outra, toda a imensa região estendida da Baía aos confins do Piauí.

Os efeitos das secas que, em períodos irregulares e há mais de dois séculos são registrados na histórica econômica e social daquela zona, têm dado ao cearense, por outro lado, uma ténpera de resistência admirável, caldeada no sofrimento e por isto mesmo muito mais forte.

E à fortaleza do homem junta-se a capacidade da terra, que é notável quando correm normalmente os demais fatores naturais da produção.

Aliás, é nessas alternativas de crises profundas e épocas de abundância, que se apreciam certas particularidades do povo heróico e pertinaz, trabalhador e imprevidente, que age dentro do vasto território fechado pelo mar e a chapada do Araripe, pela serra da Ibiapaba e os contrafortes do Apodí.

Dez anos atrás, na tremenda seca de 1932, mais de cem mil cearenses chegaram a abandonar seus lares e procuraram refúgio nos campos de concentração de emergência, que foram das mais rápidas providências administrativas do Governo.

A paralisia da produção de terra estancava todas as demais atividades.

Caíam violentamente as cifras da exportação e as rendas públicas.

Mas, nos embates do imprevisto e de toda sorte de dificuldades, a praça de Fortaleza saldava seus compromissos bancários com uma pontualidade incrível, num período de calamidade pública, mantendo sua tradição de comércio honesto que tudo sacrifica para não prejudicar a terceiros.

Três anos mais tarde, em 1935, todo o Estado era uma estúpida colméia de trabalho e produção. Os cem mil flagelados de 1932 não venciam o excesso de trabalho agrícola que reclamava e absorveria duzentos mil braços por falta de quem a colhesse ou milhares de fardos sobravam nos armazéns das estações da estrada de ferro, cujo material rodante, trabalhando dia e noite, ficava, quase de repente, insuficiente para conduzir os produtos do sertão.

Por outro lado, Fortaleza entrava numa fase intensa de desenvolvimento, de vida ativa, de luxo. A Agência local do Banco do Brasil, no 1.º semestre daquele ano, fazia um movimento que a colocava em 3.º lugar perante todas as demais agências no país.

E no fim, feitas as apurações estatísticas de 1935, o Ceará apareceu com um valor líquido exportado que bateu todos os Estados do norte e do nordeste, exceção feita apenas para a Baía.

O algodão, a cera de carnaúba, os couros e peles, a mamona e a oiticica foram

os principais esteios desse marco que o Estado fincou na história econômica do nordeste, numa demonstração eloquente de que, depois de cada crise climática, o povo redobra de esforço e a terra responde com a fertilidade decorrente das reações ou decomposições que a falta d'água das chuvas por longo tempo, não dissolve nem arrasta.

Nesse vai e vem, marcado por caprichos meteorológicos, tem crescido o Ceará, com suas dunas movediças, com seu mar inquieto, seus rios parados e seus detalhes regionais interessantes dentro de seu progresso.

Além dos produtos vegetais e animais que lhe deram a colocação estatística já citada, a terra cearense tem mais, agora, a exploração de imensos depósitos de diatomácea de excelente qualidade e alguns minérios de apreciável valor comercial, já em franca exportação para a América do Norte que é o grande sorvedouro de sua produção.

As grandes estradas troncos e o verdadeiro labirinto de rodovias secundárias que o governo tem ali rasgado em todas as direções, facilitam enormemente o escoamento dos produtos extraídos das diferentes fontes da grande terra do sol que, por força de seus contrastes, é também um bom fornecedor de recursos para as despesas da Nação.

Agiu bem, o Ministro Apolonio Sales, pleiteando do chefe do governo um crédito especial de 5 mil contos de réis para o aumento da produção agro-pecuária do nordeste.

Dando início à execução do plano, a Divisão do Fomento da Produção Vegetal está remetendo milhares de quilos de sementes e farto material agrícola. Seus técnicos foram imobilizados para cumprir a ordem presidencial expressa na recomendação "Produzir mais e melhor".

A PRODUÇÃO ALGODOEIRA DO NORTE

A DIVISÃO do Fomento da Produção Vegetal remeteu ao Serviço de Informação Agrícola a terceira estimativa da safra de algodão descaroçado na zona norte, referente ao ano agrícola de 1941-42, organizada pela Secção de Plantas Texteis.

A produção algodoeira foi a seguinte nos vários Estados, nas duas últimas safras: Pará — 1.800.000 quilos em 1941-42 e 1.460.507 quilos em 1940-41; Maranhão — 3.000.000 e 5.500.000 quilos respectivamente; Piauí — 2.200.000 e 1.070.820 quilos; Ceará — 22.000.000 e 29.017.000 quilos; Rio Grande do Norte — 17.000.000 e 30.220.221 quilos; Paraíba — 30.000.000 e 40.550.272 quilos; Pernambuco — 18.000.000 e 20.279.841 quilos; Alagoas — 7.000.000 e 7.273.280 quilos; Sergipe — 3.500.000 e 3.676.584 quilos; Baía (zona norte) — 1.282.748 e 960.000 quilos.

O total definitivo da safra de 1940-41 atingiu a 140.908.525 quilos; enquanto que a estimativa da safra 1941-42 alcançou a 105.782.748 quilos, havendo pois uma diferença de cerca de 35 milhões de quilos, a menos, ou sejam 24,8%. Concorreram para essa diminuição a irregularidade e escassez de chuvas nos Estados do nordeste.

OBSERVAÇÕES FINANCEIRAS

Empréstimo Interno do Maranhão

UM caso raro nas finanças maranhenses foi o que há pouco se verificou: o Estado pagou, antecipadamente, ao Banco do Brasil, o empréstimo que com ele contrairia, afim de liquidar dívidas provenientes de administrações anteriores à atual. Pela primeira vez, acentuamos, se verifica tão importante acontecimento na vida financeira daquele Estado nortista, que, deste modo, revela o êxito de sua administração.

De acôrdo com o que fôra prefixado, a dívida maranhense, ora resgatada, somente o seria em dezembro de 1947. No entanto, a Interventoria do Estado verificou que as disponibilidades do erário público bastavam para que o Maranhão se desonerasse de seus compromissos anteriores, sem nenhum prejuízo para a administração, pelo contrário, trazendo-lhe as vantagens de economia de juros que deveriam ser pagos, caso a situação perdurasse. E fazendo ponderações sobre esses fatos o Estado resolveu saldar os seus compromissos, antes do tempo, pagando, ao Banco do Brasil, a quantia de 932:164\$400, compreendendo capital e juros devidos.

Fazendo minuciosa exposição sobre os compromissos assumidos pelo Maranhão, o Diretor da Fazenda historiou a dívida do Estado, desde a sua origem, em 1923, até agora, quando vem de ser solvida. E' de interesse acompanharmos, sucintamente, como se foi avultando o débito daquele Estado.

Em setembro de 1927 o Maranhão devia ao Banco do Brasil a quantia de 257:831\$739, soma devida, desde 1923, a C. S. de Oliveira Neves, mas transferida àquela instituição bancária, em virtude de acôrdo estabelecido. Por contratos celebrados em 17 e 24 de setembro de 1925 a firma Eduardo Burnett & Cia. emprestou à Fazenda maranhense a quantia de 160:000\$000, sem juros, a ser paga semanalmente, em parcelas de um conto de réis. Dêsse empréstimo, apenas 27:718\$000 foram restituídos à sociedade credora, sendo o saldo de 132:282\$000 transferido ao Banco do Brasil como acontecera anteriormente.

A 28 de maio de 1926, sob a responsabilidade do Governo Federal e mediante caução de três mil títulos da dívida pública, o Banco do Brasil emprestou ao Maranhão a quantia de 2.000:000\$000, a juros de 8% e amortizável em quatro prestações anuais de 500:000\$000 cada uma. Os juros do empréstimo foram pagos regularmente, até maio de 1929, mas a amortização da dívida nem sequer chegou a ser iniciada.

Em 17 de março de 1928 novo empréstimo fez o Banco do Brasil ao Estado, que necessitou retomar a administração da Prensa de Algodão da capital, em poder de sete firmas, por contrato de anticrese, as quais se fizeram credora de 2.000:000\$000 contra o Maranhão. Para solver êste empréstimo que atingia a 1.957:500\$000, na ocasião em que o governo pretendeu retomar a administração da Prensa, o Estado contraiu um outro, em Nova York, no montante de 1.750.000 dólares, que apenas bastaram para rehavê-la e sanar a dívida de \$1.500.000, contraiada para instalação dos Serviços de Águas, Esgotos, Luz e Tração de São Luiz. O Governo do Estado, no entanto, não aguardou o recebimento dêsse empréstimo de Nova York, conseguindo, por adiantamento, do Banco do Brasil, em conta corrente garantida por uma promissória no valor de 2.446:857\$000 os 1.957:500\$000, afim de realizar os seus propósitos.

No decorrer de 1929 e 1930 o Maranhão contraiu novos empréstimos ao Banco do Brasil, no valor de 500:000\$000, garantido por 500 apólices da dívida pública, de 1:000\$000 cada uma.

Como vemos, o débito do Estado para com o Banco do Brasil foi aumentado progressivamente, até 1930. E desta data até 1938 nenhuma amortização foi efetivada, nem também os juros foram solvidos, sendo que a dívida do Maranhão atingia à soma de 5.966:633\$620.

A partir de 1938 foram dados novos rumos à situação financeira do Estado. Atendendo à necessidade de fazer cessar o regime de juros capitalizáveis adotados nos compromissos anteriores, e de saldar o débito público ao Banco do Brasil, o Governo do Maranhão contraiu a essa instituição bancária um empréstimo de 12.000:000\$000, em 18 de março de 1938, garantido por 15.000 títulos da dívida pública, no valor nominal de 15.000:000\$000, a juros recíprocos de 7% ao ano, e amortizável em vinte prestações semestrais, da seguinte maneira: 720:000\$, em 1938; 960:000\$, em 1939; 1.200:000\$, em 1940; 1.200:000\$, em 1941; 1.200:000\$, em 1942; 1.200:000\$, em 1943; 1.200:000\$, em 1944; 1.440:000\$, em 1946; 1.440:000\$, em 1947.

Dêsse empréstimo contraído o governo pagou o débito antigo, reduzido a 5.000:000\$, em virtude de ter o credor dispensado o restante (996:633\$620), capital com que seria instalado o Banco do Estado do Maranhão, destinado a fomentar a lavoura. Acentuemos que esta quantia não chegou a ser utilizada e que, do empréstimo de 12.000:000\$, superior à dívida pública, só foi utilizada a parte indispensável ao pagamento das velhas contas (5.000:000\$), abrindo mão, o Governo, do restante (7.000:000\$). Nem por isso as cláusulas contratuais deixaram de ser cumpridas, ou, sequer, alteradas: o Estado continuou satisfazendo, à risca, os seus compromissos. Foram pagas as prestações, de acôrdo com o que se estabeleceu, e agora, quando o Estado resolveu saldar de vez os seus compromissos para com o Banco do Brasil, o seu débito, incluindo juros, montava apenas a 932:164\$400.

Restaura-se, dêste modo, o crédito público maranhense, graças aos princípios administrativos que atualmente norteiam o governo do Estado.

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO DE SERGIPE

O "Diário Oficial" de Sergipe publicou uma nota revelando a situação financeira do Estado oriunda de compromissos assumidos de alguns anos para cá.

O passivo do Estado é superior a trinta mil contos de réis, dispondo o Governo de um saldo que não chega a dois mil contos enquanto o orçamento da receita é de 20.124:880\$, para fazer face à despesa fixada em 21:681\$600 no corrente exercício.

Diz a nota que o governo estadual vem tomando conhecimento da situação financeira difícil de Sergipe. Mais adiante informa que: "Tão difícil se nos apresenta a situação financeira do Estado que não é exequível o resgate de grandes compromissos a que a Administração está ligada de alguns anos para cá. De vários pontos do país e de diversas firmas e emprêsas do Estado chegam, amiudadamente, contas para a Interventoria, na esperança de que as mesmas sejam saldadas com a máxima facilidade.

Não há motivo de assim racionarem, presentemente, os credores do Estado. O Estado está onerado em mais de trinta mil contos e tem em conta de movimento, depositados no Banco do Brasil, apenas mil e seiscentos contos.

As demais quantias que completam o total de 2.020:080\$ depositadas no referido estabelecimento bancário são relativas a taxas, e, por conseguinte, destinadas à aplicação especial.

Conforme se verifica, o Interventor no Estado não pode considerar resolvida uma situação financeira, de vez que não é possível atender, prontamente, aos pagamentos devidos, tendo disponível, apenas, pouco mais de mil e seiscentos contos para cobrir cerca de trinta mil contos, maximé contando com o exercício atual, cujo orçamento é deficitário".

Esta é a situação financeira em que se acha atualmente o Estado de Sergipe, necessitando de seus dirigentes muito trabalho e a necessidade da cooperação de todos os sergipanos.

FINANÇAS DE NITERÓI

DEVIDAMENTE autorizada pelo Executivo fluminense e pelo Presidente da República, a Prefeitura de Niterói efetuará o empréstimo de vinte mil contos de réis para financiamento de obras públicas de caráter reprodutivo e para realização de melhoramentos na capital do Estado do Rio.

Êsse empréstimo que contrairá a Prefeitura de Niterói será empregado na execução de melhoramentos urbanos, destacando-se, entre êstes, a construção

do edifício do Pronto Socorro e Hospital Municipal. Uma parte do empréstimo será destinada à liquidação da dívida flutuante e outra à Limpeza Pública, Corpo de Bombeiros e Fazenda Municipal. Apenas 13.000.000\$000 de títulos serão expostos à venda pública, e as condições do empréstimo serão, em linhas gerais, as seguintes: sua divisão em apólices de 200\$000, vencendo juros de 8% ao ano, pagáveis trimestralmente. A garantia do empréstimo será a arrecadação do imposto predial cujo total, para satisfazer os serviços de juros de amortização será depositado no Banco que assumiu o compromisso — o Banco Andrade Arnaud S. A., que já assinou o devido contrato com a Prefeitura de Niterói.

As novas apólices da dívida pública da capital fluminense serão expostas à venda no mais breve prazo possível, talvez ainda no mês andante.

DÍVIDA EXTERNA

EM reunião do Conselho Técnico de Economia e Finanças o Sr. Valentim Bouças, Secretário Técnico, fez uma comunicação sobre a incineração de títulos da Dívida Externa.

Nessa comunicação que a seguir transcrevemos, poder-se-á verificar a diretriz segura que tem seguido o governo na administração do país.

Disse o sr. Valentim Bouças: "O empréstimo externo foi a modalidade mais onerosa que adotamos na solução dos nossos problemas financeiros.

Através de mais de um século de independência política nossa finança foi função do crédito externo. Os "deficits" orçamentários, as necessidades cambiais, as obras de vulto foram, por vários períodos governamentais atendidos com a emissão de novos empréstimos externos, artifício do qual se lançava mão em lar-

ga escala, sem que se supuzesse a enorme responsabilidade que isto criaria às gerações vindouras.

Até 1930 a história de nossa Dívida Externa poderia ser narrada graficamente por uma linha ascendente. Nenhuma administração lograra solucionar com a grande messe dos recursos nacionais o problema financeiro do país e, via de regra, prosseguir ministrando contra o morbo secular uma terapêutica paliativa, para não dizer desmoralizadora.

Com o advento do governo Getúlio Vargas a primeira providência efetiva no campo financeiro foi o repúdio ao apêlo abusivo no crédito externo e vimos, então, surgir de nossas possibilidades latentes os recursos financeiros para a realização de uma larga série de empreendimentos gigantescos a par — o que se torna notável — da formação de um ângulo favorável na linha de nossos débitos externos.

A Secretaria do Conselho Técnico tem grande satisfação em comunicar a sua participação no curto período de uma quinzena, de três incinerações de títulos da dívida externa estadual, levadas a efeito pelo Paraná, pelo Rio Grande do Sul e pelo Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Paraná num esforço digno dos melhores aplausos, secundando a política de saneamento financeiro do Presidente da República, vinha aproveitando saldos orçamentários, na aquisição de suas obrigações em moeda estrangeira, culminando agora com a incineração de 272.000 dólares em títulos do empréstimo emitido na praça de Nova York.

A administração do Estado do Rio de Janeiro, igualmente desejosa de corroborar nos esforços presidenciais, diminuindo a circulação de seus empréstimos em moeda estrangeira, entrou em entendimentos com os banqueiros dos empréstimos externos de libras e dólares, para realizar no Brasil a queima de obrigações adquiridas em mil réis.

Conseguindo êsse objetivo, realizou-se no dia 11 de maio do corrente, nesta capital, no forno crematório da Caixa de Amortização do Ministério da Fazenda, representados o Estado, os banqueiros e a Secretaria do Conselho Técnico, a incineração dos referidos valores. Também o Rio Grande do Sul, o grande Estado sulino, cômico das responsabilidades que lhe cabem no concerto nacional, integrou-se de forma brilhante nas pautas desta excelente política financeira, com a aquisição de títulos de seus quatro empréstimos externos, num total de quase treze milhões de dólares".

DÍVIDA FLUTUANTE DE LAVRAS

DE acôrdo com o comunicado feito ao governo mineiro, a prefeitura do município de Lavras, com antecipação de alguns meses, realizou o pagamento de duas letras no valor de 200.000\$000, obtendo, na transação, um desconto de 10.000\$000.

Para melhor avaliarmos a sensível melhora sofrida nas finanças deste município mineiro basta dizermos que a sua dívida, em 1938 de 1.034.000\$000, acha-se reduzida, presentemente, a 24.000\$000.

Empréstimo Mineiro de Consolidação

Série C - Lei n.º 192, de 10 de Setembro de 1937

Relação das Apólices premiadas

No sorteio de 31 Maio de 1942

Quinhentos contos 2.795.284

Cem contos 2.312.107

Cincoenta contos. 2.600.879

Cincoenta contos. 2.940.046

Vinte contos. 2.506.630

Vinte contos. 2.855.000

Vinte contos. 2.910.503

Prêmios de dez contos

2.447.322 2.511.582 2.708.815 2.960.906

Prêmios de cinco contos

2.294.253 2.305.050 2.395.290 2.579.847

2.651.379 2.724.151 2.795.131 2.918.420

2.958.294 2.972.358

Prêmios de dois contos

2.029.172 2.244.461 2.444.954 2.533.929 2.673.410 2.769.138 2.927.025

2.069.003 2.266.993 2.467.037 2.544.923 2.693.887 2.850.834 2.952.207

2.234.233 2.272.926 2.504.578 2.556.349 2.753.325 2.863.591 2.987.231

2.236.909 2.352.528 2.525.918 2.657.730

Prêmios de um conto

2.003.761 2.178.396 2.303.560 2.474.750 2.585.775 2.712.213 2.907.453

2.012.952 2.182.552 2.315.561 2.475.909 2.586.827 2.768.851 2.909.886

2.031.928 2.193.753 2.342.895 2.502.566 2.611.991 2.769.268 2.916.793

2.041.877 2.201.647 2.365.875 2.507.092 2.644.456 2.772.039 2.943.619

2.059.983 2.209.600 2.382.240 2.509.963 2.650.455 2.782.218 2.945.020

2.071.643 2.210.038 2.395.847 2.513.658 2.656.695 2.795.465 2.948.155

2.082.928 2.227.257 2.397.408 2.543.044 2.669.057 2.797.853 2.950.545

2.095.864 2.254.804 2.408.383 2.544.727 2.677.190 2.818.542 2.965.291

2.101.230 2.261.521 2.415.177 2.549.276 2.695.994 2.822.593 2.968.852

2.116.133 2.261.919 2.434.331 2.550.269 2.700.665 2.854.170 2.969.719

2.152.924 2.263.869 2.461.390 2.550.610 2.703.783 2.855.017 2.969.782

2.154.052 2.264.942 2.463.983 2.570.059 2.703.906 2.863.260 2.972.262

2.155.352 2.279.302 2.469.275 2.572.010 2.705.066 2.874.524 2.981.771

2.155.918 2.282.742 2.469.709 2.575.175 2.712.017 2.901.933 2.983.473

2.165.123 2.292.893

SECRETARIA DAS FINANÇAS, 31 DE MAIO DE 1942. B. TERTULIANO, CHEFE DA 1.ª SECCÃO. VISTO. F. MARTINS, SUPERINTENDENTE DO DEPART. DA DESPESA VARIÁVEL

Os orçamentos estaduais para 1942

A Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais vem de publicar a relação da receita orçada e a despesa fixada dos Estados e do Distrito Federal para 1942.

A maior receita e despesa, como se poderá ver do quadro abaixo, é a do Estado de São Paulo, seguindo-se o Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Baía, Rio de Janeiro e Pernambuco.

O quadro seguinte nos dá uma visão em conjunto da receita e despesas dos Estados brasileiros para o ano corrente:

ESTADOS	RECEITA ORÇADA	DESPESA FIXADA
Rio Grande do Sul.....	357.254:933\$800	378.679:209\$400
Espírito Santo.....	43.656:000\$000	43.570:053\$000
Mato Grosso.....	20.689:587\$500	20.689:587\$500
Paraíba.....	36.598:000\$000	38.234:136\$100
Baía.....	144.674:937\$400	144.674:937\$400
São Paulo.....	1.165.399:434\$500	1.165.399:434\$500
Santa Catarina.....	44.235:443\$600	44.235:443\$600
Maranhão.....	23.138:000\$000	23.138:000\$000
Goiaz.....	26.561:530\$000	27.250:445\$700
Ceará.....	41.238:500\$000	41.194:623\$900
Alagoas.....	19.120:000\$000	19.120:000\$000
Paraná.....	80.694:187\$000	80.694:187\$000
Pernambuco.....	100.555:600\$000	100.539:422\$000
Rio Grande do Norte.....	22.575:000\$000	22.720:656\$000
Piauí.....	25.625:000\$000	23.519:212\$000
Amazonas.....	20.980:500\$000	22.961:268\$400
Minas Gerais.....	392.110:000\$000	391.815:590\$700
Pará.....	36.973:270\$000	36.721:639\$000
Rio de Janeiro.....	105.522:980\$000	105.262:821\$500
Sergipe.....	20.121:880\$000	21.303:681\$600
Distrito Federal.....	547.610:000\$000	547.505:953\$000
Mato Grosso.....	20.689:587\$500	20.689:587\$500

PROSPERIDADE FINANCEIRA DE UM MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO mineiro de Espera Feliz está vivendo um período de grande prosperidade financeira. A arrecadação da prefeitura local atingiu, no primeiro trimestre do corrente exercício, a cifra de 119:656\$400, para uma receita fixada, em 1942, de 204:700\$. Por outro lado, o montante arrecadado no primeiro trimestre deste ano excedeu de 33:845\$600 a arrecadação feita em igual período de 1941.

Apesar do aumento de receita agora verificado, a prefeitura de Espera Feliz continua na sua política orçamentária e administrativa de compressão de despesas. Em consequência, do primeiro para o segundo trimestre passou um saldo de 97:840\$900, em caixa e em bancos.

EMPRÉSTIMO À PREFEITURA DE BELÉM

O CONSELHO Técnico de Economia e Finanças atendendo às pretensões do município de Belém, sobre um empréstimo de quinze mil contos para empreendimento de obras de caráter inadiável, opinou, em sessão do mês passado, para que fosse concedido à Prefeitura da Capital paraense, a quantia solicitada.

Ao manifestar-se favoravelmente ao pedido das autoridades de Belém, o Conselho justificou, de modo feliz, a sua deliberação, atendendo à posição de destaque que, com toda a certeza, ocupará o próspero município nortista, com o surto da borracha amazônica, determinado pelos acontecimentos mundiais.

De acordo, ainda, com o voto aprovado do Conselho Técnico de Economia e Finanças, a respeito do empréstimo, o dinheiro que a Prefeitura de Belém solicita deverá ser empregado em obras de interesse econômico e de caráter inadiável. A taxa máxima fixada é de 8% ao ano, sendo que as demais condições serão estipuladas com a empresa que se propuser realizar o empréstimo.

A EXECUÇÃO DA REORGANIZAÇÃO DO I. DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

O DECRETO-LEI n.º 4.188, de 17 de Março do corrente ano autorizou a reorganização dos serviços do Instituto do Açúcar e do Alcool. Publicou o *Diário Oficial* de 20 de Abril de 1942 o Decreto-Lei n.º 4.264, de 17 do mesmo mês e ano, estipulando que a execução da reorganização dos serviços do Instituto depende da aprovação do Presidente da República.

A SITUAÇÃO DAS DÍVIDAS AMAZONENSES

O DEPARTAMENTO Administrativo do Estado do Amazonas aprovou, em resolução, um projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, que estabelece diretrizes a serem seguidas na liquidação da dívida flutuante do Estado.

Justificando o projeto aprovado, o relator fez estudo minucioso a respeito do plano que o Estado traçou para alcançar o seu objetivo. De acordo com esse plano, a interventoria cogita da criação de um imposto denominado "de reajustamento financeiro", em vigência, durante o período de resgate dos créditos.

Esse "imposto de reajustamento financeiro" será escriturado em conta especial e a sua aplicação não terá outra finalidade, excluída aquela para a qual foi instituído.

Os créditos inferiores a 5:000\$000 serão pagos integralmente, obedecida a ordem de precedência dos requerimentos; os de mais de 5:000\$ ficam sujeitos à seguinte proporcionalidade: os primeiros 5:000\$ — 5:000\$; os segundos 5:000\$ — 4:500\$; os terceiros 5:000\$ — 4:000\$; os quartos 5:000\$ — 3:500\$; os quintos 5:000\$ — 3:000\$; 50% aos créditos de 100:000\$ e os que excederem essa quantia sofrerão, ainda, o desconto de 10% para cada 100:000\$000 ou fração.

Os pagamentos, de acordo com o plano, que para os devidos fins sofrerá o exame do Presidente da República, serão realizados de três em três meses.

TERRENOS NÃO CONSTRUÍDOS NO D. FEDERAL E MUNICÍPIOS VIZINHOS

PUBLICOU o "Diário Oficial" de 29 de maio do corrente ano o decreto n.º 9.490 de 27 do mesmo mês e ano, aprovando o regulamento para o lançamento e cobrança das taxas de serviço de águas e esgotos sobre terrenos não construídos no Distrito Federal e municípios vizinhos.

Ficam sujeitos ao lançamento de taxas de serviço de águas e de esgotos sanitários os terrenos não construídos, situados em logradouros públicos providos das correspondentes canalizações, tanto no D. Federal como nos municípios vizinhos abrangidos pelas redes do Serviço Federal de Águas e Esgotos.

As taxas incidirão da seguinte forma: a) em terrenos isolados ou já loteados, sobre cada lote aprovado pela respectiva municipalidade; b) em terrenos não loteados, sobre cada doze metros ou fração de testada, com o máximo de cinquenta metros de fundos; c) em terrenos não loteados, sobre cada cem metros ou fração de excesso de fundo em lotes da alínea b. Os lotes de terrenos situados em logradouros providos de canalizações públicas, instaladas à custa dos respectivos proprietários, estarão sujeitos ao lançamento das taxas com a redução de 50%.

A taxa anual a lançar-se será, por lote de terreno, da importância de sessenta mil réis pelo serviço de água e de quarenta mil réis pelo serviço de esgotos sanitários.

OBSERVAÇÕES MUNICIPAIS

A Cidade e as Favelas

A CIDADE do Rio de Janeiro — Metrópole do Brasil e reconhecidamente uma das mais encantadoras capitais do mundo — ainda necessita extirpar, de sua paisagem, algumas nódoas visíveis que perduram na sua área, as quais, certamente, contribuem para comentários desagradáveis entre os visitantes que aos milhares nos procuram todos os anos.

Sob todos os aspectos, a cidade cresceu, tornando-se, — neste quadro admirável que é o seu panorama natural retocado pelos progressos da civilização, — um orgulho dos brasileiros. Conhecer o Rio de Janeiro, principalmente no norte do país, é ambição que cada um espera, algum dia, realizar. No entanto, o esplendor da cidade não se espraçou, ainda, por todos os cantos. Continuam expostos ao turista mais benevolente, muitos quadros de miséria, atestando a nossa pobreza e a resignação de muitos infelizes. A favela sobreeexiste na cidade do Rio de Janeiro. As habitações espúrias, aos milhares, no cimo dos morros ou nos terrenos baldios onde o progresso ainda não chegou, continuam resistindo às campanhas sensatas visando exterminá-las. E quando a civilização atinge um agrupamento destes casebres, verifica-se o deslocamento da miséria para outro lugar, ou então, no mais doloroso dos contrastes, os palacetes luxuosos defrontam tapumes cobertos de latas.

Não estamos fantasiando. O quadro descrito é real, visível a qualquer momento, em plena metrópole. Já é tempo, no entanto, de se iniciar campanha desviva contra a favela, apagando esta mácula social que fere a sensibilidade de qualquer pessoa. Recife, num dos maiores movimentos humanitários que, nos últimos tempos, têm sido empreendidos em nossa terra, pretende exterminar os seus mocambos, tornando, aos mais necessitados, a vida mais suave e mais digna de ser vivida. Em menos de três anos foram demolidos nada menos de 6.643 daquelas residências infectas; em sua substituição, no mesmo espaço de tempo, ergueram-se 2.018 casas populares modestas, naturalmente, mas dotadas de melhor conforto. Tem sido, deste modo, eficaz, no Estado de Pernambuco, o resultado da campanha contra as habitações indecorosas. Isto porque o movimento está sendo bem orientado, sob o controle da Liga Contra o Mocambo. Voltemos a tratar dos nossos propósitos.

Resolver-se o problema das favelas, no Rio de Janeiro, é questão que vem de longa data, não somente porque, pelo lado estético, constituam, aquelas moradias anti-higiênicas, uma calamidade para os turistas que nada perdoam; sim, também porque — e este aspecto é de suma gravidade — as favelas são focos de doenças contagiosas, condenadas, portanto, sob o ponto de vista sanitário. E' verdade que a extinção total desse quadro triste é impossível, principalmente num curto espaço de tempo. Mas é possível atenuar-se o mal, procurando-se diminuir o número das favelas existentes, e evitando que surjam novos agrupamentos, em correspondência ao crescimento da cidade. Estejamos cientes de que há miséria por toda parte. Mas em cada grande cidade, do modo mais natural possível, as necessidades são encobertas sob os mais variados disfarces. Londres e Paris, nos seus bairros mais longínquos, abrigam, sob casarões de talhe medieval, os menos favorecidos pela sorte. E como essas duas cidades, as outras capitais de todo o mundo, procuram de modo dis-

creto, encobrir a verdadeira miséria. Isto é humano. Na capital do Brasil, entretanto, de modo aberto, mostramos ao alienígena que nos procura, afim de conhecer os nossos hábitos, a nossa cultura, a nossa civilização, esta enorme carga social — cerca de 60.000 favelas imundas dependuradas nos morros ou erguidas, com material inapropriado a uma habitação humana, sobre pequenas planícies.

As causas do mal, de toda a ordem, sabemos serem inevitáveis. A pobreza, por exemplo, é a maior de todas elas. As dificuldades de transporte também não ficam atrás: as favelas que se formam em redor das fábricas e dos bairros que nascem encontram explicação em virtude da falta de recursos dos que nelas exercem as suas atividades, para se transportarem aos lugares distantes, compatível com a sua situação econômica. Como causa da favela alegam, ainda, um fator de natureza étnica, peculiar ao negro, que em regra é o seu habitante: a sua natural tendência para isolar-se do branco, no meio social. Também motivando tão grave mal ainda apontam a falta de defesa florestal, a falta de policiamento urbanístico, as exigências das posturas municipais, que não prevalecem sob a tolerância justificável das autoridades. No ponto em que chegamos, entretanto, pouco nos preocupam as condições que determinam o mal, que se alastra por toda a cidade. O que é imprescindível, para melhoria de vida de grande parte da população carioca, é que se trate de combater o mal, de modo prático, obedecendo às prescrições que os entendidos acharem convenientes. Façamos desaparecer da cidade esse atestado de miséria.

ESTADO DA BAIÁ

O progresso de Feira de Santana

FEIRA de Santana está incluída entre os mais adiantados municípios do Estado da Baía. Crescem de ano a ano os seus orçamentos, em virtude do zelo das autoridades locais para com o fomento da agricultura e da pecuária, suas principais fontes de riqueza. As vias de comunicação também merecem o máximo cuidado da administração municipal,

que continua construindo novas redes rodoviárias para atender às necessidades dos municípios, ao mesmo tempo que enriquecendo os sertões baianos. Aliás não devemos esquecer que Feira de Santana é o maior entroncamento de vias de comunicação do interior da Baía.

Atualmente a Secretaria de Agricultura do Estado mantém, no município, um excelente campo de experimentação de sisal, abacaxi e cereais, um grande aviário — o maior do norte do país — uma usina de beneficiamento de algodão e uma fazenda de criação ovina e equina. E se tantas dependências da principal repartição agrícola da Baía aí encontram sua sede, é que, pela sua situação natural, pelo clima que possui e pelas rodovias que a favorecem, Feira de Santana é um dos maiores centros de movimento do Estado.

A arrecadação do município, em 1941, atingiu à importância de 957:812\$800.

Inauguração da ponte "Presidente Vargas", em Cipó

MAIS um empreendimento digno de nota acaba de ser feito no interior baiano: a ponte "Presidente Vargas" — medindo cerca de 140 metros de comprimento, construída sobre o rio Itapicurú, no município de Cipó.

Com esta realização, que custou aos cofres públicos cerca de dois mil contos e que é uma grande obra de engenharia, fica estabelecida, definitivamente, a ligação entre a Capital do Estado e o município de Cipó, e entre este e as Cachoeiras de "Paulo Afonso", nos extremos limites com Alagoas.

Fica, deste modo, enriquecida a região nordeste da Baía, com a ponte agora exposta ao uso público, pois, veio completar um sistema rodoviário de suma importância na economia do grande Estado, além de fazer com que aumentem as correntes turísticas que ambicionam conhecer os prodígios da nossa natureza.

A ponte "Presidente Vargas" é mais uma prova do quanto a atual administração pública baiana volve as suas vistas para o problema rodoviário, um dos mais graves em todo o Brasil.

ESTADO DO AMAZONAS

Movimento do matadouro de Manaus

NO quinquênio compreendido entre 1937 e 1941 o movimento de cabeças abatidas no matadouro municipal de Manaus atingiu a 113.156, compreendendo 79.303 bovinos; 28.405 suínos; 4.744 ovinos.

Durante o mesmo quinquênio foram distribuídos, para consumo da população 12.567.207 quilos de carne, dos quais ... 11.670.611 de bovinos, 854.014 de suínos, 38.232 de ovinos e 4.350 de caprinos.

Levando-se em consideração os dados do último recenseamento, que dá para Manáus a população de 6.639 habitantes, a média anual da carne de bovino distribuída a cada pessoa, nos dois últimos anos, foi de 35 e 37 quilos, respectivamente.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Terceira Exposição-Feira Regional de Animais de Curvelo

NO Estado de Minas Gerais continuam sendo realizadas demonstrações da nossa pecuária, em certames que, apesar de regionais, muito exprimem a respeito da nossa criação, em virtude de ser o grande Estado montanhês um dos locais melhores designados para tal fim. Em Abril esteve em foco o município de Uberaba; em maio chegou a vez de Curvelo — que esteve na ordem do dia dos assuntos pecuários, por ter sido a sede da Terceira Exposição-Feira Regional de Animais, à qual queremos nos reportar, em linhas gerais.

Iniciou-se o certame a 26 do mês passado, com a participação dos principais criadores de vinte e três municípios do Estado, sob o patrocínio da Sociedade Rural de Curvelo, que estabelece um grande intercâmbio entre criadores de vasta região mineira. O município escolhido — Curvelo — constitui, inegavelmente, um dos maiores centros de irradiação de atividades pecuárias de Minas Gerais, com disposição para as grandes internadas e possuindo, o que é importante, pastagens de rendimento considerável, motivo pelo qual, durante todo o ano recebe milhares e milhares de cabeças de gado dos municípios vizinhos.

O número de pessoas que visitaram o certame foi considerável, destacando-se criadores, autoridades, e — fato digno de nota porque atesta as qualidades instrutivas das exposições pecuárias, — alunos de vários grupos escolares percorreram as instalações do certame, recebendo, aí, ensinamentos práticos de agricultura e pecuária, ministrados por técnicos e por alunos da Escola de Agronomia de Viçosa.

Um motivo que despertou a atenção de todos os presentes foi o fato de ter sido realizada, na Exposição-Feira de Curvelo, uma série de conferências sobre os mais variados temas de interesse para o público que ali se encontrava, entendido em assuntos de criação. Foi lido um trabalho sobre o zebu por um zoetecnista do Ministério da Agricultura; e outra, também por autoridade no assunto, sobre assuntos gerais de criação.

Na classificação dos diversos tipos, salientou-se pelos múltiplos interesses que o seu julgamento despertou entre os criadores, o tipo Indúbrasil. A raça "Gyr" obteve o recorde de prêmios, conseguindo, as suas diversas categorias, cerca de 28 vitórias.

Um ponto atraente do certame de Curvelo foi o concurso de galináceos, ao qual participaram inúmeros criadores, com admiráveis exemplares das mais diversas raças. Também causou sensações aos presentes o concurso de marcha entre muars, onde foram apreciados excelentes exemplares marchadores.

Relativamente ao movimento de negócios, segundo previsões, a Exposição de

Curvelo bateria todos os récores existentes, visto a afluência de pessoas interessadas na aquisição de todos os tipos, e também o fato dos negócios se estenderem por fazendas de criação de todo o município, onde se encontram rebanhos que não puderam ser expostos.

A Exposição de Curvelo constituiu, deste modo, mais uma imponente demonstração da pecuária nacional, com resultados práticos para os nossos criadores, deixando os seus reflexos na própria vida econômica do país.

O primeiro centenário de Patrocínio

A CIDADE de Patrocínio comemorou, no mês passado, o transcurso do seu primeiro aniversário de emancipação político-administrativa. O fato, de grande repercussão na existência do histórico município mineiro, foi solenemente festejado pelo povo, que compreendeu à altura, a sua significação. Deixando, porém, de lado, o aspecto puramente histórico do acontecimento, voltamos as nossas vistas para o presente do município de Patrocínio, assinalando os principais aspectos de seu progresso, durante o centênio passado.

Incontestavelmente, Patrocínio é um dos mais encantadores municípios do Estado de Minas Gerais, em virtude de sua feição geográfica — onde predominam planícies intermináveis. Foi até mesmo indicada pela comissão encarregada da nova divisão geográfica do Brasil a ser a capital do Estado, caso Belo Horizonte, vingando o plano, fosse escolhida para capital do país. Isso é bem uma justificativa do índice do progresso do município, que constitui, mesmo, um centro de atração.

Uma das principais preocupações das autoridades de Patrocínio é a construção de novas estradas e conservação das já existentes, o que como é natural, tem concorrido para o aumento das rendas públicas, sob a alegria de todos os patrocínenses. A cidade conta com avenidas espaçosas, ruas bonitas, que se estendem numa área de sessenta quilômetros cortando praças elegantes, logradouros modernos e atraentes.

Relativamente à educação, funcionam, de modo regular, no município escolas primárias, normal e secundária, e, o que apresenta importância, acham-se à disposição dos interessados cerca de dezesseis escolas rurais, instaladas nos principais núcleos de população, os quais prestam a Patrocínio um valioso benefício que somente num futuro próximo poderá ser avaliado devidamente.

A atual administração municipal da cidade não deixou de incluir, no seu plano de construção de estradas, o trecho que comunica Serra Negra, pertencente à sua circunscrição territorial, empreendimento louvável pelo seu significado econômico.

A situação financeira do município, ao completar o seu primeiro centenário, é a melhor possível, visto que as suas rendas crescem admiravelmente, de ano a ano. O município de Patrocínio não tem dívida flutuante e a sua dívida fundada, que não é elevada, está sendo amortiza-

da regularmente. As suas propriedades rurais atingem o total de 4.077, calculadas em vinte e cinco mil contos. A sua indústria se desenvolve numa progressão que conforta, e a sua receita, para o exercício vigente foi avaliada em 442 mil contos de réis.

Com estas linhas deixamos assinalados alguns aspectos do histórico município de Patrocínio, no presente, quando completa sob o contentamento de todos os seus habitantes, um centenário — o primeiro — de autonomia fecunda e feliz.

A situação de Presidente Olegário

APESAR de novo, como unidade municipal autônoma, Presidente Olegário já desperta atenções pelo seu crescimento, pelo progresso de suas finanças.

Criado em 1938, este município mineiro acha-se dividido em três distritos, medindo a sua área total apenas 5.555 quilômetros, habitados por cerca de 24.000 almas. O total de suas propriedades rurais se eleva a quase quatro mil, num valor aproximado de seis mil contos.

Em 1941 foram as seguintes as produções do município: 4.833.600 quilos de milho; 2.548.800 quilos de feijão; algodão em caroço: 152.000; 40.256 quilos de mamona e 1290 quilos de trigo, além de outras.

Relativamente à pecuária Presidente Olegário conta com 110.750 cabeças. A renda total do município elevou-se, no último ano, a 216 contos.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Saneamento de Porto Alegre

CONTINUAM sendo executadas obras de grande benefício ao saneamento da capital gaúcha, obras que integram um plano de realizações de utilidade pública que vem sendo cumprido do modo mais satisfatório possível, pelas autoridades municipais de Porto Alegre.

Agora, chegou a vez de ser resolvido o caso de uma das zonas menos favorecidas da cidade, habitada por mais de cem mil pessoas, que, com frequência, sofrem as consequências resultantes de enchentes do arroio Riacho. Encarando o problema com a máxima atenção, a Prefeitura de Porto Alegre deu início à canalização do arroio aludido, bem como está tomando as medidas indispensáveis ao saneamento das regiões vizinhas.

Mas não somente esse empreendimento realiza a Prefeitura da capital sulriograndense, afim de intensificar ali, o saneamento. Apontamos, ainda, como realizações de vulto, o ampliamiento das redes de água, de esgotos pluviais e cloacais de Porto Alegre. Uma vez concluídas as obras ora em andamento, serão incorporados, ao patrimônio do município, terrenos utilizáveis no valor de cinquenta mil contos de réis.

Para a efetivação de tais obras a Prefeitura de Porto Alegre, devidamente autorizada pelo Presidente da República, contraiu empréstimo interno de 25.000:000\$000, em títulos pagáveis ao portador, no valor de um conto de réis cada um, ao juro anual de 7%.

LEIS & ATOS ECONÔMICOS

Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil

O FINANCIAMENTO da agricultura sempre foi uma das preocupações do governo do Sr. Getúlio Vargas, e só foi instituído depois de muitas medidas de emergência, em 1937, juntamente com o financiamento da indústria.

Entregue esse financiamento ao Banco do Brasil, surgiu então a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial que vem prestando relevantes serviços à economia rural e industrial do país.

O Relatório do Banco do Brasil do exercício de 1941 nos dá o movimento intenso da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, donde podemos verificar que a assistência da Carteira vem se efetuando em todas as regiões do país. Assim os créditos concedidos para fins rurais no período 1938-41, foi o seguinte: Região Norte — 2 milhares de contos de réis; Região Nordeste — 218 milhares de contos de réis; Leste — 313 milhares de contos de réis; Região Sul — 813 milhares de contos de réis; Região Centro-Oeste — 54 milhares de contos de réis.

As operações industriais da Carteira tem sido no sentido de auxiliar o aproveitamento e desenvolvimento dos recursos naturais do país. Os créditos abertos pela Carteira evoluíram, conforme se pode ver no Relatório do Banco, de 54.000 contos de réis em 1940, para 236.000 contos de réis, em 1941. Por estas cifras podemos constatar o aumento em um ano do emprêgo de capital para proporcionar o desenvolvimento de nossa indústria.

Devido a importância dessa Carteira foi aprovado pelo Ministro da Fazenda e publicado no "Diário Oficial" de 21 de maio do corrente ano, o regulamento da Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

O regulamento traça os fins da Carteira que tem por objetivo fomentar o incremento da riqueza nacional, prestando assistência financeira direta à agricultura, à pecuária e às indústrias.

Essa assistência será prestada com os seguintes fins: a) custeio de entre-safra; aquisição de adubos e sementes; b) aquisição de máquinas agrícolas e de animais de serviço para os trabalhos rurais; c) custeio de criação; d) aquisição de gado para engorda; e) aquisição de gado para recriação; f) aquisição de reprodutores de gado destinado à criação e melhora de rebanho; g) melhora das condições de rendimento das explorações agrícolas e pastoris; h) aquisição de matérias primas; i) reforma ou aperfeiçoamento da maquinária das indústrias de transformação; j) reforma, aperfeiçoamento ou aquisição de maquinária para outras indústrias que possam ser consideradas genuinamente nacionais, pela utilização de matérias primas do país e aproveitamento de seus recursos naturais ou que interessem à defesa nacional.

Serão vedados empréstimos para aquisição de imóveis ou para instalação inicial de aparelhagem industrial, salvo quando a indústria interessar diretamente à defesa econômica ou militar do país e a sua montagem houver sido julgada conveniente e oportuna pelo Presidente da República, e quando a aparelhagem se destinar à industrialização de produtos agrícolas ou pastoris e a operação for proposta por produtor rural.

Pelo novo Regulamento as operações só poderão ser feitas com a Carteira

pelos agricultores, criadores ou cooperativas agrícolas ou pecuárias legalmente constituídas e os industriais. Para efeito de transigir com a Carteira, são também considerados agricultores aqueles que se dedicam à extração, colheita ou preparo de produtos espontâneos da flora nacional.

Os empréstimos estão sujeitos a seguinte limitação: 1) os agrícolas até 60% do valor em que for estimada a safra imediatamente seguinte à realização da operação, entendendo-se por safra um ciclo completo de produção vegetal; excepcionalmente, quando a estimativa da safra importar em despesa tal, que torne desinteressante a operação, esta poderá ser efetuada como limite, 60% da média dos resultados das três últimas colheitas, o seu valor não exceda de dez contos de réis; 2) os pecuários, até 60% da estimativa do rendimento da criação no prazo de operação; 3) os de melhoramento, até o valor dos resultados líquidos da exploração agrícola ou pastoril, no prazo da operação, observada rigorosamente a capacidade de pagamento do mutuário; 4) os industriais, até o valor das reformas, aperfeiçoamento ou aquisições a que se destinem, mas sempre em função da capacidade de pagamento do financiado, estimada pela produção provável no prazo da operação. Nenhum empréstimo poderá exceder a importância correspondente a 60% do valor das garantias.

Nos contratos de empréstimos feitos com a Carteira além das cláusulas peculiares à natureza da operação, deverão ser declarados o valor do empréstimo, o vencimento, os fins a que se destina, a data ou as datas de sua aplicação, e outras obrigações exigidas para garantia do empréstimo efetuado.

Trata ainda o regulamento em questão "Dos Recursos", "Dos Empréstimos em Letras Hipotecárias", "Da Administração".

No capítulo "Dos Recursos" diz o art. 21 do regulamento que os financiamentos rurais e industriais, além de utilizar

os recursos que o seu encaixe geral permitir, o Banco poderá redescantar contratos de financiamento e emitir bonus ao portador, negociáveis em bolsa, assinados pelo presidente e pelo diretor da Carteira. Os bonus serão emitidos na razão direta dos empréstimos efetuados, não podendo o seu montante ultrapassar o total das operações.

Os empréstimos em letras hipotecárias diz o regulamento que a Carteira efetuará empréstimos em letras hipotecárias, para pagamento e liquidação de dívidas contraídas por agricultores até 15 de dezembro de 1939. A taxa dos juros compensatórios será de 8 1/2% ao ano, e a comissão, devida pelo serviço de fiscalização, de 1/2%, calculada no primeiro ano sobre o valor do empréstimo e, nos subsequentes, sobre as importâncias devidas.

O capítulo da Administração trata que a Administração será exercida por um diretor designado pelo Presidente do Banco auxiliado por um gerente nomeado em comissão. Trata ainda esse capítulo do que compete ao diretor, ao gerente, ao sub-gerente, etc.

Vimos em síntese o novo Regulamento da Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, e podemos concluir que o Banco do Brasil está assim apto para resolver o problema do crédito agrário e industrial no Brasil.

USO DA DENOMINAÇÃO "CONHAQUE"

A DENOMINAÇÃO "conhaque" é nos termos do art. 55 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei n. 2.499 de 16-3-938, privativa das destilações do vinho e dos vinhos de frutas, como tais considerados apenas os produtos a que se referem os arts. 1.º e 35 do mesmo Regulamento.

Quando o conhaque provier da destilação de vinhos de frutas, o nome destas deverá constar, obrigatoriamente, da rotulagem do produto. Ex.: "Conhaque de Laranja", "Conhaque de Cajú", etc.

Para os produtos obtidos pela destilação do suco fermentado da cana de açúcar, adicionados de substâncias aromáticas ou medicinais, de uso permitido, é facultada a adoção das denominações "Conhaque de alcatrão, de mel, de gengibre", etc., e semelhantes.

Os produtos obtidos pela destilação da cana de açúcar além das demais exigências regulamentares, deverão trazer obrigatoriamente na sua rotulagem a declaração "Elaborado à base de aguardente de cana de açúcar", em caracteres bem legíveis.

Os produtos a que se refere o decreto-lei ficam sujeitos ao pagamento das taxas instituídas no art. 25 da lei n. 549, de 20 de outubro de 1937, modificada pelo decreto-lei n. 826 de 28 de outubro de 1938 na base de \$050 por litro produzido.

PENHOR DE ANIMAIS PARA INDUSTRIALIZAÇÃO DE CARNES

PUBLICOU o "Diário Oficial" de 22 de maio do ano em curso o decreto-lei n. 4.312 de 20-5-942, ampliando as disposições do decreto-lei n. 1.271, de 16 de maio de 1939.

Ficam extensivas as disposições do decreto-lei citado no que forem aplicáveis ao penhor de animais para industrialização de carnes, de produtos e subprodutos, tais como carnes congeladas, resfriadas, curadas ou em conserva, couros, sebo e graxas. São suscetíveis de penhor, os materiais utilizados na industrialização de carnes e derivados, tais como condimentos, sal, fôlha de flandres, caixas, papel e sacos de qualquer tecido.

O AVISO PRÉVIO DE CHEGADA DE NAVIOS

ATENDENDO à necessidade de silenciar devido à guerra o aviso prévio sobre a chegada de navios nacionais, baixou o governo o decreto-lei n. 4.306 de 18-5-42, publicado no "Diário Oficial" de 20-5-942, suspendendo a obrigatoriedade do aviso prévio instituído por decreto-lei de 1940.

A suspensão do aviso prévio sobre a chegada de navios entrou em vigor em todo o território nacional no dia 20 de maio do corrente ano, e estipulando ainda o decreto que os avisos e comunicações serão feitos dentro de duas horas após a chegada do navio ao porto e será obrigatório, de modo geral, o sinal de apito previsto no decreto de 1940.

MOVIMENTO DE COMPRA E VENDA DE SAL

A PARTIR de 1 de julho próximo futuro, as firmas das praças de Manaus, Belém, São Luiz do Maranhão, Fortaleza, Natal, Cabedelo, João Pessoa, Recife, Maceió, Salvador, Ilhéus, Caravelas, Vitória, Macaé, Niterói, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Santos, São Paulo, Paranaguá, Joinville, Itajaí, Florianópolis, Imbituba, Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, Santana do Livramento e Corumbá, que importarem sal dos centros produtores, bem como as que venderem esse produto para o interior, sejam ou não importadoras, deverão comunicar ao Instituto Nacional do Sal, até o dia 15 de cada mês, o movimento de compra e venda do sal do mês anterior.

QUOTAS ATRIBUIDAS ÀS SALINAS

PUBLICOU o "Diário Oficial" de 14 de maio do corrente ano o comunicado do Instituto Nacional do Sal, o aumento de 5% sobre as quotas atribuídas às salinas para o ano salineiro 1941/42.

As salinas nacionais, a que foram atribuídas quotas para o presente ano salineiro, ficam autorizadas a entregar ao consumo, até 30 de junho próximo futuro, além das respectivas quotas, mais 5% calculados sobre as mesmas; e as frações de quota inferiores a uma tone-

lada serão desprezadas no resultado do cálculo. Nenhuma salina terá aumento de quota inferior a uma tonelada.

Essas medidas foram tomadas pelo Instituto Nacional do Sal porque se verifica atualmente no país aumento no consumo do sal, tornando-se insuficiente o limite anteriormente fixado para as entregas do produto ao consumo, durante o corrente ano salineiro.

INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA

O CONSELHO Nacional de Aguas e Energia Elétrica recebeu a incumbência pelo decreto-lei n. 4.295 de 13-5-42, publicado no "Diário Oficial" de 15-5-42, de determinar ou propor medidas afim de melhor aproveitar e de aumentar as disponibilidades de energia elétrica no país.

Essas medidas serão propostas atendendo o seguinte: utilização mais racional e econômica das instalações tendo em vista particularmente: o melhor aproveitamento da energia produzida mediante mudanças de horários de consumidores ou por seu agrupamento em condições mais favoráveis, bem como o fornecimento a novos consumidores cujas necessidades sejam complementares das dos existentes, e quaisquer outras providências análogas; a redução de consumo, seja pela eliminação das utilizações prescindíveis, seja pela adoção de hora especial nas regiões e nas épocas do ano em que se fizer conveniente.

Refere-se ainda o decreto-lei que enquanto não for possível, em certas zonas, atender a todas as necessidades do consumo de energia elétrica, o fornecimento será racionado segundo a importância das correspondentes finalidades, sendo adotado em cada caso concreto, uma seriação preferencial estabelecida pelo C. N. A. E. E.

Os materiais, produtos ou maquinismos destinados à produção, à transmissão, à transformação e à distribuição de energia elétrica serão classificados, para os efeitos de prioridade de importação, segundo as finalidades dos fornecimentos, a cargo das instalações em que tiverem de ser aplicados ou o vulto destas. A ordem preferencial das finalidades será a adotada pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil.

Entre os materiais, produtos ou maquinismos a serem importados para a indústria da energia elétrica, serão considerados de caráter estratégico e, não só equiparados, quanto à prioridade, aos destinados às vias de transporte, os meios de comunicação, de igual caráter, como também classificados imediatamente após os de emprêgo direto na defesa do país, todos os que forem relativos: a instalações fornecedoras de indústrias bélicas, estabelecimentos militares e vias de transportes, ou meios de comunicações, de caráter estratégico; a centrais geradoras de potência igual ou superior a dois mil e a linhas de transmissão de tensão igual ou superior a 25 kw.

Ainda se refere a lei que poderá ser determinada a intervenção administrativa ou ser efetuada a transferência co-

mercial a nacionais, das empresas individuais ou coletivas que explorem a indústria da energia elétrica ou exercerem capitais pertencentes a súditos de o artigo anterior, se as mesmas possuírem capitais pertencentes a súditos de países com os quais o Brasil haja rompido relações diplomáticas ou comerciais. E que quando as atitudes ou atividades dos proprietários ou dirigentes das empresas forem direta ou indiretamente prejudiciais à segurança ou à ordem econômica nacionais, poderá haver ainda o confisco do capital pertencente aos súditos aludidos, independentemente de outras penalidades a que ficarem sujeitos os responsáveis.

O PARANÁ VAI PESQUISAR ÁGUA MINERAL

O DECRETO n. 9.261 de 16 de abril do corrente ano, publicado no "Diário Oficial" do dia 14 de maio de 1942, autoriza o governo do Estado do Paraná a pesquisar água mineral no município de Guarapava no Estado.

Fica assim autorizado o governo paranaense a pesquisar água mineral numa área de vinte e nove hectares e quatro ares, situada no distrito de Candóido no município de Guarapuava do referido Estado.

PROFISSIONAIS DE VEÍCULOS MOTORES DE PASSAGEIROS E CARGA

A FALTA e o racionamento de gasolina tem prejudicado o transporte, principalmente aos motoristas dos automóveis de praça e de caminhão, que fazem esse serviço como meio de vida.

Esses profissionais costumam comprar os seus carros a prestação, pagando com o que arrecada no seu serviço. O racionamento de gasolina veio obrigá-los a diminuir as horas de serviço, portanto, diminuindo também o "quantum" que estavam acostumados a fazer.

Reconhecendo o governo a dificuldade em que se acham os motoristas de praça devido ao racionamento, baixou o decreto-lei n. 4.294 de 9-5-942, publicado no "Diário Oficial" do mesmo dia e ano, desdobrando o pagamento e dilatando o prazo de vencimento dos débitos profissionais adquirentes de veículos motores de passageiros e de carga.

Os pagamentos dos títulos de dívida, provenientes da aquisição de veículos motores para transportes terrestres de passageiros ou de carga e que sejam explorados e dirigidos diretamente pelos próprios adquirentes, bem como os pagamentos das prestações de idêntica origem, mas resultante de contratos de compra e venda com reserva de domínio, serão desdobrados cada qual, em duas parcelas iguais, com vencimentos mensais sucessivos, ficando prorrogados os prazos atualmente estipulados, de forma a não ser exigido, por uma mesma aquisição, mais de um pagamento, cada trinta dias. Cabe ao devedor a prova de que seus títulos de dívida se enquadram nos casos da lei.

O decreto-lei ora em questão entrou em vigor no dia 1.º de junho.

ZONAS INFESTADAS PELO BICHO DE FRUTAS

A DIVISÃO de Defesa Sanitária Vegetal tem constatado por intermédio de seus técnicos grandes prejuízos causados à fruticultura nacional pelos "bichos de frutas", o que exige por sua importância econômica medidas de combate de caráter rigoroso.

Achando-se assim grandemente prejudicada a produção citrícola resolveu o Ministério da Agricultura, por portaria, tomar as seguintes medidas: 1) declarar zonas infestadas pelos "bichos de frutas" o Distrito Federal e os municípios de Iguassú, São Gonçalo, Itaboraí, Vassouras e Itaguaí, do Estado do Rio de Janeiro, e suspeitas as zonas circunvizinhas a esses municípios, equiparando essas pragas, para os fins regulamentares, às de que tratam os arts. 29 a 34 do Regulamento; 2) aplicar nas zonas infestadas, por intermédio da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal e à medida das suas possibilidades, os dispositivos constantes do Capítulo IV do Regulamento, que regula a erradicação e o combate das doenças e pragas das plantas e o trânsito de vegetais e partes de vegetais; 3) considerar "bichos de frutas", as moscas de gêneros "Ceratitis" e "nastrepha" da família "Trypetidae" e "Lonchaea", da família "Lonchaeidae", bem como a mariposa *Gymnandrosoma aurantianum*, da família "Olethrentidae", e o percevejo *Leptoglossus gonager* da família "Coreidae"; 4) determinar inicialmente as medidas seguintes: a) colher diariamente as frutas caídas ao chão e enterrá-las à profundidade de 0,50m. ou destruí-las por outros meios; b) destruir obrigatoriamente nas "casas de embalagem", as frutas impróprias para consumo; c) não permitir no pomar a existência de cafeeiros, goiabeiras, araçazeiros, melão de São Caetano, maracujá e outras plantas não exploradas comercialmente e que possam hospedar os "bichos de frutas".

EXPORTAÇÃO DE FIOS DE ALGODÃO

EM Portaria n. 280 de 9-5-942 a Comissão de Defesa da Economia Nacional, tendo em vista a decisão da Junta Reguladora do Comércio de Fios e Tecidos, no sentido de facilitar a exportação de fios de algodão, depois de assegurado o abastecimento do mercado interno, tomou as seguintes medidas:

1) Não é permitida a exportação de fios de algodão, para cada fábrica, não mero 40; 2) a quantidade exportável de fios de algodão, para cada fábrica, não poderá exceder 25% do total da sua produção anual, enquanto não se concluírem os respectivos estudos sobre produção e consumo; 3) os pedidos de licença para exportação deverão ser dirigidos diretamente à Comissão de Defesa da Economia Nacional pela empresa industrial interessada, acompanhados de atestado do sindicato de empregadores da indústria textil a que estiver filiada, no qual se certifique a veracidade das declarações feitas pelo solicitante relativas ao número de fusos da fábrica, o núme-

ro de horas de trabalho, quantidade da produção e qualidade do fio; 4) os pedidos de licença, quanto ao número ou título do fio, serão apreciados de acordo com as necessidades do mercado interno; 5) as fábricas deverão obrigatoriamente, enviar cópias das "Declarações de Venda à Secretaria da Junta"; 6) as licenças concedidas e não utilizadas caducarão dentro de três meses da data da concessão; 7) desde que se não verifique o aproveitamento das quotas de exportação de fio de algodão, caberá a Junta a faculdade de sua redistribuição e estabelecimento fabris, que demonstrem capacidade além das permissões já obtidas.

EMENDA DA CONSTITUIÇÃO

PUBLICOU o "Diário Oficial" de 13 de maio de 1942 a Lei Constitucional n. 6 de 13 do mesmo mês e ano, emendando o parágrafo 1.º do artigo 143 da Constituição.

Fica assim redigido o parágrafo primeiro do artigo 143 da Constituição:

"A autorização só será concedida a brasileiros, ou empresas constituídas por acionistas brasileiros, podendo o Governo, em cada caso, por medida de conveniência pública, permitir o aproveitamento de quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica a empresas que já exercitem utilizações amparadas pelo § 4.º ou as que se organizem como sociedades nacionais, reservada sempre ao proprietário preferência na exploração ou participação nos lucros".

BALANÇOS GERAIS DO EXERCÍCIO DE 1941

ENTROU em vigor no dia 8 de maio do corrente ano, data em que foi publicado no "Diário Oficial" o decreto-lei n. 4.293, dispondo sobre os prazos para apresentação e exame dos balanços gerais do exercício de 1941.

Por este decreto-lei fica prorrogado até 30 de junho do corrente ano o prazo para apresentação, pela Contadoria Geral da República, dos balanços gerais do exercício de 1941 e o relatório circunstanciado a que se refere o decreto n. 5.808 de 1940. Serão ainda submetidos os balanços, até 31 de julho seguinte, ao exame do Tribunal de Contas que terá o prazo de sessenta dias para os fins indicados no decreto-lei n. 426 de 1938.

INCORPORAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PIAUÍ À E. DE F. SÃO LUIZ A TERESINA

O DECRETO-LEI n.º 4.238, de 8-4-942, publicado no *Diário Oficial* do dia 10-Abril do corrente ano, incorpora a Estrada de Ferro Central do Piauí à Estrada de Ferro São Luiz a Teresina.

Será feito o inventário dos bens que integram o patrimônio da Estrada ora incorporada, extinguindo o decreto-lei citado quadros, estipulando normas para a classificação por antiguidade dos funcionários, promoção de funcionários de classe, supressão e transferência de cargos, etc.

FABRICAÇÃO, COMÉRCIO E USO DE ARTIGOS PIROTÉCNICOS

O DECRETO-LEI n. 4.255, de 15-4-942, publicado no *Diário Oficial* do dia 18 de 4-42, permite em todo território nacional a fabricação, comércio e uso de fogos de artifício.

As fábricas de fogos só serão permitidas nas zonas rurais, ficando suas instalações subordinadas ao estabelecido pelos regulamentos do M. da Guerra, e só será permitida a instalação em prédio ou prédios isolados e distantes de qualquer residência, não sendo permitida nos mesmos a venda a varejo de fogos, ficando o funcionamento da fábrica ou das fábricas sob a responsabilidade de profissional diplomado ou prático de competência oficializada.

A lei ora em vigor dá uma classificação para os fogos designando nas classes A, B, C, D. Traça ainda proibições para o uso dos fogos, só sendo permitido vender a menores de 18 anos os fogos da Classe A, que são: 1.º — os fogos de vista, sem estampido; 2.º — os fogos de estampido, desde que não tenham mais de vinte centigramas de pólvora por peça.

Os infratores das disposições da lei serão punidos, a juízo das autoridades, de acordo com as disposições da lei, com multas de 200\$ a 2.000\$ e do dobro na reincidência. Os infratores estão sujeitos ainda às sanções penais em caso de acidentes pessoais e materiais.

DIREÇÃO TÉCNICA DE VÁRIOS ESTABELECIMENTOS DA INDÚSTRIA CIVIL

O "Diário Oficial" de 26 de maio de 1942 publicou o decreto n. 9.470, de 23 de maio de 1942, considerando de interesse para o serviço militar, o exercício de cargo de diretor técnico em vários estabelecimentos de indústria civil.

Diz o artigo único: "É considerado de interesse para o serviço militar o exercício, em comissão do cargo de diretor técnico, no seguinte estabelecimento de indústria civil: Indústria de Electro-Aços Plangg Ltd., com sede em Nova Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul. Ainda no "Diário Oficial" de 27 de maio do corrente ano foi publicado o decreto n. 9.476 de 25-5-942 considerando de interesse para o serviço militar o exercício em comissão do cargo de diretor técnico na "Companhia Industrial Máquina São Paulo" com sede na cidade de S. Paulo.

ARRECAÇÃO DE TAXA E QUOTAS SOBRE A TONELADA DO SAL

POR contrato firmado entre a União e o Banco do Brasil, poderá ser atribuído, em certos casos, às repartições fazendárias o serviço de arrecadação da taxa de dez mil réis por tonelada de sal devida ao Instituto Nacional do Sal e das quotas de amortização do financiamento da produção salinera a cargo do mesmo estabelecimento de crédito. Quando o Banco do Brasil não puder arrecadar diretamente ou por intermédio dos seus prepostos a taxa e as quotas, poderá esse serviço ser atribuído à repartição arrecadadora federal se sob sua jurisdição estiver a salina do contribuinte ou devedor.

(Decreto-lei n.º 4.177, de 13-3-942, publicado no *Diário Oficial* de 16-3-942).

PRODUTOS & MERCADOS

Materiais de Construção

EM sua edição correspondente ao mês de maio O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, em artigo sobre as construções civis, expunha em linguagem clara a verdadeira posição dos materiais de construção, especialmente no que se refere ao ferro, ao cimento e ao vidro; vêm se processando entre nós, de alguns anos a esta parte, um surto intensivo de grandes construções, não só na Capital Federal, cujo aspecto urbanístico foi mesmo totalmente modificado nestes últimos tempos, mas também em outras cidades, não só do litoral como do interior. Possui o Brasil, de muitos anos, já, uma indústria nacional de cimento, bem como uma pequena siderurgia; ambas, se bem que não tivessem ainda uma produção suficiente para suprir as necessidades da indústria de construção civil, eram no entanto uma grande e preciosa contribuição, completada com aquilo que importávamos, praticamente sem dificuldades ou restrições, tal como era natural num período de paz, em que o comércio entre as nações se fazia sem qualquer atropelo.

Irrompida a guerra, porém, modificou-se a situação; as importações de ferro e cimento sofreram restrições; ambos os artigos são considerados de importância estratégica, o que indica que os países produtores, em guerra, reterão ao máximo a sua produção para atender as suas próprias necessidades decorrentes da situação; passou a valer mais na balança a produção nacional.

Se bem que não tenhamos chegado ainda a uma posição de crise, no assunto, chegamos pelo menos a um momento crítico, indiciado pelo encarecimento crescente tanto do ferro como do cimento, encarecimento este não bem definido e que não se sabe ainda muito bem ao que atribuir, se à escassez, ou se a uma valorização de produção e stocks.

A coisa chegou ao ponto de despertar a atenção do DASP que, depois de apreciá-la devidamente, sugeriu, em bem lançado memorial ao sr. Presidente da República, a composição de uma comissão "para estudar a situação do mercado, no que se relaciona com as condições de produção e de consumo dos materiais de construção, e indicar as medidas mais aconselháveis à normalização do regime dos preços, de maneira a conciliar os interesses dos produtores e consumidores, propondo, ainda, providências que visem apenas a responsabilidade criminal dos que se encontrarem incursos na Lei de Segurança Nacional". Estava pois O OBSERVADOR bem orientado quando, em seu artigo sobre as indústrias de construções, em maio último, encarecia a necessidade de ser estudada a situação "através tôdas as circunstâncias, para que, bem a tempo, possamos encontrar uma solução capaz de atenuar os efeitos de uma crise que force a paralização em todo ou em parte deste surto industrial."

Documentando o seu memorial o Departamento Administrativo do Serviço Público torna bem claro que é justa a elevação dos preços das mercadorias importadas; explica-se a alta das mercadorias produzidas no país, dentro dos limites impostos pelas contingências que resultam das maiores dificuldades de aquisição de matérias primas ou de instrumentos de produção no exterior. "Nada justifica, porém, certos excessos de cotação no que concerne a mercadorias, para cujo fabrico concorre de maneira dominante a matéria prima nacional." E prossegue o memorial:

"Na indústria das construções é onde se vem observando ultimamente, de um modo mais incisivo, a ocorrência de fatores de perturbação evidentemente anormais. Nesse ramo de atividade, cujo desenvolvimento, nos últimos anos, lhe confere importância fundamental como elemento de equilíbrio social, a situação, se ainda não é de pânico, não está longe de transformar-se em catástrofe de consequências imprevisíveis. Nela exercem sua atividade milhares de operários, dela vivem inúmeras indústrias subsidiárias, e vultosos capitais estão investidos em todos os setores que a constituem. A paralização dessa indústria, ou o decréscimo do seu ritmo de produção, provocará, assim, um contra-golpe de efeitos extremamente funesto para a economia do país.

Este Departamento já teve a honra de expor a Vossa Excelência seu ponto de vista com relação ao problema do cimento. Esse produto, nos últimos tempos, duplicou de preço nesta Capital. No interior, quase triplicou. No entanto, de acordo com a declaração dos próprios fabricantes, a produção de cimento tem continuamente aumentado, sem que se verifique, no momento, acentuado acréscimo de construções. O mesmo se passa com relação ao ferro, cujo preço aumentou de 60%, ao tijolo e à pedra, cujos preços sofreram um acréscimo de 50%. Em resumo: diante da exorbitante elevação de custo dos materiais de construção e das dificuldades de aquisição, medidas enérgicas e eficazes devem ser adotadas, visando uma solução urgente para esse estado de coisas."

O Presidente Vargas deu sua aprovação à proposta do Dasp e a esta hora a comissão deve estar, já, com os seus trabalhos bem adiantados; que eles, porém, andem a passo presto, para que, quando chegarem a um resultado, não seja tarde demais para a sua aplicação.

A importância assumida pela indústria de construções, mais do que outro qualquer fator, impôs a urgência das medidas sugeridas e postas em execução para que seja atalhado, em parte porque já não é possível em todo, a sobrecarga com que se vem insistindo vencer o povo, através da habitação cada vez mais

cara. Há uma ganância em torno disto, desde que capitalistas descobriram que não havia melhor banco para guardar dinheiro que proporcionasse uma renda tão segura e tão ampla quanto um arranha-céu.

A INDÚSTRIA DO PESCADO

NOS últimos anos, o governo vem exercendo proveitosa atividade em favor da pesca, por intermédio do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura. A fauna, tanto terrestre quanto marinha e fluvial, está sendo estudada do ponto de vista das suas condições de vida, desenvolvimento, reprodução, necessidades de proteção e aproveitamento econômico.

O programa de construção de entrepostos e feitorias, instalação de policlínica para os pescadores, torna-se uma realidade. Leis modernas lançam as bases da nova organização.

Visando melhorar as instalações dos estabelecimentos que elaboram conservas de pescado, o governo procede à inspeção das diversas fábricas e salgas.

A assistência técnica que a Divisão de Caça e Pesca vem prestando aos industriais do pescado tem contribuído eficazmente para o aperfeiçoamento dessa indústria, que atravessa uma fase de notável progresso, principalmente no sul do país. A cidade do Rio Grande, por exemplo, conta com 9 fábricas de conservas e 4 salgas, algumas das quais já podem rivalizar com os modernos estabelecimentos congêneres do estrangeiro.

Segundo dados remetidos pela referida Divisão ao Serviço de Informação Agrícola, em 1941 entraram nas diversas fábricas de conservas do país 11.208.640 quilos de pescado, contra 9.500.000 aproximadamente, em 1940.

O total de 1941 está assim descrito: — 6.893.459 quilos de pescado para as fábricas do Rio Grande do Sul; ... 3.289.000 quilos para as do Estado do Rio; 1.019.000 quilos para as do Distrito Federal e cerca de 5.000 quilos para a de Pernambuco. Segundo as espécies, destacam-se: 4.720.591 quilos de sardinha; 3.624.600 quilos de corvina e 1.239.042 quilos de bagre, completando o total quantidades menores de savelha, tainha, cação, miraguaia e outras.

Em 1941, apenas 208.302 quilos de cação entraram para as fábricas, sendo 201.970 quilos destinados às do Rio Grande do Sul. Afim de aproveitar esse peixe, abundante nas costas do litoral nortista, o Ministério da Agricultura construiu, em São Luiz do Maranhão, moderna Fábrica de Industrialização do Cação, cujo funcionamento regular terá início logo chegue a maquinaria adquirida nos Estados Unidos. É este mais um índice do desenvolvimento da indústria da pesca no Brasil. Aham-se bastante adiantadas as obras do grande Entreposto da cidade de Rio Grande. E, breve-

mente, o governo vai inaugurar o Entrepasto-Frigorífico de Cananéia, no Estado de São Paulo, destinado a reunir e beneficiar a produção do pescado daquela região.

SERICICULTURA EM PERNAMBUCO

A CAMPANHA da seda está em evidência. Nosso país possui excelentes condições para se tornar um grande produtor desse artigo, que ainda importamos em larga escala. O Ministério da Agricultura, bem como vários governos estaduais, tomam as indispensáveis providências para incrementar tecnicamente a sericicultura. Ao lado de São Paulo, Santa Catarina, Espírito Santo, Ceará e Rio de Janeiro, coloca-se o Estado de Pernambuco, todos possuindo departamentos especializados no assunto em aprêço.

Segundo a opinião dos técnicos, a organização sericícola de Pernambuco é modelar. O Departamento de Sericicultura Estadual, criado pelo agrônomo Apolonio Sales, quando Secretário de Agricultura, está magnificamente situado em Dois Irmãos, Recife, entre a Escola Superior de Agricultura e o Instituto de Pesquisas Agronômicas, obras também realizadas por aquele técnico.

O referido Departamento propõe-se a distribuir gratuitamente aos agricultores mudas de amoreira e ovos do bicho da seda, sadios e aclimados à região, bem como a adquirir, pelo preço em vigor, toda a produção de casulos da zona sob sua influência. Para esse fim, foram já inauguradas todas as instalações necessárias a um organismo sericícola agromicamente orientado, as quais estão quase todas reunidas num único edifício medindo 70 metros de comprimento por 16 mts. de largura, dividido em duas alas. A primeira compreende os serviços de sementagem (preparação de ovos), abrangendo as salas para borboleteamento, estivação, esmagamento de borboleta, seleção microscópica, lavagem, hibernação e incubação dos ovos, bem como o laboratório de biologia, que se ocupará dos estudos das doenças e pragas do bicho da seda. A segunda ala, à direita, reúne o gabinete do diretor e a seção industrial, composta de cômodos para recebimento e depósito de casulos, secadores, fiações, beneficiamento do fio e laboratório de tecnologia. Dispõe ainda o Departamento de duas sirgarias rústicas para as criações experimentais e de reprodução. Serão instalados postos séricos nas três regiões típicas do Estado, para estudos e assistência direta ao sericultor.

Esses dados foram fornecidos ao Ministério da Agricultura pelo seu correspondente no Ceará, também diretor do Serviço de Sericicultura desse Estado. Esse técnico informa que, desde 1940, a Escola Superior de Agricultura de Pernambuco vem fazendo plantios de amoreira e criações do "Bombyx-mori". Dessas plantas, mesmo antes da criação do Departamento de Sericicultura, foram colhidas e distribuídas, em todo o Estado, no ano findo, mais de 200 mil estacas.

O PARANÁ, GRANDE PRODUTOR DE MILHO

DENTRE os Estados brasileiros o Paraná está classificado como sendo o quarto, na produção de milho. No decênio que vai de 1931 a 1940, a exportação do precioso cereal constituiu um elemento de primeira grandeza para o equilíbrio da balança econômica estadual.

Em 1931 foram exportados 9.830.411 quilos; em 1940 a exportação ascendeu a 72.542.298 quilos; o valor — preço por quilo — sofreu pequenas alterações no decorrer do decênio; em 1931 era de \$200; em 1933, alcançou o ponto mais alto, \$300; em 1937, o mais baixo, \$150; de 1938 até 1940 foi novamente \$200. O valor comercial da exportação de milho em 1931 foi de 1.966.082\$200 e em 1940 atingiu a 14.590.371\$700.

A exportação procedeu-se quase que exclusivamente para o interior; apenas em cinco anos, dos dez considerados, verificou-se a saída do produto para outros países. Em 1935, foram vendidos 8.460 quilos para o exterior, no valor de 2.115\$300; a maior exportação para o exterior foi encontrada em 1938, quando atingiu a 2.274.240 quilos, pela importância de 601.586\$200; daí para diante, entrou em declínio a exportação para fora do país.

Em 1940 sete Estados compraram milho ao Paraná, sendo o maior freguez o Estado de São Paulo, que adquiriu 59.347.910 quilos, no valor de 11.829.447\$000; vem em seguida o Distrito Federal com 8.989.299 quilos no

valor de 1.852.444\$300; Minas Gerais foi o menor comprador, tendo adquirido 115.503 quilos no valor de 24.306\$900. Os demais Estados que compraram foram Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Em 1939 apareceram entre os compradores, os Estados de Pernambuco e Piauí.

PERNAMBUCO EXPORTA ABACAXIS

A AGÊNCIA do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura em Pernambuco informa que, pelo porto do Recife, foram exportados, em 1941, 236.100 abacaxis, no valor de 194.600\$000. Os abacaxis eram da variedade de Pernambuco, procedentes de Tembê. O porto de Montevideu adquiriu 199.594 frutos e o de Buenos Aires 36.504.

ARROZ NO MARANHÃO

SEGUNDO informações da Seção de Fomento Agrícola no Maranhão, a cultura do arroz vai ser ali grandemente intensificada, de modo a serem aproveitadas extensas áreas de terra próximas a São Luiz e até agora inexploradas. A iniciativa da Divisão do Fomento da Produção Vegetal é de expressiva importância econômica: — contribuirá para o barateamento do produto no mercado interno e beneficiará os postos vizinhos, que ainda se abastecem do arroz de procedência sulina.

Exportação Brasileira de Café em Maio de 1942

UNIDADE: SACA DE 60 QUILOS

PORTOS DE EXPORTAÇÃO	QUANTIDADE EXPORTADA		TOTAL
	Para o exterior	Por cabotagem	
Santos	417.045	685	417.730
Rio de Janeiro	195.061	2.334	197.395
Vitória	113.551	4.135	117.686
Paranaguá	12.600	353	12.953
Angra dos Reis	3.867	—	3.867
São Salvador	10.318	16.296	26.614
Recife	6.600	2.037	8.637
Itajaí	2.200	—	2.200
TOTAL	761.242	25.840	787.082

CAFÉ DISPONIVEL NOS PORTOS DE EXPORTAÇÃO EM 31 DE MAIO DE 1942, SEGUNDO A QUANTIDADE

PORTOS DE EXPORTAÇÃO	QUANTIDADE
Santos	1.375.011
Rio de Janeiro	409.365
Vitória	142.232
Paranaguá	140.445
Angra dos Reis	68.276
São Salvador	32.029
Recife	24.658
TOTAL	2.192.016

O REBANHO SUINO NO MARANHÃO

O REBANHO suino no Maranhão é avaliado em 460.000 cabeças, no valor de 11 mil contos.

O consumo interno, em carne, toucinho e banha, é grande e a exportação para os Estados vizinhos alcança, anualmente, cerca de 10.000 cevados, no valor de 600 contos.

A criação de porcos é muito desenvolvida em todo o Estado, embora não hajam criações organizadas por processos racionais. De um modo geral, o porco é criado solto. Nos povoados é recolhido aos chiqueiros apenas durante os últimos meses da engorda. Os porcos criados dessa maneira são embarcados para o mercado local, com o peso médio de 40 a 50 quilos.

O Serviço de Informação Agrícola recebeu comunicação da Seção de Fomento Agrícola que, durante o primeiro semestre do ano findo, além do abastecimento dos mercados do interior do Estado e de São Luiz, registrou-se ali uma exportação, para o porto de Belém, de 6.408 cabeças.

No Maranhão, a criação de porcos encontra grandes possibilidades de desenvolvimento, desde que sejam adotados métodos racionais de exploração, principalmente quanto à alimentação e melhoramento da raça local.

A Seção de Fomento Agrícola Federal, executora do acordo com o Estado, está empenhada em melhorar a situação econômica do Maranhão e tem procurado mostrar àqueles que se interessam pelo seu soerguimento as práticas que podem proporcionar lucros.

A BAÍA EXPORTA PIASSAVA

SEGUNDO notícias levadas ao conhecimento da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, a Baía vem ativando sua exportação de piassava, sendo que o principal comprador, a Inglaterra, adquiriu, somente em janeiro deste ano, ... 443.000 quilos de fibras, para fins de alto valor industrial.

MAMONA PARA OS ESTADOS UNIDOS

INFORMAÇÕES prestadas pela Seção de Fomento Agrícola Federal na Baía à diretoria da Divisão de Fomento da Produção Vegetal esclarecem que a exportação de mamona em bagas, ali, se elevou em 1941 a mais de um milhão de sacas. Quanto ao óleo de ricino, considerado o melhor lubrificante para os motores de aviação, somente os Estados Unidos compraram da Baía, no referido ano, nada menos de 1.425.238 quilos, no valor de 3.925.123\$000.

A INDÚSTRIA DO VIDRO NO BRASIL

O SERVIÇO de Estatística do Ministério da Agricultura vem realizando interessantes inquéritos sobre diversos ramos da nossa produção extrativa. Ainda há pouco, segundo revela o Serviço de Informação Agrícola, foi apurado que, em 1940, existiam no Brasil 58 fábricas

de vidro, as quais produziram 66.559.223 quilos, no valor de 104.463 contos, empregando 10.183 operários. O capital investido eleva-se a 65.255 contos e o registrado a 85.019 contos. São Paulo figura com 29 fábricas, cuja produção foi de 58.310 contos; o Estado do Rio, com 8 e uma produção de 29.904 contos, o Distrito Federal, com 6 fábricas e uma produção de 8.928 contos; o Rio Grande do Sul, com 8 fábricas e uma produção de 3.905 contos; vindo depois os Estados da Baía, Paraná, Pernambuco, Santa Catarina e Minas Gerais.

Os artigos produzidos são os mais variados, tais como garrafas, copos, cálices, vidros para tinta e óleos, ampôlas, bulbos para lâmpadas, vasilhas, globos, aparelhos de alboratório, tubos, etc.

O questionário para 1941 será ainda mais completo e nele figurarão mais 13 fábricas, quase todas localizadas no Estado de São Paulo.

O CAROA', RIQUEZA PERNAMBUCANA

A EXPLORAÇÃO do caroá representa uma das maiores realizações econômicas do nordeste brasileiro, graças ao esforço da iniciativa particular, amparada pelo governo. Esse movimento tomou grande vulto em Pernambuco, beneficiando milhares de sertanejos e a economia do país, então grande importador de fibras.

Segundo dados remetidos ao Serviço de Informação Agrícola pela Agência do Serviço de Economia Rural em Pernambuco, a produção de caroá nesse Estado vem crescendo sensivelmente de ano para ano, como denunciam as estatísticas: 158.245 quilos, em 1937; 464.271 quilos, em 1938; 1.582.211 quilos consumidos e 33.314 exportados, em 1939; ... 2.605.901 quilos consumidos e 132.729 exportados, em 1940. Em 1941, Pernambuco consumiu 3.182.437 quilos e exportou 2.340.647 quilos, ficando em estoque (em 31 de dezembro) 476.916 quilos.

Dum modo geral, foram consumidos no quinquênio 1937-41, em Pernambuco, ... 7.993.065 quilos e exportados 2.490.233 quilos. Em 1940, o referido Estado possuía 95 instalações com 1.128 máquinas destinadas ao beneficiamento de caroá, no valor de mais de 8 mil contos.

AUMENTA A EXPORTAÇÃO DE OURICURÍ

O MINISTÉRIO da Agricultura informa que a cêra de ouricuri tem o seu comércio extraordinariamente desenvolvido na Baía, aumentando de mês para mês a sua exportação. Em 1941, esse Estado exportou 2.306.652 quilos de cêra, no valor de 36.273:681\$300, ao passo que em 1940 o comércio externo de tal produto atingiu apenas a 1.049.759 quilos, na importância de 12.255:717\$700. A recente resolução do Presidente da República, considerando livre o comércio da cêra de ouricuri, aumentou de muito a sua indústria e comércio, abrindo novas possibilidades à economia baiana.

Café Eliminado no Brasil

UNIDADE: SACA DE 60 QUILOS

A	N	O	
1931			2.825.784
1932			9.329.633
1933			13.687.012
1934			8.265.791
1935			1.693.112
1936			3.731.154
1937			17.196.428
1938			8.004.000
1939			3.519.874
1940			2.816.063
1941			3.422.835
1942 (até 31 de Maio)			1.889.279
TOTAL			75.580.965

CAFÉ ELIMINADO NO BRASIL NO ANO DE 1942, COM DETALHE QUINZENAL SEGUNDO A QUANTIDADE

M Ê S	PRIMEIRA QUINZENA	SEGUNDA QUINZENA	TOTAL DO MÊS
Janeiro	181.273	224.382	405.655
Fevereiro	179.423	150.864	330.287
Março	132.494	95.756	228.250
Abril	45.206	34.580	79.786
Maio	14.598	30.703	45.301

Maio sujeito a pequenas retificações.

VIAS DE COMUNICAÇÃO

A Realidade dos Combustíveis

NO tão debatido problema dos combustíveis, pondo de parte os aspectos frequentemente mais feridos, podemos nos deter um pouco em face de fatos concretos que dizem bem alto do modo como o Brasil está se preparando para uma libertação desta tão onerosa dependência que é o combustível.

Regressando de uma viagem ao estado da Baía, onde examinou o desenvolvimento das pesquisas petrolíferas que ali veem sendo realizadas e coroadas do melhor êxito, o general Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, informou aos jornalistas que, refinado numa pequena instalação, o petróleo do Lobato está sendo usado com êxito nos veículos e máquinas a serviço do C. N. P. e nos poços; além disto, mau grado a dificuldade de transportes, a fábrica de cartuchos de Andaraí, aqui no Rio, tem recebido regularmente, da Baía o petróleo bruto necessário aos seus serviços. Um outro particular que fala bem alto por si mesmo, no caso, é a seguinte informação também procedente da Baía: o Interventor Federal no Estado, sr. Landulfo Alves, vem de realizar uma excursão pela zona do Recôncavo, utilizando, no seu automóvel, gasolina obtida de petróleo do Lobato, na refinaria a que aludimos linhas acima.

Passemos da Baía a São Paulo e vejamos outro fato. No município de Canguatuba, utilizando-se de uma pequena destilatória, está sendo obtida boa gasolina, de xisto betuminoso. São muito ricas as nossas jazidas de xisto e as condições de exploração não são difíceis; por tudo isto, fica revelada mais esta fonte de combustível.

Já não vivemos diante de promessas, porém em face de realidades; no discurso com que se dirigiu à Nação no dia 1.º de maio do ano corrente, o presidente Getúlio Vargas adiantou que havíamos derrotado os negadores do petróleo. A vitória aí está, clara e insofismável; não virá longe o dia em que funcionarão no Brasil grandes destilarias e refinarias tirando do petróleo e do xisto brasileiro o combustível que será a independência de grande parte do nosso sistema de transportes, de nossas fábricas, promulgando mais esta pedra angular do nosso progresso, garantidora da existência econômica de uma grande riqueza brasileira.

Afora estes aspectos de importante problema do combustível, existem também as possibilidades do álcool motor; em entrevista aos jornais, o sr. Gileno Dé Carli, técnico do Instituto do Açúcar e do Alcool e chefe da Seção de Estudos Econômicos daquele organismo, teceu considerações a respeito do papel relevante que o álcool motor está assumindo nos destinos econômicos do país. A produção do nosso parque alcooleiro atinge hoje, já, a cifra de 700.000 litros diários.

Depois que foi estabelecida a restrição do consumo de gasolina podemos tomar como base de distribuição cerca de 400.000.000 de litros; já no ano de 1941 demos a consumo 76.000.000 de álcool anidro, não incluindo uma apreciável parcela de cerca de 20.000.000 de litros de álcool hidratado, consumidos como carburante, principalmente no nordeste. Se até então a solução do problema do combustível, por meio do álcool, não assumia grandes proporções, podemos no entanto assegurar que a partir de agora é que começaremos a ver e reconhecer a sua importância. Temos capacidade para produzir no ano industrial — de junho de 1942 a maio de 1943

— um volume de 150 milhões de litros de álcool anidro. E' bem verdade que a produção avoca outros problemas paralelos; não será lógico fazer por onde se produza se antes não se tiver determinado o consumo.

Na sua entrevista o sr. Gileno Dé Carli encara o assunto da seguinte maneira: "O volume de 76.000.000 de litros é resultante de uma grande parte do mel exausto da produção de açúcar e uma outra parte da transformação direta da cana, do mel rico ou do açúcar em álcool. Se prevalecer o mesmo esquema de fabricação de açúcar e álcool da safra de 1941-42, será atingido idêntico volume de álcool anidro. Exportamos 416.000 sacos de açúcar, que transformados em álcool — antes de fabricado o açúcar — dariam mais 16.600.000 de litros de álcool anidro. Teríamos alcançado 92 milhões de litros.

"Ora, as safras de cana não são muito superiores às do ano passado, porque tivemos no nordeste alguns meses de seca, em tempo de vital importância para um bom desenvolvimento da cana. Em Pernambuco, por exemplo, as safras não ultrapassarão o seu limite. As usinas que possuem destilarias, em relação ao mel exausto resultante da fabricação de açúcar, não poderão fabricar mais de 12.000.000 de litros de álcool anidro."

Assim comentando, pergunta o técnico do I. A. A.: "Será justo que Pernambuco, tendo em suas destilarias de álcool anidro — excluindo a grande destilaria Presidente Vargas, de 60.000 litros diários — uma capacidade de produção anual um pouco superior a 30 milhões de litros, fique adstrito àquele nível de doze milhões de litros, somente para que não haja redução na fabricação de açúcar?"

A resposta, segundo o sr. Gileno Dé Carli, reside em fabricar mais álcool em detrimento da fabricação do normal volume de açúcar. Um outro problema surgiria daí: a redução da fabricação de açúcar, que o próprio sr. Gileno Dé Carli traduz na seguinte frase: "As donas de casa terão que racionar os bolos e todas as guloseimas". Será esta no entanto a solução acertada?

REALIZA A BAÍA UM VASTO PLANO RODOVIÁRIO

A BAÍA tem um plano rodoviário traçado pelo atual governo do Estado e executado a partir de 1939 que prevê, em 10 anos de construções rodoviárias, a execução de nada menos de 6.261 quilômetros de estradas de classe, dos quais 1.086 já foram entregues ao tráfego, obedientes aos programas de 1939, 1940 e 1941; o Estado possui, ainda, uma rede fluvial navegável dos maiores do País, que ultrapassa os limites do Estado; conta com um sistema de estradas de ferro que, embora modesto, passará dentro em pouco, a ocupar lugar de destaque nos demonstrativos ferroviários em virtude de acordos firmados entre os governos estadual e da União; é favorecida pelo programa de construções rodoviárias do Governo Federal, que lhe aumentará a quilometragem de suas rodovias em 1.193 quilômetros, passando de 6.127 para 7.320; números esses que, adicionados à extensão anteriormente existente, provinda de administrações passadas, subirão para 8.922 quilômetros de estradas de classe, quando o plano estiver concluído. E isso sem contar o trabalho persistente, metódico e devotado dos Municípios, de construir rodovias inter-municipais, que dia a dia avoluma um acervo apreciável de quilômetros rodoviários.

Para que a Baía possa ter em 10 anos meia dúzia de milhares de quilômetros de extensão rodoviária tem o Governo desenvolvido, neste Estado, uma atividade administrativa e técnica excepcional, das que não encontram paralelo em toda a história da administração baiana.

Até o surgimento do Estado Nacional, a Baía não chegava a empregar em construções de estradas 3% de consignação orçamentária. Hoje, as consignações em orçamento para esse fim se elevam a uma média de 12% das receitas arrecadadas anualmente, tendo sido gastos, na construção desses mil e poucos quilômetros, postos em tráfego até o momento, a soma considerável de 35.000 contos de réis. O vulto da despesa não tende a fixar-se nesses números uma vez que o aumento gradativo da rede de transportes determina maior circulação de riqueza e, em consequência, melhores arrecadações para a Fazenda Pública o que significa elevação das dotações orçamentárias anuais para as construções rodoviárias, como já se vem observando. Exemplo claro está nos resultados apresentados pela Receita geral de 1941 que se elevou à soma de 153 mil contos, superando em 19 mil contos a receita prevista no orçamento do exercício.

Mas a ação construtiva do Governo, neste particular, que até então vinha se limitando apenas aos recursos orçamentários normais, foi impelida, pela carência imediata de estradas de rodagem, a ir mais além, a ultrapassar as dotações orçamentárias ainda insuficientes, a despeito de consideravelmente ampliadas e

recorrer ao crédito do Tesouro, hoje rehabilitado pela maneira honesta e rigorosa porque veem se conduzindo as finanças públicas. E, graças à recente operação de crédito realizada com a Caixa Econômica Federal, a Baía dispõe de um recurso extraordinário de 30.000 contos para rasgar caminhos no interior, duplicando assim a sua capacidade realizadora e tornando mais próximo o dia de poder realmente o Estado contar com uma rede de transportes eficiente, capaz de suprir as exigências do comércio e dos centros produtores de todo o Estado.

Concluindo o programa do ano anterior, os técnicos do governo, auxiliados pelas poderosas máquinas da patrulha mecânica rodoviária em ação permanente nos trabalhos de abertura de estradas no interior da Baía, já deram início à execução do programa de 1942. Este compreende um número elevado de construções rodoviárias, num total de 362 kms., em franco andamento.

Os trechos agora atacados compreendem 116 kms. na rodovia Santo Antônio de Jesús-Gandú (BA2), que ligarão o porto de Ilhéus à capital baiana em 1943; 56 kms. na rodovia Feira de Santana-Jabocina; 75 kms. na rodovia Cipó-Paulo Afonso, equivalentes ao último trecho que ligará a cidade de Geremoabo à cidade pernambucana de Belém, às margens das grandes cachoeiras; 67 kms. na rodovia Leste-Oeste, para alcançar Brumado e ligá-la à cidade de Conquista; e, finalmente, 46 kms. na estrada Itaberaba-Lençóis.

Além destas obras, figura no plano rodoviário para este exercício, o início da construção ou a conclusão de importantes obras de arte especiais, além das obras de arte correntes, como sejam a ponte de 146 metros sobre o rio Cachoeira, no Município de Itabuna; a ponte de 100 metros sobre o rio das Contas; a de 80 metros sobre o rio Gongogi; a de 80 metros sobre o rio Jacuípe; a de 100 metros sobre o rio Vasa Barris; a de 140 metros sobre o rio Itapicurú; a de 100 metros sobre o rio Jequiriçá; e a de 20 metros sobre o rio Dona.

No orçamento do Estado para o exercício de 1942, o Governo da Baía consignou a verba de 8.040:000\$000 para atender ao vulto destas construções que ainda contarão com o recurso extraordinário de 7.200:000\$000, do crédito especial aberto pelo decreto-lei n.º 12.179, de 19 de dezembro de 1941.

CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO DOS MARÍTIMOS

OS perigos da navegação atualmente exigem medidas que assegurem a regularidade dos transportes marítimos e vantagens ao pessoal nele empregado.

Aos tripulantes das embarcações nacionais será computado em dobro, quer para os efeitos da Legislação do Trabalho, quer para os previstos na Legislação Social, o tempo de serviço decorrido entre a data do início e da terminação de cada viagem, quando servirem a bordo de navios empregados nas linhas consideradas de risco agravado na forma do art. 7.º do decreto-lei n. 3.577 de 1-9-941.

Todo o pessoal marítimo a serviço das empresas nacionais de navegação que

mantenham linhas transoceânicas de grande e pequena cabotagem, está sujeito durante a vigência de seus contratos de trabalho aos preceitos disciplinares e penais aplicáveis aos militares e à jurisdição dos tribunais estabelecidos no decreto-lei n. 925 de 2-12-938.

O decreto-lei que assim estipula e que entrou em vigor no dia 30 de maio do corrente ano, data em que publicado no "Diário Oficial", recebeu o n. 4.350, de 30-5-942.

REGISTO DE RÁDIO DIFUSÃO

ENTROU em vigor no dia 27 de maio de 1942 o decreto-lei n. 4.338 de 25-5-942, dispondo sobre o registro de aparelhos de rádio difusão a que se refere o decreto-lei n. 2.979, de 23-1-941.

As repartições competentes só concederão licença para o trânsito de veículo em que haja instalado aparelho rádio-receptor mediante prova de pagamento da taxa de registro a que se refere o último decreto-lei citado.

TRANSPORTE PARA AS OLEAGINOSAS

NO momento em que as plantas oleaginosas brasileiras são objeto de especial atenção por parte do nosso governo e dos EE. UU., é oportuno destacar o principal problema que dificulta a sua exploração, necessitando, pois, de ser o mesmo imediatamente solucionado. Dessa forma, poderemos atender à grande procura dos mercados e beneficiar as populações dos Estados nortistas, onde possuímos a mais extraordinária reserva de palmeiras de acentuado valor econômico.

Segundo a opinião do diretor do Instituto Nacional de Óleos, prof. Joaquim Bertino, que acompanhou, recentemente, a missão de técnicos norte-americanos, em sua viagem pelas regiões produtoras de óleos vegetais — o maior aproveitamento dessa riqueza nativa depende, quase que exclusivamente do transporte. Referindo-se ao Maranhão e ao Piauí, dois Estados riquíssimos em plantas oleaginosas, o referido diretor do Ministério da Agricultura mostra-se convicto de que, se derem porto e transporte a essas unidades da Federação, notável surto de progresso será ali verificado, acrescentando que o Brasil saberá, por certo, aproveitar essa oportunidade incomparável para se firmar como uma das nações mais produtoras de substâncias oleíferas do mundo. Agindo desse modo, o nosso país terá prestado, também, formidável contribuição à causa da liberdade. E frisou que uma das cooperações maiores oferecidas aos EE. UU. será vender-lhes mais babaçu, óleos e gorduras, sobretudo para a obtenção da glicerina, visando o fabrico de explosivos.

O prof. Joaquim Bertino, que é um profundo conhecedor do problema oleífero brasileiro e americano, aconselha a realização de trabalhos de emergência para o aparelhamento dos portos de São Luiz e Amarração, das estradas de ferro e de rodagem, bem como a melhoria das companhias de vapores ou organização de novas.

Tais problemas já estão sendo devidamente estudados pelo governo brasileiro, por intermédio dos Ministérios da Agricultura, Fazenda e Viação. Os acordos que forem firmados definitivamente com os Estados Unidos farão, certamente, a melhor solução para a maior cooperação do Brasil nesse ramo.

Está visto que o problema oleífero, interessando a quase todos os Estados, exige uma solução geral, sem prejuízo dos interesses de cada unidade, em particular, quando não afetarem estes o plano de conjunto.

A ECONOMIA DO GASOGÊNIO

O GASOGÊNIO continua em evidência cada vez maior. A sua utilização, em mais larga escala, além de concorrer para solucionar o problema de combustíveis, é medida vantajosa, devido à economia que realiza, em condições de eficiência já satisfatória. O funcionamento de tais aparelhos vem sendo constantemente aperfeiçoado. A Comissão Nacional de Gasogênio está empenhada em melhorar cada vez mais os tipos lançados no mercados pelas fábricas particulares, sob a fiscalização do governo, bem como as adaptações, especialmente nos veículos. As marcas devidamente registradas na Comissão, oferecem garantia, havendo em perfeita articulação diária centenas de caminhões movidos a gás pobre. E resultados altamente animadores vão se registrando.

Ainda agora, a Comissão Nacional do Gasogênio comunicou ao Serviço de Informação Agrícola que a Cia. de Carros, Luz e Força do Rio de Janeiro está obtendo, nesse setor, vantagens compensadoras de seus esforços.

Colaborando com o governo, e trabalhando em seu próprio benefício, a "Light" já realizou, até fevereiro último, uma economia de 209 contos, com a instalação de 25 gasogênios em igual número de veículos de sua propriedade. Sendo 13 em caminhões de 4 toneladas, 10 em caminhões de 9 toneladas; 1 no "carro de solda", de 4 tons. e outro no carro guindaste, de 5 tons. todos da marca "Internacional".

Os 25 caminhões efetuaram aquela apreciável economia, percorrendo 494.814 quilômetros, num total de 23.516 horas. Gastaram, em média, 0,915 quilos de carvão por quilômetro, transportando o total de 90.409 toneladas de carga.

Informou o engenheiro Charles Barton, chefe do Departamento das oficinas e construtor do tipo "Light", que se fosse usada gasolina os caminhões teriam gasto 220.558 litros, no valor de 307 contos aproximadamente, a 1\$390 o litro. Queimando carvão ao preço médio de \$216 o quilo foram gastos somente 98 contos, ou seja menos 209 contos, que representam a economia realizada pela companhia.

Esses dados confirmam o êxito da campanha do governo e devem encorajar novas iniciativas, para a maior difusão do uso do gasogênio, visando a intensificação e o barateamento dos transportes. Assim poderemos obter os produtos agrícolas em maior abundância e por menores preços.

AUMENTO DO PREÇO DO COMBUSTÍVEL

O Conselho Nacional de Petróleo por solicitação dos importadores e atendendo aos aumentos havidos nos fretes internacionais, nos de cabotagem e nos seguros de guerra, aprovou tabelas de preços máximos de venda da gasolina comum ou álcool motor e querosene.

As tabelas são as seguintes:

GASOLINA COMUM OU ALCOOL MOTOR

(A Granel)

Preços de venda a vigorar nas cidades
Por litro

Belém.....	1\$550
Manáus.....	1\$970
São Luiz.....	1\$850
Parnaíba.....	1\$970
Fortaleza.....	1\$880
Recife.....	1\$430
Recife — Interior.....	1\$480
Natal.....	1\$740
João Pessoa.....	1\$580
Maceió.....	1\$740
Aracaju.....	1\$700
Distrito Federal.....	1\$460
Distrito Federal — interior.....	1\$510
Baía.....	1\$820
Vitória.....	1\$810
Belo Horizonte.....	1\$590
Paranaguá.....	1\$780
Curitiba.....	1\$860
Joinville.....	1\$840
Florianópolis.....	1\$830
Santos.....	1\$500
Santos — interior.....	1\$550
São Paulo.....	1\$530
São Paulo — interior.....	1\$580
Porto Alegre.....	1\$700
Pelotas.....	1\$700
Rio Grande.....	1\$750

Nota: — Nas localidades supridas pelas cidades acima mencionadas os preços serão acrescidos tão somente das despesas de transporte.

Nas localidades que possam ser supridas por mais de um dos centros de distribuição acima relacionados, prevalecerão sempre os preços que resultarem mais baixos.

QUEROZENE — GRANEL — TAMBORES

Preços de venda a vigorar nas cidades

Por litro

Belém.....	1\$080
Manáus.....	1\$470
São Luiz.....	1\$450
Parnaíba.....	1\$630
Fortaleza.....	1\$420
Recife.....	1\$080
Natal.....	1\$350
João Pessoa.....	1\$180
Maceió.....	1\$340
Aracaju.....	1\$420
Distrito Federal.....	1\$080
Baía.....	1\$350
Vitória.....	1\$350
Belo Horizonte.....	1\$220
Curitiba.....	1\$370
Santos.....	1\$090
São Paulo.....	1\$120
Porto Alegre.....	1\$230
Pelotas.....	1\$330
Rio Grande.....	1\$380

Nota: — Nas localidades supridas pelas cidades acima, os preços serão acrescidos da comissão de \$100 e despesas de transporte, exceto nas supridas por Pelotas e

Rio Grande, cujos preços serão acrescidos tão somente das despesas de transporte.

Nas localidades que possam ser supridas por mais de um dos centros de distribuição acima relacionados prevalecerão sempre os preços que resultarem mais baixos.

GASOLINA COMUM OU ALCOOL MOTOR E
QUEROZENE

(Em caixa de 37,85 litros)

CIDADES	Gasolina	Querosene
Belém.....	74\$700	60\$900
Fortaleza.....	83\$000	69\$600
Natal.....	78\$200	67\$166
João Pessoa.....	74\$800	63\$500
Maceió.....	77\$900	66\$800
Baía.....	80\$200	66\$800
Curitiba.....	84\$300	69\$600
Porto Alegre.....	77\$500	63\$700

Nota: — Nas localidades supridas pelas cidades acima, os preços serão acrescidos da comissão de 1\$200 por caixa e despesas de transporte.

CIDADES	Gasolina	Querosene
Recife.....	71\$900	60\$300
Distrito Federal.....	72\$200	59\$500
Belo Horizonte.....	79\$700	70\$800
Vitória.....	79\$700	66\$300
Santos.....	75\$700	62\$000
São Paulo.....	74\$100	60\$300
Joinville.....	80\$300	68\$600

Nota: — Nas localidades supridas pelas cidades acima, os preços serão acrescidos da comissão de 1\$500 por caixa e despesas de transporte.

CIDADES	Gasolina	Querosene
Manáus.....	87\$700	72\$300
São Luiz.....	83\$800	70\$800
Parnaíba.....	85\$200	72\$200
Aracaju.....	78\$100	67\$500
Paranaguá.....	82\$700	67\$900
Florianópolis.....	81\$900	67\$000
Pelotas.....	78\$800	65\$000
Rio Grande.....	80\$700	66\$900

Nota: — Nas localidades supridas pelas cidades acima, os preços serão acrescidos tão somente das despesas de transporte.

Nota geral: — Nas localidades que possam ser supridas por mais de um dos centros de distribuição acima relacionados prevalecerão sempre os preços que resultarem mais baixos. Quando a venda for feita somente em latas, far-se-á um desconto de: 6\$500, 5\$600, 4\$750, 4\$200 e 2\$300, respectivamente, nas cidades abastecidas por Belém, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

O GASOGÊNIO NO ESPÍRITO
SANTO

O CORRESPONDENTE do Ministério da Agricultura em Vitória comunicou que a Secção de Fomento Agrícola Federal, executora do acôrdo com o governo do Estado, mantem vários veículos a gasogênio, dando os melhores resultados. A aludida Secção tem feito excelente propaganda do gasogênio. Ainda recentemente, um de seus caminhões realizou várias demonstrações no sul do Espírito Santo, especialmente em Cachoeiro de Itapemerim. Informou ainda o correspondente ser enorme o interesse pela aquisição de tais aparelhos, principalmente agora, devido à escassez da gasolina.

RACIONAMENTO DE AUTOMÓVEIS
E CAMINHÕES

COM a adaptação de toda a indústria norte-americana para produção de material de guerra, ficou suspensa assim a fabricação de automóveis para uso civil. Portanto, ficaram os mercados sujeitos aos stocks existentes em seus países e nos Estados Unidos.

Em face da falta de veículos e acessórios, tomou o governo brasileiro a medida de proibir a exportação e reexportação para o estrangeiro de veículos a motor e seus acessórios e pertences.

Acontece que os Estados Unidos resolveram adotar o regime de racionamento para atender às suas necessidades e das repúblicas americanas, estudando um plano de colaboração entre todos os países. Pelo plano estudado, onde existir fábricas de montagem de veículos, serão enviados carros desmontados para atender também às necessidades dos países vizinhos que não possuam essas fábricas.

Em vista disso, o governo brasileiro, conhecedor de suas obrigações assumidas e da necessidade de colaborar com os países vizinhos e amigos, estabeleceu, pelo Decreto-Lei n. 4.272, de 14-4-942, publicado no *Diário Oficial* do dia 20 do mesmo mês e ano, o racionamento para venda de automóveis e caminhões em todo o território nacional, assegurando preferência de aquisição às indústrias essenciais, especialmente as que produzem material estratégico.

Por este decreto-lei os países do Continente americano que não possuam fábricas de montagem, será permitida a exportação de automóveis e caminhões montados no Brasil com peças importadas dos Estados Unidos.

E' concedida também isenção ampla de impostos, direitos e taxas que incidam sobre a importação direta de peças de produção norte-americana utilizadas na montagem dos automóveis e caminhões exportados, bem como assegurada a não imposição de quaisquer impostos, direitos ou taxas sobre as exportações de veículos montados no Brasil.

O sistema de racionamento a ser feito foi entregue à Carteira de Exportação e Importação que expedirá as licenças de exportação e certificará sobre os favores de isenção ou restituição dos impostos, direitos e taxas que já tiverem pago as fábricas de montagem.

Coube ainda à Carteira de Exportação e Importação expedir as instruções para aplicação dessas normas, depois de aprovadas pelo ministro da Fazenda.

MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PORTOS GAÚCHOS

O ESTADO do Rio Grande do Sul ocupa geograficamente o extremo sul do Brasil, achando-se, portanto, os seus portos muito próximos e servindo também de ponto de ligação comercial com os portos de Montevideu e Buenos Aires. E para que estejam os portos gaúchos à altura da importância que exercem em nosso comércio com os portos platinos, necessitam de organizações adequadas.

Reconhecendo a eficiente administração do governo do Rio Grande do Sul esta necessidade, enviou o administrador do porto da capital e o diretor da Contabilidade do mesmo porto visitar as repúblicas platinas para observar as suas organizações portuárias e estudar as causas do intercâmbio do Estado através do Uruguai.

O programa de estudos traçado era sugerir as medidas de ordem técnica, retificativas ou ampliadoras, que se fizessem necessárias ante os imperativos dos portos gaúchos, como também conhecer e estudar os métodos de trabalho dos referidos portos, propondo as medidas e normas aproveitáveis na racionalização dos portos gaúchos, e determinar as causas do trânsito da importação e exportação gaúcha por aqueles portos, sugerindo medidas econômicas capazes de atrair, tanto quanto possível, as mercadorias do Estado sulino aos seus próprios portos.

Nos portos de Buenos Aires e Montevideu foram feitos estudos sobre a administração, serviços e tarifas, instalações portuárias e movimento econômico-financeiro, baseados em dados e estatísticas oficiais dos respectivos países.

No mês passado foi apresentado ao interventor no Rio Grande do Sul o relatório referente aos estudos empreendidos pelos altos funcionários que foram designados para esse fim, onde se pode ver a análise feita nos portos platinos; as medidas aconselhadas para evitar a saída irregular dos produtos brasileiros para Rivera no Uruguai que fica em frente ao nosso município de Livramento; medidas aconselhadas também para atrair a navegação de longo curso; para facilitar o trânsito pelos portos; para ampliar os serviços portuários.

A medida aconselhada para evitar saída irregular de mercadorias pela fronteira é a seguinte: "Congregando-se a ação fiscal, para maior eficiência, principalmente nas fronteiras, onde se faz necessário, conviria fosse exigido, como medida de caráter geral, que se anexasse ao despacho estadual para o estrangeiro, uma das vias, devidamente autenticada, do despacho aduaneiro processado na repartição federal. Essa medida não só visaria reduzir as possibilidades das sonegações, como viria sanar as consideráveis divergências que comumente ocorrem entre os resultados acusados pelas estatísticas estadual e federal, quer em peso, quer em valor."

Caso essa medida não surtisse efeito, foi sugerido ainda controle sobre os produtos da pecuária, madeiras e fumos, em que mais se acentuam as sonegações.

Para atrair a navegação de longo curso foi sugerida a divisão por dois do imposto a que tem de pagar o navio estrangeiro, para ser cobrado por metade em todos os portos em que escalasse a embarcação, voltando assim à forma anterior.

A forma antiga da cobrança do imposto, de cem mil réis, era exigida em todos os

portos que fossem escalados os navios, ao passo que atualmente está fixado em um conto e seiscentos mil réis e nele incide o navio de dois em dois portos de escala, sendo pago no primeiro de cada grupo. Com isto acontece que o imposto incide num porto de menor importância comercial em benefício de um outro mais movimentado, que melhor poderia suportá-lo. Assim a navegação estrangeira prefere escalar os portos de maior movimento em que o volume de carga possa contrabalançar a despesa do imposto. Daí andar acertada a medida aconselhada para voltar ao sistema anterior, que é a divisão do imposto de farol.

A medida aconselhada para facilitar o trânsito pelos portos é a revisão das tarifas portuárias. Diz o relatório: "Pelo confronto de tarifas com os portos platinos, verifica-se que as taxas de armazenagem são menores em nossos portos do que em Montevideu, mas menores também os prazos de estada livre e a extensão do tempo que as taxas compreendem, com a agravante da armazenagem ser ali contada da data do vencimento de estada livre, enquanto que aqui o é da data da entrada da mercadoria. Como a exportação tem trato preferencial no intercâmbio, é justamente nesta parte que mais se acentua a necessidade de serem alteradas as nossas tarifas, permitindo maior liberalidade no tocante à estada da mercadoria."

Quanto à ampliação dos serviços portuários, as medidas aconselhadas são: expurgo e imunizações de cereais.

Como diz o relatório, foi observado que os portos argentinos não fazem esses serviços nem existem estabelecimentos oficiais ou particulares que dos mesmos se encarreguem. No Rio Grande do Sul os referidos serviços só se operam, comumente com o feijão, e costumam ser feitos pelo exportador, em seus próprios estabelecimentos, ou em outros particulares que de tal se encarreguem especialmente. Se tais serviços fossem reunidos nos portos, resultaria maior aproveitamento de despesa em relação à forma dispersiva em que ora se encontram, o que concorreria grandemente para a possibilidade de preços inferiores aos que atualmente se verificam.

Estas foram, em síntese, as medidas necessárias que precisam ser tomadas para maior desenvolvimento dos portos gaúchos que foram propostas pelo dr. Mario da Mata e o sr. Pedro Teixeira Filho, respectivamente administrador do Porto de Porto Alegre e diretor da Contabilidade do mesmo porto.

RESOLVIDO O TRANSPORTE DE PETRÓLEO PERUANO PARA O BRASIL

EM nosso último número registamos, nesta secção, a viagem do presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de adquirir rebocadores e navios destinados ao transporte de petróleo peruano para o Brasil, através do rio Amazonas.

A medida em apêço é de suma importância para o Brasil, uma vez que os Estados Unidos, empenhados, como estão, numa luta tremenda em prol da sobrevivência dos mais belos princípios humanos, poderão, de um momento para outro, ver-se na iminência de suspender a remessa de ouro preto, não somente para o nosso país, como também para as demais nações americanas.

Louvável, pois, o interesse de nosso governo, dispensado ao caso, providenciando a respeito de sua resolução, antes que a realidade, num futuro próximo, se nos apresente em cores negras.

Agora, com satisfação, podemos anunciar o êxito da viagem do sr. Manoel Ferreira Guimarães à grande nação americana. De fato, conseguimos as nossas pretensões relativamente ao transporte de petróleo peruano para o Brasil. Conforme declarações do presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro feitas à imprensa, logo após o seu regresso, foram adquiridos na América do Norte, com aquela finalidade, oito rebocadores e dezesseis chatas-tanques, os quais custaram, em moeda brasileira, cerca de 22 mil contos.

Fica, assim, resolvido um problema importante da nossa vida interna, pois, livres dos submarinos totalitários que impetam os oceanos, desencadeando uma luta de morte contra a navegação de todos os povos livres, as unidades recém-adquiridas nos Estados Unidos, suprimindo a falta de navios petroleiros, realizarão o transporte do petróleo peruano para o Brasil, através do Rio Amazonas.

O GASOGÊNIO EM EVIDÊNCIA

COM o racionamento da gasolina, cada vez mais se evidencia o gasogênio, pois que uma das maiores preocupações atuais é o combustível indispensável aos caminhões que transportam mercadorias necessárias à subsistência das populações urbanas.

A campanha do gasogênio, iniciada pelo sr. Fernando Costa, quando ainda ministro da Agricultura, honra seja feita, foi de grande visão, pois naturalmente já previa o atual interventor em São Paulo a falta de combustível necessário ao nosso país, que se está verificando agora.

Assim, só hoje estamos dando maior importância ao gasogênio, e as empresas que ouviram os conselhos dados, estão, atualmente, em melhor situação que as outras.

A Comissão Nacional de Gasogênio vem trabalhando ativamente para maior divulgação e aperfeiçoamento dos aparelhos de gasogênio, existindo em articulação diária centenas de caminhões movidos a gás pobre, com resultados altamente animadores.

Comunicou agora a Comissão que a Cia. de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro está obtendo, nesse setor, vantagens compensadoras de seus esforços e previdência.

A "Light" já realizou, até fevereiro último, uma economia de 209 contos.

CASPA - QUÉDA DOS CABELOS - CALVICIE
JUVENTUDE ALEXANDRE
ELIMINA A CASPA, EVITA A CALVICIE

SEGUROS PRIVADOS E SOCIAIS

Seguros Agrícolas

NADA mais louvável que se instituíam, em favor daqueles que invertem pequeno ou grande capital na agricultura, medidas capazes de assegurarem o seu esforço e o seu dinheiro, em jogo numa causa nacional — o desenvolvimento da nossa produção agrícola. Não é de hoje, aliás, que as nossas autoridades se interessam para dispensar o máximo de proteção aos que se dedicam à vida do campo. Em 1932, quando se tratou de dar melhor organização ao cooperativismo brasileiro, o seguro agrícola não foi esquecido. Posteriormente, outro decreto federal voltou a falar na sua instituição. Mas somente agora, parece, pretende o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura resolver, em definitivo, a questão, designando técnico para elaborar ante-projeto de lei sobre seguros agrícolas.

Aproveitando as declarações que o encarregado de tal missão fez à imprensa, queremos externar, aqui, o nosso pensamento sobre a medida que muito beneficiará o agricultor nacional.

O seguro agrícola, antes de tudo, é um grande incentivo para que os mais tímidos nas grandes empresas campestres se resolvam a realizá-las, certos que estão de, no caso de qualquer imprevisto, recuperarem as energias perdidas e o capital empregado. Essa finalidade, incontestavelmente é o movel principal da legalização do seguro agrícola nos países que, como o nosso, têm uma base econômica firmada na agricultura, a qual, por isso mesmo, merece a devida atenção.

Não são poucos os males que, de vez por outra, causam destruições de safras de produtos que pesam em o nosso comércio, deixando os seus proprietários desanimados da vida agrícola e com prejuízos, pequenos ou grandes, mas com prejuízos que desequilibram o seu modo de viver. Não há culpados, foram acidentes naturais, os provocadores da destruição, assim como, por vezes, acidentes naturais contribuem para excelentes resultados do plantio. Mas o que, certamente, causa apreensões, não somente ao agricultor prejudicado, mas a quem se dedica aos assuntos de previdência em geral, é a falta de um meio a que recorrer o proprietário de qualquer cultivo, quando enxerga as probabilidades de um desastre inevitável para a safra próxima, oportunidade em que esperava algum lucro, como recompensa à sua energia dispendida. E esta realidade, triste para o Brasil, país ainda essencialmente agrícola, perdura até o presente, quando as nossas autoridades, de uma vez para sempre, estão procurando solucioná-la.

Talvez atenuando esse mal, encontraremos uma ou duas entidades que se propõem efetivar seguros agrícolas, em todo o país. São órgãos constituídos com essa finalidade, mas que ainda não atingiram ao estágio exigido para que os seus benefícios sejam proporcionados aos interessados. Podemos, deste modo, dizer, que não há seguro especial para a agricultura, no Brasil. Considerando, no entanto, determinados produtos e certos acidentes naturais, é justo reconheçamos alguns passos dados nos últimos tempos. São Paulo, desde 1939, instituiu — e tem colhido os melhores resultados — o seguro obrigatório do algodão, prejudicável pelos efeitos do granizo. Também já se cogita, ali, do seguro contra a geada. E de modo geral, ouve-se falar em proteger o nosso agricultor da ação nefasta das pragas de gafanhotos. São me-

diadas que merecem aplausos mas que se devem generalizar, obrigatoriamente, afim de favorecer o desenvolvimento de nossa agricultura.

O Serviço de Economia Rural tem como um de seus objetivos regimentais resolver o sério problema dos seguros agro-pecuários no Brasil. E pelas declarações de seu novo diretor, a questão está sendo encarada com o devido respeito e será resolvida por lei, dentro em pouco, estando já em plena elaboração um ante-projeto. Certos fatores serão considerados, afim de não serem frustrados os resultados daquilo que, realmente se procura obter. Várias causas que, na opinião dos entendidos, influem na constituição de seguros desta natureza, serão objeto de estudos, porque decidem na avaliação dos riscos, e, conseqüentemente, sobre os prêmios.

Aguardemos, assim, que o Ministério da Agricultura resolva mais este problema de interesse cabal para a nossa lavoura. Será mais uma garantia que se estende ao agricultor nacional — garantia justa e por isso mesmo merecida.

COMÉRCIO DE SEGUROS NA ARGENTINA

HA' pouco defendemos a necessidade de ser unificada, no Brasil, a legislação sobre seguros, em lei especial, aproveitando o momento presente, em que as nossas leis básicas sofrem reformas indispensáveis. Fizemos a defesa deste nosso ponto de vista com a argumentação que julgamos conveniente e que nos parecia mais lógica.

Agora, na Argentina, pleiteiam a mesma coisa. Segundo depreendemos, na edição de abril, da excelente revista "Acción Económica" que circula na capital portenha, chegou a ocasião de se estabelecer, naquele país, uma legislação orgânica para o comércio de seguros. O articulista desenvolvendo o seu modo de pensar a respeito do caso, passa em revista a situação dos seguros na Argentina, de 1910 a 1933, acentuando as variações sofridas, determinadas por cir-

cunstâncias diversas. Rememora, também, uma passagem idêntica à que existe na história dos nossos seguros: o Código mercantil de seu país, que não mais corresponde à realidade, constitui, ainda, a principal lei seguradora argentina, apenas alterada, em muitas partes, por uma complexa legislação esparsa posterior. Caso análogo ao nosso.

E' verdade que, na Argentina, algumas tentativas já têm sido feitas, com aquela finalidade. Morrem, porém, nos projetos, por motivos que, conforme o articulista "no es del caso enumerar aquí". As ponderações com que "Acción Económica" desenvolve a tese são, no entanto, indestrutíveis.

O seguro surgiu do "estado de insegurança" que ameaça a situação econômica dos homens, que procuraram um meio de resguardá-la. Daí resultam as sociedades que se destinam a efetivar o comércio de seguros, responsabilizando-se pelos prejuízos sofridos, em determinadas circunstancias, pelos assegurados. Tais sociedades, incontestavelmente, cumprem um valioso serviço social, mas, para que se imponham perante todos, é indispensável que se apresentem dotados de um elemento: a confiança. E este elemento confiança somente pôde resultar de uma atitude do poder público, legislando, de modo orgânico, sobre comércio de riscos e fiscalizando as atividades dos asseguradores. Daí a necessidade de ser reformada a legislação seguradora argentina.

SEGURO PARA PROFESSORES

UM caso digno de nota verificou-se, recentemente, com a consulta que o Departamento Nacional de Ensino dirigiu ao Ministério do Trabalho, no sentido de esclarecer se os estabelecimentos de ensino secundário são obrigados a segurar os seus professores contra os acidentes de trabalho.

Sugeriu a pergunta o fato de um Inspetor de Ensino interessar-se por saber qual a realidade sobre o assunto e de ter obtido informação favorável de um Técnico de Educação.

O Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, fazendo ponderações sobre a interrogação suscitada no setor educativo, logo de início manifestou-se favorável ao que fôra resolvido pelo Técnico de Educação, fazendo, apenas, algumas ressalvas.

Relativamente ao professor particular, para efeito de proteção em caso de acidentes de trabalho, são eles equiparados aos empregados no comércio, de acordo com o previsto no decreto-lei 2.028, de 22 de fevereiro de 1940.

Conclui o Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, no seu parecer sobre o caso, que os proprietários dos estabelecimentos de ensino, particular ou seus empregadores, devem segurar os

professores que lhes prestam serviços, excetuando, em virtude de prescrição legal, aqueles que percebiam vencimentos mensais superiores a um conto de réis.

Fica resolvida, dêste modo, uma dúvida, felizmente favorável aos que ensinam.

NACIONALIDADE DOS ACIONISTAS DAS COMPANHIAS DE SEGURO

A PORTARIA SC-820, de 12 de maio de 1942, do sr. Ministro do Trabalho apresenta-se de suma importância para aqueles que tratam de negócios nas companhias de seguro: é que ela determina as regras necessárias para a prova de nacionalidade dos acionistas das várias companhias.

A medida agora tratada em portaria ministerial encontra os seus fundamentos em legislação anterior. O decreto-lei n. 2.063, de 7 de março de 1940, regulamentando, sob novos moldes, as operações de seguros privados e sua fiscalização, dispôs sobre o fato do capital das sociedades anônimas pertencerem, em sua totalidade, a pessoas físicas brasileiras. Dispôs ainda o mesmo decreto-lei que a prova da nacionalidade será arquivada na sede da sociedade. Também o decreto n. 2.627, de 1940, se refere à nacionalidade dos acionistas das companhias de seguros, nacionalidade que, para ficar comprovada, necessitava de determinações emanadas do titular do Trabalho.

Agora, em obediência ao que estava sendo exigido, foram fixadas as condições, que são: a) transferência das ações nos livros das empresas de seguros somente se fará depois de apresentada a prova da nacionalidade brasileira; b) o documento ficará arquivado na referida sede; c) são admissíveis, como prova de nacionalidade, os seguintes documentos: para os nascidos antes do registro civil — 1) certidão de batismo; 2) justificção judicial; 3) prova de nomeação e exercício de funções que exijam a nacionalidade brasileira. Para os nascidos depois de instituído o registro civil — 1) certidão do registro civil de nascimento ou casamento; 2) caderneta militar; 3) carteira de identidade; 4) prova de nomeação e exercício de cargo público. Para os estrangeiros que obtiveram a nacionalidade de brasileiro de acordo com o prescrito no artigo 69, números 4 e 8, da Constituição de 1891, será exigido o título declaratório de nacionalidade e para os que são naturalizados brasileiros, o título de naturalização. Outras provas poderão ser admitidas além das mencionadas, que são as exigidas no Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, para prova de nacionalidade brasileira.

Reveste-se, pois, de grande interesse esta recente portaria do Ministro do Trabalho.

SEGURO DE GUERRA INSTITUÍDO PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ

COMO consequência da guerra, a dificuldade dos transportes veio determinar alteração profunda no ritmo das nossas exportações, que passaram a ser

feitas, em virtude dos riscos a que se expõem, devidamente seguradas. Acontece, entretanto, que dia a dia, o próprio desenrolar dos acontecimentos exige que as companhias seguradoras cobrem taxas cada vez mais elevadas, quando se trata de mercadorias que se destinam ao exterior, por via marítima. E essa demasia na cobrança das taxas de seguro determinou, por parte da autarquia que controla os negócios do café, no Brasil, e em favor dos nossos comerciantes desse produto, a instituição de um serviço de seguros. Isto já há algum tempo.

Agora, com a publicação do relatório anual do D. N. C. vemos que a deliberação contra os riscos a que se sujei-



BÔA Apparencia

Gillette
BLUE
BLADES

King Gillette

LAMINA
GILLETTE AZUL

88

ta o café exportado está francamente vitoriosa. Nada menos de meio milhão de sacas representam as coberturas contra riscos, solicitadas ao Departamento Nacional do Café, o que vem atestar a bôa compreensão da medida, por parte dos nossos exportadores da rubiácea.

A instituição do seguro em benefício do café, organizado pela própria entidade que o controla, além dos prejuízos que evita à nossa economia tem essa alta finalidade, aliás expressa no relatório aludido: fazer com que o café brasileiro não deixe de ser exportado para o mundo, apesar dos riscos. Isto, aliás, é o que se tem verificado, motivo pelo qual a medida adotada pelo D. N. C. merece a maior consideração.

FILHAS ADULTERINAS EM FACE DOS SEGUROS

A CÔRTE de Apelação do Estado de São Paulo, em julgado de importância para os meios seguradores, decidiu uma questão de grande interesse prático, principalmente pelo fato do julgado apresentar um cunho relativamente original.

Trata-se do caso em que uma concubina de segurado pretende que não sejam anuladas as cláusulas beneficiárias das apólices de seguro instituídas a seu favor, e, na sua falta, a favor de sua filha, sob o ponto de vista legal considerada adulterina. Na primeira instância, a concubina conformando-se com a sua sorte convenceu-se de que nenhum direito possuía sobre as apólices; mas em relação à sua filha o seu modo de pensar manteve-se diverso: alegou os seus direitos, baseada nas cláusulas, e persistiu no seu ponto de vista, convicta de que sua filha, apesar de adulterina, era a possuidora legítima das apólices.

Ora, é caso previsto em lei que qualquer liberalidade feita pelo marido ao seu cúmplice é passível de anulação. E o artigo 1.474 do Código Civil tratando da liberalidade que pode haver em favor do beneficiário, não permite que este seja uma daquelas pessoas que não podem receber doações.

A Côrte de Apelação de São Paulo julgando o caso do modo mais lógico possível argumentou que a liberalidade à concubina pôde ser feita diretamente, ou mediante a interposição de uma terceira pessoa, que age malevolamente. É o caso em apêço. Se a filha adulterina fosse beneficiada, implicitamente, presume-se que sua mãe — concubina do falecido — também o seria, porque laços morais e humanos indissolúveis aí se acham em jogo. Nada mais justo, pois, que fosse negado o que a concubina solicitou em favor de sua filha, dando-se razão à verdadeira mulher do falecido. Foi assim que procedeu a mais alta Côrte de Justiça de São Paulo.

SEGURO INVALIDEZ

A CÂMARA de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho, apreciando um caso de recurso originado de uma decisão da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Leopoldina Railway, decidiu que o pagamento da aposentadoria deve ser feita desde a data do desligamento do segurado do serviço da empresa.

Reformando, assim, a decisão proferida pela Caixa, fixou e ratificou aquela alta Câmara um princípio que muito virá beneficiar o associado das instituições de previdência social, cuja morosidade na concessão dos seguros constitui um grave inconveniente já muitas vezes ressaltado por seus próprios dirigentes.

Essa decisão veio assim trazer maior assistência aos associados dos institutos de previdência social.

BANCOS & MOEDAS

Taxas de Desconto nos principais Bancos Emissores

EM razão direta do alastramento da guerra, vê-se o mundo às voltas com um fenómeno de particular interesse: como que caiu sobre os mercados uma inundação de dinheiro, canalizado por mãos de particulares; a transposição de fundos, de país a país, na progressão em que os mesmos iam sendo envolvidos pelo conflito, a paralização de indústrias e negócios, o deslocamento de intermediários, tudo isto reunido forjou o fenómeno que tentaremos fixar nestas linhas com alguns dados. O fato, em si, é que somente o Estado, na quase totalidade das nações, pode investir nas suas maciças despesas, porém fazendo-o voltar às mãos particulares por meio de salários e pagamento de compras, o dinheiro que os próprios particulares não tem onde nem em que gastar.

A observação, é preciso que se diga, afeta particularmente a Europa.

E' bem verdade que, para muitos países, a realidade aqui evidenciada chegou antes da guerra na sua caracterização de luta; é que o esforço latente, da preparação para a guerra, criava os caminhos para tal coisa. A preparação produtiva das hostilidades, a luta econômica, o controle dos câmbios e do comércio externo, a restrição surda e metódica do consumo, dentre outras consequências, criava o clima propício para tal subversão de valores.

Já em 1935, há sete anos, por conseguinte, a taxa de desconto do Banco emissor da Índia inglesa desceu de 3,5 para 3%; na Iugoslávia, de 6,5 para 5%; na Escócia de 5 para 4,5%. No ano seguinte realizava-se a mesma operação nos bancos nacionais da Argentina, do Chile, da Itália e do Japão sendo de notar que nestes dois últimos, respectivamente, de 5 para 4,5 e de 3,6 para 3,2%.

Em 1940 houve a generalização do movimento. Sob o influxo direto da guerra detremia-se o circuito monetário intenso e o aumento da circulação fiduciária, com agravamento de impostos, concentração de disponibilidades produtivas sob as ordens do Estado. Bancos nacionais de diversos países tiveram que alargar a sua liquidabilidade e tomar a seu cargo a nacionalização de valores dos seus compatriotas que estavam no estrangeiro e que a guerra obrigou a regressar, carregando, sempre que possível, os seus capitais. Nos países que por esta altura já se encontravam empenhados na luta, participando ativamente do conflito, a técnica do financiamento das despesas do Estado levou os bancos emissores a pôr em circulação valores muito mais elevados, para facilitar o circuito de capitais e tornar possível o resgate de serviços e matérias exigidas pela luta.

Vimos então a Alemanha baixar a taxa de desconto do Reichsbank de 4 para 3,5% em abril de 1940; a Bélgica de 2 1/2 para 2%; a Bulgária de 5,5 para 5%; a Dinamarca de 4,5 para 4%; a Hungria de 4 para 3%; a Noruega de 4,5 para 3%; a Letônia de 4,5 para 4%; o Perú de 6 para 5%; a România de 3,5 para 3%.

Em 1941 o fenómeno continua na sua acentuação progressiva e a medida passa a entrar em vigor por parte de muitos países que até então haviam hesitado em esposá-la.

Na França, por exemplo, a queda foi de maneira extraordinária; a abundância de dinheiro que havia no Banco de França contrastava com a penúria, a au-

sência, mesmo, de artigos de consumo nos mercados; em março de 1941, por decreto do Ministro das Finanças, a taxa passou de 2 para 1,72%, a mais baixa até hoje verificada na Europa, excetuando a Suíça, onde é de 1,5%, mas onde tal limitação é presidida por outras coisas perfeitamente lógicas. Na Espanha, embora sem aprovação oficial, foi tomada medida idêntica, baixando de 4,5 para 4%.

Assim, os países que ainda mantêm elevada suas taxas de desconto nos bancos emissores, são a Bulgária, a Estônia, a Itália, a Iugoslávia, a Letônia, a Turquia e Portugal. Os que as conservam em percentagem mais baixa, atualmente, são os Estados Unidos, com 1% — desde agosto de 1937 — a França, a Suíça.

Em Portugal, a taxa de desconto do banco emissor desceu de 4,25 para 4% quanto ao desconto direto e de 3,75 para 3,5% quanto ao redesconto em 31 de março do ano passado. A circulação fiduciária, em Portugal, porém, tem aumentado sensivelmente, como já temos tido oportunidade de acentuar em diversos comentários publicados aqui em "Bancos & Moedas", tendo mesmo forçado o governo a emitir, para absorver parte das disponibilidades monetárias em excesso no mercado, um empréstimo com juros relativamente baixo.

SÊLO POR VERBA BANCÁRIA

O DIRETOR das Rendas Internas do Tesouro Nacional, usando a atribuição que lhe confere o artigo 54 do decreto-lei n. 4.274, de 17 de abril do ano corrente (Lei do Sêlo) baixou as seguintes instruções a respeito do pagamento do sêlo por verba bancária:

1 — Pagam sêlo por verba bancária, como decorrentes que são de operações de Compra de câmbio por estabelecimentos bancários autorizados a operar em câmbio:

a) — Os contratos de compra e venda de câmbio, em que ditos estabelecimentos forem compradores; b) — as listas diárias das operações de compra da moeda estrangeira, pelos mesmos estabeleci-

mentos, no câmbio manual; c) — as fichas de contabilidade relativas a lançamentos que acarretem a liquidação de compra de câmbio feita pelos ditos estabelecimentos, nos casos de liquidação não discriminados nesta circular. Para fins de fiscalização essas fichas deverão ser numeradas e colecionadas pelos referidos estabelecimentos.

Observação — No cumprimento deste item 1 deve-se ter em vista as isenções expressas na lei do sêlo.

2 — Pagam sêlo por verba bancária, nos termos do art. 26 inciso 2.º, da Lei do Sêlo, ou ainda, por decorrentes que são de operações de venda de câmbio por estabelecimentos bancários autorizados a operar em câmbio (cit. art. 26, 1.º):

a) — Os contratos de compra e venda de câmbio em que ditos estabelecimentos forem vendedores; b) — os saques, cheques, ordens e mais documentos emitidos ou expedidos pelos estabelecimentos bancários vendedores do câmbio, em cumprimento aos respectivos contratos; c) — os saques girados do exterior contra os importadores; d) — as listas diárias das operações de venda da moeda estrangeira pelos estabelecimentos bancários, no câmbio manual; e) — os saques (letras de câmbio, cheques ou outros papéis equivalentes) girados do exterior para cobrança a cargo dos estabelecimentos bancários, não compreendidos na letra "o" deste item; f) — as fichas de contabilidade relativas a lançamentos que acarretem a liquidação de venda de câmbio pelos estabelecimentos bancários, nos casos de liquidação não discriminados nesta circular. Para fins de fiscalização essas fichas deverão ser numeradas e colecionadas pelos referidos estabelecimentos.

Observação — No cumprimento deste item 2 deve-se ter em vista as isenções expressas na lei do sêlo.

3 — Nos contratos de compra e venda de câmbio efetuados entre estabelecimentos bancários, o pagamento do sêlo, por verba bancária é feito pelo estabelecimento vendedor (Tabela art. 39, nota 4.ª).

4 — Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 3.º e 4.º do art. 30 das Normas Gerais da Lei do Sêlo, o registro da arrecadação do sêlo devido no livro da Verba Bancária deverá ser feito:

a) — Quanto aos papéis mencionados nas letras "a" e "c" do item 1 e nas letras "a", "c", "e" e "f" do item 2 desta circular, deverão esses papéis ser lançados um por um, no dito livro, pela importância do imposto devido; b) — quanto às listas diárias referidas na letra "b" do item 1 e na letra "d" do item 2, deverão elas ser lançadas uma a uma, no livro da Verba, pelos totais, delas constantes, do imposto devido. Nessas listas diárias continuará a ser discriminada a importância do imposto devido em cada papel nelas registrado; c) — quanto aos papéis enumerados na letra "b" do item 2 desta circular deverão

BANCO MINEIRO DA PRODUÇÃO, S. A.

FUNDADO EM 1934 — (CARTA PATENTE N. 1.405)

Matriz: BELO HORIZONTE — Praça Sete de Setembro
Filial: RIO DE JANEIRO — Rua Visconde de Inhauma, 39

BALANCETE EM 31 DE MAIO DE 1942
(MATRIZ, FILIAL E AGÊNCIAS)

A T I V O				P A S S I V O			
VALORES ESTÁVEIS				VALORES NÃO EXIGÍVEIS			
Despesas de Instalação	480:187\$7			Capital	50.000:000\$0		
Móveis e Utensílios	2.135:939\$0			Fundo de Reserva	2.625:269\$2		
Imóveis	3.554:296\$7	6.148:423\$4		Fundo de Depreciação	275:889\$1		
				Lucros em Suspensão	1.028:758\$7	53.929:917\$0	
VALORES DISPONÍVEIS				VALORES EXIGÍVEIS			
Caixa — em dinheiro e depositado em outros Bancos	59.914:572\$4			A Curto Prazo			
Estampilhas	141:974\$4	40.056:546\$8		C/Correntes Movimento	25.974:610\$9		
Correspondentes	3.952:205\$6	44.008:752\$4		C/Correntes Limitadas	46.295:561\$1		
VALORES REALIZÁVEIS				C/Correntes Populares	35.285:906\$4		
A Curto Prazo				C/Correntes Sem Juros	1.722:445\$0		
Apólices Federais e Estaduais	692:650\$9			Correspondentes	4.451:887\$6		
Carteira Agrícola				Dividendos	50\$0	113.730:461\$0	
Títulos Descontados	73.903:039\$2			A Longo Prazo			
Emp. C/Correntes	6.960:495\$5	80.863:554\$5		Depósitos a Prazo Fixo	81.756:803\$9	195.487:264\$9	
Carteira Comercial				CONTAS TRANSITÓRIAS			
Títulos Descontados	63.235:468\$4			Filial e Agências	178.135:395\$4		
Emp. C/Correntes	33.306:355\$0			Diversas Contas	14.560:884\$5	192.696:279\$7	
Coop. Agríc. de Guaxupé — c/caução	348:045\$4	96.889:848\$8	178.446:034\$2	Soma		442.113:461\$6	
A Longo Prazo				CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Empréstimos Hipotecários	1.918:585\$0			Garantias Hipotecárias	6.467:900\$0		
Empréstimos p/Custeio Agrícola	24.371:903\$1			Valores em Caução e em Depósito	228.586:587\$7		
Quotas do capital da Coop. Agrícola de Guaxupé	300:000\$0			Garantias Diversas	79.466:105\$0		
Outros Títulos	296:000\$0	596:000\$0	26.886:488\$1	Títulos em Cobranças	87.916:670\$5		
CONTAS TRANSITÓRIAS				Caução da Diretoria	60:000\$0	402.497:263\$0	
Filial e Agências	176.825:087\$5						
Diversas Contas	9.798:676\$2	186.623:763\$5					
Soma		442.113:461\$6					
CONTAS DE COMPENSAÇÃO							
Valores Hipotecados	6.467:900\$0						
Valores Cauçionados	37.099:195\$5						
Valores Depositados	191.487:392\$4	228.586:587\$7					
Contratos de Crédito	52.213:596\$0						
Fianças	1.047:500\$0						
Valores Apenhados	26.205:009\$0	79.466:105\$0					
Cobranças p/Conta de Terceiros	75.514:982\$7						
Efeitos Desc. em Cobrança	12.601:687\$6	87.916:670\$5					
Ações e Apólices em Caução	60:000\$0	402.497:263\$0					
TOTAL DO ATIVO		844.610:724\$6		TOTAL DO PASSIVO		844.610:724\$6	

Belo Horizonte, 8 de junho de 1942. — (Ass.) J. Martins Prates, presidente; Valdemar de Oliveira Costa, diretor; João Braz Pereira Gomes, diretor; J. C. Carvalho Mendanha, contador-geral. (Registrado sob n.º 36.475).

êles ser registrados um por um nas listas diárias de venda de câmbio, com a discriminação do imposto devido em cada um deles. Por conseguinte, essas listas diárias é que deverão ser lançadas no livro da Verba Bancária, pelos totais, delas constantes do imposto devido.

5 — O selo de educação e saúde é devido em cada um dos papéis referidos nas letras "a" e "o" do item 1 e nas letras "a", "e", "c" e "f" do item 2 desta circular. E' também devido um selo de educação e saúde em cada uma das listas diárias de compra e venda de câmbio, mencionadas nas letras "b" do item 1, "d", do item 2 e "c" do item 4 desta circular.

Quanto ao pagamento do selo de educação e saúde por verba bancária deve ser observado o seguinte: feito no livro da Verba Bancária o registro de qual-

quer papel, na linha imediatamente abaixo deverá ser lançada na coluna competente a importância de 200 réis, anotando-se na coluna "observações" que essa quantia corresponde ao selo de educação e saúde.

6 — Os estabelecimentos bancários deverão declarar "O selo de Rs. inclusive o de educação e saúde, foi pago por verba bancária" (pôr carimbo), nos documentos seguintes:

a) — Nos diversos exemplares ou vias dos contratos de compra e de venda de câmbio; b) — nos diversos exemplares ou vias das listas diárias de compra e de venda de câmbio mencionadas nesta circular, na letra "b" do item 1, na letra "d" do item 2, e na letra "c" do item 4; c) — nas fichas de contabilidade referidas na letra "c" do item 1 e na letra "f" do item 2 desta circular;

d) — nos diversos exemplares ou vias dos saques girados do exterior contra os importadores; e) nos diversos exemplares ou vias dos títulos girados do exterior, para cobrança no país a cargo dos estabelecimentos bancários, não compreendidos na letra "d" precedente.

7 — Nos travellers checks e nas diversas vias ou exemplares dos papéis registrados nas listas diárias referidos na letra "b" do item 2 desta circular, deverão os estabelecimentos bancários declarar "O selo de Rs., lançado na lista diário, foi pago por verba bancária". (pôr carimbo).

8 — E' devido o selo por estampilha ou por verba fiscal:

a) — Nos saques de exportação, entregues aos estabelecimentos bancários compradores do câmbio; b) — nos papéis (saques, cheques, ordens e outros equi-

ca e Financeira do Ministério da Fazenda, o resumo do Movimento Bancário do Brasil, correspondente ao período de novembro de 1940 a novembro de 1941; em 30 de novembro de 1941 o volume total dos empréstimos, no Brasil, havia atingido à cifra de 15.810.527 contos de réis, contra 16.554.369 contos de depósitos. Os empréstimos, que em janeiro de 1941 atingiram a 13.080.186 contos de réis, em novembro do mesmo ano cumpriram a cifra total de 15.810.527 contos; os depósitos, que em janeiro subiam a 14.295.797, em novembro eram de ... 16.554.369 contos de réis.

REUNEM-SE OS BANCOS CENTRAIS DO CONTINENTE

A III Reunião de Chanceleres das Repúblicas Americanas, havida no Rio de Janeiro em princípios do corrente ano, dispôs que sob os auspícios da Comissão Econômica Inter-Americana se reunisse em Washington, em fins do próximo mês de Junho, a Conferência dos Representantes dos Bancos Centrais das Repúblicas Americanas.

A referida reunião tem por finalidade estabelecer, entre outras coisas, um processo uniforme para o manejo dos bens e fundos dos cidadãos dos países do Eixo no Hemisfério Ocidental.

SUPERIOR AOS DEPÓSITOS, OS EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS NO URUGUAI

CONFORME publicação feita em abril último pelo Ministério da Fazenda do Uruguai, na vizinha república do sul os empréstimos bancários superaram os depósitos.

As somas totais, de janeiro do ano corrente, apontavam para um bruto de 310.491.118,05 de depósitos, \$ 354.019.186,26 de empréstimos. A maior porção dos depósitos e também dos empréstimos cabe aos bancos nacionais e aos bancos e caixas populares do interior. Mesmo os bancos estrangeiros, porém, teem emprestado mais do que recebido em depósito.

O BANCO DE PORTUGAL EM 1941

NO mês de maio passado reuniu-se a Assembléia Geral do Banco de Portugal, conforme informações vindas de Lisboa. Foi aprovado, então, sem discussão, o relatório do conselho de administração e o balanço, documentos e parecer do conselho fiscal relativos à gerência do importante estabelecimento de crédito. Os lucros líquidos do exercício, num total de 49.067.507\$46 estão assim distribuídos: encargos, 29.221.733\$29; amortização de diversas rubricas do ativo, 1.620.261\$55; provisão para encargos previstos, 4.500 contos; cinco por cento para o fundo geral de reserva, 686.272\$65; cinco por cento para o fundo especial de reserva, esc. 686.272\$65; dois por cento para a caixa de pensões e socorros a empregados do Banco, 300.000\$00; saldo do ano de 1940, 78.591\$93,5; dividendo do 1.º semestre de 1941, já distribuído,

3.000.000\$00; para dividendo do 2.º semestre, esc. 3.000.000\$00; mínimo de 6.000.000\$00 para o Estado; saldo para 1942, 131.499\$25,5.

Outros informes relativos à circulação extraordinária servem-nos para concluir esta notícia; de mês a mês continua subindo a circulação fiduciária, enquanto a percentagem de lastro ouro vai consequentemente descendo, tendo a última nota registado 34,16% quando antes da guerra andava por perto de 50%.

MOVIMENTO BANCÁRIO DO ESPÍRITO SANTO

O ESTADO do Espírito Santo vem desfrutando uma época de progresso econômico que se reflete amplamente no seu movimento bancário; temos em mão, neste momento, a publicação que sobre o assunto fez o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, e de onde colhemos os dados que proporcionamos nesta nota.

O movimento bruto das contas bancárias, em março último, foi de 354.707 contos, contra 215.773 contos apurados em igual período de 1941; houve um aumento, por conseguinte, de 138.934 contos de réis, correspondente a 64,4%.

Os depósitos atingiram, em março, à soma de 72.968 contos de réis, contra 60.484 contos verificados em março de 1941; um aumento de 20,1%; os empréstimos foram de 102.940 contos, contra 69.430 contos do mesmo mês do ano anterior, tendo por conseguinte havido uma elevação de 48,3%. O volume dos empréstimos ultrapassou de muito ao volume dos depósitos. Os bancos nacionais, em relação aos bancos estrangeiros, representavam: 96,4% do movimento bruto, 94,8% dos depósitos e 97% dos empréstimos realizados.

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

O MOVIMENTO de compensação de cheques, no Brasil, prossegue em pleno desenvolvimento; serviço instalado, relativamente há pouco tempo, e ainda não extensivo à maioria dos estados, mostra no entanto, nos seus algarismos, progresso animador, o que denota uma compreensão sempre mais crescente da sua importância e da sua utilidade.

Nos dados e índices econômico-financeiros relativos ao Distrito Federal e a São Paulo, relativos aos três primeiros meses do ano corrente, colhemos novos e significativos algarismos. Em janeiro de 1941, por exemplo, a compensação de cheques atingiu à soma de 2.571 contos de réis; em janeiro do ano corrente, o resultado do mesmo serviço apontava um volume de 3.448 contos de réis; em fevereiro de 1941 o montante foi de 2.095 contos de réis, alcançando, o mês de fevereiro de 1942 a um movimento global de 3.106 contos. Estes algarismos, notemos, referem-se somente ao Distrito Federal e São Paulo.

BANCO CENTRAL DE RESERVA DO PERU'

RECEBEMOS regularmente a visita do Boletim do Banco Central de Reserva do Perú que, em cada uma de suas edições,

nos fornece interessantes informes a respeito da situação econômica na república andina. O número de março traz os dados estatísticos referentes ao mês de janeiro, quando o volume dos cheques pagos, através das contas-correntes bancárias, atingiram a 410 milhões de soles, tendo se registado um declínio de 15 milhões em relação aos resultados verificados em dezembro e de 88 milhões em relação a janeiro de 1941.

O mesmo fenômeno verificou-se com os cheques trocados na Câmara de Compensação. No mês de fevereiro, a troca elevou-se a 100 milhões de soles, sendo tal resultado inferior de 29 milhões aos resultados que tinham sido verificados em janeiro; houve, porém, um aumento de 12 milhões, se compararmos os resultados de fevereiro de 1942 com igual mês de 1941.

As variações das principais contas dos bancos comerciais no mês de janeiro são relativamente de pouca significação com respeito ao mês de dezembro anterior. Por outro lado, houve uma elevação no volume dos depósitos que subiram de 2 milhões.

UM EMPRÉSTIMO DE CEM MIL CONTOS

SÁBADO, 13 de junho, no palácio Itamaraty, foi firmado um acôrdo do mais alto interesse político e econômico para o continente sul-americano; entre uma missão econômica paraguaia e autoridades brasileiras, foi estabelecido que o Banco do Brasil emprestará ao Banco do Paraguai a importância de cem mil contos de réis, importância esta que se destinará à realização de uma série de obras de grande interesse para a república vizinha, bem como para o nosso país.

Semelhante ato, sem par na história das relações das repúblicas da América Latina assinala distintamente uma fase das relações de amizade brasileiro-paraguaias, destinada a trazer às respectivas comunidades nacionais os mais significativos benefícios.

Através do emprêgo do empréstimo obtido do Brasil, o Paraguai irá construir uma rede rodoviária de aproximadamente mil quilômetros; organizará um serviço de financiamento agrícola e pecuário, estimulando o desenvolvimento da sua produção, bem como realizará empreendimentos destinados à exploração das imensas riquezas do seu sub-solo; serão levadas a efeito obras de saneamento e defesa. Concedendo o empréstimo de cem mil contos ao Paraguai, o Brasil está decisivamente cooperando na obra de engrandecimento do continente americano, que de tal maneira vai se preparando para realizar, num futuro próximo, papel de toda magnitude no mundo reintegrado nos seus desígnios de paz. Os povos jovens da América teem consciência nítida daquilo que lhe compete; o século vinte pertencerá às nações jovens que saibam compreender os seus destinos e interpretar logicamente as missões que lhes estão reservadas.

E', pois, com satisfação que o Brasil leva o seu auxílio ao bravo povo paraguaio, através deste empréstimo que lhe é concedido por intermédio do Banco do Brasil, e que se traduz num marco concreto de relações de povos da América, confiante no futuro de progresso e de grandeza do mundo construído no ambiente de paz.

BOLSAS & TÍTULOS

Bolsa de Valores do Rio de Janeiro

SE tomarmos em consideração os algarismos referentes ao movimento da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, correspondentes ao mês de maio do ano corrente e ao mês de maio de 1941, encontraremos uma diferença para menos no ano corrente de quase 50% do valor das transações e de aproximadamente 25% no volume dos títulos transacionados. Em maio último verificou-se um total de 154.658 títulos vendidos por 65.074:684\$550, contra 199.969 títulos do mês de maio de 1941 no valor de 116.768:132\$000.

Não obstante tão grande diferença, os técnicos em assuntos bolsistas são unânimes no seu otimismo, uma vez que se considera que grande parte do colossal movimento de maio de 1941 proveio da mudança de ações de duas grandes empresas — uma cervejaria (a Hanseática) e outra uma companhia de eletricidade (a Sul Mineira), que concorreram, elas, com um contingente de 37.000 contos para a cifra total dos negócios.

Se consideramos os resultados de maio em face do que se apurou em abril, chegar-se-á à conclusão favorável a maio; assim se estabelece a diferença:

Abril — 120.205 títulos negociados no valor de 48.653 contos;

Maio — 154.658 títulos negociados no valor de 65.075 contos. Temos por conseguinte uma diferença favorável ao mês de maio que, traduzida em cifras, corresponde a: 34.453 títulos no valor de mais de 16.421:000\$000. Examinemos agora as particularidades do mercado bolsista no mês transacto.

Tendo em conta os reparos feitos acima quanto às diferenças em relações ao mês de 1941, podemos afirmar que a ampliação dos negócios se fez de um modo geral em todos os setores. As apólices da união contribuiram para maior soma, nos resultados parciais; foram negociadas 23.907 títulos no valor de 19.226:607\$550, contra o apurado no mês anterior, de 19.124 títulos valendo 15.353 contos de reis. As apólices estaduais fizeram o segundo grande resultado parcial: 51.076 títulos negociados valendo 15.019:810\$250, contra 44.007 títulos no valor de 13.073 contos negociados em abril. Os demais totais parciais, por sua importância, são: 7.805 obrigações da União, valendo 7.845:887\$000; 7.000 títulos vendidos a prazo, valendo 4.914:000\$000; 23.296 ações de companhias diversas valendo 4.863:681\$500; 16.201 debêntures de companhias diversas valendo 3.456:301\$500; 3.952 apólices municipais dos estados valendo 3.162:867\$000; 4.722 ações de companhias de tecidos valendo 1.543:215\$000; 6.798 apólices municipais do Distrito Federal no valor de 1.514:321\$000 e outras parcelas menores.

Houve, no curso do mês, um fato de importância: a alta considerável de nossos títulos em Londres, ao qual nos referimos em outra nota, refletiu-se na Bolsa do Rio, resultando daí sensível interesse pelos títulos da Dívida Externa da União; o Empréstimo Federal de 1921, 8%, de 1.000 dólares, foi negociado em maio por preços que foram do mínimo de 5:650\$000 ao máximo de 5:900\$000.

As apólices municipais do Distrito Federal mantiveram-se firmes, ganhando, quase tôdas, alguns pontos; o vador mais ativo da categoria, o Empréstimo de 1931, ao portador, passou de 211\$ 215\$ em abril para mínima e máxima de 214\$ e 222\$000 em maio, com um volume de títulos negociados de Porto Alegre, de 1:000\$000, 7%, ao por-

tador, que foram negociadas a 930\$ e 940\$, contra 920\$ em abril; além de 503 apólices vendidas no mercado regulam, 5.000 dessas apólices foram vendidas a prazo, ao preço de 930\$000. Só os negócios deste empréstimo, em suma, atigiram ao montante de 5.120 contos, quando em abril se apresentaram reduzidíssimos: 138:000\$000.

O grande interesse do mercado, porém, mau grado o vulto dessas transações, fixou-se nos títulos das companhias, onde cerca de 30.000 ações e 20.000 debêntures foram negociadas, merecendo referência a alta se precedente das ações do Banco do Brasil que, em abril já haviam ultrapassado de 436\$000 e 452\$000, mínima e máxima, atingindo, em maio, 530\$000, ou sejam 20%, no curso de poucas semanas.

Permanece o interesse pelos valores têxteis, tendo se verificado sobretudo importantes transações em títulos da América Fabril; cresceu também o movimento dos valores das empresas carboníferas, resultando, certamente, das discussões sobre o abastecimento e das notícias do acréscimo da nossa produção.

Foi, desta maneira, o mês de maio, um dos mais promissores para o nosso mercado de valores; podemos, assim, registrar que continua em amplo desenvolvimento o mercado bolsista no Rio de Janeiro, índice do desenvolvimento econômico do país.

BOLSA OFICIAL DE VALORES DE SANTOS

NO mês de maio foram negociadas na Bolsa Oficial de Valores de Santos 503 apólices no valor nominal de 100:200\$000 por 88:805\$000 e 48 5ações no valor nominal de 481:000\$000 valendo 481:000\$000; ascendeu o total do movimento a 988 títulos, do valor nominal de 581:200\$000, negociados por 569:805\$.

O MERCADO DE VALORES NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1942

DENTRE os dados e índices econômico-financeiros relativos ao Distrito Federal e à cidade de São Paulo, correspondentes ao primeiro trimestre de 1942 em comparação com igual período de 1941, destacamos pelo seu interesse aqueles que se referem ao mercado de valores; os algarismos expressos na tabela divulgada, traduzem o movimento dos dois maiores centros econômicos do país, e dá uma perfeição significação da segurança com que estamos operando, nesta época de tamanhas dificuldades, para o equilíbrio da nossa vida econômica. Cresce, de mês a mês, com pequenas variações, o movimento de títulos, o que indica, possivelmente, uma maior distribuição de valores monetários.

Médias cambiais de Maio de 1942

P R A Ç A S	MERCADOS		
	OFICIAL	LIVRE	LIVRE ESPECIAL
Londres (Libra "AREA")	67\$493	79\$550	79\$560
França	—	—	\$480
Portugal	—	\$808	\$886
Suíça	—	4\$636	4\$956
Suécia	—	4\$740	4\$891
Nova-York	16\$579	19\$641	20\$344
Uruguai	—	10\$405	10\$867
Argentina	—	4\$655	4\$903
Chile	—	\$635	—
Canadá	—	—	18\$247

COBERTURA DO BANCO DO BRASIL

MERCADO LIVRE

Londres (Libra "AREA") 78\$826

BIBLIOGRAFIA

Revista do Serviço Público

*H*A' mais de quatro anos circula, regularmente, prestando incalculáveis benefícios a milhares de leitores de todo o Brasil — o funcionalismo público em geral — a *Revista do Serviço Público* — “órgão de interesse da administração”, editado pelo DASP. Incontestavelmente, é a melhor de quantas revistas se editam, sobre o assunto, em nosso país, apresentando-se, desde o número inicial, com o mesmo formato atraente e a mesma finalidade superior: contribuir para difusão, entre os que servem ao Estado, do mais completo informe de tudo o que se realiza, em matéria de pública administração, não só no Brasil mas ainda em todo o mundo.

Apesar de, por circunstâncias diversas, ter tido a *Revista*, na sua curta existência, várias direções a orientar-lhe, verificamos, entretanto, uma constância na sua finalidade, acima de qualquer suspeita. Jamais, deixando de lado os seus propósitos, o órgão da nossa administração civil federal se imiscuiu em assuntos que não os de sua alçada, falhando nos seus propósitos. Jamais, em virtude de demonstrações exorbitantes, relegou para um plano secundário os problemas que mais se destacam na administração pública brasileira — merecendo, por isso mesmo, o melhor conceito, na opinião dos nossos entendidos em assuntos administrativos.

Se compulsarmos a *Revista do Serviço Público*, com o fim de avaliar a sua contribuição ao conhecimento de todos, daquilo que se passa na vida administrativa do país chegaremos à conclusão seguinte: é um órgão de utilidade geral a leigos e a entendidos em administração pública, proporcionando, de modo autorizado, a todos, esclarecimentos sobre o que se tem feito, nos últimos tempos, e o que se realizou no passado, em prol desta grande máquina ativa — que é administração — cumprindo, objetivando as suas múltiplas finalidades sociais por intermédio de seus serventuários.

Além do mais, a *Revista do DASP* circulou justamente na ocasião em que se operavam as maiores transformações relativas à administração pública do país. Quando o seu “número um” foi dado à publicidade, os efeitos benéficos da Lei 284 começavam a ser sentidos sob todos os aspectos, impondo novos rumos ao nosso aparelho administrativo. Por isso mesmo, devido à coincidência, a *Revista* nos seus primeiros meses, constituiu o maior repositório doutrinário e de fatos acerca das mais profundas modificações sofridas pela administração brasileira. Encontramos, nas suas páginas, como documentos impressionantes de uma época de progresso na reorganização da vida nacional, admiráveis trabalhos, firmados pelos nossos entendidos em matéria de administração, defendendo a nova orientação que resolvemos trilhar, bem como acusando, documentadamente, as incoerências passadas, que viviam a imppecillar a nossa marcha administrativa. Mas não somente em tecer elogios à lei 284 se limitou a *Revista do Serviço Público Civil*. Nas suas páginas, desde o nascimento até os dias que correm, deparamos a maior companhia de moralização dos serviços públicos já empreendida no Brasil.

E se assim nos expressamos é que vemos algum motivo em defesa do nosso ponto de vista. A *Revista do Serviço Público* é o veículo que conduz à enorme classe dos servidores da nação tudo aquilo que se resolve, contra ou a favor da nossa administração. Não há mais as deliberações que se tornam impraticáveis, à mingua de publicidade, ou por vontade dos antigos “parinhos”. Nas

suas páginas encontramos as exposições de motivo justificando as medidas de caráter geral que merecem as vistas do governo, ou em que, às vezes, se acham em jogo, interesses humanos contra a moralidade dos serviços públicos. Servimo-nos de e mentário completo de tudo o que se legisla no Brasil. A parte de cada edição dedicada aos assuntos doutrinários, onde aparecem as colaborações mais objetivas e sinceras a respeito da nossa realidade administrativa, apresenta-se sempre variada, ferindo aspectos ignorados, entre nós, dos mais complicados temas de serviço público em todo o mundo. De não menor utilidade é a publicação dos princípios de administração pública resultantes das interpretações legais — a jurisprudência administrativa brasileira — que se vai formando aos poucos, caracterizada por apreciável dose de equidade. E é por tudo isto, e ainda mais pela sua posição elogiável em face de tudo aquilo que visa preservar a administração pública brasileira de absurdos e imperfeições, que a *Revista do Serviço Público* continua a ser o órgão merecedor dos mais vivos aplausos do funcionalismo em geral.

BOLETIM TÉCNICO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, ANO IV, VOLUME VI — JAN. FEV. MARÇO DE 1942 — PERNAMBUCO — Mais uma preciosa edição deste Boletim acaba de circular, trazendo colaborações de nomes representativos da engenharia e das letras do grande Estado do norte. O próprio Interventor Federal, snr. Agamenon Magalhães, com palavras de profundo entusiasmo sobre a organização e a disciplina que a hora exige, aparece como o primeiro colaborador da *Revista*, que nos revela, logo depois, o que se tem feito, em matéria de obras públicas, em Pernambuco.

Como artigo que oferece grande valor atual, destaca-se “A Cidade Linear”, de autoria do engenheiro José Estelita, di-

retor das Docas e Obras do Porto de Recife. São considerações a respeito do transtorno por que passará o urbanismo em virtude do caráter assumido pela guerra moderna. A cidade linear, por isso mesmo, desperta, de agora em diante, a atenção de quantos se interessem pelas cidades do futuro, de modo nenhum semelhantes às do presente, visto deverem apresentar-se dotadas de medidas que a protejam dos estragos e dos horrores de uma guerra. Foram os hespanhóis os que primeiro imaginaram um tipo de cidade estratégica, em que as casas podem melhor defender-se dos bombardeios. Os prédios não se conglomeram em núcleos centrais, como na atualidade, pois, existirão apenas, filas extensas de habitações isoladas ladeando avenidas espaçosas. Fora da zona destinada às edificações veremos bosques, florestas, que tornam, deste modo, real a junção do campo à cidade. Não haverá edificação compacta e desaparecerão as zonas fabris extensas, objetivo militar do inimigo, pois as fábricas serão espalhadas pelo casario, isoladamente. Morrerá a *city*. Serão extintos os bairros industriais. Eis aí, em traços gerais, a cidade do futuro, que o sr. José Estelita nos descreve com tanta documentação e com tantas minúcias que tornam o seu trabalho de maior importância possível para os que se dedicam ao urbanismo.

O Boletim, publica, ainda, colaborações firmadas pelos engenheiros Luiz Freire, Franklin de Faria Neves, Paulo Guedes, Osvaldo Mauricio de Abreu, Teófilo de Freitas, João Geraldo Braile Gonçalves da Silva, Domingos de Pontes Vieira, Rubem Pires Ferreira, Alvaro Celso Uchoa Cavalcante — tôdas sobre aspectos atuais de obras públicas pernambucanas, além de excelente matéria redacional.

REVISTA PAULISTA DE CONTABILIDADE — ABRIL DE 1942 — ANO 21, N.º 214 — Este periódico da imprensa paulista, que há mais de quatro lustros circula, regularmente, prestando elevados serviços à classe dos estudiosos da contabilidade, traz-nos, em sua nota editorial do mês de abril uma apreciação sobre a reforma do ensino secundário, no que toca ao ensino comercial em nosso país.

De acordo com a reforma empreendida pelo governo, há poucos meses, o ensino ficou dividido em dois ciclos: o ginasial, em quatro anos, que se prolonga com o curso clássico ou científico, em três anos, destinado a consolidar a educação ministrada no primeiro. Isso para qualquer carreira, com exceção da comercial, que, quebrando a unidade que agora reina em nosso ensino secundário, ainda se apresenta com o tão falado curso propedêutico, obrigatório, feito em três anos.

Acontece, entretanto, que as matérias que integram o curso propedêutico são, todas elas, ministradas no atual curso ginasial. Há uma flagrante desharmonia entre os dois ciclos de educação, para os que pretendem se dedicar ao comércio. Interroga, a este respeito, o articulista: Como conciliar a existência desse curso com a nova organização do ensino secundário, se o ensino das matérias que são objeto do seu programa é feito inteiramente em desacôrdo com as novas disposições? A nota editorial a que nos referimos merece, pois, as maiores reflexões por parte das nossas autoridades em assuntos educativos.

Como colaborações que merecem destaque, pelo interesse que apresentam aos contadores, assinalamos: "Equilíbrio das Operações", de autoria do sr. Gabriel Rebouças de Carvalho; "Métodos de escrituração", de R. Antonucci Jor.; e ainda uma ligeira apreciação a respeito das influências da nova Lei do Imposto sobre a Renda, que veio valorizar, de modo louvável, as funções de contador.

"REVISTA DO TRABALHO", ANO X — N.º 4 — ABRIL DE 1942 — Destacam-se neste número da mais conhecida revista especializada em matéria trabalhista colaborações assinadas por vultos que se têm consagrado a tal assunto. A do sr. Helvécio Xavier Lopes, sobre a previdência social no Brasil, palestra que deveria pronunciar no Chile, na qualidade de membro da embaixada presidida pelo sr. Marcondes Filho, é uma apreciação do que temos feito sobre previdência. Pinta o autor, o início da nossa legislação social, como uma obra da Revolução de 30, pois, anterior a essa data, em matéria de seguros sociais, o nosso regime era "anêmico". Realça a extensão de tais seguros a outras empresas, que não as primeiras, logo depois de criado o Ministério do Trabalho, seguindo-se-lhe uma série de decretos tendo por fim proteger um maior número de trabalhadores, situação que veio a melhorar com a criação do primeiro Instituto Nacional de Seguro Social, quando novos rumos caracterizaram a nossa previdência. Traz à buia a reforma da lei de acidentes, em 1934; o motivo pelo qual a previdência social brasileira não se apoia em base interprofissional; o perfeito entendimento que há, em nossa terra, entre patrão e empregado. Analisa, a seguir, o **self-government** concedido pelo governo aos Institutos e Caixas bem como a obediência destes aos chamados conselhos de direção, formados por representantes de patrões, empregados e representantes do Estado.

O sr. Helvecio Xavier estuda, ainda, os sistemas de benefícios, que não são uniformes, para os vários órgãos de previdência, bem como as condições para sua concessão; e termina a sua palestra exaltando a obra do atual governo brasileiro sobre seguros sociais.

Contém, ainda, o número de abril, trabalhos assinados pelo sr. A. B. Cotrim Neto, sobre "Intervenção de advogados

na primeira instância da Justiça do Trabalho"; pelo sr. Evaristo de Moraes Filho, sobre "Conceito de Trabalho a Domicílio"; pelo prof. Emilio Esquivel, do Perú, sobre "A alimentação na luta anti-tuberculosa" — além da vasta jurisprudência que costuma publicar, e dos pareceres dos procuradores da Justiça do Trabalho.

D. N. C. — Merece a melhor atenção a campanha publicitária empreendida pelo Departamento Nacional do Café. O que neste setor temos realizado, desde os tempos do Instituto do Café, de S. Paulo, de par com o que seja obra de pura divulgação de estatísticas, significa muito mais do que realmente aparenta. O Brasil, conquanto não seja em boa lógica o berço do café, não resta dúvida que tomou a si a tarefa de fazer a sua imposição cultural ao mundo.

Efetivamente é o café o grande rival do vinho no plano cultural; a rubiácea, porém, leva vantagens sobre o primeiro: a de caracterizar um hábito, um estabelecimento, um recinto; e, possivelmente, se Omar Kaysam tivesse conhecido a infusão do café, seria o café e não o vinho, que encheria as páginas do grande "Rubayat".

A história do café no mundo, do oriente ao ocidente, é toda uma história de artes, de letras, de política; ao café, não pouparam belas e judiciosas frases homens de todos os países e de todos os séculos. E' o que informa, por exemplo, a "Biografia do Café", de H. E. Jacó, ainda não traduzida em português, infelizmente; a respeito do café no Brasil, temos a exaustiva história do café de Taunay, além de uma série de outros brilhantes volumes.

No setor jornalístico, onde a ação é, naturalmente, mais direta, há a destacar o esforço de Teófilo de Andrade, que mensalmente aparece nas páginas de O OBSERVADOR, e a de Benedito Mergulhão, redator-chefe da "Revista do Departamento Nacional do Café".

A revista do D. N. C. dá, mensalmente, de par com os Algarismos Autorizados, uma seleção de artigos que, instruindo a respeito da política cafeeira, realiza uma útil obra de divulgação. Na edição correspondente ao mês de abril último encontramos uma série de trabalhos que preenche perfeitamente o objetivo de divulgar o café como um fim e um princípio. Assinam estes trabalhos Teófilo de Andrade, Richard Lewinson, Benedito Mergulhão, Raul Lima, Valdemar Cavalcanti, Jaci Rêgo Barros.

Completando este registro da atividade publicitária do Departamento Nacional do Café, acusamos o recebimento do volume contendo o "Relatório apresentado ao Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café pelo seu presidente Jayme Fernandes Guedes em 30 de abril de 1941".

O relatório agora apresentado ao público é trabalho de quem vê claro os acontecimentos. Foge mesmo — diga-se de passagem — à regra geral dos relatórios burocráticos, quase sempre fe-

chados ao mundo de fora, inacessíveis aos menos entendidos no assunto. Inteligência e clareza fizeram, porém, com que estas setenta páginas escritas pelo atual presidente do Departamento Nacional do Café se convertessem em material agradável, onde o relâmpago dos comentários e a vivacidade da argumentação mostram no sr. Jayme Fernandes Guedes um economista fortemente aparelhado e um divulgador cheio de qualidades admiráveis, claro e sóbrio.

Por outro lado, é roteiro seguríssimo para os que quizerem conhecer, por dentro, na intimidade mesmo, o complicado mecanismo da nossa heróica política cafeeira, nesta hora em que acontecimentos surpreendentes estão modificando, a cada momento, a paisagem da vida e a feição dos problemas. O trabalho do sr. Jayme Fernandes Guedes é, nesse particular, síntese admirável da gigantesca tarefa que o governo da República vem tendo com a vigilância e fortalecimento do nosso "front" cafeeiro.

REVISTA UNIVERSITÁRIA "JURIDICA Y SOCIALES" — O número correspondente aos meses de janeiro e fevereiro deste órgão que se edita em Buenos Aires revela-nos aspectos importantes da vida jurídica argentina, destacando-se — jurisprudência, bibliografia, informações em geral, crônica universitária, miscelânea — principais seções da revista. Referente ao Brasil, encontramos em suas páginas, acompanhada da respectiva exposição de motivos, de autoria do Ministro Francisco de Campos, a nova Lei de Contravenções penais brasileira, que aparece publicada na íntegra. Abrindo a revista, deparamos uma excelente colaboração de Emilio Ravignani, prorecto decano da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, a respeito dos antecedentes legais castelhanos relativos à povoação da América.

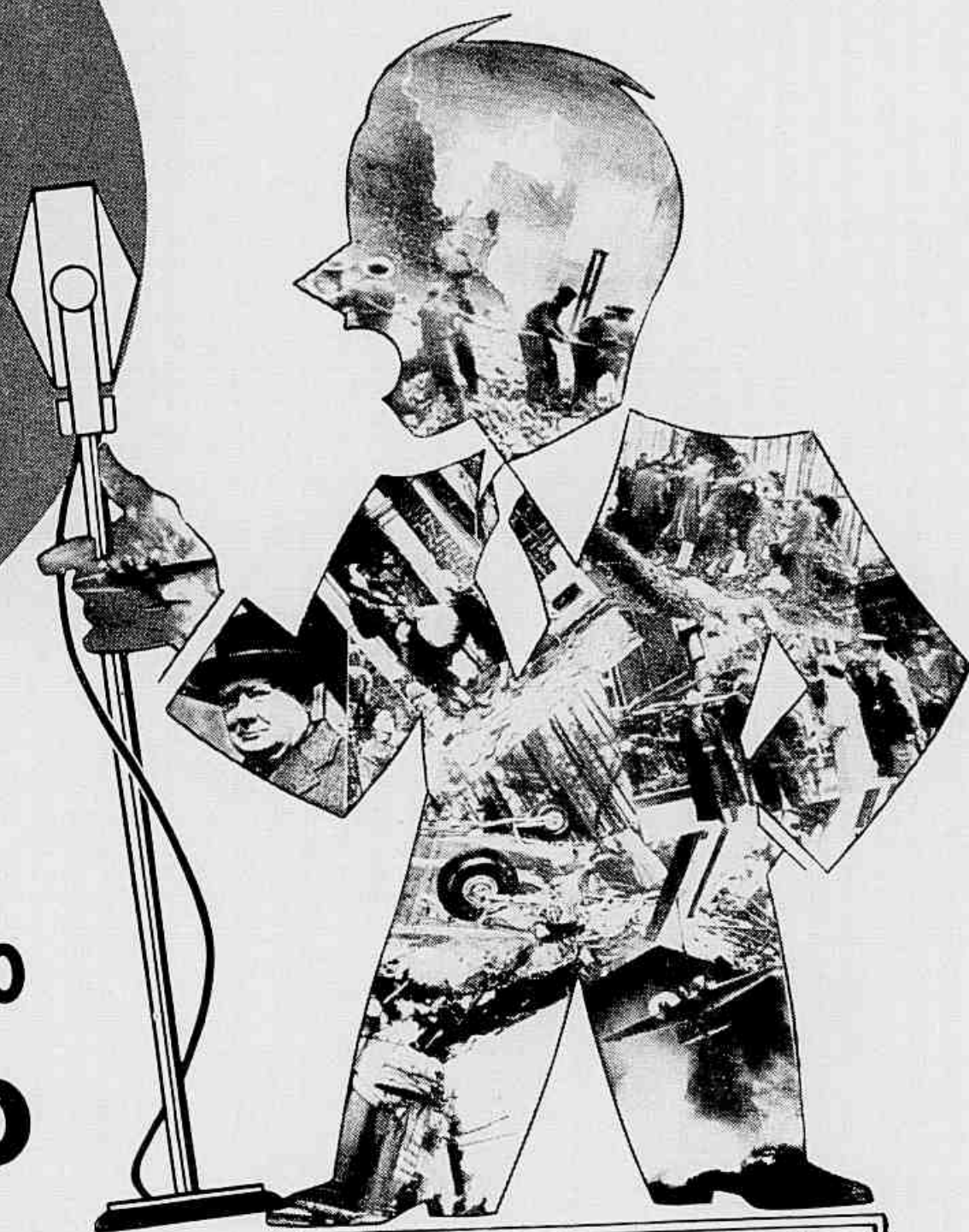
Neste artigo, o famoso professor argentino mostra como é indispensável o conhecimento da legislação castelhana a quem pretende estudar a organização das povoações da América, sendo necessário, antes de tudo, estabelecer diferença entre as questões relativas ao direito público e ao direito privado. Isto não é fácil fazer-se, principalmente nos começos da legislação foral, quando as duas ordens de fatos se entrelaçam; mas a tarefa se torna mais acessível se se considera as mudanças históricas, pois, é medida que progride a legislação foral, mais se destacam as normas de direito político e aquelas que regulam a vida privada dos habitantes. O seu trabalho se desenvolve, todo êle, assentado nesta consideração.

Encontramos, ainda, neste número da aludida revista portenha, uma importante resenha da jurisprudência civil, no ano de 1941, de autoria do professor Díaz de Guíjarro: considerações sobre a nova lei de trabalho a domicílio, da Argentina, pelo professor Luiz Despontin; "Delito de falso testemunho" — assinado pelo dr. Mario A. Oderigo; e ainda as considerações discutidas na Segunda Conferência Americana de Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual as quais constituem uma tentativa de melhoria de proteção dos direitos intelectuais na América.

O SENHOR GOSTA DE OUVIR
e tambem de dar as

Últimas?

Então Ouça Sempre o
REPORTER ESSO



A trepidação da vida moderna, a importância na existência de cada povo do que acaba de suceder a outros povos - e tambem o prazer de saber e contar as últimas - tudo isso põe em relevo a necessidade, que todos teem, de estarem a par, hora a hora, dos acontecimentos mundiais. Daí decorre a razão por que a Standard Oil Company of Brazil contratou o serviço telegráfico de última hora da United Press, procurando servir os seus amigos de todo o Brasil, ao ofertar-lhes o mais perfeito e exato jornal radiofônico, o já famoso REPORTER ESSO, "o primeiro a dar as últimas".

Ouça o
REPORTER ESSO

através da

RÁDIO NACIONAL

do Rio - (960 Kcs.)

RÁDIO RECORD

de São Paulo - (1.000 Kcs.)

no seguinte horário:	8 da manhã
	12,55
	19,55
	22,55

Diariamente, exceto aos domingos

STANDARD OIL COMPANY OF BRAZIL



Agora

*As datilográficas sentir-se-ão
menos fatigadas à saída
dos escritórios...*

ELECTROMATIC

APRESENTANDO ao público brasileiro mais uma notável afirmação da engenharia moderna, em prol de u'a maior eficiência em todos os serviços de escritório, chamamos a atenção dos técnicos brasileiros para o seguinte fato, importantíssimo nos anais da datilografia: "De acôrdo com os TESTS levados a efeito pelo Instituto de Tecnologia de Massachussets, nos Estados Unidos da América do Norte, enquanto as outras máquinas de escrever exigiram do operador um esforço correspondente a 1.000 grs. em 3/4 de polegada para a pressão de uma tecla, a

Electromatic

exigiu apenas para êsse mesmo fim esforço igual a 56 grs. em 1/3 de polegada! "As inúmeras outras vantagens, que esta máquina realmente prodigiosa oferece, serão apresentadas no ato da demonstração. 



INTERNATIONAL BUSINESS MACHINES
DISTRIBUIDORES:

Companhia Nacional de Máquinas
Comerciais

Av. Rio Branco, 43
FONE 23-1310 — RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO:
R. Libero Badaró, 39-1.º — Fone 3-4777
AGENTES E REPRESENTANTES NOS DE MAIS ESTADOS DO BRASIL